



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

Nivaldo Inojosa de Farias

REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA:
da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas

João Pessoa
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA:
da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas

Dissertação apresentada por **Nivaldo Inojosa de Farias** à linha de pesquisa *Cooperação Internacional*. do PPGCI, como requisito para a obtenção do grau de *Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional*

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan S. V. Ferreira

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F 224r Farias, Nivaldo Inojosa de.
"REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA": da solidariedade
na acolhida à criação de Políticas Públicas / Nivaldo
Inojosa de Farias. - João Pessoa, 2018.
197 f. : il.

Orientação: Marcos Alan SV Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Refugiados, Acolhida, Solidariedade, Políticas Púb.
I. Ferreira, Marcos Alan SV. II. Título.

UFPB/BC

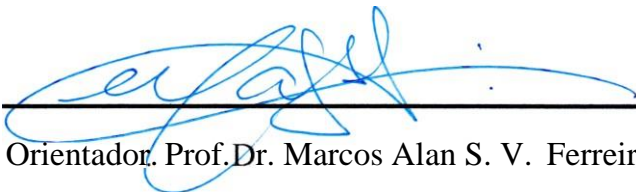
NIVALDO INOJOSA DE FARIAS

REFUGIADOS DA BIRMANIA NA TAILANDIA:
da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas

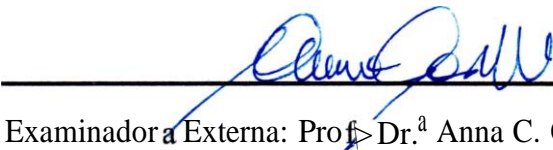
Dissertação apresentada ao Programa de *Gestão Pública e Cooperação Internacional*, na linha de pesquisa Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de mestre em *Gestão Pública e Cooperação Internacional*.

Data de aprovação 20/07/2018

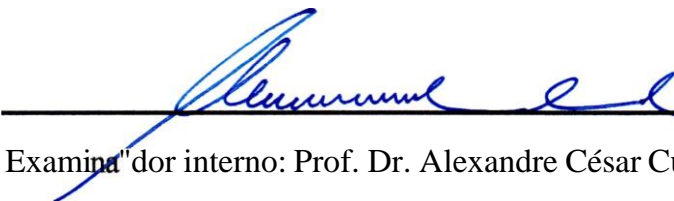
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan S. V. Ferreira



Examinadora Externa: Prof.ª Dr.ª Anna C. Carletti (UNIPAMPA)



Examinador interno: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (PGPCI-UFPB / UEPB)

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que, por motivos alheios à própria vontade, são forçadas a deixar o aconchego de seus lares.

AGRADECIMENTOS

Segundo Tomás de Aquino, *a gratidão é composta por diferentes matizes: o primeiro consiste em reconhecer o benefício recebido, o segundo consiste em elogiar e dar graças, o terceiro consiste em recompensar de algum modo o dom recebido.*

O hino de gratidão a Deus e as pessoas que, de algum modo, contribuíram para esse trabalho contém todos os matizes acima mencionados.

*Do fundo do coração, brota **um imenso obrigado a tod@s**, começando por aquel@s que se encontram fisicamente próximos:*

Aos meus pais Nivaldo de Farias Lins (em memória) e Edite Inojosa de Farias e toda a minha família, pelo amor delicado e sempre presente.

Aos colegas de mestrado, que se mostraram companheiros fiéis e solidários e a cada membro do corpo docente do PPGCI, pelas pérolas de conhecimento compartilhadas.

Aos meus companheiros de aventura do Movimento dos Focolares, pela compreensão e paciência mostrada durante esses dois anos de “ausência”.

Ao meu orientador Marcos Alan, que soube ser mestre e cúmplice, forte e delicado como devem ser aqueles que escolheram acompanhar pessoas na caminhada da vida, a Anna Carletti e Alexandre Leite por terem aceitado compartilhar comigo esse momento bacana, como também Aline Contti e Fábio Nobre.

A Diocese de Pesqueira e a Cáritas Diocesana, especialmente nas pessoas de D. José Sales e Neilda Pereira pela amizade e apoio financeiro para a viagem de estudos na Tailândia e ao Programa Capes pela bolsa de estudos, que, mesmo se por um breve período, muito contribuiu para meus estudos.

Aos amigos Fátima e Álvaro Batista, Lucas Galindo e Marconi Aurélio pelo constante carinho e encorajamento.

O mesmo sentimento de gratidão se estende àqueles que estão fisicamente distantes e ao quais desejo que essa *vibe* de reconhecimento, graças e recompensa possa reverberar em seus corações:

Todas as pessoas na Tailândia que me acolheram, acompanharam e sustentaram a minha estadia e pesquisa. Não fosse por vocês, nada teria sido consumado.

Antes de tudo, recordo¹ as pessoas que me concederam a honra de passar momentos inesquecíveis durante as entrevistas: Tip, Pastor Robert, Kirti, Chainarong, Prateep e aquelas que, por motivos que elas sabem, não poderei aqui nominá-las.

Agradeço a minha amiga Suchitra, pelo inestimável apoio, a Professora Sumali pela preciosa ajuda na pesquisa bibliográfica, aos amigos focolarinos de Bangkok que me acolheram em casa (Glauco, Joey, Acilino, Francis Xiong, Jotê, Bancha e Luigi) e aos de Chiang Mai (Darwin, Nathan, Jono e Gabi Lim), assim como as amigas focolarinas Veronika, Chintana, Pavvis, Jae, Esperança, Tina e Maria Regina.

Aos meus caríssimos amigos monges budistas, Phra Maha Thong Ratanathavorn, Phra Bunchuay, Phra Sangha, Phra Suphan, Phra Thong, dentre tantos outros, pelo diálogo fecundo e construtivo que reina entre nós!

Não menos importantes de que essas pessoas mencionadas, o elenco presente na mente e no coração contém numerosas outras criaturas maravilhosas, amigas fiéis, ombros que me acolheram em momentos difíceis, orelhas prontas e escutar os meus lamentos, alegrias e conquistas. A todas o meu mais sagrado obrigado por ter-me acolhido na vida de vocês e por fazerem parte da minha!

Ao Programa de Financiamento de Bolsas CAPES/BRASIL pela oportunidade e apoio para a realização da pesquisa.

A cada pessoa mencionada e recordada, dedico a seguinte poesia:

Acolhida

A imensidão deste mar
coroa com pétalas sentimentais
a intimidade aconchegante
do meu lar.

¹ Do **latim** "re-cordis", voltar a passar pelo coração.

*Ver a terra como podemos vê-la agora,
pequena e azul e bela flutuando no silêncio
eterno, é ver-nos como passageiros unidos
nesse astro, irmanados no encantamento
brilhante da noite que não termina – irmãos
que percebem agora estar verdadeiramente
irmanados.*

Archibald MacLeish

RESUMO

Esse estudo trata da acolhida de refugiados da Birmânia na Tailândia, com ênfase na solidariedade da população tailandesa dos vilarejos na fronteira entre os dois países e na consequência disso na elaboração de políticas públicas para os refugiados. Uma particularidade do caso estudado é o fato de a Tailândia não ter assinado os protocolos internacionais sobre refugiados e não ter, por esse motivo, nenhuma vinculação legal diante da comunidade internacional em acolher refugiados. Logo, a presente dissertação tem como objetivo geral *analisar a agenda de Políticas Públicas tailandesas no que concerne a acolhida de refugiados*. O método de pesquisa descritiva e analítica de tipo qualitativa foi escolhido por ter sido considerado o mais adequado para os objetivos aqui propostos. O procedimento foi o estudo de caso, utilizando como técnica metodológica a pesquisa documental unida a entrevistas semiestruturadas. As análises dos dados primários gerados nas entrevistas fundamentaram a análise de conteúdo e as reflexões interpretativas do pesquisador. Os resultados dessa análise triangulados com dados das outras fontes (bibliografia, documentos, dentre outros) confirmam a hipótese inicial a respeito da solidariedade como um dos motores principais da acolhida dos refugiados pela população tailandesa fronteira, assim como também o fato dessa solidariedade ter permeado as políticas públicas.

Palavras chaves: Refugiados, Acolhida, Solidariedade, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study deals with the Burmese refugee's reception in Thailand. It emphasizes the Thai border villagers' solidarity while receiving those refugees and the influence of this solidarity on the development of Thai public policies for refugees. One feature of this case is the fact that Thailand has not signed international refugee protocols and therefore has no legal obligation in front of the international community to host refugees. The main objective of this dissertation is to analyze the Thai Public Policy agenda regarding the reception of refugees. Descriptive and analytical method of qualitative research was chosen because it was considered the most appropriate for this work. The case study procedure was applied with the use of documentary research methodological technique, coupled with semi-structured interviews. The analyzes of the primary data generated in the interviews were based on content analysis as well on the researcher's perception and reflections. The results of this analysis, triangulated with data from other sources (bibliography, documents, among others) confirm the initial hypothesis regarding solidarity as one of the main drivers of the refugees' acceptance by the Thai population at the borders as well as the fact that this solidarity has permeated public policies.

Key-words: Refugees, Welcoming, Solidarity, Public Policies

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BDA Aliança Democrática da Birmânia
BIA Exército da Independência da Birmânia
CIA Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency)
COERR Escritório Católico para Ajudas de Emergência e Refugiados
CPA Plano de Ação Abrangente (*Comprehensive Plan of Action*)
NSC Conselho Nacional de Segurança (National Security Council)
Dohbama Asiayone Nós Associação Birmanesa (We Burmese Association)
DKBA Exército Democrático Karen Budista
EU União Europeia
EXCOM Comitê Executivo do *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados*
IRC Comitê Internacional de Resgate (International Rescue Committee)
KNPP Partido Progressivo Nacional Karenni
KNRC Comitê de Refugiados Karenni
KNUPC Conselho Karen Nacional de Paz
KNPLF Frente de Libertação do Povo Karenni
KNU União Nacional Karen
KRC Comitê de Refugiados Karen
LND Liga Nacional para a Democracia
MOI Ministério do Interior
MOFA Ministério das Relações Exteriores
MOD Ministério da Defesa
NDF Frente Nacional Democrática
OIM Organização Internacional para a Migração
ONG Organizações Não Governamentais
ONU Organização das Nações Unidas
PVO Organização de Voluntários do Povo (People's Volunteers Organization)
RSG Grupo da Estrela Vermelha
SLORC Conselho Estadual de Restauração da Lei e da Ordem
SPDC Conselho Estadual de Paz e Desenvolvimento
Tatmadaw Forças Armadas Birmanesas
TBC Consórcio de Fronteira da Tailândia (The Border Consortium)
YMBA Associação Budista de Jovens (Young Men's Buddhist Association,)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFUGIADOS À LUZ DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE.....	26
2.1 Prólogo	26
2.2 Do conceito de solidariedade.....	26
2.3 Regimes Internacionais para Refugiados	36
2.4 Políticas públicas	43
2.5. Síntese do capítulo.....	48
3. GERRA E CONFLITOS INTERNOS NA BIRMÂNIA E O IMPACTO NO DESLOCAMENTO DE POPULAÇÕES	50
3.1 Elementos históricos da Birmânia (Myanmar).....	50
3.2 As guerras e conflitos étnicos e políticos	53
3.3 Os refugiados.....	56
3.4. Síntese do capítulo.....	61
4. POLÍTICAS PÚBLICAS TAILANDESAS PARA A ACOLHIDA DE REFUGIADOS..	63
4.1 Prólogo	63
4.2 Elementos históricos da Tailândia.....	63
4.3 Os refugiados birmaneses na Tailândia	72
4.3.1 Prólogo	72
4.3.2 A Acolhida Solidária	72
4.4 Formulação das políticas públicas na Tailândia	85
4.5 História e política de acolhida de refugiados.....	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE(S)	115
APÊNDICE I.....	116
APÊNDICE II.....	118
APÊNDICE III	120
APÊNDICE IV	122
APÊNDICE V	123
APÊNDICE VI.....	188
ANEXO(S)	190

ANEXO I.....	191
ANEXO II	195
ANEXO III.....	197

1. INTRODUÇÃO

Luiz Gonzaga, em seu sucesso discográfico *Asa Branca*, assim descreve a história dos “arretirantes” nordestinos: “Inté mermo a asa branca bateu asas do sertão, entonse eu disse adeus Rosinha, guarda contigo meu coração.” (TEIXEIRA E GONZAGA, 1944). O “adeus Rosinha” aqui tem o significado de despedida da própria terra. Com o coração partido (guarda contigo meu coração) e contra a vontade, o retirante partia em busca de trabalho, na esperança de um dia poder retornar. O próprio Jesus Cristo que, segundo a crença cristã “desceu do Céu e veio habitar em meio aos homens” (JOÃO 1:14), poderia ser considerado, nesse sentido, um retirante, ou, na linguagem moderna, “imigrante”. Além disso, segundo a tradição, pelo risco de perder a própria vida por causa de perseguição política, a família teria sido obrigada a fugir para “outros campos” (MATEUS, 2:13-23), tornando-se ele também o que mais tarde a história definiria como “refugiado”. Estas são histórias dentre muitas desde os primórdios da humanidade: os seres humanos se deslocam de um lugar a outro, em processos migratórios que os possibilitam melhorar as próprias condições de vida.

Surgem posteriormente os primeiros aglomerados habitacionais, com o desenvolvimento da agricultura e de instrumentos adequados às ocupações diárias (STEWART, 1955). A necessidade de locomoção em busca de “novos campos para cultivo” ou de “novos territórios de caça” perpetuou-se, indefinidamente, na história da humanidade e ainda é parte constitutiva da condição humana (BICCHIERI, 1972).

Hoje observamos movimentos migratórios em todo planeta. Essas migrações compreendem âmbitos econômicos, culturais, políticos, turismo e lazer, dentre outros. Eles se enquadram na busca de melhorar o bem-estar sócio-econômico-cultural, estando ligadas a livres escolhas pessoais e/ou familiares. Por outro lado, existem os processos migratórios movidos por situações extremas, de graves necessidades econômicas, ambientais, sociais, de perseguição política e de conflitos violentos que põem em risco a vida das pessoas envolvidas, gerando a necessidade de fugas para fora do próprio país de origem ou para outras localidades dentro do mesmo. Essas pessoas são então chamadas de “refugiados” e têm o direito de proteção segundo as leis internacionais.

Em geral, os textos que tratam da questão do refúgio salientam os substantivos “pessoa” ou “indivíduo”. Portanto, essa dissertação trata de pessoas que se encontram em situações de refúgio (fora ou dentro do próprio país), em consonância com os conceitos enunciados por Didier Bigo (2013). O autor menciona os riscos que acontecem na atualidade, quando se

classificam as pessoas e as estigmatizam por causa de condições em que se encontram. Segundo esse conceito, os rótulos *estrangeiros, refugiados ou minorias*, utilizados podem causar estigmatizações inquietantes entre os seres humanos e, portanto, faz-se necessário **repensar a pessoa**. Em outras palavras, *estrangeiros, refugiados ou minorias* continuam sendo **pessoas humanas** e merecem, portanto, serem tratadas como tal (negrito nosso).

No que tange a questão das migrações nacionais e internacionais, em geral, a Organização Internacional para a Migração (OIM) declara que as pessoas que o fazem podem ser motivadas por várias razões, tais como desastres ambientais, violência estrutural sistemática, perseguições étnicas, culturais ou políticas, guerras e conflitos intra e interestatal e outros motivos ligados à busca por educação, a procura de trabalho e a melhorias de vida. “A decisão de migrar, de residir, temporariamente, de se integrar de forma permanente na sociedade local, ou de retornar ao local de origem, muda de acordo com as condições que moldam esses fatores” (OIM, 2013, p.56)².

A questão dos refugiados constitui hoje um dos graves problemas que aflige a humanidade. Segundo o relatório “Tendências Globais” do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o deslocamento forçado causado por guerras, violências e perseguições atingiu, em 2016, o número mais alto já registrado: 65,6 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar seus lares por variados tipos de conflitos. Desse total, 22,5 milhões eram refugiados, 40,3 milhões se deslocaram dentro de seus próprios países, enquanto que o restante 2,8 milhões representam aquelas pessoas que solicitam refúgio (ACNUR, 2017). A **figura 1** mostra esses dados estatísticos citados.

No momento presente, verifica-se um significativo hiato na comunidade acadêmica brasileira com relação a estudos que tratem do Sudeste Asiático, principalmente na questão dos refugiados da Birmânia na Tailândia, considerando o fato de que essa questão existe a mais de três décadas.

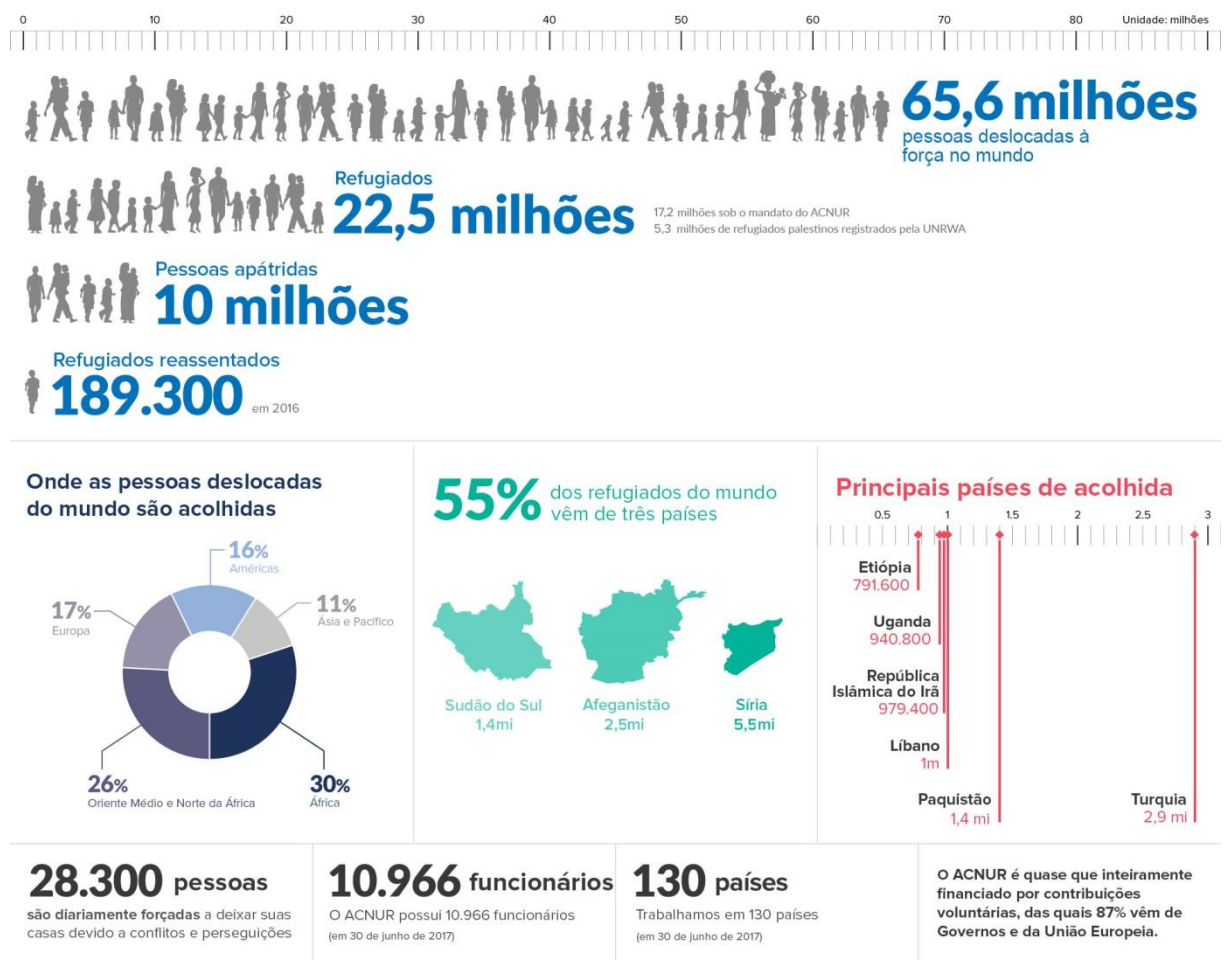
A Tailândia e a Birmânia³ são países do sudeste asiático que compartilham cerca de 2.400 km de fronteiras como se pode ver no mapa da Tailândia, na **figura 2**. Pessoas vítimas de violência na Birmânia e/ou envolvidas no conflito entre as forças armadas do regime e àquelas dos grupos étnicos, cruzavam e ainda hoje cruzam as fronteiras em busca de segurança.

² Tradução livre

³ Em 1989 o governo mudou o nome de Birmânia para Myanmar. Algumas etnias não aceitaram a mudança. Neste estudo, por consideração àquelas etnias que não reconhecem o novo nome do país, usaremos a antiga denominação Birmânia, utilizando a palavra birmana para a etnia e birmaneses o gentílico dos cidadãos, independente da origem étnica.

Enquanto os holofotes da comunidade nacional e internacional evidenciam o que acontece na Europa - inclusive mostrando os limites crescentes das políticas públicas dos Estados – alguns ‘casos’ de longa duração aparecem pouco nas mídias. É o caso da Birmânia, que somente, recentemente, começou um processo lento de repatriação dos mais de cem mil refugiados (TBC, 2018) que, há mais de trinta anos, vivem em campos de acolhida provisórios na Tailândia, o país vizinho e antigo inimigo histórico.

Figura 1 – Pessoas deslocadas, refugiados, apátridas e refugiados reassentados.



Fonte: ACNUR / 19 de junho de 2017



Fonte: ACNUR, 19 junho 2017.

O estudo proposto se insere nesse contexto atual, na medida em que lida com as questões relacionadas à migração forçada e a acolhida de refugiados em países de destino, enquanto

objetiva apresentar um tipo de política pública de acolhida, aquela Tailandesa que possui características peculiares como se verá em seguida.

Dentro deste contexto, a dissertação tem como objeto de análise os processos de acolhida de refugiados oriundos da Birmânia, primeiro por solidariedade por parte da população tailandesa nas fronteiras com a Birmânia, em seguida por organizações nacionais e internacionais. Em um segundo momento, o trabalho procura entender como se formaram as políticas públicas para refugiados na Tailândia.

Figura 2 - Mapa da Tailândia



Fonte: World Atlas

Neste sentido, foi útil em nosso estudo a conceituação da solidariedade para, logo em seguida, tratar da conceituação de refugiados. Pretende-se por isso observar se a solidariedade

apresentada nos processos de acolhida dos refugiados por parte da população local tailandesa extrapolou para o processo de criação das políticas públicas e como essas funcionam na prática.

Do mesmo modo, também foi pertinente apresentar conceituações sobre políticas públicas, no intuito de construir um embasamento teórico sobre o tema, o que nos ajudará na análise que faremos do caso tailandês. Além disso, o estudo propõe oferecer uma visão panorâmica do que se poderia definir como uma história de longa duração, que é o caso dos refugiados birmaneses na Tailândia.

Observando o fato de que essa acolhida começa de modo solidário nos vilarejos tailandeses fronteiriços com a Birmânia, analisamos o desenrolar da situação conforme se testemunhou um aumento de pessoas que atravessavam as fronteiras e a consequente tomada de posição da comunidade internacional e do governo tailandês.

Tivemos presente o fato de que a Tailândia⁴ não é signatária da *Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados*, nem do subsequente protocolo de 1967. Desde 1979, a nação passou a ser membro do Comitê Executivo (EXCOM) do *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)*, sobretudo ao assumir a responsabilidade de não praticar a repatriação forçada. Isso poderá dar mais relevância ao estudo e abrir novos horizontes para o ambiente acadêmico brasileiro, seja pela não obrigação legal do país de acolher refugiados, seja pela pouca divulgação dada pelas mídias sobre o assunto.

A escolha pelo tema de acolhimento aos refugiados se mostra inserida no âmbito de cooperação internacional e, também, como um estudo empírico inserido na literatura de agenda de políticas públicas, apresentando traços complementares e convergentes com outras áreas correlatas às Relações Internacionais.

Mesmo sem ter assinado os tratados mencionados, a Tailândia tem uma longa história de acolhida de refugiados oriundos dos países vizinhos, vítimas de conflitos bélicos no Camboja, Laos, Vietnam, Birmânia e inclusive, em menor escala, da Malásia (LANG, 2002; HYND, 2002). Os refugiados birmaneses acolhidos na Tailândia, pertencem a várias etnias, dentre elas, a Karen, Karenni, Shan e Mon. À medida que foram sendo assinados acordos de paz entre o governo birmanês e as etnias, os refugiados foram, com o tempo, retornando à Birmânia. Os Karen e Karenni ainda não assinaram nenhum acordo de paz. Atualmente a maioria dos refugiados que ainda se encontram na Tailândia pertence a essas duas etnias. Por

⁴ Dos países que constituem a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) somente as Filipinas e o Camboja assinaram esses documentos

essa razão, e pelo fato de que numericamente os refugiados dessas duas etnias sempre foram mais numerosos, esse estudo se concentra principalmente nelas.

Levando em consideração o pressuposto que a acolhida solidária possa ter tido reflexos nas políticas públicas tailandesas e, usando como ponto de partida o caso dos refugiados da Birmânia naquela nação, a presente dissertação tem como problema de pesquisa: *como se desenvolveu a política pública tailandesa de acolhida de refugiados?* A partir desse questionamento, levantamos a seguinte hipótese de pesquisa: *a solidariedade da população tailandesa na recepção de refugiados da Birmânia difundiu-se para a arena política, impelindo o governo a adotar políticas públicas de acolhida, de modo especial para os refugiados da Birmânia.*

O objetivo geral foi *analisar a agenda de Políticas Públicas tailandesas no que concerne à acolhida de refugiados*. Para tanto, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever e analisar os motivos que originaram os refugiados birmaneses;
2. Descrever os processos de acolhida informal e movidos por solidariedade por parte da população local tailandesa e
3. Descrever a evolução da acolhida oficial tailandesa desses refugiados.

Para tanto, fez-se uso do método de pesquisa descritiva e analítica de tipo qualitativa, utilizando o estudo de caso. A técnica metodológica foi a pesquisa documental, unida a entrevistas semiestruturadas. Tal técnica foi escolhida pelo fato de ser mais indicada para explorar o objeto de estudo, haja vista que se trata de um caso particular, com poucas análises na literatura corrente. Além disso, a metodologia qualitativa apresenta características holísticas, pela possibilidade que tem de observar os fenômenos de diferentes pontos de vista (pesquisador, entrevistados, terceiros) e utilizando várias fontes (bibliográficas, documentos); o que permite estudar situações complexas através de “casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p.37). Para tanto, leva em consideração as perspectivas dos participantes e a capacidade reflexiva do pesquisador, atribuindo grande importância ao conceito que as pessoas atribuem ao que acontece a seu redor e à própria vida. Assim, “as narrativas precisam ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais” (FLICK, 2009, p.21).

Outro fator que constitui “um dos pontos fortes da abordagem é a circularidade do processo, que leva o pesquisador a considerar e refletir sobre todo o processo de pesquisa” (FLICK, 2009, p. 97-98). Ainda segundo o autor, “a ligação próxima entre a coleta dos dados

e a seleção do material empírico”, permite ao pesquisador comparar as etapas à medida que o estudo prossegue, repetindo as perguntas iniciais à luz dos resultados obtidos e analisar se o método foi ou está sendo empregado de modo justo, “até que ponto os métodos, as categorias e as teorias empregadas fazem justiça ao sujeito e aos dados?” (FLICK, 2009, p. 97-98). Em outras palavras, a atenção é voltada para o processo, tornando cada fase do estudo conectado como um todo coerente.

Na escolha do método foi também levada em consideração a possibilidade de estudar o caso em seu cenário natural, interagindo face-a-face com as pessoas locais, como explicado por Creswell,

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, o pesquisador vai ao local onde está o participante para conduzir a pesquisa. Isso permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou sobre o local e estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes. A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos (CRESWELL, 2007, p.186).

Além disso, a perspectiva histórica abordada visa apresentar elementos que exponham os motivos dos conflitos que geram/geraram os refugiados. A escolha da descrição histórica parte dos seguintes pressupostos: a história importa e a política se desenrola no tempo e pode, portanto, ser observada e compreendida (PIERSON, 2004).

No presente estudo, a história importa primeiramente pela duração da situação dos refugiados birmaneses na Tailândia que, segundo a Comissão Europeia, dura há mais de 30 anos e pode ser considerada uma das crises de refugiados mais prolongadas do mundo (UNIÃO EUROPEIA, 2017); depois, pelo fato de que as políticas públicas se desenvolvem no tempo. Além disso, a abordagem histórica teve como objetivo descrever e situar o processo no qual o fenômeno se desenvolveu. Como explica Pierson,

Situar a política no tempo pode enriquecer enormemente nossa compreensão das complexas dinâmicas sociais. O significado das dimensões temporais da vida social ajuda a nossa compreensão de importantes resultados políticos. A história importa? Como e por quê? (...) o melhor modo de conectar a história com as ciências sociais não é empírico nem metódico, mas é teórico. Processos sociais, como a construção do Estado e da autonomia burocrática, se desenvolvem ao longo do tempo e possuem dimensões temporais. Examinar os processos temporais nos permite identificar e explicar fundamentais mecanismos sociais. A história transmite os seus efeitos ao presente (PIERSON, 2004, p. 2-5).

A análise proposta se fez em uma perspectiva temporal longitudinal, no recorte de tempo 1984-2014, no intuito de descrever os eventos que contribuíram nas mudanças das políticas de acolhida de refugiados da Tailândia ao longo desses anos, visando observar se as práticas de

acolhida solidária foram eventualmente *extrapoladas* para a agenda de políticas públicas. Escolheu-se fazer essa abordagem para poder “analisar os problemas no seu contexto histórico temporal na intenção de explicar o tema a partir de um caso concreto devidamente situado... e não em âmbito geral” (FLICK, 2009, p. 37).

Privilegiou-se aqueles períodos nos quais aconteceram eventos relevantes para este estudo. Nesse sentido, o primeiro ano (1984) marca a chegada dos primeiros contingentes de refugiados na Tailândia e o último (2014) o começo das negociações para o seu retorno. Outros anos mencionados na pesquisa foram: 1988 pelo aumento do fluxo de pessoas refugiadas, 1990 e 1995, período no qual se intensificaram as ofensivas do governo birmanês contra as etnias de oposição, 2005, ano de mudanças positivas na aplicação das políticas nos abrigos e o ano de 2014, quando inicia o processo de retorno dos refugiados para a Birmânia.

A coleta de dados secundários foi realizada em duas etapas, a primeira em João Pessoa e a segunda, complementar, na Tailândia, na biblioteca da Universidade Chulalongkorn. Descobrimos que na Tailândia existem poucas pesquisas acadêmicas sobre refugiados, menos ainda sobre políticas públicas, fato compreensível se se considera o regime político tailandês, primeiro com a monarquia absoluta e em seguida com o domínio dos militares, com consequentes questões de segurança, proibições de pesquisa e, sobretudo, de publicação. Por outro lado, foram encontrados alguns livros, ricos em informações que foram úteis e utilizadas aqui. Foi difícil ter acesso a documentos oficiais do governo como também do ACNUR e ONGs, portanto, para isso, utilizou-se, basicamente, material encontrado na web.

A coleta de dados primários⁵ foi feita através de entrevistas semiestruturadas com especialistas, utilizando a abordagem das teorias subjetivas, método desenvolvido por Brigitte Scheele e Norbert Groeben (1988 apud FLICK, 2009: 148-149). Neste método, fazem-se perguntas “controladas pela teoria e direcionadas para as hipóteses” (FLICK, 2009: 149). Para isso, foi utilizado um guia de entrevistas que contemplou duas funções: a primeira para garantir que o interlocutor se apresentasse de modo competente e a segunda para que a entrevista não fugisse aos objetivos preestabelecidos (FLICK, 2009: 158). Aqui o mestrando contou com o suporte do orientador para clarificação dos pontos centrais e temas importantes que foram tratados na entrevista.

Entrevistas episódicas com pessoas que testemunharam o fenômeno estudado durante os anos indicados, serviram para captar, dos entrevistados, a lembrança de experiências vividas,

⁵ Foi feita uma viagem para estudos de campo na Tailândia, de dezembro 2017 a março 2018. A Cáritas Brasileira, representada nesse caso pela Cáritas Diocesana de Pesqueira, financiou o projeto. A organização Cáritas é um dos principais atores envolvidos nos processos de acolhida de refugiados no Brasil.

“nas formas de conhecimento narrativo-episódico e semântico” (FLICK, 2009, p. 172), enriquecendo assim a pesquisa com histórias reais e corroborando ou contrastando com a opinião dos especialistas.

A escolha e o acesso às pessoas do grupo de entrevistas episódicas foram facilitados pelo conhecimento e experiências de campo adquiridos, pelo pesquisador, durante os dezoito anos de sua permanência na Tailândia e do trabalho efetuado com pessoas refugiadas da Birmânia. Nos últimos quatro anos dessa permanência no país, o autor trabalhou em uma ONG nacional que, em parceria com o ACNUR, ocupava-se da questão.

As entrevistas foram transcritas na língua original e, em seguida, a maioria foi traduzida para o português pelo autor. Essas transcrições encontram-se no Apêndice V. Por motivos de limitação temporal do mestrado, três entrevistas foram publicadas em inglês, uma em italiano, enquanto que a entrevista com um habitante de um vilarejo tailandês na fronteira com a Birmânia e aquelas com três professores universitários não foram traduzidas⁶. Não obstante isso, os textos foram analisados a partir do original.

A situação política atual da Tailândia é muito complexa, com um regime militar no Governo e com a lei marcial imposta. Alegando motivos de segurança nacional e para preservar a lei e a ordem, o Governo decretou várias proibições, inclusive os estudos e pesquisas sobre questões políticas e também sobre os refugiados. Obter as devidas permissões para fazer pesquisas sobre esses temas requer muito tempo. Segundo informações recebidas *in loco*, seriam necessários seis ou mais meses e sem a garantia de receber resultado positivo à solicitação.

Antes da viagem de estudos que fizemos à Tailândia, tinham sido feitos contatos com pessoas para possíveis entrevistas, porém, nenhuma delas havia respondido, fato que foi esclarecido após nossa chegada ao país. Fez-se então necessária uma mudança de planos, incluindo a procura de outras pessoas a serem entrevistadas, o que tornou possível refazer o elenco e proceder com um novo programa. Ao mesmo tempo, tendo em vista a situação de risco, na qual seriam colocados entrevistados e entrevistador, foi preciso fazer adaptações nos questionários e roteiros de entrevistas. Não obstante as dificuldades encontradas, foram entrevistadas pessoas chaves, competentes e conhecedoras da situação, além de outras, diretamente envolvidas seja com os refugiados, agentes de ONG, funcionários de embaixada estrangeira, especialistas em ciências políticas, professores de uma faculdade de Direito, dois

⁶ Por isso não foram colocadas no apêndice

doutores, um em sociologia e o outro em economia. Os entrevistados pertencem a três etnias, Karen, Karenni e Thai.

Para todas as entrevistas, foi respeitado o código de ética previsto para tal, obtendo o consenso de todos os entrevistados com a eventual ressalva daqueles que, por motivos de segurança, preferiram ter suas contribuições publicadas de modo anônimo. Todas as entrevistas foram devidamente documentadas através de gravações áudio e/ou vídeo e o conteúdo transcrito e traduzido para o português (com exceção daquelas mencionadas anteriormente). Todas as traduções foram feitas diretamente da língua usada na entrevista, ou através de intérprete (línguas Karen e Karenni).

As entrevistas foram conduzidas estilo conversa amigável, em locais escolhidos pelos entrevistados, longe de olhares e orelhas indiscretas, tomando um chá com uns, almoçando com outros, em casas neutras ou, quando conveniente na casa do entrevistado. Com isso tornou-se possível estabelecer relacionamentos abertos e conquistar a confiança do interlocutor, além de encontrar as pessoas no seu ambiente. Em alguns casos percebia-se, no início, uma atmosfera tensa e com certa desconfiança; com o passar do tempo, a pessoa entrevistada se descontraía e assim o discurso se tornava mais fluido.

Por motivos de segurança das pessoas entrevistadas, quase todas concordaram em ter suas respostas publicadas de forma anônima, o que foi plenamente respeitado. Alguns, porém, autorizaram ter seus nomes publicados. No total entrevistamos dezessete informantes, dos quais dez preferiram o anonimato, a saber: três especialistas, três professores, dois militantes de etnia Karen e dois representantes de ONGs. Por esta razão as citações das entrevistas pertinentes a estas dez pessoas foram codificadas da seguinte forma: Entrevistado (ENT.) A, B, C... Especialista (ESP.) A, B, C, Professor (PROF.) A, B, C e assim por diante. No caso de consenso positivo, as pessoas foram devidamente nominadas.

Foi também importante acompanhar o *feeling* do momento, mudando o rumo das perguntas, adaptando-as segundo o interlocutor; deixando de lado questionamentos que poderiam gerar desconforto e retomando-os por outro ângulo em momentos sucessivos, deixando-se surpreender por temas não previstos e explorar caminhos não pensados. Exemplo disso foi a entrevista com um senhor Karen, em sua casa no meio da floresta. A sua expertise é sobre a cultura Karen, de tradição oral, transmitida de pai para filho e de geração em geração. No início, o tema parecia fugir dos propósitos preestabelecidos e dos objetivos da pesquisa. Com o desenrolar da conversação, muitos aspectos importantes foram revelados e se mostraram

valiosos para entender a cultura que permeia a região, com seus valores tradicionais, entre os quais a importância dada à acolhida de quem quer que bata à porta.

Vale salientar a importância de respeitar a cultura do local onde se visita. Ao chegar a uma casa, em geral na Tailândia, os calçados devem ficar na porta e se entra descalço. O hóspede é recebido com um copo de água e se conversa descontraidamente. Em seguida, o anfitrião faz o convite para o chá e, somente então, ele vai dizer a seguinte frase: e então, o que posso fazer por você?

No que tange a análise de conteúdo, foram seguidos os esquemas propostos por Flick (2009) e Creswell (2007). Os resultados foram apresentados ao longo do texto. Dados coletados nas entrevistas foram mostrados com citações indiretas, quando convenientes.

O quadro seguinte ilustra como foi feita a coleta de dados:

Quadro 1 - Coleta e análise preliminar de dados

	Onde	Quando	O que/ quem
Pesquisa bibliográfica	João Pessoa	12/2016 a 05/2018	Literatura: Livros, Artigos Acadêmicos, Teses e Dissertações, Periódicos Acadêmicos, Documentos pertinentes (ONU, ACNUR, OIM), Web Sites.
Pesquisa bibliográfica e documental	Bangkok	12/2017 a 03/2018	Biblioteca da Universidade Chulalongkorn, Bangkok: Livros, Artigos Acadêmicos, Teses e Dissertações, Periódicos Acadêmicos, Documentos pertinentes.
Entrevistas semiestruturadas com especialistas	Bangkok e Chiang Mai	12/2017 a 03/2018	Especialistas em Ciências Políticas, Sociologia e Leis, outros
Entrevistas episódicas	Chiang Mai Mae Hong Son e Tak (Norte da	12/2017 a 03/2018	Aldeões nas fronteiras entre Tailândia e Birmânia, pessoas birmanesas

	Tailândia) e Bangkok		refugiadas e ex-refugiadas, outros.
--	-------------------------	--	--

Fonte: Elaboração Própria

Estrutura do trabalho

O desenvolvimento do trabalho compreendeu três capítulos. O primeiro capítulo contém uma revisão da literatura sobre os principais conceitos e objetos da pesquisa e está dividido em três itens. Primeiramente, tem-se uma revisão geral das perspectivas teóricas sobre solidariedade em diversas disciplinas e em algumas religiões, particularmente no cristianismo e budismo, as principais religiões dos refugiados e das pessoas que os acolheram, bem como nas ações de ajuda humanitária das organizações envolvidas com o fenômeno. O segundo item trata dos regimes de proteção internacional a refugiados e migrantes, visando descrever o estado de arte dos mesmos na atualidade, assim como a evolução histórica dos conceitos e políticas: fala-se de temas como migração, definição dos termos *refugiados*, *imigrantes ilegais*, e *pessoas internamente deslocadas*. Finalmente, o terceiro item apresenta conceitos sobre políticas públicas, evidenciando a formação de agenda das mesmas.

O segundo capítulo explora a questão das guerras internas na Birmânia e o impacto no deslocamento de populações. Para tanto, foi apresentada uma visão geral sobre o país, com alguns elementos históricos, inclusive conflitos étnicos e guerra civil, ainda não completamente resolvida. Foram, ainda, apresentados os processos de migração forçada que geraram as pessoas refugiadas.

No terceiro capítulo, o foco foram as políticas públicas tailandesas e as leis tailandesas de imigração para acolhida de refugiados, visando também discutir eventuais aspectos oficiais e extraoficiais no processo de acolhida. Para tanto, fez-se uma introdução sobre elementos históricos do país, incluindo as relações entre a Tailândia e a Birmânia. Prosseguiu-se com a história da acolhida de refugiados para descrever então a longa saga dos refugiados birmaneses na Tailândia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFUGIADOS À LUZ DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE

2.1 Prólogo

Este capítulo visa apresentar a fundamentação teórico-conceitual utilizada como base para responder aos objetivos da pesquisa. A construção do capítulo foi feita através da revisão de literatura escolhida e levando em consideração as teorias analisadas, que serviram de apoio como uma bússola norteadora no caminho até aqui percorrido. Iniciaremos pelo conceito de solidariedade, fundamental para a compreensão de um caso no qual a acolhida da população se antecipou às políticas estatais.

O presente estudo tem como objeto principal a acolhida de refugiados, primeiramente de forma solidária por parte dos tailandeses habitantes nas fronteiras com a Tailândia e subsequentemente, com o apoio e ajuda, por parte de organizações não governamentais nacionais e internacionais. O ACNUR e o Estado Tailandês se envolveram posteriormente no processo. Essa acolhida solidária parece ter “extrapolado” o campo de ação da ajuda humanitária e permeado as políticas públicas da Tailândia.

2.2 Do conceito de solidariedade

Ao tratar do conceito de solidariedade, não se tem aqui a ambição de exaurir o significado do conceito, mas apresentar alguns exemplos e pontos de vista fundamentais dentro do escopo do trabalho, que podem eventualmente dialogar entre si.

A palavra solidariedade é comumente associada a palavras como ajuda, apoio, auxílio e até mesmo caridade. Essa concepção é comumente associada a atitudes pessoais, movidas por compaixão pelo outro, sobretudo os mais privados de bens materiais. Pode também ser definida como uma determinação decisiva e pertinaz de se empenhar pelo bem comum, sobretudo o bem da própria comunidade ou grupo social de pertença, e tem como objetivo aumentar a unidade e coesão do próprio grupo (ZAMPERINI, 2001).

As duas definições se diferenciam em um ponto fundamental: enquanto a primeira fala de atitudes individuais, que parte de uma pessoa em direção a outra/s, a segunda trata de atitudes tomadas por um grupo em função de si mesmo, que adquire uma conotação autorreferencial, voltada aos interesses daquele grupo ou sociedade, que a torna mais forte e pronta para se

defender dos outros. Adriano Zamperini, psicólogo italiano especialista em psicologia social, estudando fenômenos de atrocidades coletivas, objetiva oferecer explicações para dois fenômenos: o primeiro diz respeito a atitudes de apatia e/ou indiferença de pessoas normais, espectadores diante dessas atrocidades coletivas e que, muitas vezes, cometem elas mesmas ações desumanas. O segundo concerne àquelas pessoas que decidem agir de modo diferente, ajudando o próximo de modo solidário ou altruístico (ZAMPERINI, 2001).

A psicologia social reitera que “o conceito de solidariedade também exige o altruísmo, com o qual a orientação solidária é muitas vezes identificada” (ZAMPERINI, 2001, p. 7). Mas essa não pode ser uma afirmação descontextualizada, por isso necessita ser discutida levando em conta alguns aspectos. Para compreender melhor o significado de tal afirmação, é necessário separar o que diz respeito ao agir “solidário” e aquele “altruístico”. Enquanto a solidariedade é entendida como “uma ajuda mútua entre membros de uma família ou grupo social, envolvendo diretamente questões de pertença e responsabilidade coletiva” (ZAMPERINI, 2001, p. 7), o altruísmo não olha as diferenças, nem os sentimentos de pertença a um grupo específico, caracterizando-se por ações feitas por e para sujeitos individuais, normalmente movidos desinteressadamente e, não de raro, colocando em risco a própria vida.

Dito desse modo pode-se interpretar que a solidariedade seria um fator sociológico e político, enquanto que o altruísmo se caracterizaria mais como uma dimensão psicológica. Para o autor, “essa é uma posição que não pode ser aceita pela psicologia social enquanto disciplina científica que estuda processos psicológicos, especialmente em relação à dimensão sociocultural” (ZAMPERINI, 2001, p. 8).

Continua Zamperini

Poderíamos manter a distinção acima mencionada, adotando a diferença entre “*core solidarity*” (solidariedade no sentido estrito) e “*civic solidarity*” (atribuível ao altruísmo). A solidariedade no sentido estrito abrange apenas membros do grupo parental e aqueles que são de alguma forma assimilados. A solidariedade cívica tende ao auxílio e cooperação entre os vários membros da sociedade sem distinção de família ou etnia. A primeira é, portanto, exclusiva e seletiva, enquanto a segunda é inclusiva e generalizada. A expressão solidariedade reflete mais a ideia de um ato que sabe percorrer a distância entre si e o outro, sendo capaz de incluir no próprio raio de ação, indivíduos e grupos excluídos de ideologias totalitárias e autoritárias⁷ (ZAMPERINI, 2001, p. 8).

Uma das conclusões do trecho acima mencionado, levando em consideração também o que foi explicado no primeiro parágrafo, é que para a psicologia social, “solidariedade e

⁷ Tradução livre.

altruísmo são instrumentos psicológicos que podem contribuir na prevenção de sintomas que preanunciam fenômenos como o nascimento de atrofias coletivas⁸ (...) mitigando, assim, as consequências da violência indiscriminada”, e, ainda “a solidariedade não é um fugaz aperto de mão entre dois átomos, mas é uma forma de socialização, um modo de se estar juntos”. (ZAMPERINI, 2001, p. 180).

Esse texto dialoga com o texto que comentaremos a seguir, sobretudo no que diz respeito à aproximação dos termos altruísmo e solidariedade. Como vimos, é opinião da psicologia social que os dois conceitos não se excluem nem são antagônicos, mas se completam. Representam, por assim dizer, duas faces da mesma moeda e podem por isso ser consideradas categorias com características similares e distintas ao mesmo tempo, dependendo do tema e do contexto no qual são utilizadas. Para efeito desse estudo, utilizaremos com maior frequência a palavra “solidariedade”.

A filósofa Kristen Monroe (1996), em sua obra seminal *O Coração do Altruísmo* (*The Heart of Altruism*), surpreende o leitor e o mundo acadêmico com as suas descobertas inovadoras e conclusões dignas de um novo paradigma, ao propor novas explicações para o fenômeno do altruísmo. Altruísmo, como é definido em muitos momentos da obra, significa interessar-se e cuidar do outro, com desprendimento total, mesmo em situações onde a própria existência pode ser posta em risco (MONROE, 1996).

O ponto focal e objetivo principal da obra é definir “altruísmo” e explicar a sua importância, sobretudo no intento de oferecer uma visão diferente do modo de pensar generalizado de que “é natural para as pessoas agirem segundo o próprio interesse” (MONROE, 1996, p. 6). Para tal, a pesquisa foi feita a partir de entrevistas a três diferentes grupos de pessoas: filantropos, heróis e salvadores de judeus na Europa ocupada pelos nazistas. Enquanto para a autora o último grupo de entrevistados pode ser definitivamente classificado como indivíduos que agiram (agem) de forma altruísta, os outros “exibem algumas, mas não todas, as características definidoras de altruísmo, como por exemplo, o comportamento quase-altruísta” (MONROE, 1996, p. 7).

Utilizando a teoria da Relação de Continuidade utilizada por Goertz⁹ (2006), a autora situa o comportamento humano em um *continuum*: em um extremo se encontra o “puro

⁸ Faz referência, sobretudo as atrocidades cometidas na II guerra mundial, e em geral aos fenômenos coletivos (de massa) tema clássico da Psicologia Social.

⁹ Teoria utilizada na abordagem ontológica, realista e causal para análise de conceitos. Diversamente da teoria dicotômica, onde se utilizam dois extremos (um polo positivo e outro negativo, ou/ou, i. é. preto ou branco, bem ou mal) aqui se considera a existência de um *continuum* entre os dois polos (preto, vários tons de cinza até chegar ao branco, por exemplo), em outras palavras, utilizam-se vários níveis para explicar um conceito: básico,

interesse próprio” e no outro o “puro altruísmo”, enquanto que nos níveis intermediários se podem identificar “comportamento modal ou normal, incluindo atos quase altruístas” (MONROE, 1996, p. 7).

O pensamento de Monroe (1996) fruto de rigorosa pesquisa científica, reconhece a importância e contribuição de outras teorias tradicionais sobre o tema, mas se distancia de todas, oferecendo, de modo cientificamente provado, uma nova visão do conceito. Ela inicialmente questiona a maneira mesma como as ciências humanas veem o interesse próprio, dado que é um elemento que constitui a “base das teorias sociais e políticas desde Hobbes” influenciando assim o rumo das políticas públicas e até mesmo a vida quotidiana das pessoas. Contrariamente, “os altruístas simplesmente têm uma maneira diferente de ver as coisas. Onde o resto de nós vê um estranho, os altruístas veem um ser humano” (MONROE, 1996, p. 4).

Mesmo reconhecendo que é legítimo procurar satisfazer as próprias exigências, a autora compartilha a certeza de que “há mais para ser humano do que meramente uma luta para sobreviver ou o cálculo eficiente e racional da vantagem” (MONROE, 1996, p. 4). Neste sentido, Monroe (1996) sugere que a natureza humana é muito mais complexa do que um mero resumo de interesses próprios, sendo este último apenas um elemento que se caracteriza ser humano.

A novidade que constitui o ponto focal e explicativo da atitude altruísta está na ideia de que todos os seres pertencem a uma única família universal. Nas palavras da Monroe “A sensação de estar ligada a outros se concentra nesse sentido de uma humanidade compartilhada, uma percepção de si mesmo em toda a humanidade” (MONROE, 1996, p. 206). Isso se traduz então na vivência de atitudes e sentimentos que revolucionam os modos com os quais a sociologia e mesmo a religião trata da questão. A maneira dos altruístas olharem a conexão existente entre todos os seres humanos através dessa ligação causada por uma “humanidade comum” se apresenta como uma possibilidade de revisão do que significa “ser humano” (MONROE, 1996, p. 212). Para ela,

Essa atitude deriva do reconhecimento que a pessoa que age (o ator) é humana e, portanto, é levada a agir de uma certa maneira e que a pessoa que necessita de ajuda também é humana e digna de ser tratada como tal. Humanidade mais necessidade: esse é o único raciocínio moral, o único cálculo para o altruísmo. Isso é muito longe do cálculo de custo/benefício que eu tinha sido treinada para aplicar ao comportamento humano (MONROE, 1996, p. 212).

secundário, intermediário e assim por diante. Segundo Goertz, essa abordagem dá maior amplitude à análise de conceitos e enriquece sobretudo a análise qualitativa (GOERTZ, 2006, p.27-35).

As ideias de Monroe se diferenciam daquelas de Zamperini, sobretudo no que tange as razões que impellem os indivíduos em direção ao indiferentismo (na linguagem de Monroe *interesse próprio*) ou ao altruísmo/solidariedade. Enquanto que para a psicologia social, “a solidariedade não é um fugaz aperto de mão entre dois átomos, mas é uma forma de socialização, um modo de se estar juntos”¹⁰ (ZAMPERINI, 2001, p. 180), para a filosofia de Monroe é “a conexão existente entre todos os seres humanos através dessa ligação causada por uma humanidade comum” (MONROE, 1996) que faz com que o indivíduo aja altruisticamente.

Adriano Zamperini (2001) aponta o estudo da solidariedade e do altruísmo como possível *instrumento analítico* que poderia ajudar na identificação e prevenção de fenômenos por ele chamados de “atrofias coletivas”, como, por exemplo, a apatia da maioria das pessoas durante o holocausto. A Monroe (1996) usa a mesma expressão - *instrumento analítico* - como possibilidade de fornecer informações sobre qualidades e limites das teorias que suportam políticas públicas e disciplinas acadêmicas que consideram normal *o domínio do interesse próprio* (também definido como egoísmo) nas decisões das pessoas e instituições. Segundo ela, elementos como a solidariedade e o altruísmo poderiam estar à base das formulações de políticas públicas que mirem ao bem-estar da comunidade.

Outros conceitos que dialogam com os textos de Zamperini e Monroe, se encontram na logoterapia desenvolvida por Viktor Frankl. Logos ou λόγος em grego, significa palavra ou verbo. A filosofia acrescentou a essa palavra à conotação de razão ou sentido. Terapia é universalmente entendida como cura ou tratamento. Os princípios sobre os quais se baseia a Logoterapia, segundo Viktor Frankl, são os seguintes:

1. A vida tem sentido em qualquer circunstância; 2. O homem possui vontade de sentido, e se sente frustrado ou vazio quando deixa de exercê-la; 3. O homem é livre, dentro de suas limitações óbvias, para consumir o sentido de sua existência. Cumprimos o sentido da existência realizando valores (FRANKL, 1977).

Nessa ótica, o indivíduo pode escolher aplicar esses princípios mesmo em situações aparentemente sem esperança de soluções. Foi o que aconteceu com o próprio Viktor, durante o seu cativeiro nos campos de concentração nazistas. A sua experiência altruística, comprovada pelos inúmeros exemplos de dedicação aos outros companheiros de desventura, encontra respaldo no que relatam os indivíduos entrevistados pela Monroe, sobretudo no que tange ao “senso de normalidade” tratado nas conclusões da autora sobre o motivo que leva as pessoas a agirem altruisticamente.

¹⁰ Os textos de Zamperini, Monroe e Frankl são traduções livres.

Em uma ocasião Frankl (1982) se encontrava em convalescência na barraca dos doentes. Era comum que os oficiais do campo desconsiderassem as condições dos prisioneiros e assim os mandassem a trabalhar em campos de trabalhos expostos às intempéries dos rigorosos invernos. O médico de turno sugeriu que Viktor se apresentasse voluntariamente para cuidar dos doentes de febre tifoide petequial,

Decidi-me apresentar imediatamente. Sabia que teria morrido em pouco tempo se me tivessem mandado a um campo de trabalho e, se tivesse que morrer, desejava que a minha morte tivesse um significado. Entendi sem nenhuma dúvida que era mais válido poder curar, ao menos mediocrementemente, meus companheiros em veste de médico, ao invés de vegetar e depois bater as botas como um trabalhador braçal improdutivo, como era naquele momento. *Esse foi um simples cálculo, não um sacrifício heroico* (FRANKL, 1982, p. 90, grifo nosso¹¹).

Em outra ocasião, enquanto se preparava para fugir, juntamente com outro prisioneiro, encontrando o olhar de um companheiro moribundo, que lhe pergunta “então foges tu também?”, Frankl sente um desconforto enorme, por estar prestes a quebrar um propósito que se tinha estabelecido de nunca se substituir ao destino. Retorna ao outro fugitivo e lhe comunica ter mudado de ideia. Naquele momento “a sensação de desconforto desaparece. Volto à barraca do tifo, me sento ao lado do moribundo e procuro consolá-lo, fazendo o mesmo com os outros doentes, procurando tranquiliza-los” (FRANKL, 1982, p. 103-104).

A experiência nasce e se concretiza na convicção de que “a liberdade espiritual do homem, aquele bem que ninguém pode lhe tirar até quando não exala o último respiro, faz com que ele encontre o modo de plasmar coerentemente a própria vida” (FRANKL, 1982, p. 116).

O conceito implícito de altruísmo que encontramos nos relatos citados contém similaridades com aquele de Monroe. É recorrente a expressão: “Esse foi um simples cálculo, não um sacrifício heroico”, em consonância com os relatos dos entrevistados pela Monroe, nestes aspectos, corroborando a sua teoria. O que se distancia entre os dois e pode se caracterizar como explicação para as ações altruísticas de Frankl, é o sentido da liberdade espiritual que ele mesmo atribui à sua experiência e à Logoterapia. Para Frankl, “Cumprimos o sentido da existência realizando valores” (FRANKL, 1982, p. 116). Entre esses valores se encontra também o altruísmo.

Já no campo da educação, um grupo de especialistas está desenvolvendo atualmente métodos pedagógicos baseados no conceito de “service-learning”, objetivando oferecer uma opção formativa à abordagem de cunho mais individualista, sobretudo, mas não só, da tradição

¹¹ Todos os textos de Frankl e Tapia são traduções livres

europeia. Essa abordagem tem como um dos focos principais introduzir o conceito e a prática da solidariedade como elementos constitutivos dos processos formativos. Grande ênfase nesse método é contribuir para uma nova compreensão da finalidade social da educação (TAPIA, 2006).

Maria Nieves Tapia tenta se afastar de eventuais conotações da palavra fraternidade usadas em diferentes contextos, tais como o uso do termo para pedir doações de sangue, ajudas para situações de emergências e crises humanitárias, ou mesmo quando a comunidade internacional solicita ajuda solidária para os países menos desenvolvidos. O uso dessas conotações, sublinha a autora, causa certa preocupação em representantes da sociedade civil em vários níveis, pela desvalorização da palavra que corre o risco de se transformar em simples slogan ou, “simplesmente na expressão de um vago sentimento de boa vontade” (TAPIA, 2006. p. 87).

A autora assim sintetiza o próprio conceito de solidariedade aplicado à pedagogia de “service-learning”: “Essa concepção de solidariedade como fraternidade/irmandade envolve o reconhecimento da humanidade como família e de todos os seres humanos como irmãos na dignidade comum da condição humana” (TAPIA, 2006, p. 88). A implicação dessa proposta educativa se torna então: “educar para este reconhecimento consciente da dignidade de toda pessoa humana e do vínculo fraterno que nos une com todos os outros” (TAPIA, 2006, p. 89).

Essa definição dialoga com o conceito de altruísmo da Monroe, enquanto ambas identificam a raiz de ações altruísticas/solidárias, na consciência e sentimento de pertença à família humana universal. Ao mesmo tempo Tapia inclui o termo “fraternidade/irmandade”, dando assim uma motivação religiosa ao fenômeno.

A solidariedade como fator cultural e também religioso tem um papel nos processos de acolhida na Tailândia. Solidariedade e altruísmo são conceitos e práticas muito presentes em todas as religiões em sua essência e quando distanciadas dos meros interesses materiais. Aqui falaremos especialmente sobre o cristianismo e o budismo. O fato de que os refugiados birmaneses pertencem a essas duas religiões, como também aqueles que os acolhem na Tailândia, torna relevante a menção desses conceitos.

No decorrer dessa pesquisa, observou-se como a religião tem influenciado a situação dos refugiados da Birmânia em vários aspectos, negativos e positivos. Aspectos negativos foram observados, por exemplo, na conotação religiosa à base das guerras civis na Birmânia entre os budistas birmanos e as outras etnias cristãs e muçulmanas desde o início das hostilidades. Quando a União Nacional Karen (na sigla inglesa, KNU) se dividiu, foram

formados dois grupos, um cristão e outro budista, com resultados sangrentos para ambas as partes.

Por outro lado, são bem visíveis os aspectos positivos, como a presença ativa de organizações de cunho religioso que atuam concretamente nos processos de acolhida, para citar uma. Nesse estudo, a ênfase foi encontrada nos valores solidários da acolhida. Esses valores, como se poderá apreciar em seguida, estão presentes nos ensinamentos e práticas das religiões. Aqui trataremos mais especificamente da solidariedade no budismo e cristianismo, fazendo um aceno final a outras religiões.

Existem algumas denominações cristãs na fronteira, sendo o catolicismo uma das principais. Por isso optou-se por apresentar conceitos sobre a solidariedade presentes no catolicismo, conscientes de que esses conceitos também são plenamente compartilhados por outras denominações cristãs.

A doutrina social da igreja católica, por exemplo, explora o conceito de solidariedade em diferentes ocasiões. Segundo a Encíclica *Populorum Progressio*, “O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade”. (PAULO VI, 1967:12). João Paulo II define a Solidariedade como: “um espírito aberto ao diálogo, que lança as suas raízes na verdade e tem necessidade da verdade para se desenvolver. (...) procura, sobretudo construir e não destruir procura prevalentemente unir e não dividir.” (JOÃO PAULO II, 1987:01). E, em outra ocasião:

A solidariedade não é um sentimento de compaixão vaga ou intenção superficial para os males de tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a firme e perseverante determinação de se envolver no bem comum, isto é, para o bem de todos e de cada um, porque somos todos verdadeiramente responsáveis para todos (*Sollicitudo Rei Socialis*, N° 38).

Leonardo Boff (2006) considera que um dos objetivos das ciências sociais, econômicas e políticas, como também da cultura, ética e religião seria ajudar a sociedade a viver de forma mais humana. Ao mesmo tempo, os últimos séculos exacerbaram a ideia de que é necessário competir todos com todos, gerando assim “a falta de solidariedade, o individualismo, a acumulação privada e o consumismo irresponsável” (BOFF, 2006, p. 9).

Portanto, o autor vê na solidariedade “o remédio que gera a comunidade e a participação de todos na construção de um mundo no qual todos possam caber minimamente e viver minimamente felizes” (BOFF, 2006, p. 9). Para ele, repensar em uma nova perspectiva os caminhos que a humanidade está percorrendo significa redescobrir e colocar no centro dos processos sociais uma “nova racionalidade necessária e salvadora: o sentimento profundo de

pertença, de solidariedade, de familiaridade, de hospitalidade, de cuidado e de tolerância”. (BOFF, 2006, p. 10).

A solidariedade no cristianismo tem um significado religioso muito explícito. Os cristãos são chamados a praticá-la como uma resposta aos ensinamentos do Cristo contidos nos evangelhos, sobretudo o mandamento “amai-vos uns aos outros (...)” (JOÃO, 13,34). A solidariedade seria uma das expressões concretas desse amor.

O Budismo prega uma vida calma e meditativa, a prática da compaixão por todos os seres vivos e a fuga do mundo através da vida monástica como o caminho para se atingir o Nirvana. Segundo Malcolm D. Eckel, “a virtude da compaixão é um ideal ativo, centrado no objetivo de aliviar o sofrimento dos outros. Isso envolve ajudar os outros a alcançar o nirvana, mesmo à custa de adiar seu próprio acesso ao nirvana para fazê-lo”¹² (ECKEL, 2007, p. 57). De acordo com o autor, essa virtude tem a sua origem ideológica na assimilação da figura do bodhisattwa, sobretudo nos países de tradição Mahāyāna¹³ do Norte e do Leste da Ásia. O bodhisattwa cultiva virtudes de *compaixão* (karuna) e *sabedoria* (prajna). Estes dois princípios são expressos no "voto" do bodhisattwa: “Posso alcançar a condição de Buda para o bem de todos os outros seres” (ECKEL, 2007, p. 57).

Segundo Raveri, “a *compaixão* como autentica identificação de si no outro, deriva da plena realização do vazio: de fato essa não existe se não se atingiu a conscientização da natureza ilusória do próprio eu” (Raveri, 1999, p. 360, cursivo nosso). Para o budismo, a compaixão-solidariedade se enquadra e tem sentido em uma ascética pessoal do indivíduo que o ajuda a sair do ciclo da existência (samsara em Pali)¹⁴ e alcançar o Nirvana, que é em última análise a liberação total e extinção de todo sofrimento e a possibilidade de não renascer novamente (FILIPPANI-RONCONI 2003, p. 9-16).

Essa “autentica identificação de si no outro” se por um lado se aproxima de outros conceitos visitados nesse estudo, por outro contrasta e se distancia na sua razão última, que é praticar a compaixão como um meio para atingir “a conscientização da natureza ilusória do próprio eu” o que leva o praticante a sair do ciclo da existência¹⁵.

Conceitos sobre cuidado e atenção ao próximo, que podem ser enquadrados como altruísmo/solidariedade, também são encontrados em outras religiões. Por exemplo, existe uma

¹² Também esses textos, até aquele de Catalano, são traduções livres

¹³ Corrente budista também conhecida como “O Grande Veículo”, o Budismo Mahayana é considerado um movimento filosófico de salvação universal, por acreditar que todos os seres conscientes possam se tornar outros Buda. A figura do *Bodhisattwa* corresponde a um futuro Buda, ou um buda em transformação (FILORAMO, 2007)

¹⁴ Condição que obriga as pessoas a um eterno renascer sem um caminho de saída

¹⁵ Interromper os renascimentos

fórmula conhecida como *a regra de ouro*, universalmente reconhecida por encontrar-se na maioria - se não em todas - as tradições religiosas. Trata-se ora de comando, ora de convite das várias religiões a seus adeptos ao cuidado e atenção solidária para com os outros.

Roberto Catalano apresenta algumas dessas expressões

Na tradição judaica: Não faça a ninguém aquilo que você não aprecia (Talmud, Shabat 31, Tobias 4:15); No cristianismo Jesus recita esse conceito e afirma: Assim, em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam (Mt 7, 12); O Alcorão convida os seguidores do Islã: nenhum de vocês é um crente até que ele faça com o irmão o que ele quer para si mesmo (IV Hadith of an-Nawawi 13); No hinduísmo Mahabharata diz: Esta é a síntese de todos os deveres: não faça aos outros aquilo que te faz mal. (Mahabharata 5: 1517). Mahatma Gandhi dizia: Tu e eu somos uma coisa só. Não posso te fazer mal sem ferir a mim mesmo; O budismo usa uma das máximas do Buda: Não machuque outros com o que te machuca. (Udana-Vrga 5.18) (CATALANO, 2010, p. 80).

Se quisermos extrapolar o apresentado por Catalano (2010, p. 80), podemos também recordar outras tantas tradições que expressam a regra de ouro, como a ideia de "Bem-aventurado é aquele que ama seu irmão antes de si mesmo" (Bahá'u'lláh, Fundador da Fé Bahá'í), a de "Não fazer aos outros aquilo que é nocivo para você mesmo" (Zoroastro) e mesmo a de "Aquilo que você dá (ou faz) aos outros, isto será dado (ou feito) a você" (Religiões Tradicionais Africanas).

As teorias e interpretações sobre a solidariedade presentes no budismo e no cristianismo aqui apresentadas foram identificadas ao longo da pesquisa, sobretudo na pesquisa de campo e em parte serviram como suporte na tentativa de responder aos objetivos do estudo. De fato, elementos de solidariedade foram observados no caso tailandês de acolhida dos refugiados birmaneses, partindo do discurso oficial do governo, que considera que a acolhida é feita em base a princípios humanitários. Aqui se recorda, por exemplo, a Monroe que considera “a conexão existente entre todos os seres humanos através dessa ligação causada por uma humanidade comum” (MONROE, 1996, p. 212).

Elementos de solidariedade se encontram também nas relações entre a população fronteiriça entre Tailândia e Birmânia o que explica a acolhida recíproca, que existe há muito entre esses povos e que serão narrados com mais detalhes no decorrer desse estudo. Pode-se assim intuir que a solidariedade é um princípio bem presente na história do refúgio e que possa ser um elemento, juntamente com outros, que constitui uma base para as ajudas humanitárias. Em todos os processos de acolhida se notam slogans do tipo crise humanitária, necessidade de intervenção humanitária, apelos a ações humanitárias em prol dos refugiados de tal e tal país.

Portanto, parece razoável que onde existam crises de refugiados, ali se encontrem também manifestações de solidariedade por parte dos atores envolvidos nos processos de acolhida.

O próximo item trata da conceituação e estado da arte da questão das pessoas refugiadas na literatura e nas organizações internacionais que delas se ocupam.

2.3 Regimes Internacionais para Refugiados

Uma vez feita a revisão dos elementos centrais do que significa solidariedade, nos debruçamos agora sobre o regime internacional de refugiados. A intenção é passar em revista os conceitos sobre as pessoas refugiadas, a história e desenvolvimento desses conceitos, bem como apreciar a necessidade de revisão e atualização seja dos conceitos em si, que dos regimes de proteção e acolhida dessas pessoas nesse momento histórico.

Ao mesmo tempo, vale salientar como vários textos que serão apresentados a seguir, dialogam com os conceitos anteriormente expostos, por exemplo, como bem afirma Wellington Pereira Carneiro¹⁶, “acolher os refugiados não é apenas um ato de solidariedade, mas tem a transcendência de um conceito humanitário que vem sendo construído há décadas” (CARNEIRO, apud JUBILUT, 2007, p. 35).

Completando o pensamento de Carneiro, Jubilut utiliza o conceito de altruísmo como uma das justificativas para as ações de “acolhida de pessoas perseguidas em razão de suas raças, religião, opiniões políticas, nacionalidade ou de seu grupo social” (JUBILUT, 2007, p. 36).

De acordo com Barichello e Araujo (2014), a história moderna desperta para o fenômeno do “refugio” logo após a segunda guerra mundial, quando orlas de cidadãos europeus tiveram que abandonar suas casas, foram deslocados e necessitaram de acolhida em outros sítios. Para os autores, a guerra “motivou o reconhecimento internacional do status de refugiados, bem como um novo conceito de direitos humanos, resultantes de atrocidades cometidas durante o Holocausto e a emergente preocupação internacional com a dignidade humana” (BARICHELO; ARAUJO, 2014, p. 64).

A princípio as definições internacionais sobre o tema tratavam quase que exclusivamente a questão europeia. O problema dos campos de refugiados em vários países europeus e a necessidade de repatriação ou eventual inserção dessas pessoas em outros países refletia a necessidade de novas e mais complexas tipologias de política internacional. O

¹⁶ Oficial de Proteção do ACNUR Brasil, junho de 2006.

indivíduo “refugiado” então se torna “aquele que se refugia”, forçado a abandonar a pátria nativa por motivos que fogem de seu controle e o colocam em posição de perigo, afirmam os autores (BARICHELLO; ARAUJO, 2014).

Seguindo o mesmo raciocínio, Jubilut (2007), estabelece que ações de acolher e proteger podem ser observadas no decorrer da história da humanidade. Essas práticas, sobretudo no que concerne às ajudas a indivíduos em perigo, ou sofrendo perseguições, gradualmente se transformam em costumes internacionais. Com o surgimento dos Estados, ocorre uma mudança nessas práticas, no sentido que essa acolhida agora é feita a cidadãos fugindo de situações de risco advindos de outros Estados. Apesar dessa tradição bastante universal de abrir as próprias fronteiras para receber pessoas provindas de outros Estados, chega o momento que se torna necessário regulamentar essa acolhida, sobretudo com normas internacionais. Essa progressiva regulamentação, transforma-se no “direito de asilo” *lato sensu*, sob o qual estão abrangidos o “asilo diplomático e territorial” e o “refúgio” (JUBILUT, 2007, p. 36).

Desse modo, segundo a autora a principal semelhança entre os institutos¹⁷ de asilo e refúgio consiste nos seus objetivos, enquanto ambos “*visam à proteção da pessoa humana, em face da sua falta no território de origem ou de residência do solicitante, a fim de assegurar e garantir os requisitos mínimos de vida e de dignidade*” (JUBILUT, 2007 p. 43).

Segundo Jubilut (2007) o instituto do refúgio nasce sob os auspícios da Liga das Nações. Nesse sentido, em um texto das Nações Unidas (2017), encontramos que no ano de 1919 depois da Primeira Guerra Mundial, a comunidade internacional cria através do Tratado de Versailles, a Liga das Nações, também conhecida como Sociedade das Nações, uma Organização internacional, cujo objetivo era prevenir a eclosão de novas guerras e promover a paz e a segurança internacionais. Diante da impossibilidade objetiva de prevenir e evitar a II Guerra Mundial, a Liga das Nações foi extinta. Ao mesmo tempo, a enorme catástrofe causada pela guerra, despertou na comunidade internacional o sentimento da necessidade urgente de se conceber um modo para que a paz entre as nações pudesse ser preservada e as guerras evitadas. Nasce então a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo principal de “manter a paz entre os países”. A Carta das Nações Unidas, documento fundante da entidade,

[...] foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. As Nações Unidas, entretanto, começaram a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a então União Soviética, bem

¹⁷ A autora entende “Instituto como entidade jurídica instituída e regulamentada por um conjunto de normas de direito positivo” (JUBILUT, 2007, p. 42).

como pela maioria dos signatários. O dia 24 de outubro é comemorado em todo o mundo como o “Dia das Nações Unidas” (Nações Unidas, 2017).

Diante da grande crise humanitária em ato, da enorme quantidade de pessoas deslocadas, apátridas e refugiados, consequência da II Guerra Mundial, a Assembleia Geral da ONU, em 14 de dezembro de 1950, fundou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A entidade foi criada como organização humanitária, social e, supostamente, apolítica e tem como objetivos principais: “proteger homens, mulheres e crianças refugiadas e buscar soluções duradouras para que possam reconstruir suas vidas em um ambiente normal” (ACNUR, 2001 – 2016).

Do ponto de vista jurídico, segundo Pacífico (2005), a acolhida e proteção das pessoas que se encontram em situação de refúgio e asilo como normativa global, pode ser considerada um dos frutos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas não somente por essa. A acolhida e proteção são respaldadas pelos seguintes direitos e princípios:

A proteção jurídica, nacional, regional e internacional dos migrantes e deslocados é fornecida pelos direitos humanos, pelo direito humanitário, pelo direito dos refugiados e pelos princípios orientadores dos deslocados internos. Ela se encontra inserida em tratados internacionais e em normativas regionais e nacionais, que as utilizam para criar instituições e implementar políticas públicas que facilitem a integração local, o repatriamento ou o reassentamento destes indivíduos (FARIA; ZENAI, 2014, p. 122).

Rocha e Moreira também enfatizam que “o regime internacional para refugiados se relaciona diretamente com o regime internacional dos direitos humanos e foi estabelecido poucos anos depois deste” (ROCHA; MOREIRA, 2010, p. 18). A Declaração Universal de 1948 reconhecia os direitos dos indivíduos, não somente no âmbito nacional, mas aportava a grande novidade de considerá-los como sujeitos de direito no plano internacional. O texto previa, entre outros, “o direito de procurar e gozar asilo a toda pessoa vítima de perseguição” (ROCHA; MOREIRA, 2010, p. 18).

Porém, para as autoras, não era suficiente apenas criar uma entidade que se ocupasse da questão, mas era imprescindível se chegar a um consenso do que significava o termo *refugiado* e isso deveria ser feito através de um tratado internacionalmente reconhecido e ratificado pelas nações.

De acordo com o documento oficial da *Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas*, Documento comemorativo dos 60 anos da *Conferência* (ACNUR, 2010), a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e o Protocolo relativo ao status de pessoas apátridas, foi convocado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950. A Conferência Plenipotenciária foi realizada em

Genebra de 2 a 25 de julho de 1951. Essa contou com a participação de delegados representantes de Governos de vinte e seis Estados. Além desses representantes, foram convidadas a participar da Conferência, outras organizações, como observadores, sem direito de voto, como demonstra o quadro 2:

Quadro 2 - Participantes da Conferência Plenipotenciária da Conferência das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.

Governos representados por delegados oficialmente credenciados	Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, República Federal da Grécia, Santa Sé, Iraque, Israel, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça (a delegação suíça também representou Liechtenstein), Turquia, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Venezuela, Jugoslávia
Governos representados por observadores	Cuba e Irã
Participante convidado especialmente	A Assembleia Geral solicitou a participação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados nas deliberações da Conferência sem o direito ao voto.
Organizações participantes sem direito de voto:	Organização Mundial do Trabalho, Organização Internacional para os Refugiados, Representante do Conselho da Europa.
Organizações Não Governamentais com relação consultiva com o Conselho Econômico e Social, presentes como observadores:	
Categoria A	Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, Federação Internacional de Sindicatos Cristãos, União Interparlamentar.
Categoria B	Organização Mundial Agudas Israel, Caritas Internationalis, União Internacional Católica para Serviços Sociais, Comissão das Igrejas sobre Assuntos Internacionais, Conselho Consultivo de Organizações Judaicas, Conselho de Coordenação de Organizações Judaicas, Comitê Mundial de Amigos para Consulta, Associação Internacional de Direito Penal, Escritório Internacional para a Unificação do Direito Penal, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Conselho Internacional das Mulheres, Federação Internacional de Amigos das Mulheres Jovens, Liga Internacional dos Direitos do Homem, Serviço Social Internacional, União Internacional para o Bem-Estar da Criança, União Internacional das Ligas das Mulheres Católicas, Pax Romana, Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade, Congresso Judaico Mundial, União Progressista Mundial para o Judaísmo, Associação Mundial das Jovens Mulheres Cristãs
Também inseridos no diretório oficial	Comitê Internacional de Assistência para Trabalhadores Intelectuais, Sociedades da Liga da Cruz Vermelha, Conferência Permanente de

	Agências Voluntárias, Associação Mundial de Guias e Escoteiras, Serviço Mundial de Universidades
--	--

Fonte própria: adaptação da Convenção e protocolo relativo ao estatuto dos refugiados, (ACNUR, 2006).

A Convenção estabeleceu critérios para definir um sistema legal de reconhecimento e proteção de refugiados. O capítulo I: disposições gerais, Artigo I, Inciso 2, da Convenção, assim define o conceito de refugiado:

O termo “refugiado” aplica-se a qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar (Convenção e protocolo relativo ao estatuto dos refugiados, ACNUR, 2001-2006).

Como apontam Rocha e Moreira (2010), o Estatuto de 1951 apresenta várias limitações, dentre elas duas se destacam por seu caráter limitativo da definição do termo “refugiado”: uma de ordem temporal, pois delimitava a aplicabilidade do estatuto aos *acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951* e outra de natureza geográfica. A interpretação geográfica poderia considerar refugiadas somente as pessoas de origem europeia, enquanto que a temporal poderia englobar pessoas do mundo inteiro. Essas duas limitações partiam do pressuposto que o problema das pessoas enquadradas nas definições, se referia somente à Europa e que seria resolvido com o tempo. Outra interpretação, segundo as autoras (citando Hathaway, 1993) seria que: “essas limitações eram estratégicas e motivadas por interesses políticos dos países ocidentais” (ROCHA; MOREIRA, 2010, p. 19).

Com o processo de descolonização dos continentes asiático e africano, nas décadas de 1950 e 1960, se verificam grandes movimentos de pessoas em fuga e necessitadas de atenção e proteção mostrando que a questão dos refugiados não era um problema circunscrito à Europa e nem tampouco ligados exclusivamente a II Guerra Mundial. Esses fatos colocaram de forma mais evidente, que a Convenção de 1951 não era capaz de ser implementada nesse novo cenário, por deixar inteiras populações fora da proteção legal do regime internacional. Para enfrentar essa problemática e tentar resolver os impasses presentes e gerados pela Convenção de 1951, a ONU e em particular o ACNUR, tomaram à frente mais uma vez a situação no esforço de fazer adaptações ao regime. Cria-se então O *Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados* de 1967, eliminando as duas reservas temporais e geográficas. (ROCHA; MOREIRA, 2010).

O Protocolo de 1967 então ampliou a definição passando a considerar como refugiada a pessoa “obrigada a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos¹⁸”. Essa definição segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) é considerada importante pela sua conotação jurídica, que garante a proteção dessas pessoas no direito internacional. Por ser obrigado a fugir de seu país de origem por situações que colocam em risco à sua própria vida, o fato de poder ser reconhecido como *refugiado* no plano internacional, teoricamente coloca o indivíduo na posição de receber assistência dos países signatários da Convenção de Genebra, e assim ser acompanhado pela ACNUR e outras organizações competentes (ACNUR, 2017),

O mérito principal do regime foi definir juridicamente o conceito de refugiado. Ao mesmo tempo, uma grande lacuna se encontra no fato que a única obrigação exigida aos signatários do Protocolo é o *non-refoulement*, ou seja, o impedimento de repatriar forçadamente as pessoas refugiadas. Não existe assim o dever do Estado de receber refugiados, pelo respeito devido a sua soberania estatal (ROCHA; MOREIRA, 2010).

Por isso, o modo de aceitação de refugiados não acontece de maneira uniforme e depende da legislação interna do país de acolhida. No entanto, os países que ratificaram a Convenção e o Tratado têm como obrigação cooperar com os trabalhos do *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* (ACNUR). Este órgão, como mencionado, foi criado após a Segunda Guerra Mundial pela *Assembleia Geral das Nações Unidas* (AGNU) com o intuito de auxiliar pessoas deslocadas resultantes de conflito. A ACNUR é responsável por garantir a proteção de refugiados e certificar que os Países signatários sigam os critérios estabelecidos na Convenção (BARCELOS, 2005).

Tendo em vista o que foi discutido até agora, o regime internacional para refugiados parece não atender de forma satisfatória a situação vigente. Diante dos novos desafios que o tema apresenta se faz necessário analisar os órgãos gestores da situação, especialmente o ACNUR fazendo uma revisão de seu papel e atuação. Rocha e Moreira (2010) sugerem que

O processo de reformulação deveria ocorrer de forma compartilhada entre diversos atores no cenário internacional, sendo de responsabilidade não só da agência da ONU que atua em prol dos refugiados, mas também dos Estados e da sociedade civil global. (ROCHA e MOREIRA, 2010. p. 01). Nesse sentido, de modo a oferecer ao leitor as tentativas de atualização da Convenção de 1951 e do sucessivo Protocolo de 1967, efetuadas por parte de regiões e também de países ao longo dos anos, citaremos dois exemplos, onde se pode observar ampliações da definição de refúgio,

¹⁸ Art. 1 (A) (2) da *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, de 1951, modificado pelo Protocolo de 1967.

um de nível regional, o outro de Estado. Em âmbito regional, além da Declaração de Cartagena de 1984, que aportou importantes pontuações sobre a questão (BARRETO, 2010), temos também a pioneira Convenção da Organização da Unidade Africana, de 1969, na qual:

O temo refugiado também se aplica a quem, devido a agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou sérios eventos perturbadores da ordem pública em certa parte do país ou em todo o país de origem ou nacionalidade, é forçado a deixar seu local de residência habitual par buscar refúgio em outro local fora de seu país de origem ou nacionalidade (FARIA; ZENAI, 2014, p. 123, grifo no original).

Em nível de Estados, um caso emblemático pode ser considerado o do Brasil. Em 1997 o governo brasileiro, em parceria com o Acnur e com a sociedade civil, elaborou a sua própria legislação para refugiados, a Lei n. 9.474, de 22 de julho 1997. Essa lei foi elogiada pela comunidade internacional e, segundo Barreto “é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas mais abrangentes e mais generosas do mundo” (BARRETO, 2010, p. 19). Essa consideração é feita, primeiro por ser a primeira lei do eixo sul do continente americano e segundo por ser inovadora e, por isso mais apropriada às condições atuais dos refugiados. A lei brasileira contempla seja a definição clássica contida na Convenção de Genebra de 1951, como também aquelas definições presentes na Declaração de Cartagena de 1984¹⁹ (BARRETO, 2010). Segundo Andrade e Marcolini, essa lei:

É a primeira legislação abrangente dedicada a este tema na América Latina. Dois aspectos que ela possui merecem atenção especial. O primeiro diz respeito à definição do conceito de refugiado. Além de reproduzir a definição clássica da Convenção de 1951, no seu Artigo 1º (III), a Lei 9.474 afirma que um indivíduo deve ser reconhecido como refugiado se "devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país". Esta definição abrangente é importante, sobretudo quando são consideradas as causas dos recentes deslocamentos forçados ao redor do mundo. Além disso, a definição vai ao encontro da prática adotada pelo Governo brasileiro desde o início da década de 1990. Outro aspecto digno de nota é a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). (ANDRADE; MARCOLINI, 2002, p. 3).

Para completar essa parte, abrange-se de modo bastante sintético o tema mais geral das migrações. A entidade que lida com a questão é a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Segundo a ONU Brasil

A OIM é a principal organização intergovernamental mundial líder em migrações. Criada em 1951, a Organização trabalha em estreita parceria com os governos, outras organizações e a sociedade civil para fazer frente aos desafios da migração. Com 166 Estados-membros, 8 Estados observadores,

¹⁹ Adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984.

401 escritórios e aproximadamente 9 mil funcionários, a OIM dedica-se à promoção de uma migração humana e ordenada para o benefício de todas e todos, fornecendo assistência e assessoramento a governos e migrantes (ONUBR, 2017).

Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM),

A migração é a consequência de uma decisão multifacetada por um indivíduo para se deslocar de um lugar para outro, geralmente em busca de uma vida melhor. Fatores que afetam a decisão de se deslocar existentes nos locais de origem e de destino podem ser econômica, social, relacionadas à segurança e proteção, ambientais ou de natureza pessoal. A decisão de migrar, de residir temporariamente, de se integrar de forma permanente na sociedade local, ou de retornar ao local de origem, muda de acordo com as condições que moldam esses fatores (OIM, 2013, p. 01).

Como vimos até agora, o fenômeno das migrações, que engloba pessoas deslocadas, refugiados, apátridas e refugiados reassentados, é um fenômeno complexo antigo e atual. Ao mesmo tempo, os regimes de proteção e as organizações que se ocupam das pessoas nas condições mencionadas, parecem necessitar urgentemente de atualizações para poder enfrentar a questão de forma mais eficiente e eficaz. Para isso, segundo os autores citados, alguma coisa vem sendo feita a nível de Estados, regional e também na própria ONU.

Depois de levar em consideração as ponderações feitas sobre os regimes de refugiados e também a aparente necessidade de atualizações desses regimes, e considerando seus objetivos e metas, torna-se evidente que a execução de todo e qualquer processo de acolhida demande a elaboração e implementação de Políticas públicas correspondentes dentro dos países receptores. Portanto, as Políticas Públicas foram objeto de revisão teórico-conceitual da próxima seção.

Esse estudo apresentará como já acenado, a experiência da Tailândia, que não é signatária dos tratados internacionais relativos aos refugiados e inicia seu processo de acolhida a partir da solidariedade da sociedade. No caso apresentado, esta solidariedade entre os povos fronteiriços se difunde para o campo das políticas públicas.

2.4 Políticas públicas

Como dito anteriormente, o caso tailandês apresenta características peculiares nos processos de formulação das políticas públicas pelo fato da acolhida solidária vir antes da política pública: primeiro chegam os refugiados, são acolhidos pelas pessoas, logo entram em cena organizações nacionais e internacionais, em seguida entra o Alto Comissariado das Nações

Unidas para Refugiados (ACNUR) e finalmente se criam as Políticas Públicas relativas. Essas políticas para as pessoas refugiadas têm duas faces: uma, oficial, minimalista, com leis que regulam a presença nos e dos campos e outra extraoficial ou informal, onde o Estado delega a outras organizações a condução prática de todo o aparato necessário para a gestão e sustentação da situação das pessoas que se encontram nos campos de refugiados.

No que concerne os países de influência europeia e norte americana, vários autores que tratam o tema de políticas públicas concordam que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública (SOUZA, 2006). O ciclo de políticas públicas normalmente (no Brasil e em outros países de tradição europeia e norte americana) se dá a partir de estudos da realidade social e da elaboração da agenda governamental, sancionada por lei, como demonstra a figura 3.

Segundo Johnson (2011) política pública é “um conjunto de decisões e instituições provindas do acervo organizacional estatal com vistas a organizar a sociedade em conjunto” (JOHNSON, apud GUIDOTTI, 2015, p.181). O autor ainda coloca em evidência que para se compreender a política pública, se faz necessário considerar todos os atores envolvidos no processo. Esses atores formam, segundo ele, uma rede que compreende os agentes, os setores sociais e as instituições formais.

Em outras palavras, trata-se de ações, as quais participam vários atores tendo por objetivo responder às demandas da sociedade no que concerne à realização de seus direitos sociais acobertadas por leis previstas na constituição do Estado. Nesse sentido Pereira afirma que na atuação da política pública “além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado” (PEREIRA, 2002, p.222).

John Subirats (2006) analisando o processo de formação da agenda de políticas públicas considera importante observar que, para que um dado tema seja relevado importante pelos tomadores de decisão e possa assim integrar um programa de ação pública, são necessárias três condições: “a avaliação do impacto geral da questão, o nível de impacto na realidade social e a viabilidade da solução antecipada ou previsível”²⁰ (SUBIRATS, 2006, p. 298).

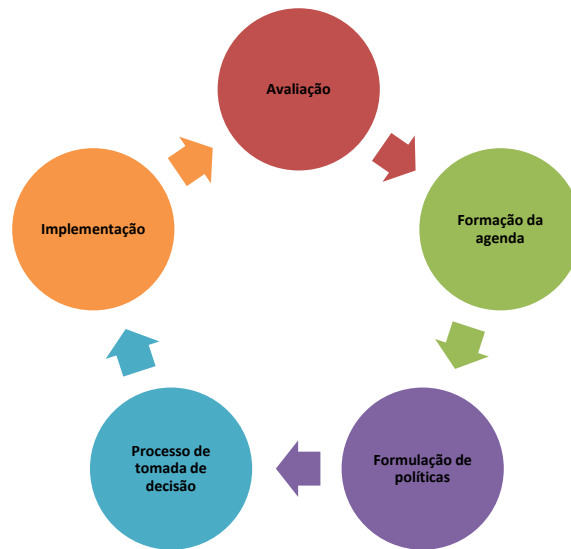
Além disso, continua, seria necessário levar em consideração quais aspectos são essenciais nesse processo. Para o autor seriam seis os aspectos mais relevantes a serem considerados nesse processo: “os fatos, a organização dos grupos presentes²¹, a questão da

²⁰ Todas as traduções dos textos de Subirats são livres

²¹ Nesse caso, dos órgãos públicos.

representação, a estrutura de tomada de decisão, a tradição ou capacidade de resposta do sistema e as lideranças” (SUBIRATS, 2006, p. 298).

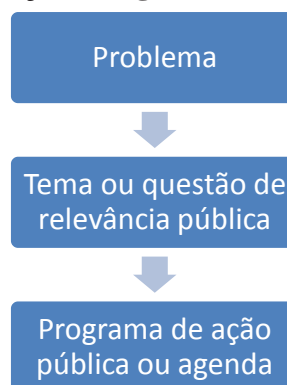
Figura 3 – O ciclo de políticas públicas



Fonte: FREY, (1999, p.11-12). Adaptação própria.

O fluxograma 1 ilustra esse conceito.

Fluxograma 1 – Processo de formação da agenda institucional



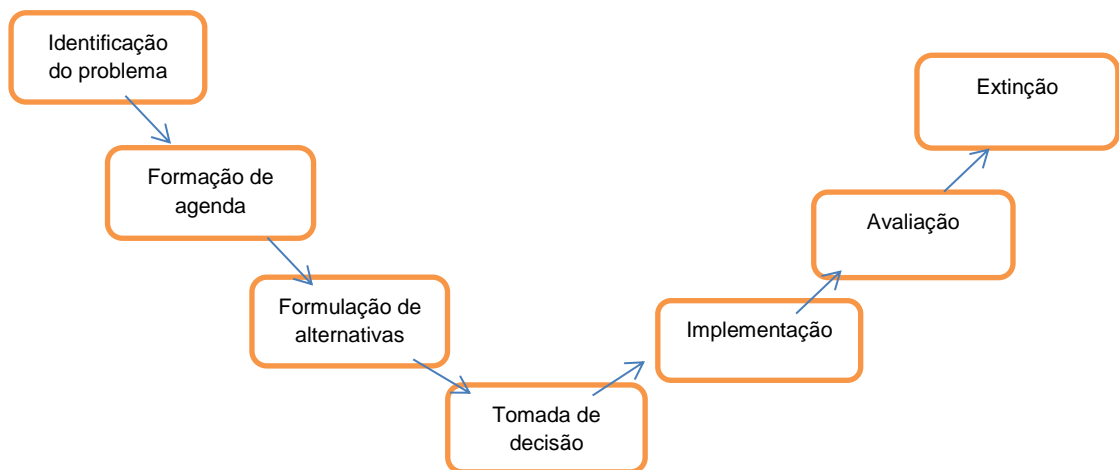
Fonte: SUBIRATS (2006, p. 203). Adaptação própria.

Em uma conjuntura na qual as percepções e julgamentos de valores são percebidos de forma subjetiva, as decisões tomadas muitas vezes podem se tornar em “fatos subjetivos”, por serem os líderes políticos aqueles que interpretam os fatos e tendem a “expressar os valores

dominantes em determinado momento em uma determinada sociedade” (SUBIRATS, 2006, p. 211).

Para Leonardo Secchi, “o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2012, p. 33). O autor define esse ciclo em sete momentos, partindo da identificação do problema, até a extinção do programa, como mostra o Fluxograma 2. Mas, segundo ele, essa é uma definição teórica, pois na prática (na vida real), os ciclos de políticas públicas quase nunca seguem uma sequência linear, podendo uma fase anteceder ou suceder a outra. Por isso, alguns acadêmicos afirmam que não se pode falar de ponto de partida ou ponto final de uma determinada política pública, porque essa apresenta características “líquidas” (SECCHI, 2012).

Fluxograma 2 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: SECCHI (2012, p. 33). Adaptação própria.

No que tange o que chama de formulação de alternativas, Secchi elabora que, uma vez que o problema é introduzido na agenda, se passa a desenhar possíveis soluções para estes mesmos problemas detectados. Para isso, muito depende dos objetivos e estratégias adotadas. Esses objetivos e estratégias devem ser acompanhados pela análise de risco que acompanha eventuais alternativas de solução. “A formulação de alternativas de solução se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível” (SECCHI, 2012, p. 33-36).

Continuando o discurso, afirma que o estabelecimento de objetivos também é fundamental para o acompanhamento de todas as fases seguintes às decisões tomadas, como a implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (SECCHI, 2012). “A etapa

de construção de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos” (SECCHI, 2012, p. 33-36).

A afirmação final encontra respaldo na teoria dos fluxos contínuos de John Kingdom (2014). Segundo ele, não se deve procurar a origem do processo de políticas públicas em um único lugar, ou seja, em um único espaço físico ou temporal, pois em geral os processos são ativos e podem ser originados por diversos fatores. Esses fatores, ou etapas, podem ocorrer ao mesmo tempo, ou em espaços temporais diferentes, como veremos a seguir.

Kingdom (2014, p.208), considera, que de um ponto de vista probabilístico, a elaboração de políticas públicas como um processo, poderia, de maneira simplificada, incluir os seguintes elementos: a definição da agenda e das alternativas que nortearão as decisões tomadas, uma instituição com autoridade para selecionar essas alternativas e, por fim, a sua execução. O autor concebe a agenda como a relação de temas ou problemas aos quais os tomadores de decisão dentro e fora do governo, a um dado momento estão levando seriamente em consideração.

Nesse processo, o autor reconhece que uma combinação complexa de fatores é o que determina o realce e avanço de um item na agenda. Assim, se deve analisar o efeito combinado desses vários fatores no tempo. Uma consequência disso “é que a política prossegue por etapas. Os eventos, por exemplo, passam da definição da agenda, através da decisão, para a implementação” (KINGDOM, 2014, p. 78). Esses processos, ou no dizer do autor fluxos separados, não seguem uma ordem linear nem cronológica, mas são independentes e, em dados momentos se acoplam.

Seguindo a sua análise, Kingdom especifica que “os três principais fluxos de processos em governos federais²² são (1) reconhecimento de problemas, (2) a formação e aperfeiçoamento de propostas políticas, e (3) a política”. Cada um desses fluxos surge e atua em geral sem ligação uns com os outros e “as soluções são desenvolvidas independentemente se esses respondem ou não a um problema” (KINGDOM, 2014, p. 87). Logo,

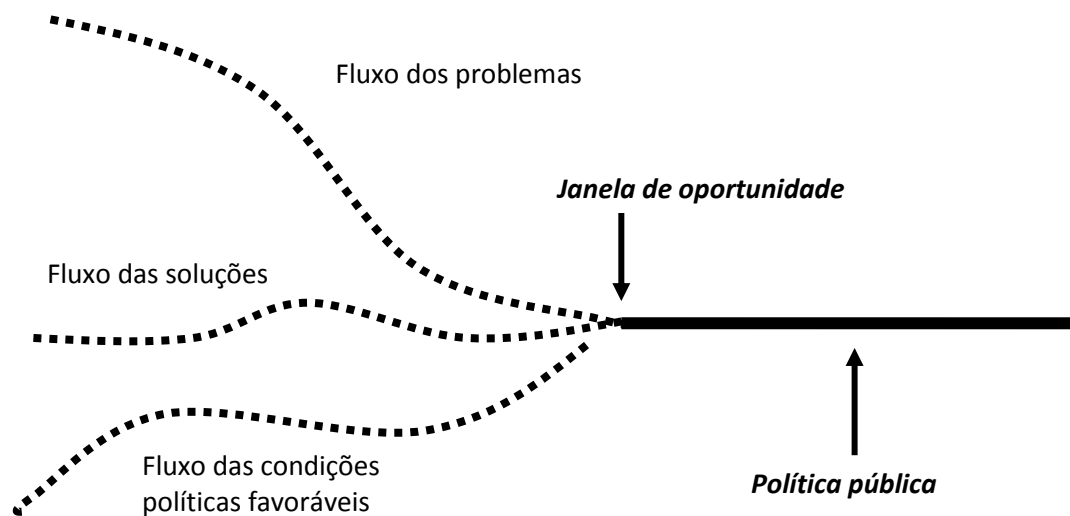
Os fluxos separados de problemas, conjunto de ideias políticas e políticas se unem em determinados momentos críticos. As soluções se juntam aos problemas, e ambos estão unidos a forças políticas favoráveis. Esse acoplamento é mais provável quando uma janela de política - uma oportunidade para enviar propostas ou concepções de problemas - está aberta. (...) É melhor olhar para a geração de alternativas políticas como um processo

²² O sistema de governo da Tailândia não é federal, mesmo assim, a análise de Kingdom pode ser aplicada ao caso tailandês, sobretudo no que diz respeito aos fluxos que podem acontecer de modo independentes. No caso estudado, os fluxos começam da base (comunidades das fronteiras) e fazem o caminho inverso até o topo (NDA).

de seleção, análogo à seleção natural biológica. (KINGDOM, 2014, p 194-200).

Estas perspectivas apresentadas nos ajudaram a estudar e analisar o processo tailandês de formação das políticas públicas, cuja pesquisa bibliográfica e documental foi realizada na Tailândia. A figura 4 representa os fluxos contínuos de Kingdom.

Figura 4 - Modelo dos fluxos múltiplos (Kingdon,1984).



Fonte SECCHI (2008, p. 43).

2.5. Síntese do capítulo

Os objetos desse estudo, como já mencionados anteriormente, são: a acolhida solidária de refugiados por parte da população tailandesa, seguida pelo envolvimento de organizações nacionais e internacionais e finalmente contando com a participação do ACNUR e do governo tailandês (com a criação de políticas públicas *a posteriori*). Esses objetos contêm basicamente três elementos principais: as pessoas refugiadas, a acolhida solidária e as políticas públicas tailandesas criadas para enfrentar a questão. Por isso, até agora foram apresentados conceitos de solidariedade, definições de refúgio no regime internacional de refugiados, e alguns conceitos sobre políticas públicas, na intenção de mostrar como esses temas são enfrentados na literatura pesquisada.

Pelo aspecto peculiar que permeia o caso tailandês no que concerne ao processo de formulação das políticas públicas²³, essa contextualização serviu como moldura ao estudo fornecendo a base que ajudou na tentativa de responder aos objetivos propostos: “*analisar a agenda de Políticas Públicas tailandesas no que concerne a acolhida de refugiados*” e para confirmar ou refutar a hipótese de pesquisa “*a solidariedade da população tailandesa na recepção de refugiados da Birmânia difundiu-se para a arena política, impelindo o governo a adotar políticas públicas de acolhida*”.

²³ Pelo fato de a acolhida solidária acontecer antes da criação da política pública.

3. GERRA E CONFLITOS INTERNOS NA BIRMÂNIA E O IMPACTO NO DESLOCAMENTO DE POPULAÇÕES

3.1 Elementos históricos da Birmânia (Myanmar)

Olhar para a Birmânia, sua história política, os conflitos, a longa guerra civil e o seu lento caminho em direção à democracia vai ajudar-nos a entender melhor a situação de tensão existente entre as várias etnias, e conseqüentemente visualizar o percurso dos refugiados. Situada no Sudeste Asiático, a Birmânia tem uma superfície de 676.552 Km². É banhada pela Bahia de Bengala e pelo Mar de Andaman. Confina com o Bangladesh, a Índia, a China, o Laos e a Tailândia. Foi unificada a partir de pequenos estados em 1752, passou por várias guerras anglo-birmanas e, após a terceira guerra em 1885 foi finalmente anexada pelos ingleses, tornando-se uma província da Índia (já colônia inglesa) em 1886 (KYI, 2005).

A Birmânia, cujo nome oficial em 1989, voltou a ser Myanmar como era antes da colonização, é palco de conflitos étnicos desde a independência do império britânico em 1948 e encontra-se atualmente na fase de reconstrução sócio-política permeadas por tentativas de reconciliação entre as etnias conflitantes. Esse estudo considerou de modo especial as etnias Karen e Karenni, por serem os grupos mais numerosos presentes ao longo da fronteira e pelo fato de não terem ainda assinado acordos de paz com o governo birmanês. Nos campos de refugiados, considerados na Tailândia como abrigos temporários, pessoas dessas duas etnias constituem a maioria da população.

Segundo um membro do Partido Progressivo Nacional Karenni (na sigla em inglês KNPP), entrevistado em condição de anonimato na fronteira entre Tailândia e Birmânia, algumas etnias não reconhecem o nome Myanmar, pois segundo elas, não é fruto de consultas à população, mas uma imposição do governo militar (ENT. B, 2018). No passado a Birmânia era governada por reis de diversas etnias cujo reino era dividido em territórios próprios ou conquistados pelos mais fortes de turno. Durante a Segunda Guerra Mundial, o país foi ocupado pelos japoneses. A partir de 1947/48 tornou-se independente e em 1962 teve um regime socialista instaurado a partir de um golpe militar. A língua oficial é o Birmanês. A religião principal majoritária é o budismo (KYI, 2005).

Além da etnia birmana, a população é composta por outras sete etnias principais, a saber, Chin, Kachin, Karen, Kayah, Hmon Arakan ou Rakhin e Shan. Algumas dessas etnias ainda se subdividem em outras, por exemplo, a Karen se subdivide em três subgrupos, Karen, Kareni e Padaung (KYI, 2005). Segundo Aye e Sercombe “Myanmar é também um dos países com uma

das maiores diversidades internas do mundo, com uma rica história e uma riqueza de tradições culturais e religiosas, chegando a ter 135 grupos étnicos diferentes” (AYE e SERCOMBE, 2014 p. 148). Lang argumenta que essa ulterior divisão étnica foi criada pelos birmanos no intuito de dividir os grupos e assim poder controlá-los melhor (LANG, 2002).

Existem ainda algumas minorias étnicas que não são consideradas cidadãs birmanesas. Caso típico e cuja crise humanitária chegou às mídias de todo o mundo é o da população Rohingya²⁴. A tabela 1 mostra a distribuição das principais línguas presentes no país com a respectiva localização geográfica das pessoas que as falam.

Tabela 1 - Línguas dos maiores grupos etnolinguísticos da Birmânia

Línguas	Número de falantes	Percentual da população	Áreas geográficas
Línguas tibeto-birmanesas: Kachin/ Jingpho	900,000	1,4	Estado Kachin e China
Kayah	140,900	0,25	Estados Kaya e Kayin
Kayin	Cerca de quatro milhões	6,2	Estado Kayin na Birmânia oriental e na Tailândia
Chin	Cinco milhões	6,5	Estado Chin, no oeste da Birmânia e Tailândia
Birmano	32 milhões	68	Sul, centro e áreas adjacentes da Birmânia
Rakhine	3,85 milhões	5,5	Estado Rajhin no sudoeste da Birmânia
Línguas Tai-Kadai: Shan	6 milhões	7	Estado Shan no nordeste da Birmânia, em algumas áreas dos Estados Kachin, Kayah e na Divisão de Mandalay
Línguas Mon-Khmer Mon	8 milhões	11	Leste da Região do delta ao leste de Rangun e estado Mon

Fonte: Aye e Sercombe, 2014, p. 149

²⁴ <http://pt.euronews.com/2017/11/06/o-tortuoso-exodo-dos-rohingya>

A Birmânia possui uma natureza luxuriante, com um solo fértil e tem como atividade principal a agricultura, sendo o arroz seu produto principal²⁵. As florestas são consideradas uma fonte de riqueza nacional. São ricas em madeira fina, algumas das quais, como o Tek, muito apreciadas pelas suas características de durabilidade e robustez. A madeira é utilizada em vários segmentos, da construção civil à indústria. Além disso, o subsolo possui petróleo, metano, assim como muitas pedras e metais preciosos, rubis, safiras, jade, ouro, cobre e zinco, para citar alguns (KYI, 2005).

Cabe salientar ainda que “administrativamente, a Birmânia é dividida em sete estados e sete regiões. Os primeiros representam as terras de origem dos sete grupos étnicos principais, que, além dos birmanos, constituem a nação” (KYI, 2005, p. 42). Os Estados são: Chin, Kachin, Kayah, Kayin, Mon, Rakhine e Shan, enquanto que as Regiões, descritas como dominadas predominantemente pela etnia birmana, são: Bago, Magway, Mandalay, Sagaing, e Yangon todas essas denominadas de acordo com as capitais, além de Ayeyarwady e Tanintharyi, como mostra a figura 5.

Figura 5 – Mapa Político da Birmânia



²⁵ O arroz, em geral é o alimento básico principal de muitos países asiáticos, inclusive do Myanmar (nda).

Fonte: Carte Birmanie

Além dos Estados e regiões existe a União Territorial de Naypyidaw. Naypyidal é a cidade que foi construída propositalmente para ser a capital da nação onde se encontram todos os órgãos do governo birmanês²⁶.

3.2 As guerras e conflitos étnicos e políticos

Mesmo existindo vários povos, com culturas distintas, o conceito de etnia se desenvolve durante o período colonial. Segundo Smith (1993), etnia é, “uma dada população humana com um mito de ancestralidade comum, memórias compartilhadas e elementos culturais; uma ligação com um território histórico ou pátria; e uma medida de solidariedade” (SMITH, 1993, apud LANG, 2002, p.22). *Per se*, o fato de pertencer a um determinado grupo com características comuns, faz parte da história da humanidade. Os conflitos nascem quando os grupos se auto definem usando esses conceitos de etnicidade e se baseiam neles para reivindicar os próprios interesses contra o estado, gerando assim os conflitos etnopolíticos, que são característicos do estado moderno (LANG, 2002, p.22).

De acordo com Aung San Suu Kyi (2005), a história da Birmânia foi sempre turbulenta com constantes lutas internas pela soberania e com intermitentes governantes compostos pela etnia ‘de turno’ e guerras com os vizinhos do Reino do Sião, atual Tailândia, considerados eternos inimigos. Durante o domínio inglês, as fronteiras foram desenhadas e um estado artificial imposto. Com a introdução de chineses e indianos no país, comerciantes mais preparados que a população local, a riqueza logo se transferiu a eles e aos cofres ingleses, com consequente exclusão dos habitantes locais. A chegada de outras religiões também contribuiu para aumentar as tensões entre as etnias

Confrontos entre as etnias já existiam no passado. Por exemplo, entre a Karen que eram na sua maioria cristã, o a Birmana predominantemente budista. As diversidades religiosas contribuíram para o aumento das incompreensões entre os povos. Pode-se dizer que as hostilidades presentes hoje sejam o resultado de algumas atitudes dos birmanos, da influência dos ingleses, e também dos missionários (...) (KYI, 2005, p. 58).

No início do século XX, inicia-se um movimento nacionalista contra a ocupação colonial. Os primeiros a protestar foram os estudantes, que em 1906 fundaram uma associação chamada Associação Budista de Jovens (Young Men’s Buddhist Association, YMBA). Em 1938, Aung San, pai de Aung San Suu Kyi, considerado também o pai da nação, fundou um

²⁶ Para maiores informações, ver Anexo II

movimento nacionalista conhecido como Dohbama Asiayone ou Nós Associação Birmanesa (We Burmese Association). (ROGERS, 2012; CHARNEY, 2009).

Diante da possibilidade da invasão dos japoneses em 1941, Aung San juntamente com outros 28 ativistas se uniram aos japoneses, insatisfeitos com o domínio inglês e ansiosos por independência, receberam treinamento militar e formaram o Exército da Independência da Birmânia (na sigla inglesa BIA). Esse grupo preparou a invasão japonesa que depois de três anos conquistou a Birmânia, anexando-a ao império japonês (ROGERS, 2012; CHARNEY, 2009).

Aung San e companheiros tinham tido a ilusão que os japoneses garantiriam a liberdade à Birmânia, mas com o tempo perceberam que não havia intenção para tal. Por isso, em 1944, percebendo que os aliados iriam ganhar a guerra, eles mudaram de lado e ajudaram as forças aliadas a reconquistar a Birmânia, coisa que aconteceu em 1945. O apoio aos aliados foi acompanhado pelo acordo de liberdade. O acordo foi cumprido somente em 1948, mas Aung San não pode ver realizada a libertação da Birmânia. Em 1947 ele foi assassinado juntamente com outros seis companheiros (ROGERS, 2012).

Uma das origens das tensões existentes até hoje entre os birmanos e as outras etnias se encontra naquele período, porque de fato os Karen, Karenni, Chin, Kachin e os Rohingya além de terem permanecido do lado dos ingleses, efetivamente lutaram ao lado dos aliados contra os japoneses. Mesmo antes da II Guerra Mundial, alguns grupos étnicos recebiam tratamento privilegiado por parte dos colonizadores britânicos, o que causava desconforto aos birmanos e eram considerados por estes traidores da pátria (ROGERS, 2012).

Aye e Sercombe corroboram essa análise, ao afirmarem que, com o evento da independência e ascensão de representantes da maioria étnica ao poder, antigos rancores existentes entre as várias etnias, em particular contra os birmanos, se exacerbaram transformando-se em rebeliões. Esses conflitos já existiam antes da colonização, quando os grupos mais potentes lutavam pelo poder. A política implementada pela gestão britânica, só aumentou as tensões, por privilegiar umas etnias em detrimento de outras (AYE e SERCOMBE, 2014).

Em 1948 um novo primeiro ministro, U Nu, assumiu o governo até 1958, quando uma junta militar comandada pelo general Ne Win tomou o poder, com a justificativa que era necessário preparar a nação para a futura democracia. Mas, em 1959 quando as eleições foram realizadas, o partido de U Nu ganhou. Em 1962 um golpe militar liderado por Ne Win aboliu o

sistema federal e iniciou o chamado caminho birmanês para o socialismo, nacionalizando a economia, criando um único partido e suprimindo a imprensa independente (ROGERS, 2012).

Em 1947, os Karen, percebendo que a criação de uma nação independente dominada pela etnia birmana não contemplava a participação efetiva de outras etnias, formaram a União Nacional Karen, na sigla em inglês KNU. Outras etnias que também possuíam um braço armado logo se rebelaram contra o novo governo (CHARNEY, 2009).

Segundo opinião compartilhada por vários autores, um dos motivos para essas rebeliões, talvez o mais importante, pode ser identificado nos componentes étnicos e religiosos dos grupos. Se por um lado o governo identificava a identidade nacional com a etnia birmana e a religião Budista, as outras etnias, pertencentes a outras religiões, além de se reconhecerem cidadãs birmanesas também aspiravam a uma participação importante na vida política da nova nação (CHARNEY, 2009; ROGERS, 2012 e LANG, 2002).

No período do colonialismo britânico, além dos ingleses e indianos as forças armadas do país se compunham de 12% birmanos, 23% kachins e chins e quase 30% de karens. Essas forças lutaram contra a ocupação japonesa ao lado dos aliados e tinham a expectativa que depois da guerra seriam recompensados. Os Karen e Mon, por exemplo, esperavam poder criar um estado independente. Isso contribuiu para que se desenvolvesse também nas outras etnias uma consciência etnopolítica de cunho nacionalista, cujas consequências podem ser vistas no deflagrar das guerras civis (CHARNEY, 2009).

O processo de independência da Birmânia sofre um duro golpe com o assassinato de Aung San, que possuía qualidades políticas e diplomáticas necessárias para a construção da nova nação. Contrariamente, U Nu se mostrou despreparado e incompetente no governo. Além disso, com a independência e na falta de alguém capaz de unir a nação, houve uma grande fragmentação de elementos políticos, étnicos e institucionais potencialmente explosivos. “Poderíamos dizer que enquanto no período entre 1945-1947 os birmaneses tinham unidade, mas não independência, com U Nu, a Birmânia tinha independência, mas não unidade” (CHARNEY, 2009, p. 72).

No vazio deixado por Aung San, a sua Organização de Voluntários do Povo²⁷ (People's Volunteers Organization, PVO), muitos dos quais de orientação de esquerda, procurava uma nova causa. Do mesmo modo, os comunistas, algumas alas da direita política, os Karen, Mon e outros grupos estavam prontos para lutar contra o novo regime. Esse contexto potencialmente

²⁷ Além do movimento nacionalista Dohbama Asiayone, Aung San fundou também essa outra organização (NDA)

explosivo, fortalecido com as armas abandonadas pelos ingleses e em seguida pelos japoneses depois da evacuação, dispunha agora dos meios para começar uma guerra civil contra o governo (CHARNEY, 2009).

Entre os muitos grupos que combatiam o governo estavam os Comunistas da Bandeira Vermelha, os Comunistas da Bandeira Branca, a *Yebaw Hpyu* ou Banda dos Camaradas Brancos, os *Mujahid* (muçulmanos de Rakhine) e a União Nacional Karen (KNU). Essas rebeliões transformaram-se em guerra civil (AYE e SERCOMBE, 2014).

Entre os anos 1948-1962 o novo governo nacionalista tentou unificar os diferentes grupos étnicos, “através de um processo de homogeneização e de uma ideia excessivamente idealizada de entidade nacional” (AYE e SERCOMBE, 2014, p. 155). No período sucessivo (1962-1988), a Birmânia foi governada por uma junta militar absolutista, cuja ideologia política era chamada o *caminho birmanês do socialismo*. De 1974-1988 a nação se transforma em uma ditadura constitucional (AYE e SERCOMBE, 2014).

3.3 Os refugiados

Desde os seus albores em 1962, o regime militar comandado pelo general Ne Win e composto basicamente pela principal etnia, teve como política, a eliminação nas cidades dos adeptos à democracia e a perseguição violenta com meios militares que, muitas vezes, aproximavam-se a verdadeiras limpezas das minorias étnicas e religiosas que se opunham àquele.

Naquele momento, os grupos que lutavam contra o governo eram fortemente armados e tinham o apoio dos chineses e também da CIA²⁸, enquanto que as forças armadas birmanas (conhecidas como *Tatmadaw*²⁹) eram menos organizadas e compostas basicamente da etnia birmana. Quando Ne Win assumiu o poder, a sua estratégia foi de fortificar o *Tatmadaw*, que aos poucos foi conquistando territórios antes ocupados por outras etnias (LANG, 2002).

Para combater e eliminar os rebeldes, Ne Win criou o Plano Contra Insurgência (Counterinsurgency Plan), conhecido como Estratégia de Quatro Cortes (Four Cuts Strategy) que consistia em táticas voltadas a combater as forças armadas contrárias ao governo juntamente com a eliminação de todo e qualquer suporte dado pela população local à essas

²⁸ Enquanto a China apoiava os grupos comunistas, a CIA apoiava as etnias que não aceitavam a ideologia comunista. Ambos os grupos lutavam contra o governo birmanês (NDA).

²⁹ Essa terminologia (*Tatmadaw*) será utilizada ao longo do texto

forças. O mapa do país foi dividido em áreas pretas, cinzentas e brancas. As pretas consistiam nas áreas completamente controladas pelos insurgentes, cinzentas aquelas onde existia a presença mista das forças do governo e dos insurgentes, enquanto que as brancas as completamente controladas pelo governo. Praticamente à medida que as forças do governo avançavam, iam destruindo os vilarejos, transferindo a população civil para outras áreas e colocando no lugar birmanos ou outras etnias aliadas. A intenção desse plano era não somente eliminar os insurgentes, mas também a construção de zonas brancas sob total controle do governo (LANG, 2002; CHARNEY, 2009).

Sendo um general das forças armadas, Ne Win se demonstrou um excelente estrategista. O seu plano de consolidar e unir o país, não contemplava a convivência na diversidade, mas sim em eliminar as diferenças. Seu primeiro passo foi consolidar as forças armadas, aumentando o número de soldados, adquirindo equipamentos mais adequados, como armamentos, meios de transporte e logística. Tratava-se no primeiro momento de defender a capital e em seguida de conquistar os territórios ocupados pelos outros grupos na região central da Birmânia, e no delta do rio Irrawaddi, eliminando as resistências e consolidando as bases conquistadas (COTTERELL, 2014; LANG, 2002).

Realizada essa meta, os insurgentes foram sendo empurrados em direção às regiões de fronteira. Essas regiões, por se encontrarem em zonas de floresta e de difícil acesso, constituíram uma dificuldade para o exército birmano. Durante as estações de chuva a região ficava inacessível, sobretudo quando os birmanos ainda não dispunham de equipamentos adequados. Além disso, os insurgentes contavam com o auxílio dos civis habitantes dos vilarejos, seja na logística que no suprimento de alimentos e informações sobre o movimento das tropas do governo, que, por essas razões realizava somente um ou dois ataques por ano. A partir da metade dos anos oitenta, um novo cenário se apresenta. Enquanto no passado as etnias em luta eram militarmente superiores e melhor posicionadas, conseguindo manter o controle dos territórios de fronteira, com a intensificação dos ataques, os rebeldes foram perdendo território. Na estação seca entre os anos 1983-1984, acontecem os maiores ataques, com os birmanos mantendo as posições conquistadas mesmo durante a estação das chuvas (HTWE, 2018).

Aumentam assim as incursões causando o deslocamento de grandes números de civis. As pessoas que não conseguiam fugir eram mortas ou transferidas para outras regiões. As populações passaram a viver em constante estado de emergência, escapando dos soldados e

voltando ao lar quando as condições permitiam. Naquele ano mais de vinte mil pessoas atravessaram a fronteira e se estabeleceram na Tailândia (LANG, 2002).

O *Tatmadaw* praticava atos cruéis contra essas populações desprivilegiadas, inclusive estupros coletivos, genocídio em massa além de obrigar os homens a “transportar” material de consumo dos soldados. Também era comum a prática de enviar esses homens à frente dos combates, utilizando-os como escudos humanos (ENT. B, 2018).

Em 1987, acontece uma grande desvalorização cambial que atinge grande parte da população, desencadeando manifestações populares contra o governo. No ano seguinte, a junta militar responde violentamente massacrando milhares de manifestantes pró-democracia, a maioria estudantes e membros do partido de oposição a Liga Nacional pela Democracia (LND), provocando a fuga de outros milhares de pessoas para as florestas, alguns para as bases do KNU onde foram treinados como combatentes e outros para a fronteira com a Tailândia em busca de asilo, na esperança de reassentamento em outras nações (KYI, 2005).

Em agosto de 1988, pela primeira vez em público, Aung San Suu Kyi faz um comício diante de centenas de milhares participantes às manifestações contra a junta militar e se torna líder do nascente e espontâneo movimento popular. Em setembro, juntamente com os generais Aung Gyi e Tin Oo, Suu Kyi funda a Liga Nacional Democrática (NLD) (KYI, 2005).

Naquele mesmo ano, o governo cria o Conselho Estadual de Restauração da Lei e da Ordem (na sigla em inglês SLORC)³⁰. O SLORC foi instalado com a principal meta de consolidar o controle militar do país. Esse período foi caracterizado pela expansão, modernização e diversificação das capacidades das forças armadas. A intenção era eliminar a dissidência política na população civil e ao mesmo tempo manter e aumentar a lealdade e unidade nas forças armadas. Também nesses anos a China³¹ se torna o maior aliado, fornecendo inteligência e, sobretudo se tornando o principal fornecedor de armas, e de equipamento militar mais sofisticado. Com a permanência dos soldados nas áreas conquistadas o controle daquelas áreas passou ao governo central, que construiu estradas, aeroportos, heliportos e armazéns de suprimentos. A partir daí a população que fugia não podia mais voltar ao lar, como acontecia antes (LANG, 2002).

³⁰ Em 1997, o SLORC foi renomeado como Conselho Estadual de Paz e Desenvolvimento (SPDC) (BBC NEWS, 2016).

³¹ Período que coincide com o aumento de investimentos da China na Birmânia e na região com consequentes parcerias econômicas e novos acordos políticos. Vale salientar que as regiões antes ocupadas pelos “rebeldes” é uma região rica em gás natural e outros recursos naturais valiosos (NDA).

Em 1989, o SLORC declara a Lei Marcial que coloca na prisão milhares de pessoas, incluindo militantes em prol da democracia e dos direitos humanos e na ocasião muda o nome do país de Birmânia para Myanmar e a capital Rangoon torna-se Yangon. Estima-se que, além de Aung San Suu Kyi, de 2000 a 6000 membros da NLD são também colocados na prisão. Em 1990, nas eleições, o NDL elege 392 dos 447 assentos parlamentares disponíveis, mas mesmo assim o SLORC não reconhece esse resultado e continua a controlar o Estado (CHARNEY, 2009).

Segundo informações de um especialista, em 1994, os Karen budistas se separaram dos cristãos e formaram o Exército Democrático Karen Budista (na sigla em inglês DKBA), causando uma cisão no KNU. Em seguida se aliaram ao exército birmano, fornecendo-lhe as coordenadas do sistema defensivo do quartel general do KNU em Manerplaw, capital do estado Karen. Em 1995, o KNU perde a batalha e é obrigado a se retirar, destruindo Manerplaw na retirada. Outras organizações que tinham suas bases na região também foram desestabilizadas, dentre elas a Frente Nacional Democrática (na sigla em inglês NDF) e a Aliança Democrática da Birmânia (ESP. A, 2018).

Já no passado, os soldados Karen budistas se lamentavam da hierarquia do KNU, que era composta sobretudo por cristãos. Os birmanos, usando propaganda, conseguiram influenciar os budistas com a ideia de que eles eram budistas, portanto verdadeiros birmaneses, que eram maltratados e considerados inferiores pelos cristãos, que nunca eram promovidos aos ranques superiores do exército e assim por diante. Essa tática divide e impera, já vinha sendo usada há muito, causando divisões ao interno das etnias contrárias ao governo. Com a divisão do KNU em dois grupos, os birmanos conseguiram conquistar Manerplaw e destruir assim a hegemonia Karen da região (CHARNEY, 2009; ESP.A, 2018).

Há cerca de cinco anos, o DKBA foi transformado na Força de Guarda da Fronteira, cujo comandante é um oficial do exército birmano. Isso causou uma ulterior divisão no grupo entre aqueles que aceitaram se submeter à autoridade do Estado e aqueles contrários. Em 2007 o KNU se dividiu novamente em dois grupos, o outro sendo chamado de Conselho Nacional Karen de Paz (na sigla inglês KNUPC). Com isso, existem agora ao menos quatro diferentes grupos atuando na região que não tem entre si boas relações. Em 2012 foi concordado um cessar fogo entre eles e desde então as hostilidades diminuíram. O mesmo aconteceu com o KNPP, eles se dividiram e um novo grupo foi formado, a Frente de Libertação do Povo Karenni (Karenni People Liberation Front, KNPLF), mais conhecido como o Grupo da Estrela Vermelha (Red Star Group). O Tatmadaw continua usando a velha tática dos antigos romanos que

continua funcionando. É mais difícil controlar um grupo unido, é mais fácil controlar muitos desunidos (ESP.A, 2018).

Várias etnias assinaram acordos de paz com o governo birmanês nos últimos anos. Segundo uma publicação do ACNUR,

Uma série de importantes desenvolvimentos políticos ocorreram em Mianmar nos últimos anos. Entre eles, a assinatura de um acordo de cessar-fogo em todo o país em 2015, seguida pela instalação de um governo democraticamente eleito liderado pela Liga Nacional para a Democracia em abril de 2016. Espera-se que esses desenvolvimentos tenham impacto sobre o grande número de refugiados originários de Mianmar na região, bem como as centenas de milhares de pessoas que permanecem deslocadas dentro do país (UNHCR, 2017).

Um líder do KNPP e um militante do KNU, entrevistados separadamente em um vilarejo na fronteira entre os dois países diziam que embora alguns grupos étnicos tenham assinado acordos de cessar-fogo, outros ainda não o fizeram por não confiar plenamente no governo birmanês. Ainda existem abusos dos direitos humanos, como a restrição dos movimentos, o confisco de terras, o trabalho forçado e a extorsão, sobretudo por parte de militares do *Tatmadaw*. Embora algumas áreas já possam ser consideradas livres de conflitos, lutas esporádicas continuam e ainda forçam muitas pessoas a se mudarem e deixarem suas casas (ENT. B e C, 2018)

Em 2010 representantes de etnias diversas se encontraram com o governo da Birmânia na tentativa de encontrar soluções pacíficas para os conflitos. Alguns reivindicavam o reconhecimento de estados independentes dentro da nação. Segundo entrevistados, um dos motivos do insucesso daquele encontro poderia ser identificado nas divisões existentes entre as etnias representadas. A partir daquela ocasião, existem agora conversações entre os diversos grupos na tentativa de se chegar a opiniões comuns, acreditando que este seria o caminho para que se possa chegar a acordos que sejam aceitos por todos os envolvidos (ENT. B e C, 2018).

Ao mesmo tempo acordos de cessar-fogo a nível nacional estão sendo discutidos. O acordo anterior (2015) tinha sido assinado por vários grupos étnicos separadamente, sem antes ter existido um acordo preliminar entre eles. Em 2016 oito grupos assinaram o acordo de cessar-fogo com o governo birmanês. Outros seis grupos não concordaram ainda em assinar nenhum acordo de cessar-fogo. O KNU e KNPP estão entre estes. Em fevereiro de 2018, mais dois grupos assinaram o acordo de cessar-fogo (ENT. B e C, 2018).

Atualmente, alguns grupos étnicos estão dialogando na tentativa de chegar a um consenso sobre as questões de interesse comum, que possam atender, de modo mais satisfatório,

às demandas de todos. O objetivo dessas conversações é preparar os vários grupos para, em ocasião de futuros encontros com o governo da Birmânia, apresentar propostas comuns a todos, na esperança de se poder chegar a acordos que sejam mais justos e que possam contribuir para a unidade nacional.

No ano passado, os 18 grupos armados étnicos trabalharam juntos para desenvolver uma estrutura para o diálogo político com o governo e grupos armados comprometeram-se com este quadro a fim de assegurar que o processo de paz não pare com o cessar-fogo individual. Cada grupo armado mantém a autoridade legal e mandato para negociar com o governo em nome de seu povo.

Segundo o ENT. B (2018), o motivo principal para não assinar o acordo é a desconfiança em relação ao governo birmanês que ainda existe por parte das etnias. Ainda existe uma grande influência dos militares no governo atual da Birmânia e isso gera desconfiança. Estima-se que somente 50% da população participou das eleições passadas e, além disso, muitas etnias não puderam votar. Isso, segundo opinião de muitos, torna o governo não completamente legítimo. Além disso, Aung San Suu Kyi não participou do processo de assinatura do acordo nacional de cessar-fogo, causando assim a impressão de que ela estava apoiando os militares em detrimento das outras etnias. Antes das eleições Aun San Suu Kyi tinha feito várias promessas, por exemplo, assinar acordo de cessar-fogo, valorizar todas as etnias e promover a unidade nacional, mas logo após as eleições a sensação de todos é que ela não está cumprindo as promessas feitas e está apoiando os militares.

3.4. Síntese do capítulo

As considerações finais sobre a situação atual demonstram como, mesmo depois dos eventos recentes de mudança no governo birmanês, a situação de muitos refugiados ainda permanece sem solução imediata.

Conhecer os motivos e origens dos conflitos étnicos, que possuem também conotações religiosas e nacionalistas, e que culminaram com uma guerra civil de longa duração na Birmânia, nos permitiu adquirir elementos históricos que explicam as raízes do deslocamento forçado de inteiras populações civis no país e para fora, especialmente nas regiões fronteiriças de conflito.

Este capítulo apresentou uma reflexão sobre a construção do estado birmanês e de sua evolução na história a partir de sua independência do colonialismo britânico até os dias atuais.

Foi feita também referência a questões etnopolíticas e etnonacionalistas como elementos que estiveram sempre presentes na formação do estado moderno Birmanês, levando em consideração o contexto do domínio militar desde 1962.

Pode-se então concluir o capítulo considerando que a guerra civil na Birmânia é o principal elemento causador da migração forçada de pessoas. Ter identificado a raiz dessa migração forçada ajudará a enfrentar a conseqüente acolhida da parte da Tailândia. O tema do próximo capítulo é a Tailândia e oferece alguns elementos de sua história, formação política e leis de imigração, sublinhando o aspecto da longa tradição de acolher refugiados, com ênfase nas pessoas refugiadas de etnias diferentes da birmana.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS TAILANDESAS PARA A ACOLHIDA DE REFUGIADOS

4.1 Prólogo

Na elaboração deste capítulo algumas dificuldades foram encontradas, em parte pela situação política atual da Tailândia, com o governo militar e a lei marcial que impõe restrições em pesquisas sobre assuntos considerados sensíveis à segurança nacional, dentre eles, a questão dos refugiados. Por outro lado, foram encontradas poucas publicações a respeito das políticas públicas tailandesas e não foi possível acessar documentos oficiais a respeito. Mesmo durante conversas e entrevistas a professores, notava-se a dificuldade de alguns para tratar de temas relacionados.

Quanto à política em geral, a literatura é abundante sobretudo no que concerne a relação entre política e religião como pode-se observar nas referências presentes nos subcapítulos a seguir. Sobre os refugiados da Birmânia, existe uma quantidade discreta de publicações e estudos. Parte das respostas aos questionamentos e objetivos da dissertação, foram obtidas através das entrevistas e conversações como também de experiências pessoais do pesquisador, seja nos 18 anos vividos na Tailândia e principalmente durante a pesquisa de campo.

Tudo isso serviu também para confirmar a importância e a riqueza dos métodos qualitativos de pesquisa onde a percepção e o envolvimento do pesquisador são fundamentais para entender e interpretar a realidade estudada.

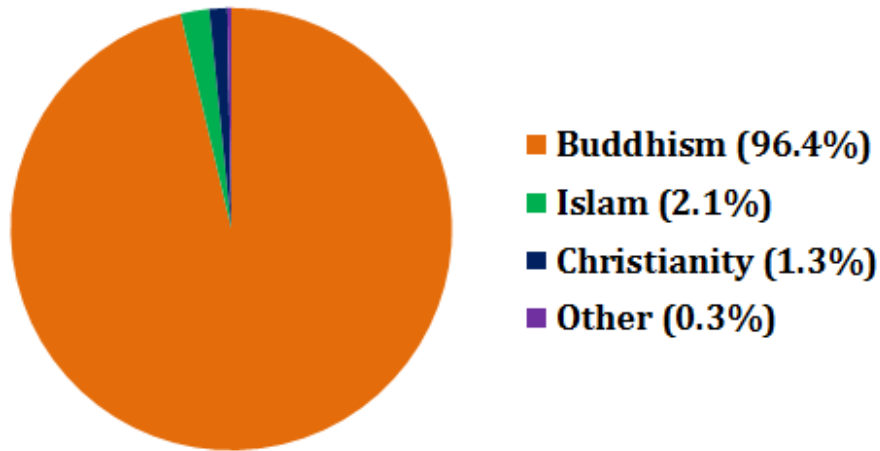
A dificuldade encontrada para a coleta de dados e para interpretá-los, constituiu-se assim, parte importante do estudo.

4.2 Elementos históricos da Tailândia

O Reino da Tailândia, cujo nome original é “Muang Thai”, que significa “Terra dos Livres”, está situada no sudeste asiático. Tem as suas linhas divisórias ao norte e a oeste com a Birmânia, a leste e a nordeste com o Laos, ao sul com a Malásia e a sudeste com o Camboja. Possui uma área de 514.000 quilômetros quadrados e uma população de 68,86 milhões de habitantes³². O idioma oficial do país é o tailandês e a religião principal é o budismo Theravada, praticada por mais de 95% da população. A Figura 6 mostra como estão distribuídas as religiões.

³² Dados do Banco Mundial. Última atualização: 18 de set de 2017.

Figura 6– Distribuição das principais religiões presentes na Tailândia



Fonte: Thai Government's National Statistics Office (2017). Elaboração própria

Mesmo sendo bem diversificada, a composição étnica é uma das mais homogêneas no sudeste da Ásia (HYND, 2002) e suas proporções são muito diferentes daquelas da Birmânia. Existe uma grande predominância dos Thais, dos quais cerca de 40% é de origem chinesa. Entre esses os sino-tailandeses e os que são diretamente descendentes de chineses amontam aproximativamente a 14%.

A tabela 2 mostra essa composição étnica.

Tabela 2 – Distribuição dos principais grupos étnicos na Tailândia

Ranking	Grupo étnico	Porcentagem
1	Thai	91.5%
2	Khmer	2.3%
3	Malaio	2.1%
4	Birmanês	1.5%
5	Karen	0.6%
6	Chinês	0.4%
7	Hmong	0.3%
8	Outros	1.3%

Fonte: World Atlas (tradução nossa)

Registros históricos mostram que, entre os primeiros povos que habitaram na região hoje conhecida como Tailândia, se encontravam os Mon, que formaram o Reino Dvaravati na bacia do Rio Chao Phaya do século VI ao XI. Sucessivamente, a área foi invadida pelos Khmer de Angkor, cujo reino se expandiu para o oeste (BAKER; PHONGPAICHIT, 2017; HYND, 2002).

Em torno do ano 1238, o povo Thai originário das regiões montanhosas localizadas entre a China e o Sudeste Asiático, estabeleceu o reino do Sião na região central daquela que hoje é a Tailândia. Gradualmente os thais conquistaram territórios do império Khmer (atual Camboja) e tomaram a capital Angkor em 1434. (KEYES, 1989, p.53).

Com o declínio do reino de Angkor os thais estabeleceram o primeiro reino tailandês em Sukothai. O poder militar e econômico de Sukothai governou um império do Laos à Malásia. Em seguida, em meados do século XIV, estabeleceu-se o reino de Ayuthaya, cujo reinado é considerado a era de ouro da Tailândia. Este período durou até o final do século XVIII e terminou quando os birmaneses atacaram o reino e saquearam a capital Ayuthaya (BAKER e PHONGPAICHIT, 2017; HYND, 2002).

Um dos motivos da rivalidade e desconfiança recíproca que existe entre os tailandeses e birmaneses tem sua origem nas constantes guerras entre as duas nações no passado, especialmente depois da queda do reino de Ayutthaya, em 1767. Depois de saqueada e incendiada, a nobreza, inclusive a família real, foi deportada. Isso causou caos no país, que ficou por um período sem liderança (KEYES, 2005).

A destruição de Ayuttaya foi tão violenta que gerou a imagem - em seguida transmitida pelos historiadores - da Birmânia como um agressor constante e a defesa contra esses ataques se tornou um tema central na história tailandesa. O ataque e conquista de Ayuttaya representou a maior vitória da Birmânia sobre a Tailândia. Os birmaneses ocuparam grande parte das fronteiras, subjugando importantes cidades inclusive do antigo reino de Lanna, ao norte, atual província de Chiang Mai (BAKER e PHONGPAICHIT, 2017, p.21).

A retomada dos territórios conquistados pela Birmânia e a reestruturação do reino do Sião, assinalam também a origem do pensamento político tailandês. A história apresentada a seguir, tem como objetivo ilustrar a interligação que sempre existiu entre budismo e política, como também a evolução do conceito de poder, primeiro com a monarquia absoluta e depois com os sistemas políticos sucessivos. Explorar esses temas, serviu como moldura para entender o sistema político vigente no país e, de consequência, o *iter* de formulação das políticas públicas.

Em 1776, Phaya Taksin, um general anteriormente ligado ao último rei de Ayuttaya, reconquistou Ayuttaya e expulsou os birmaneses. Taksin conseguiu reunificar a nação e transferiu a capital para Thonburi, à margem do rio Chao Phraya, do lado oposto de onde se encontra atualmente Bangkok. Lutas entre os dois reinos continuaram até 1819 e a presença dos birmaneses se prostrou até 1804, quando finalmente a Tailândia conseguiu reconquistar todo o território (KEYES, 2005; BAKER e PHONGPAICHIT, 2017; HYND, 2002).

O rei Taksin foi executado por nobres da corte depois de ser acusado de loucura, e foi substituído por seu general Phutthayotfa Chulalok Chakri. Phutthayotfa foi proclamado rei e iniciou a Dinastia Chakri, que reina até o presente. Por ser o fundador da dinastia, se denominou Rama I. Os reis sucessivos continuaram a receber essa denominação. O monarca atual é Rama X (KEYES, 2005; BAKER e PHONGPAICHIT, 2017; HYND, 2002).

Com a ascensão ao trono da dinastia Chakri em 1782, inicia-se o período de modernização do reino de Sião que passa a se chamar Tailândia. A capital é transferida para Bangkok, por encontrar-se em uma posição mais estratégica e mais facilmente defendida contra eventuais futuros ataques da parte dos birmaneses. Continuando a remilitarização iniciada por Taksin, Rama I foi aos poucos reconquistando todos os territórios ocupados pelos birmaneses e ao mesmo tempo estendendo o poder e a influência da capital (BAKER e PHONGPAICHIT, 2017; HYND, 2002).

A remilitarização serviu para unificar o reino, mas também para expandir o próprio território. Além disso, Rama I privilegiou alianças com a nobreza, concedendo administração das províncias a famílias nobres e economicamente potentes. Os reis sucessivos continuaram a mesma política (BAKER e PHONGPAICHIT, 2017).

Rama I, temendo que a sua dinastia fosse interrompida por falta de descendentes capazes, usou dois artifícios: promoveu a proliferação da descendência real, encorajando os membros da realeza a terem muitas esposas e assim gerar muitos filhos³³. De fato, dos numerosos descendentes, sempre teve alguém com as características necessárias para reinar. Além disso, os descendentes ocupavam lugares de confiança no governo. O outro foi identificar a figura do rei com o Bodhisattwa³⁴, figura budista sobrenatural que através de várias encarnações acumula muitos méritos da vida precedente e por isso na reencarnação presente possui as qualidades necessárias para governar. Segundo essa visão, para ser rei, a pessoa

³³ O rei Rama I teve 42 filhos de 28 mães, Rama II, 73 filhos de 40 mães, enquanto que Rama V gerou 77 filhos de 36 mães.

³⁴ Um Bodhisattva é um ser espiritualmente superior que pode se tornar um Buda em algum determinado momento da vida

precisa ter em si as características do Bodhisattwa, que governa com justiça (BORIHARNWANAKET, 2005; BAKER e PHONGPAICHIT, 2017).

Fator chave para a legitimação do poder real foi sempre o budismo. De fato, todas as dinastias se inspiravam na cosmologia budista e nas figuras dos monarcas budistas (JORY, 2002). Seguindo o mesmo raciocínio, Stuart-Fox (2006) afirma que historicamente, o budismo tem sido uma fonte de legitimação do poder político, especialmente do autoritarismo da monarquia absoluta. Dentro de sua cosmologia, os méritos adquiridos durante a vida se somam (assim como os deméritos) e se alguém acumula méritos suficientes tem a possibilidade de renascer em uma forma superior de vida. Neste contexto em que o renascimento é determinado pelo Carma, o soberano e/ou qualquer detentor de poder, é considerado merecedor de respeito e, portanto, reconhecido, legitimado e digno de ser obedecido.

Na concepção budista, o monarca devia ser dotado de méritos (*bun* em língua Thai) e carisma (*barami* em língua Thai), características indispensáveis para poder governar o povo. A aplicação prática desta afirmação é que não é possível para uma pessoa ordinária se tornar rei, mas é necessário que ela possua uma qualidade especial de poder, isto é, um carisma (SUKSAMRAN, 1993, p. 37 e 41). Logo, “enquanto o Buda era reverenciado como o mestre compassivo, o Bodhisattwa se tornou a base e legitimidade para o poder absoluto” (SUKSAMRAN, 1977, p.24).

Tal conceito deriva originariamente de uma tradição na qual um Bodhisattwa tenha feito um voto de acumular dez tipos de virtudes de modo a adquirir um estado de perfeição moral e espiritual necessária para atingir a iluminação (Nirvana), e assim se tornar um Buda (BORIHARNWANAKET, 2005).

Seguindo essa interpretação, para Rama I a legitimidade do rei não reside na linhagem (que tinha sido interrompida várias vezes na história), mas no carma, consequência de vidas anteriores vividas de modo sempre mais perfeito (BORIHARNWANAKET, 2005; BAKER e PHONGPAICHIT, 2017).

Nesse sentido, para o rei Rama I e os que o sucederam as reformas políticas foram também reformas religiosas. O monarca agora deve encarnar em si mesmo os méritos (*bun*) para poder ser reconhecido como líder legítimo. Essas reformas tinham como objetivo final criar súditos leais e obedientes ao monarca. Isso foi feito espiritualmente através da ideologia budista dominante e fisicamente através da aplicação da lei. O monarca agora deve encarnar em si mesmo os méritos (*bun*) para poder ser reconhecido como líder legítimo (SUKSAMRAN, 1993, p.49).

Assim, os reis de Bangkok procuraram moldar si mesmos segundo a imagem do Bodhisattwa e, segundo Jory (2002) conscientemente usaram a história para promover a ideia que o carisma (barami) é inerente à linhagem real, combinando a genealogia do Buda com a da dinastia reinante. Os reis também se consideravam responsáveis pelo progresso da religião agindo como protetores e promotores do Budismo, ligando assim a ordem monástica ao poder temporal (SUKSAMRAN, 1993).

A modernização da Tailândia começou sob o domínio do rei Mongkut (Rama IV, 1851-1868). O rei Mongkut, sendo um líder iluminado, entendeu que a Tailândia teria que implementar reformas no estilo ocidental para garantir sua independência política. Além disso, o rei desempenhou um papel central na consolidação da unidade nacional e na renovação da religião, promovendo, por exemplo, uma reforma do budismo Theravada (SUKSAMRAN, 1977, p.34; HYND, 2002).

Suas reformas foram continuadas sob o governo de seu filho, o rei Chulalongkorn (Rama V, 1868-1910), o mais venerado de todos os reis do passado. Chulalongkorn é considerado o pai da Tailândia moderna. A ele é atribuída a transformação da Tailândia de um reino medieval para uma nação moderna e progressista. Chulalongkorn instituiu uma série de reformas como a abolição da escravidão e o estabelecimento de um novo sistema administrativo. O poder político absoluto, no entanto, permaneceu uma prerrogativa do rei. Chulalongkorn também foi o principal arquiteto de importantes reformas religiosas, iniciado por seu pai e antecessor. (SUKSAMRAN, 1977, p.34).

O rei Chulalongkorn apoiava a construção de um estado forte gerido de forma absolutista. Segundo ele isso era necessário para que o reino progredisse e se transformasse em uma potência importante no mundo. Nisso se encontram os indícios de duas características que perduram ainda hoje na visão política tailandesa moderna: a noção de unidade (samakkhi em Thai) e a imagem masculina e militarista da liderança. (BAKER e PONGPAICHIT; 2017)

A monarquia absoluta chegou ao fim em 1932, quando um golpe sem derramamento de sangue foi liderado por Phibul Songkram, um jovem oficial do exército e Pridi Phanomyang, um civil educado na França e líder do Partido Popular clandestino. Com o golpe foi estabelecida a monarquia constitucional. Em 1939, o Reino do Sião se tornou o Reino da Tailândia. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses forçaram a Tailândia, então governada por Phibul, a se submeter à ocupação do império japonês em troca de autonomia política e territorial, enquanto Pridi apoiou uma luta partidária contra as forças de ocupação (BAKER e PONGPAICHIT, 2017).

Depois da guerra, Pridi estabeleceu um governo civil que mais tarde foi suplantado em 1947 por Phibul que, por meio de um golpe, estabeleceu uma ditadura militar. De 1932 a 1957, os reis tiveram papel marginal no governo do país, tornando-se apenas figuras cerimoniais sob os governos militares. Na noite de 16 de setembro de 1957, o general Sarit Dhanarajata assumiu o poder após um novo golpe e, duas horas depois, o rei Bhumibol³⁵ impôs a lei marcial em todo o reino. O mesmo Bhumibol lançou um decreto real nomeando Sarit *Defensor Militar da Capital*. Durante a ditadura militar de Sarit, a monarquia foi revitalizada, Bhumibol voltou a participar de cerimônias públicas, visitando as províncias e patrocinando projetos de desenvolvimento, sobretudo no campo das políticas sociais, mas também no campo das inovações tecnológicas, dentre outros campos. Durante seu reinado o rei Bhumibol acumulou poder, tornando-se uma figura central na cena política tailandesa (DARLING, 1962. BAKER e PONGPAICHIT, 2005)

Após a revolução de 1932 e segundo as subsequentes constituições promulgadas, o rei continua sendo o patrono da nação e da religião, mas não tem o mesmo poder de antes.

O período pós-guerra tem sido politicamente turbulento, caracterizado por muitos golpes militares e rápidas mudanças nos governos de coalizão. Neste ínterim, os militares dominaram a Tailândia por longos períodos intercalados por breves tentativas de governos civis. Até o presente, a Tailândia teve 19 constituições, quase todas elas derogadas após a intervenção dos militares, desde o fim da monarquia absolutista em 1932. Durante esses anos, o país sofreu 12 golpes de estado, além de sete tentativas fracassadas. Em 1992, depois de uma longa série de protestos, especialmente de estudantes, que culminou em confrontos sangrentos entre os manifestantes pró-democracia e os militares, o popular rei Bhumibol pôs fim (provisoriamente) ao governo militar. (BAKER e PONGPAICHIT, 2017).

Em 1997, a Tailândia adotou uma nova Constituição destinada a apoiar um governo civil mais estável. Um dos governos democraticamente eleitos que durou um período inteiro (2001-2006) foi o governo do primeiro ministro Thaksin Chinawatra. Segundo a Sra. Prateep, ex-senadora entrevistada em Bangkok, o ex-primeiro-ministro usou a constituição democrática de 1997 para criar uma nova política que transformou o antigo sistema paternalista de apoio financeiro no nível local, estendendo esse apoio para além dos representantes políticos das províncias e municípios maiores aos líderes das comunidades de periferia, sobretudo nos

³⁵ Bhumibol Adulyadej (1927-2016) o nono rei da dinastia Chakri, também conhecido como Rama IX, reinou a Tailândia por 70 anos.

vilarejos, especialmente nas regiões suburbanas, em uma máquina que espalhou o sistema nacionalmente.

Além disso, Taksin utilizou um enorme orçamento para aperfeiçoar e melhor coordenar sua campanha política. Ao fazer isso, ele capitalizou poder e garantiu seu sucesso eleitoral nos anos posteriores. Ele também desenvolveu uma política de bem-estar singular, fomentando um sistema de microcrédito e outras iniciativas direcionadas em ajudar os mais pobres (PRATEEP, 2018).

Foi com base nestas ações que Thaksin foi o único primeiro-ministro da conturbada história democrática tailandesa a permanecer no cargo por um mandato inteiro e ser reeleito por um segundo. Entretanto, a velha elite logo mudou o jogo por entenderem que seu despotismo e popularidade desafiavam a autoridade do rei. Havia rumores de que a intenção de Thaksin era mudar a Constituição para fazer da Tailândia uma República, na qual ele se tornaria presidente. Naquele momento delicado no qual o rei era ancião e o seu sucessor não gozava de aceitação popular, as elites tailandesas e os militares compactuaram em uma campanha acirrada para desacreditar e derrubar o governo eleito. Segundo a opinião de intelectuais e de boa parte das pessoas de Bangkok em nossa pesquisa de campo, o principal problema com Thaksin era que ele queria destruir a monarquia. Provavelmente por esse motivo os militares retomaram o poder e ele foi exiliado em setembro de 2006. Em seguida, um regime interino foi instalado pela junta militar até as novas eleições em dezembro de 2007 (BUNCHUA, PRATEEP, CHAINARONG, 2018).

Nas eleições, os tailandeses votaram contra os militares e reelegeram o partido de Thaksin. O novo governo continuou a mesma política do governo anterior e logo os mesmos protestos antidemocráticos que precederam o golpe recomeçaram violentamente em setembro de 2008, derrubando o primeiro-ministro eleito Samak Sundaravej (MACKINNON, 2008).

Uma nova Constituição foi escrita e depois aprovada por um referendo popular: a décima sétima da história moderna da Tailândia. Em maio de 2014, após um ulterior golpe militar, a constituição de 2007 foi suspensa (exceto as disposições relativas à monarquia), e um conselho de líderes militares assumiu o poder (KEYES et. al., 2018). A nova constituição foi alterada a pedido do novo rei e foi ratificada por ele em abril de 2017 (BBC News, 2017). Até o momento, os militares continuam governando a nação e prometem desde então novas eleições.

O país encontra-se atualmente sob lei marcial, com consequentes limitações de liberdades e direitos. Por exemplo, do ponto de vista acadêmico, neste momento é proibido

fazer pesquisas sobre refugiados e sobre políticas do governo entre outros assuntos considerados sensíveis à segurança nacional. Além disso, ficam proibidas as manifestações públicas e os partidos políticos continuam tendo sérias restrições.

Pelo que foi acima exposto, pode-se salientar alguns elementos. O primeiro é o fato de que o governo na Tailândia permaneceu sempre sob o domínio de uma elite, antes de tudo representada pela monarquia, em seguida por pessoas de origem nobre, para depois passar as mãos dos militares. Existiram algumas tentativas de democratização, com constituições supostamente democráticas, mas na prática uma democracia modelo ocidental, representado, sobretudo na literatura britânica e norte-americana, *de facto* nunca existiu. Atualmente muito se fala em um modelo de governo tailandês. O que isso significa, ainda não foi definido.

Em conversas com pessoas das mais diversas extrações sociais e de variada formação intelectual, pode-se colher a percepção que a população em geral tem sobre as questões do regime político vigente na Tailândia. Percebeu-se, por exemplo, que a ideia de democracia como é apresentada na literatura e, muitas vezes, imposta pelo bloco Europeu e Norte Americano, não parece satisfazer as exigências locais. Muitas pessoas encontradas se disseram satisfeitos com o sistema de governo, onde a monarquia é parte fundamental e a ordem é estabelecida pelos governantes de turno, amiúde de orientação militar e totalitária. A ideia dominante é que com um governo forte tudo funciona: o índice de desemprego é baixo, a economia cresce, a educação e saúde funcionam. Existe sim, a percepção de que é necessário que a nação desenvolva o próprio sistema de governo, que poderia ser democrático, mas com características “tailandesas”, no respeito à cultura e tradição.

Uma das consequências disso tudo, é que o modelo político se apresenta na forma *top down*, em geral com pouca participação da população na formulação das agendas. Nesse contexto, a peculiaridade das políticas de acolhida pode ser mais bem apreciada, como se verá mais adiante.

4.3 Os refugiados birmaneses na Tailândia³⁶

4.3.1 Prólogo

Essa seção enfrentará a questão dos refugiados birmaneses, como foram recebidos pela população tailandesa durante vários anos, inserindo-se nas comunidades fronteiriças e participando da vida local, antes mesmo da Tailândia interessar-se por eles. Vale salientar que, nos anos 1970-1980, a Tailândia enfrentava a grave crise dos refugiados causada pelas guerras indochinesas, e, ao mesmo tempo, acreditava-se que a situação dos refugiados birmaneses fosse temporária e destinada a resolver-se em breve tempo. Além disso, como será explicado adiante, a Tailândia não se sentia na obrigação de criar programas especiais para refugiados. Como será demonstrado, a solidariedade da população com o tempo, influenciou a criação de políticas *ad hoc* para esses refugiados.

4.3.2 A Acolhida Solidária

As nações modernas, como se apresentam hoje com os seus territórios delineados por mapas e fronteiras, são resultado do período colonial. Antes disso, no caso, por exemplo, da Birmânia, o território geográfico era habitado por populações e constituído por reinos mais ou menos autônomos. Como visto anteriormente, os potentes de turno reinavam e expandiam os próprios territórios através de conquistas armadas, mas não existiam ainda as questões de etnicidade como desenvolvidas a partir do período colonial e com o evento do estado moderno.

Os povos habitantes nas regiões de fronteira entre a Birmânia e a Tailândia pertencem a diversas etnias que habitam no território. As florestas foram e são usadas como meios de subsistência e os rios como meios de transporte. Ir e vir de um lado para o outro foi sempre natural. Um dos entrevistados recordava como durante sua infância participava a celebrações religiosas, cristãs ou budistas, em ambos os lados. O mesmo acontecia nos dias de mercado. As atividades de comércio, de escambo, ocasiões sociais e religiosas eram então motivo para encontros e serviam para reforçar os laços familiares e de amizade.

Por isso, o deslocamento de um lado para o outro em ocasiões de necessidade, de qualquer natureza essa fosse, constituía-se um fato natural. Em períodos de escassez alimentar, devido à falta de chuva ou a outros motivos, era comum para as pessoas se transferirem para o

³⁶ A Tailândia utiliza os termos *pessoas deslocadas* ao invés de *refugiados* e *abrigo temporários* no lugar de *campos de refugiados*. Nesse estudo foram utilizados independentemente ambos os termos.

outro lado. Eram assim acolhidos pelos habitantes dos vilarejos e permaneciam enquanto fosse necessário, retornando quando a situação permitia.

Pode-se observar esse fenômeno durante uma entrevista em um desses vilarejos no meio da floresta. O entrevistado era uma personalidade intelectual do vilarejo e especialista na cultura Karen. Do terraço de sua modesta, mas acolhedora residência se podia ver uma casinha de madeira ao lado, entre as árvores. Explicando a mobilidade entre as pessoas, como mencionado no parágrafo acima, ele disse se tratar de um vizinho karen birmanês, que em determinados períodos do ano se instala ali e permanece até quando necessário. Na cultura Karen, segundo ele, se uma pessoa tem somente um peixe para alimentar a família, como fazer para que esse peixe nunca acabe? Compartilhando-o com os outros vizinhos... Assim, nunca faltará o necessário para todos. Acolher aqueles que se apresentam e compartilhar o que se tem, são elementos importantes presentes na cultura (ENT. E, 2018). Essa ideia de partilha, constituiu a base primária para a acolhida dos birmaneses por parte dos tailandeses.

Segundo a já mencionada definição de Smith (1993), etnia é, “uma dada população humana com um mito de ancestralidade comum, memórias compartilhadas e elementos culturais; uma ligação com um território histórico ou pátria; e uma medida de solidariedade” (SMITH, 1993, apud LANG, 2002, p.22). No caso estudado, esses relacionamentos familiares e solidários não se resumem a pessoas da mesma etnia, acontecendo também entre diferentes etnias.

Conta a história que no passado uma aliança foi estabelecida entre os Thais e os Karen, durante o reino de Lanna³⁷. Essa aliança foi selada durante uma cerimônia tradicional, na presença de representantes dos dois reinos. Um dos nobres representantes do reino de Lanna, se apaixonou por uma moça da nobreza dos Karen e finalmente se casou com ela e a levou consigo para o seu reino (ENT. E, 2018). Esse relato nos foi transmitido pela primeira vez nessa ocasião. Em seguida, outros entrevistados mencionaram aquele fato, mesmo assim, poderia se tratar de uma lenda local, transmitida oralmente de pai para filho...

Em ocasião de outra visita e entrevistas no território Karen, dessa vez a representantes do KNU e KNPP, a mesma história foi mencionada. Ali um opúsculo foi doado contendo uma página raríssima de história, que faz parte das Crônicas de Yonok, datada de 1809 (ENT. B e

³⁷ O reino de Lanna (1296-1939) se estabeleceu no norte da Tailândia, no território onde hoje se encontra a província de Chiang Mai, no norte da Tailândia (ONGSAKUL, 2005).

C, 2018). Nela se encontra o relato da cerimônia de aliança entre os dois povos, narrado em detalhes minuciosos,

Uma cerimônia de juramento, seguindo o costume dos Karens vermelhos, foi realizada em Tambon Saya, que é uma travessia do rio Salaween. O ritual consistiu na matança de um búfalo, misturando o seu sangue a um licor para criar o "líquido da verdade". Os chifres do búfalo foram divididos entre as duas partes para serem guardados como tesouro. Então o voto seguinte foi feito por ambas as partes: “Enquanto as águas de Salaween não secarem, os chifres do búfalo não endireitarem, a caverna do Elefante branco não afundar, Maung Yang Deng (Karen Vermelho) e Muang Chiang Mai serão fieis a essa aliança e manterão seus valores de amizade” (KARENNI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1992. Aspas no original).

Claúdio Renard (1987) e Ronald Delang (2003) em suas obras fazem referências sobre as Crônicas de Yonok, transcrevendo a mesma narração dessa cerimônia.

Entrevistando uma tailandesa que se ocupa de refugiados há vários anos, se falava da acolhida feita pelos tailandeses aos birmaneses antes dos refúgios serem criados. Ela mencionava a compaixão como razão principal para tal (ENT. D, 2018). Essa explicação esteve presente em quase todas as entrevistas, com vocábulos diversos, compaixão, misericórdia, motivos humanitários, caridade, respeito e cuidado com as pessoas.

À pergunta se isso tinha como base a religião cristã ou budista, as respostas foram sempre muito parecidas. Alguns responderam que é difícil distinguir a religião da cultura. Para os tailandeses budistas, a educação no passado era feita nos templos e alguns conceitos eram inculcados, entre eles a misericórdia e compaixão que se deve ter pelos outros seres. Isso com o tempo se introduziu no imaginário coletivo e por isso é difícil separar os fatores culturais e religiosos. Outros foram mais categóricos, como o senhor karen já mencionado e um especialista entrevistado. Para eles se trata mais especificamente de um fator cultural, de um modo de vida. O especialista dizia: “Se falamos de religião, todas as religiões ensinam a mesma coisa, mas na prática as pessoas não seguem esses ensinamentos todo o tempo” (ESP. A, 2018).

Esses exemplos dialogam com os conceitos apresentados no capítulo 2.2 e reportados a seguir:

Enquanto a solidariedade é entendida como “uma ajuda mútua entre membros de uma família ou grupo social, envolvendo diretamente questões de pertença e responsabilidade coletiva” (ZAMPERINI, 2001, p. 7), o altruísmo não olha as diferenças, nem os sentimentos de pertença a um grupo específico, caracterizando-se por ações feitas por e para sujeitos individuais, normalmente movidos desinteressadamente(...) A expressão solidariedade reflete mais a ideia de um ato que sabe percorrer a distância entre si e o outro,

sendo capaz de incluir no próprio raio de ação, indivíduos e grupos excluídos de ideologias totalitárias e autoritárias³⁸ (ZAMPERINI, 2001, p. 8).

Nos capítulos anteriores se falou da inimizade e desconfiança histórica existente entre a Tailândia e a Birmânia, fruto de guerras do passado, cujas experiências traumáticas foram retransmitidas pelos historiadores e se impregnou no coletivo imaginário das duas populações. Falou-se também dos conflitos e guerras de longa data entre as diferentes etnias da Birmânia e das consequências dessas violências para a população civil, com os deslocamentos internos e externos que constituíram a origem do fenômeno das migrações forçadas.

Porém, para além dessas relações tensas e belicosas, existem outros aspectos relacionais entre os dois países que, mesmo não sendo amiúde relatados e discutidos, também fazem parte da história daqueles povos. Trata-se de laços de amizade, gerados por vínculos familiares e de proximidade étnica, cultural e religiosa.

Seguindo o pensamento de Kristen Monroe, elementos como a solidariedade e o altruísmo poderiam estar à base das formulações de políticas públicas que mirem ao bem-estar da comunidade,

O altruísmo como um instrumento analítico que pode fornecer informações sobre os pontos fortes e as limitações das estruturas teóricas dominantes subjacentes a muitas políticas públicas e disciplinas acadêmicas que assumem que o comportamento humano normal consiste na busca do interesse próprio individual. (...) O altruísmo desafia a inescapabilidade e a universalidade dessa suposição. Discutirei aqui que, embora o interesse próprio seja um ponto de partida útil para explicar o comportamento humano, deixa inexplicáveis muitas formas importantes de ação humana³⁹. (MONROE, 1996, p. 4).

As experiências e relatos a seguir demonstram a atualidade dessas afirmações.

Como já mencionado, desde o passado remoto, os fenômenos migratórios através da fronteira entre a Tailândia e a Birmânia constituíam-se em fatos corriqueiros. As pessoas iam e vinham de acordo com a necessidade do momento. Desde a independência da Birmânia, com o evento dos governos militares, esses movimentos migratórios começaram a ocorrer devido as guerras civis entre forças do governo e grupos étnicos de oposição. Nos primeiros anos, as pessoas cruzavam a fronteira fugindo das ofensivas militares, principalmente nos períodos de maior intensidade, que coincidiam com as estações de estiagem. Passados aqueles momentos, elas retornavam aos próprios vilarejos. Naqueles anos, as pessoas eram acolhidas nos vilarejos tailandeses fronteiriços de forma solidária. Em se tratando de pequenos grupos, se instalavam

³⁸ Tradução livre.

³⁹ Tradução livre

em casas de conhecidos e familiares e compartilhavam dos recursos existentes, alimentos, moradia e assim por diante.

Entre os anos de 1975 e 1983 o fluxo de pessoas foi aumentando progressivamente, em concomitância com o aumento das ofensivas dos militares birmaneses e consequente conquistas territoriais com as instalações permanentes de batalhões do Tatmadaw na região. O Pastor Robert Htwe desde aqueles anos estava envolvido nos processos de acolhida,

Naquele momento nós os acolhíamos nos vilarejos tailandeses. Alguns ficavam hospedados em nossas casas e compartilhávamos tudo o que tínhamos com eles. Outros eram acolhidos em igrejas cristãs e templos budistas e eram cuidados por membros das comunidades (HTWE, 2018).

Ao mesmo tempo, as pessoas acolhidas participavam da vida do vilarejo, ajudando no cultivo e nos afazeres do dia-a-dia e participando também das ocasionais cerimônias religiosas, cada um segundo a própria crença. Quando o número foi aumentando e não era mais possível acolher as pessoas nas próprias casas, a comunidade, juntamente com os novos hóspedes, construía abrigos provisórios de modo a acomodar todos.

Segundo observado durante as pesquisas feitas na Tailândia e, através de conhecimentos prévios, as pessoas de etnia Karen Karenni, Mon e assim por diante, preferem cuidar de si mesmas e não amam depender de outros para a própria sobrevivência. Por esse motivo, enquanto era possível, os habitantes dos vilarejos faziam de tudo para acomodar os hóspedes, utilizando-se dos recursos existentes. Mas com o aumento exponencial de chegadas e com a impossibilidade de retorno, os recursos passaram a não ser mais suficientes. Contou-nos o Pastor Robert,

Quando o número de pessoas aumentou e não conseguíamos mais atender a todas as necessidades delas, solicitamos ajuda a algumas organizações, como por exemplo a ONG católica COERR (Escritório Católico para Assistência Emergencial e Refugiados), e a outras organizações de cunho religioso, como a World Vision. Mas o número de pessoas ainda não superava trezentas pessoas. Mesmo assim, nos limitávamos a solicitar somente arroz, continuando a prover todo o resto necessário. Em meados de 1984, os militares birmaneses aumentaram as ofensivas contra as populações na fronteira. Nós começamos a nos organizar melhor nos vilarejos como também pedindo auxílio e colaborando com as autoridades locais tailandesas, no intuito de melhor acolher as pessoas, pois era importante encontrar locais para começar a construir abrigos, visto que a quantidade de necessitados aumentava sempre mais e não bastava somente a boa vontade da população local. Naquele momento ainda não tinha muitas organizações envolvidas, somente algumas como aquelas já mencionadas (HTWE, 2018).

Quando se perguntou a ele o porquê de sua atitude, assim foi a sua resposta: “Nós precisávamos fazê-lo... era nossa responsabilidade. Qualquer pessoa no nosso lugar teria feito o mesmo!” (HTWE, 2018). Essa resposta nos lembrou aquelas dadas pelas pessoas entrevistadas por Kristen Monroe. Ainda hoje o Pastor Robert continua assistindo os refugiados.

A Sra. Saw Heh Nay conta que 1984 foi o pior ano de sua vida. Em uma fatídica manhã, (ela tinha apenas cinco anos de idade), soldados do Tatmadaw invadiram o seu vilarejo disparando contra as pessoas. Sua mãe e muitos membros de sua família foram atingidos e não resistiram aos ferimentos. Ela fugiu com outras pessoas durante vários dias, vivendo escondida na floresta, aterrorizada pelas atrocidades vividas e com medo de ser encontrada pelo Tatmadaw. Aqueles que sobreviveram foram recebidos em um vilarejo de fronteira, em casas de desconhecidos. Saw Heh Nay e seu pai ficaram hospedados por um ano, recebendo os cuidados daqueles *estranhos*. Um ano depois, foram acolhidos em um campo de refugiados (BARRON, 2010, p. 14).

Em 1988, estudantes e ativistas tiveram que fugir da Birmânia, em seguida às manifestações contra o governo e à reação violenta das forças armadas. Naquele momento já existiam os abrigos temporários, mas esse novo grupo precisou passar por um processo diferente devido ao fato de serem perseguidos políticos. Em seguida foram aceitos como pessoas requerentes de asilo e candidatos a reassentamento em terceiros países. Portanto, não foram imediatamente acolhidos nos campos existentes.⁴⁰

Ao chegarem na fronteira, se instalaram em regiões florestais infestadas de malária e, inicialmente necessitavam praticamente de tudo para sobreviver. Por serem pessoas *de cidade*, eram mais vulneráveis às adversidades encontradas. A resposta da população não se fez esperar. Além da ajuda imediata prestada pelos habitantes dos vilarejos vizinhos, notícias sobre eles chegaram também a Bangkok. Vários grupos se mobilizaram (em Bangkok) fazendo campanhas para recolher itens de primeira necessidade, como, alimentos não perecíveis, vestiário e medicamentos contra a malária. Pessoas colocaram à disposição meios de transporte e voluntários enfrentaram a longa viagem (de nove a dez horas)⁴¹ até a fronteira.

Entre aqueles estudantes, alguns cursavam engenharia. Um deles nos contava que pensavam ser capazes de construir um abrigo. Fizeram todos os cálculos e medidas e levantaram

⁴⁰ Com a intervenção das Nações Unidas, muitos foram considerados refugiados urbanos, sendo acolhidos em Bangkok enquanto esperavam reassentamento. Em seguida o governo tailandês criou um abrigo temporário específico para eles (NDA)

⁴¹ Dados coletados de pessoa

os primeiros abrigos... Com a primeira chuva, todo desmoronou. Um grupo de jovens de um vilarejo vizinho foi ajudá-los e, finalmente, os abrigos não mais desmoronaram.

Com a ajuda de muitas pessoas de boa vontade, conseguiu-se patrocinadores no Canadá, Austrália e Nova Zelândia para mais de trinta estudantes. Outras centenas foram reassentados com ajuda de outros grupos em colaboração com as Nações Unidas. Muitos deles, antes de embarcar, se comprometeram a voltar assim que fosse possível, para continuar o empenho em favor de seu país. Um desses era Sunny. Tinha deixado sua noiva em Rangon. Depois de conseguir a cidadania em outro país, voltou para se casar. Amigos tailandeses se ocuparam de todo o necessário para o matrimônio em Bangkok, dos preparativos religiosos, aos comes e bebes para os convidados, ao veículo que trouxe a noiva à igreja. A igreja estava lotada com muitas pessoas que tinham participado da aventura de Sunny ao longo dos anos. Depois de vários anos, ele voltou para cumprir a promessa feita: agora cidadão do Canadá, fundou uma escola e um orfanato em Mae Sot, norte da Tailândia. Além de seus recursos pessoais, Sunny recebe apoio e ajuda de amigos e associações no estrangeiro e com isso consegue sustentar o projeto que conta com mais de cem crianças, entre estudantes e órfãos.

A Dra. Cynthia Maung pertencente a etnia Karen, se formou em medicina na Birmânia. Em 1988, tendo participado aos movimentos de protesta, ela se viu obrigada a fugir. Juntamente com alguns colegas, por sete dias, se deslocaram em direção à Tailândia, enfrentando as mesmas dificuldades de outros refugiados. No caminho, ao passarem por vilarejos em meio à floresta, tratavam as pessoas que encontravam com os poucos recursos que possuíam. Ao chegarem na Tailândia, foram acolhidos em um vilarejo. Um monge budista conseguiu um pequeno local onde ela imediatamente começou a atender gratuitamente as pessoas doentes, principalmente os birmaneses, de qualquer etnia, que chegavam feridos. A partir daí outras pessoas do ramo da medicina e afins, se uniram a ela. Desde o início, as pessoas se sentiam acolhidas com profissionalismo e afeto, sendo tratadas de modo holístico e curadas no físico e na psique. São muitas as histórias de pessoas que chegavam feridas no corpo e na mente e saíam sorridentes depois de serem atendidas por ela. Hoje, passados 30 anos, a pequena clínica se tornou referência na região tendo atendido mais de cem mil refugiados, migrantes e pessoas que cruzam a fronteira para receberem tratamentos médicos. Desde o início, a Dra. Cynthia fazia viagens através da fronteira, de mochila nas costas para atender doentes e necessitados. A sua clínica se chama *Mae Tao Clinic*. Além da clínica ela fundou o grupo de *Médicos Mochileiros*, (Back Pack Health Worker Team) que vão e vêm através da fronteira

atendendo indiscriminadamente os doentes que encontram, inclusive os militares birmaneses (BARRON, 2010).

A experiência da Dra. Cynthia encontra respaldo nos métodos pedagógicos desenvolvidos por Maria Nieves Tapia baseados no conceito de “service-learning”, onde a solidariedade é concebida como um reconhecimento da “humanidade como família e de todos os seres humanos como irmãos na dignidade comum da condição humana” (TAPIA, 2006, p. 88). O trabalho da Dra. Cynthia lhe rendeu nesses anos vários prêmios e reconhecimentos internacionais, mas ela continua servindo a comunidade com a mesma simplicidade que lhe é característica. Com o seu trabalho, ela vem contribuindo para aliviar tensões entre as etnias e promover paz e reconciliação

Nós educamos as famílias para cuidar umas das outras, para que elas possam lidar com as próprias situações quando voltam. É importante que as comunidades locais se apropriem dos cuidados de suas comunidades. Por isso temos um centro de treinamento para profissionais de saúde na clínica. Pessoas de diferentes grupos étnicos vêm aqui e líderes comunitários trabalham juntos, construindo pontes (MAUNG, apud BARRON, 2010, p.61).

Exemplos de atitudes altruístas e solidários se encontram também nos abrigos temporários, entre os refugiados e com as pessoas que os frequentam. Dr. Monty Morris, Vigário da Igreja de Cristo em Bangkok, com outros membros da igreja, visitava frequentemente os refugiados. Sempre eram recebidos com afeto e ao final da visita, lhes ofereciam uma refeição. Ele conta que se sentia constrangido, pensando na escassez de alimentos e sentia a necessidade de contribuir com alguma coisa, mesmo se um pouco de dinheiro, mas as pessoas nos abrigos nunca aceitavam nada e se sentiam ofendidas. Finalmente lhe perguntaram:

O Sr. sabe de onde vem o nosso alimento, não é verdade? Uma vez por semana recebemos a porção que nos cabe. Mas, sabe o que fazemos em seguida? Cada um de nós coloca um punhado de cada coisa em um depósito comum, na igreja, assim temos sempre o que oferecer aos nossos hóspedes. Não é assim que devemos fazer vigário? (BARRON, 2010, p.107)

Essa ideia de partilha, tão presente na cultura local, parece refletir também uma continuação das experiências vividas pelos birmaneses quando foram acolhidos nos vilarejos tailandeses, em sintonia com a já mencionada Regra de Ouro, ensinamento presente em quase todas as grandes expressões religiosas mundiais: *fazer aos outros o que vocês querem que eles lhes façam*.

Naw Bway Gay Thay Maw ensinava em uma escola no estado Karen. Em 1994, o Tatmadaw iniciou a grande ofensiva que culminou com a derrubada de Manerplaw a capital e principal fortaleza dos Karen. Em 1995, ela, com seu bebê e outros sobreviventes fugiram em direção à fronteira da Tailândia e, por mais de um ano viveram precariamente na floresta, em contínuo movimento, parando de quando em quando em vilarejos ao longo do caminho. As privações foram muitas, às vezes não tinham nada para comer durante dias. Finalmente, em abril de 1996, eles conseguiram chegar em um campo de refugiados na Tailândia e ali foram admitidos. Ela mesma relata sua chegada no campo,

Durante o período vivido em fuga, estávamos em condições tão deploráveis que não parecíamos nem mesmo seres humanos. Chegando aqui, em um primeiro momento fomos acolhidos na casa de um dos refugiados. Logo em seguida, construíram a nossa casa e nos deram comida, roupas, cobertores, mosquiteiros, e outros itens de primeira necessidade. Agora tínhamos o suficiente para comer, podíamos dormir sob um teto com cobertores que nos mantinham aquecidos durante a noite e sem pernilongos a nos picar. Em seguida pude voltar a ensinar e consegui comprar novos vestidos. Agora pareço de novo com a pessoa que era antes. Satisfação e felicidade retornaram em minha vida! Toda palavra é pouca para expressar a minha gratidão (MAW, apud BARRON, 2010, p. 12).

Com o aumentar do fluxo de refugiados e a participação crescente de organizações nacionais e internacionais, também o governo tailandês começou a se interessar pela situação. Inicialmente, cedendo terreno no território tailandês para a construção de campos de refugiados, em seguida nominados de *abrigos temporários*. Atualmente existem nove abrigos temporários espalhados ao longo da fronteira. A tabela 1 mostra a localização desses abrigos com a respectiva população.

Tabela 1. População dos abrigos temporários em abril 2018

Abrigos Temporários	Pop. verificada	Pop. assistida	Pop. verificada
Província/Campo	TBC ⁴²	TBC **	MOI/ACNUR ***
MAE HONG SON			
Ban Mai Nai Soi	9.582	9.086	9.486
Man Mae Surin	2.391	2.261	2.267
Mae La Oon	8.995	8.872	9.630
Mae Ra Ma Luang	9.964	9.714	10.639
Sub Total	30.932	29.933	32.022

⁴² * O número de casos verificados inclui todas as pessoas, registradas ou não, que moram no abrigo temporário

** Corresponde ao número de beneficiários que coletaram rações durante o mês anterior.

*** O governo da Tailândia e o ACNUR atualizam mensalmente a população dos refúgios.

TAK			
Mae La	34.854	33.896	36.626
Umphiem Mai	10.239	10.084	11.501
Nu Po	9.085	8.898	10.622
Sub Total	54.178	52.878	58.749
KANCHANABURI			
Ban Don Yan	2.618	2.581	2.752
RATCHABURI			
Tam Hin	5.654	5.597	6.209
Total	93.382	90.989	99.732
DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA			
	Karen	79,91%	
	Karenni	10,12 %	
	Birmana	3,20 %	
	Mon	0,6%	
	Outras	6,11%	

Fonte: The Border Consortium. Elaboração própria

Como se pode observar na tabela acima, as duas províncias que apresentam o maior número de pessoas presentes nos abrigos são Mae Hong Son e Tak. O motivo principal para tal é a localização dessas duas províncias que coincidem com o território original das nações Karen e Karenni, que ainda não assinaram acordos de paz com o governo birmanês. A Província de Kanchaburi apresenta uma maior variedade de etnias, muitas das quais já tiveram acordos assinados e, portanto, muitas pessoas já retornaram para a Birmânia. Pode-se notar também a porcentagem de pessoas de etnia Karen que constitui de fato a maioria absoluta da população nos abrigos e, em segundo lugar, a etnia Karenni.

A figura 7 mostra a localização dos abrigos temporários distribuídos ao longo da fronteira. Nela pode-se apreciar a área geográfica mencionada, no lado da Birmânia, os Estados Kayah e Kayin e, do lado tailandês, os abrigos temporários.

Os abrigos temporários são construídos como os vilarejos ao redor⁴³. De fato, quando pessoas de fora os visitam geralmente ficam bem impressionados pela organização. Uma razão para isso é o modo como essa organização é concebida. Todas as funções de gestão, administração e implementação das atividades e programas são distribuídas entre os próprios refugiados. Cada abrigo possui um líder franqueado por comitês e líderes das seções que são eleitos regularmente. Os representantes gerais são o Comitê de Refugiados Karen (KRC em inglês) e o Comitê de Refugiados Karenni (KnRC em inglês). Esses dois comitês são responsáveis pela coordenação e monitoramento de todas as atividades nos abrigos e atuam

⁴³ O Apêndice VI e o Anexo I contêm fotos de um vilarejo tailandês e dos abrigos

através dos comitês dos abrigos. São também responsáveis pela coordenação da assistência prestada pelas ONG e atuam como elo de união entre o ACNUR, as autoridades tailandesas e os militares encarregados pela segurança.

Figura 7 - Localização dos abrigos Temporários na fronteira Thai-Birmanesa



Fonte: The Border Consortium ⁴⁴

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.theborderconsortium.org/> >. Acesso em: 29/06/2018

Algumas centenas de pessoas atuam nos comitês, organizando a logística e distribuição dos alimentos, supervisionando as clínicas de saúde, o sistema escolar, o cuidado com o meio ambiente e inclusive a administração da justiça regular.

Três dos entrevistados tiveram oportunidades de participar de reuniões entre representantes locais do MOI (comandantes dos refúgios, governadores provinciais, prefeitos e representantes políticos dos vilarejos) e representantes do MOI e NSC de Bangkok e testemunharam como os representantes locais em diferentes ocasiões assumiam as partes dos refugiados defendendo os interesses dos mesmos, por vezes em contraposição com os representantes de Bangkok.

Antes disso, no início dos anos 2000, algumas ONGs propuseram a implantação de programas de treinamento profissional em agricultura, criação de animais para o consumo doméstico, dentre outras atividades. Naquele momento, a política oficial explicitamente não permitia tais programas, alegando que isso poderia causar a impressão de que o governo tailandês iria permitir a permanência indefinida dos refugiados.

O MOI, então, naquela ocasião não aprovou os programas. Mesmo assim, os representantes locais do MOI em alguns refúgios temporários, permitiram a implementação dos mesmos, de modo extraoficial. Com o passar do tempo, outras províncias adotaram os programas até que finalmente, o MOI mudou sua posição e aprovou os programas para todos os refúgios.

Outro programa que passou pelo mesmo processo foi o programa de gestão de resíduos, iniciado também extraoficialmente, com o consenso das autoridades locais, em um refúgio na província de Tak, norte da Tailândia. Esse programa, além de ter sido sucessivamente exportado para outros refúgios, se tornou referência no campo da gestão de resíduos para a região, sendo apresentado em encontros regionais sobre o tema.

Desde 2005, a política da Tailândia em relação aos refugiados Karen sofreu algumas mudanças positivas. Além dos programas citados, o Ministério da Educação, com o patrocínio da princesa Siridorn⁴⁵, adotou o programa internacional Educação para Todos, e, portanto, prevê assegurar o direito à educação para todos os alunos na Tailândia, incluindo a população de refugiados. Além dos programas existentes, o governo está agora reduzindo as restrições às viagens fora do confinamento dos campos para educação e, eventualmente, também para trabalho. O ministério da educação e as organizações que cuidam dos refugiados já está

⁴⁵ Princesa Maha Chakri Sirindhorn, filha de Bhumibol Adulyadej, penúltimo rei da Tailândia

delineando planos para melhorar os atuais serviços de educação nos abrigos, acrescentando treinamento em língua tailandesa e inglesa. O objetivo é permitir que eles continuem seus estudos em escolas vocacionais e universidades em cursos a serem fornecidos através de programas de ensino à distância ou em instituições de ensino fora dos campos.

Tendo em vista um eventual retorno à paz, com os acordos assinados entre as etnias e o governo birmanês, desde 2014 o governo tailandês está encorajando as pessoas a retornarem para a Birmânia (SIVILAI, 2001, p.98). Muitos de fato já o fizeram espontaneamente. Porém, as autoridades locais, percebendo que o momento pode ainda não ser propício para esse retorno, continuam a permitir a permanência dos refugiados.

Segundo um entrevistado, alguns membros do exército, representantes do governo central, durante um encontro com os refugiados (esse entrevistado estava presente) diziam que na realidade a situação do outro lado melhorou, e, portanto, quem quiser retornar se sinta livre, mas quem ainda não se sente seguro não será forçado. Disseram ainda: aqueles que decidirem retornar, não precisam ir muito longe da fronteira, pois caso se apresentem dificuldades podem retornar facilmente. Outra coisa que as autoridades estão encorajando é que as pessoas procurem se documentar depois do retorno, para poder obter documentos regulares e poder eventualmente retornar à Tailândia no futuro com a possibilidade de encontrar um trabalho regulamentado. Muitas pessoas já trabalham por aqui, mas sem documentos, e são desfrutadas, recebendo salários injustos (ENT. A, 2018).

Ao mesmo tempo, seniores formuladores de políticas também reconhecem que uma repatriação segura e voluntária só será possível quando as condições de paz e segurança permitirem. Outras agências tailandesas, incluindo o Ministério do Interior e o Ministério das Relações Exteriores, também estão ativamente contemplando as condições para um futuro repatriamento, mas analogamente reconhecem os obstáculos, sobretudo no que tange a situação de conflitos ainda não resolvidos (LANG, 2001).

Em tudo isso se pode visualizar a atitude solidária daqueles que estão mais próximos às pessoas refugiadas e ao mesmo tempo observar a evolução da atitude oficial dos membros do governo. Essa atitude, segundo o que demonstrou esse estudo, foi permeada, por assim dizer, pela solidariedade demonstrada desde o início pela população que acolheu os primeiros refugiados, em seguida pelas autoridades locais (representantes do Ministério do Interior (MOI), do Conselho Nacional de Segurança (NSC) e das Forças Armadas tailandesas), que desde a criação dos refúgios temporários, se ocuparam daquelas pessoas.

Os dados apresentados até aqui, colocam em relevo a atuação das autoridades locais na implementação das políticas e defesa em prol dos refugiados diante do MOI Bangkok, juntamente com a pressão que exercem para a aprovação dos projetos de melhoria da qualidade de vida, de modo a inseri-los nos planos anuais, que constituem *de facto* as políticas públicas.

Segundo resultados do nosso estudo, na Tailândia existem sim refugiados que atendem os requisitos estabelecidos pelos estatutos das Convenções sobre os refugiados das Nações Unidas e dos tratados internacionais, pelo fato de que fogem da própria Pátria por medo de perseguição que põe em risco a própria vida e não podem ou não querem retornar por falta de segurança. A Tailândia oficialmente os considera *peças deslocadas por questões de violência que põe em risco as suas vidas*. Para fins de nosso estudo utilizamos os dois conceitos.

Por outro lado, considerando a cultura local e a tradição de acolhida presentes nas etnias estudadas, seja na Birmânia como na Tailândia, poderíamos também dizer que na Tailândia não existem refugiados, mas sim vizinhos acolhidos por parentesco, amizade ou por compaixão e solidariedade. Nesse sentido, poder-se-ia caracterizar o fenômeno como acolhida por questões de *vizinhança solidária ou relacionamentos solidários entre vizinhos*, que se encontram provisoriamente estabelecidos e cuidados pela população local e em seguida, pelos órgãos governamentais oficiais locais e internacionais, aguardando o momento propício e adequado para voltar as próprias casas. Então, se para o nosso estudo encontramos todos os elementos para considerar as pessoas como refugiadas, fato esse confirmado pelos dados recolhidos, por outro lado, levando em consideração as percepções culturais envolvidas, talvez poderíamos também afirmar que são simplesmente pessoas que migraram na esperança de um dia retornarem.

Essas pessoas podem ser comparadas aos nossos retirantes nordestinos que pela seca migraram para outros estados, mas sempre na esperança de melhorar de vida para um dia retornarem ao próprio torrão amado.

4.4 Formulação das políticas públicas na Tailândia

Como pode ser notado a forma de governo tailandesa desde as suas origens, foi constituída de forma piramidal, com o rei ao topo. Nos primeiros reinos, o poder do rei era absoluto. A monarquia absoluta terminou com o golpe de 1932, mas o rei continua sendo o chefe de Estado e mantém um Conselho Privado. O chefe de governo é o primeiro-ministro, que nomeia o gabinete. A Assembleia Nacional é composta pelo Senado (em língua tailandesa

Wuthisapha) e pela Câmara dos Representantes (em língua tailandesa *Sapha Phuthaen Ratsadon*). As casas consistem em 200 e 500 lugares, respectivamente. Os parágrafos seguintes tratam de elaborar melhor estes conceitos.

Para falar das políticas públicas na Tailândia faz-se necessário recordar mais uma vez a grande importância que teve e tem o budismo na gênese da formação do pensamento político do reino/nação. Os conceitos de monarquia e de poder têm sua origem, como exposto no início deste capítulo, das ideias políticas presentes na vida do Buda e em seguida interpretadas e adaptadas pelos soberanos que seguiram os seus ensinamentos. Portanto, ao analisar a questão política na Tailândia, deve-se considerar a importância e influência da instituição monárquica, com todas as suas características e implicações, assim como do envolvimento ativo dos membros da família real e das elites, sejam elas militares ou civis, envolvidas nos processos políticos e governamentais da nação. Mesmo se a participação da instituição monárquica ocorre em consonância aos princípios da Constituição vigente ⁴⁶. De fato, o país se caracteriza como uma Monarquia Constitucional.

Segundo a imagem budista, o rei, o governante, e assim por diante devem cuidar do bem-estar dos súditos. Assim, uma das características das políticas públicas são os programas e projetos reais, criados a partir de membros da realeza. Alguns projetos são de natureza passageira, como por exemplo para atender necessidades causadas por desastres naturais ou não e têm assim duração limitada. Outros são de natureza estável, desenhados para resolver situações de necessidades da população em geral e especificamente da população mais necessitada. Poder-se-ia aqui citar inúmeros projetos criados pela realeza (ou membros da casa real). Esses projetos com o tempo se constituem como políticas públicas *de facto*.

O rei, como pai da nação, tem o dever de cuidar dos filhos. Nesse sentido, as políticas públicas, na grande maioria de tipo *top-down*, ocorrem com pouca ou nenhuma participação da população em geral, que por conta da formação político-religiosa, espera dos governantes a solução para os próprios problemas.

Vários membros da família real possuem Fundações próprias que desenham e implementam programas de cunho social. Um exemplo significativo é a Fundação Mae Fah Luang⁴⁷, nascida a partir do Projeto de Desenvolvimento Doi Tung (PDDT), concebido pela

⁴⁶ Em todas as constituições, a parte que toca a Monarquia se manteve sempre quase intocada em sua essência.

⁴⁷ Mae Fah Luang foi o título dado à Princesa Srinagarindra pelas tribos das montanhas no norte da Tailândia. Desde o final dos anos 1960, a princesa-mãe trabalhou para melhorar as condições de vida dos tailandeses rurais, particularmente as minorias étnicas em áreas montanhosas remotas. Disponível em: www.doitung.com/en/about.php Acesso em 12/05/2018

Alteza Real Princesa Srinagarindra (mãe do rei Bhumibol Adulyadej). O PDDT é uma organização voltada para as minorias étnicas das montanhas do norte da Tailândia. Essa Fundação, que foi inicialmente concebida com o objetivo de preservar as áreas florestais (fauna e flora), atualmente se ocupa de educação, empreendedorismo social, desenvolvimento sustentável, com programas de agricultura familiar, incremento de artesanato local, a cultivação do café, dentre outras atividades. A fundação criou lojas para distribuição desses produtos em várias partes da nação. Mesmo se tratando de iniciativas de cunho filantrópico-social, essas se constituem na prática em políticas públicas de desenvolvimento social.

Figura 8. Sua Alteza Real Princesa Srinagarindra



Fonte: Fundação Doi Tung⁴⁸

No princípio toda a educação do país era feita nos Mosteiros com a participação ativa dos monges que eram responsáveis pela educação inclusive dos membros da família real. A educação era ministrada basicamente para os homens, enquanto que as mulheres da família real e das elites do reino eram educadas em casa nos Palácios com professores e professoras particulares por vezes contratadas de outros países, como é o caso da famosa professora Ana Leonens que foi mestra do rei Chulalongkorn (Rama V, 1868-1910). Com a chegada dos missionários cristãos o rei permitiu que esses missionários e missionárias estabelecessem escolas para todos e para todas. Em seguida foram criadas as Leis e a educação tornou-se uma política pública para todos (BRESSAN, 2000; ZAGO, 1985).

Recentemente, como já mencionado, a Princesa Regente Siridhorn em parceria com a Unicef criou um programa de educação para todos. Esse programa foi aprovado pelo primeiro-ministro com seu gabinete e transformou-se em política pública nacional, sancionado por lei. Esse programa estabelece que todas as crianças que habitam na Tailândia têm direito a educação

⁴⁸ Disponível em: http://www.doitung.org/about_origin_foundation.php. Acesso em 12/05/2018

e podem participar das escolas públicas. Essa política pública tornou-se abrangente inclusive para os filhos dos imigrantes que ainda não estão regularizadas, dos filhos dos imigrantes Ilegais e daqueles considerados por este estudo como refugiados.⁴⁹ (ENT. A, 2018).

Outro exemplo de uma política pública é o caso das políticas de saúde. Historicamente sempre existiram os curandeiros, também esses muitas vezes ligados aos mosteiros budistas, mas também adeptos da medicina tradicional nos vilarejos. A medicina tradicional tailandesa ainda hoje é muito desenvolvida, com uma grande variedade de ervas, remédios fitoterápicos, massagens tradicionais e outros tratamentos. Essa tradição era transmitida de pai para filho ou para discípulos, no caso dos vilarejos, e, também, nos Mosteiros através dos monges. Com o advento da modernidade e a criação do Estado, os reis começaram a criar hospitais e prover a educação de pessoal qualificado. Também nesse campo os cristãos de diferentes denominações tiveram um papel importante, preenchendo a lacuna que existia no país. Os primeiros hospitais públicos foram construídos sempre sobre o patrocínio da família real ligados a universidades de medicina. Depois surgiram os hospitais privados, na maioria para atender as populações mais privilegiadas (BAKER; PHONGPAICHIT, 2017; ZAGO, 1985; BRESSAN, 2000).

No governo do primeiro-ministro Taksin Chinawatra foi criado um programa de governo que se transformou em uma política pública, onde todas as pessoas podem ser atendidas nos hospitais pagando uma quantia simbólica de 30 Baht (o que corresponde mais ou menos a 3 reais). Esta política pública está em vigor até o presente (BAKER; PHONGPAICHIT, 2017).

Ulteriores atores que influenciam a formação das políticas públicas, por exemplo no campo da economia, são os grandes empresários e os detentores do capital, que exercem lobby no sistema burocrático. Exemplo disso é a política para a agricultura e segurança alimentar, criada em 2004 (UDOMWISAWAKUL, 2005).

Programas criados a partir “do alto”, patrocinados pela monarquia ou por outros burocratas, que se transformaram com o tempo em políticas públicas são programas de reflorestamento, aproveitamento e conservação de áreas florestais, criação de parques nacionais para a conservação da flora e da fauna, programas de abastecimento e tratamento de água, valorização e conservação de aspectos culturais e artesanais, dentre outros⁵⁰. Um destaque entre esses programas, é o chamado “Um Tambon⁵¹, um Produto”, programa criado pelo primeiro

⁴⁹ Como já explicado, a Tailândia os considera pessoas deslocadas, no jargão oficial em inglês *displaced persons*.

⁵⁰ Disponível em <http://www.thailandtoday.in.th/node/683> Acesso em 13/06/2018

⁵¹ Tambon é a menor unidade administrativa, corresponderia aos distritos brasileiros, com a diferença que existe um aparelho burocrático próprio.

ministro Taksin. O governo libera um milhão de Baht⁵² (+/- 100 mil Reais) para cada distrito, como subsídio para a preservação e desenvolvimento das atividades artesanais, comerciais, agrícolas ou outras atividades que são típicas e características de cada localidade (PRATEEP, 2018).

Essas ilustrações, podem permitir ao leitor apreciar o modo de conceber a política pública na Tailândia, que apresenta características diferenciadas de outros modos e conceitos presentes na literatura. O ciclo dessas políticas tailandesas segue um percurso particular, quase sempre do alto para baixo (top-down) como já foi mencionado. Os elementos que compõem essa pirâmide são vários, sendo que na maioria das vezes dependem da monarquia e das elites governantes, sejam essas ligadas a monarquia que a algumas pessoas economicamente influentes. A formulação da agenda, com pouquíssimas exceções é feita a partir do *modelo do agente burocrático*. No campo da economia, é notório o lobby feito pelos grandes empresários e os detentores do capital, Exemplo disso é a política para a agricultura e segurança alimentar, criada em 2004 (UDOMWISAWAKUL, 2005). O autor afirma que ainda hoje qualquer política pública na Tailândia é formulada pelos agentes burocráticos e que o interesse público não é representado no processo de formulação da agenda⁵³.

Em síntese, a definição de agenda e formulação das políticas públicas na Tailândia é feito pelas pessoas da família real (antes de tudo o rei e a rainha, mas também os príncipes e princesas herdeiras e outros membros da realeza), pelo governo de turno, pelo primeiro-ministro ou membros do Parlamento, com pouca ou nenhuma participação da população em geral.

Projetos subsidiados inicialmente por fundos da monarquia não de raro entram nos programas de governo do momento e são transformados em políticas sancionadas por leis.

Essas considerações poderiam ser também um reflexo da simbiose existente entre política e religião na Tailândia, onde o monarca, como também o governante de turno, seguindo a cosmologia budista da criação (referência) é aquele que tem a obrigação de garantir o bem-estar físico dos seus súditos, enquanto os monges devem garantir o bem-estar espiritual. Ao mesmo tempo, o rei se tornou na história o pai da Nação e da religião, tendo assim seu poder legitimado.

Transformando projetos de desenvolvimento em políticas públicas ou sugerindo políticas públicas ao governo do momento para serem implementadas, ele está agindo segundo a tradição onde o rei é ligado a figura do Botthisatwa (BORIHARNWANAKET, 2005), aquele

⁵² Moeda tailandesa

⁵³ Para uma maior compreensão do *Bureaucratic Agent Model*, aconselha-se as leituras de KINGDOM, 2014; DYE, 2017, WAMSLEY; ZALD, 1973.

que renuncia temporariamente a própria chegada ao Nirvana para ajudar os seres humanos a atingirem também esse estágio superior de vida. É difícil por isso separar, mesmo nos dias atuais, as duas realidades política e religiosa⁵⁴.

Tendo em vista o que foi acima exposto, se poderia enquadrar o processo de condução das políticas públicas tailandesas no modelo proposto por Kingdom (2014)⁵⁵. O autor fala de fluxos múltiplos. No caso tailandês, o fluxo dos problemas em geral é identificado pela elite governante, que em seguida (vejam-se exemplos apresentados) propõe soluções na forma de projetos apadrinhados pela instituição monárquica. Esses projetos amiúde são financiados por fundos da monarquia, para em seguida entrarem no orçamento da nação, o que caracterizaria as condições políticas favoráveis. Esses fluxos abririam então janelas de oportunidade que se transformam, no momento oportuno em políticas públicas. O mesmo exemplo poderia ser aplicado a políticas propostas e implementadas por outros membros da elite (membros da alta hierarquia do governo, militares, pessoas economicamente influentes). A mesma análise poderia ser aplicada aos programas do governo, como o exemplo citado do programa *Um Tambon, um Produto* criado e implementado pelo governo de Taksin Shinawatra.

O processo de formação das políticas públicas, assim como das leis, segundo um grupo de professores entrevistados em condição de anonimato em Bangkok, teoricamente seguia um itinerário semelhante ao processo de criação das leis de países com sistema político similar. Todos os membros do Senado (Wuthisapha) e da Câmara dos Representantes (Sapha Phuthaen Ratsadon) têm prerrogativa de propor projetos de lei, como também um grupo de eleitores com mais de cinquenta mil pessoas. Independentemente de quem apresenta a proposta, todos os projetos obedecem ao mesmo processo: precisam ser aprovados pelo Primeiro Ministro e apresentados ao rei que coloca o selo real com a aprovação definitiva. O rei ainda tem a prerrogativa de sugerir modificações ou acrescentar algo, mas em geral o poder constitutivo estava no parlamento⁵⁶ (PROF. B, 2018).

O acima exposto teve duas consequências que se podem notar até hoje na formação política tailandesa: o poder ficou sempre nas mãos da elite com apoio dos militares. Esses fatos históricos importam para ajudar a entender o processo de formação das agendas de políticas públicas da Tailândia.

⁵⁴ Com isso não se quer dizer que o agir político tailandês tenha reflexos espirituais na vida das pessoas. Faz-se necessário distinguir a prática cotidiana política da questão espiritual, questão que é ligada a práticas religiosas e rituais próprios (Ver para isso TAMBIAH, 1976).

⁵⁵ Figura 4, página tal.

⁵⁶ Atualmente as decisões são prerrogativas do Chefe de Governo e do Chefe de Estado (nda)

Segundo Udomwisawakul (2005) a política pública ainda é formulada pelas mãos dos agentes burocráticos e, portanto, o interesse público não é realmente representado por esse processo. Antes do golpe militar de 2006, o sistema político tailandês era constitucionalmente definido como um sistema parlamentarista democrático e a formulação das políticas públicas, assim como das leis, teoricamente seguiam os modelos existentes em outros países com sistema similar. O reino era uma democracia parlamentar, com uma legislatura bicameral eleita. Atualmente, a Tailândia é governada por uma junta militar que se intitula Conselho para a Segurança Nacional (NSC na sigla em inglês). Com a nova constituição o sistema político passou a ser uma monarquia constitucional, no qual o primeiro-ministro é o chefe de governo e o monarca atual é o chefe de estado. O poder executivo passou à junta militar que nomina seus Primeiros-ministros e o Gabinete (PROF. A, 2018).

Na opinião de um especialista em Ciências Políticas, entrevistado em Bangkok, a questão política em geral na Tailândia é muito complexa e por isso não é fácil definir o processo de formação das políticas públicas. Teoricamente o sistema político era definido como democrático. Mas, o termo democrático na Tailândia assume outras características. Nos debates atualmente se fala muito em uma democracia estilo tailandês. O que significa na realidade essa democracia tailandesa ninguém até agora definiu, mas observando os últimos 70 anos de história da democracia na Tailândia, pode-se afirmar que de fato essa democracia nunca existiu. Na realidade todas as tentativas de democracia na Tailândia foram interrompidas por golpes militares que ocorrem regularmente quando as elites tailandesas decidem que o governo não está cumprindo as obrigações estabelecidas, isto é, quando não seguem o estilo tailandês de política definido pelas elites (ESP. B, 2018).

Os próprios partidos que competem nas eleições são, em geral, somente nominais, isto é, eles representam em geral uma pessoa que é o chefe do partido, seguem o líder mais do que uma ideologia. Esses líderes são membros da elite ou pessoas financeiramente potentes. O único partido que se considera democrático, na opinião do especialista, por ter sido fundado pelo rei Rama VII, nunca foi democrático e sempre se comportou como um partido Monárquico (ESP. B, 2018).

Todos fazem propaganda que são apoiados pelo povo, mas na realidade o povo significa a elite. Quando a elite não apoia mais, o partido se acaba. A cada golpe militar um partido é criado, em geral com um viés pro-militar e, sucessivamente, vence as eleições. Mas esses partidos duram somente uma estação, uma temporada. Um fator fundamental no cenário político tailandês é a monarquia, representada pela família real. Praticamente essa é a agulha da

balança. Não importa qual ideologia ou corrente de pensamento esteja por trás de um partido, no final deve fazer as contas com a elite, que está sempre apoiando a monarquia (ESP. B, 2018).

Três são os fatores principais que comandam a política tailandesa: antes de tudo a monarquia, depois o exército que apoia e é apoiado pela monarquia e os outros. Os outros seriam primeiro os grandes grupos comerciais, que veem como vantagem uma política estável, e esta política estável, segundo eles, é garantida pela monarquia e pela elite ao entorno apoiados pelo exército e vice-versa. Essas grandes elites detêm efetivamente o poder, o povo deve somente seguir e se não segue é obrigado a seguir (BAKER; PONGPAICHIT, 2017).

Portanto todas as outras políticas, como aquelas de desenvolvimento, econômicas e públicas, devem sempre fazer as contas com estes três fatores: a monarquia, o exército e os grandes detentores do poder comercial-empresarial e conseqüentemente, quase nunca são direcionadas ao benefício do povo, mas foram amiúde voltadas para sustentar o equilíbrio da elite.

A estrutura burocrática tailandesa é bem organizada: existe uma estrutura de gestão em ordem crescente partindo dos vilarejos, depois dos distritos, da municipalidade, em seguida no nível provincial, até chegar ao governo central. Os representantes políticos de todos os níveis são eleitos através de votação, mas no final das contas todos têm que estar dentro do mesmo esquema burocrático. Na província o principal detentor do poder não é a assembleia provincial, que é semi-eleita pelo povo, mas sim o governador que é nominado pelo ministério do interior (ESP. B, 2018).

A política, desse modo, vem de cima pra baixo e depois é implementada nas várias instituições inferiores. Mesmo assim, muitas vezes, os atores locais das periferias mais afastadas encontram espaços para interpretação e adaptação no momento de implementar essas diretivas que chegam do alto. Mas no fundo dependem sempre de regulamentos e leis que vem de cima. De fato, o partido político mais forte da Tailândia é a burocracia. No fundo essas organizações são somente consultivas e têm uma autonomia limitada. Como consequência, a influência que essas organizações a nível popular podem exercer na elaboração das políticas é mínima (ESP. A e C, 2018).

Como já enunciado, apesar de tratar-se de um modelo *top down*, a análise de Kingdom sobre os fluxos de processo da elaboração de políticas públicas pode ser aplicada no caso da Tailândia. No fundo, aqui também se parte do reconhecimento de problemas, passando pela formação e aperfeiçoamento de propostas políticas, e chegando finalmente a política. (KINGDOM, 2014, p. 87). Porém, no caso da Tailândia a população em geral não participa

ativamente do processo, como ficou demonstrado. Nesse sentido, o caso das políticas de acolhida apresenta elementos fora da curva. Esses elementos serão discutidos a seguir.

4.5 História e política de acolhida de refugiados

A Tailândia compartilha um longo trecho de fronteira de 2.401 km com a Birmânia e historicamente acolhe e abriga birmaneses de várias etnias. Segundo dados do Consórcio de Fronteira da Tailândia (TBC, 2018), ainda hoje existem cerca de 100.000 pessoas registradas nos campos de acolhida temporários na fronteira.

As etnias presentes ao longo da fronteira, são compostas por pessoas que se encontram nos dois países, Birmânia e Tailândia. São comunidades que um tempo pertenciam a um mesmo povo e constituíam um reino, composto por diferentes povos. Mesmo existindo atualmente muitas diferenças do ponto de vista político, visto que ao longo dos anos diferentes partidos foram se formando, na realidade essas pessoas são ligadas por vínculos de sangue ou de amizade, ou mesmo somente pelo fato de pertencerem à mesma etnia. Por esse motivo, quando existe algum problema de um lado da fronteira elas atravessam para o outro lado. A cultura entre elas é comum, com algumas diferenças ligadas a história e a religião, algumas são budistas e outras cristãs de várias denominações.

Historicamente os tailandeses tinham interesse em manter relações cordiais com as etnias fronteiriças, especialmente os Karen. Um dos motivos citados por um dos especialistas entrevistados, era o temor que grupos comunistas em luta com o governo birmanês, concentrados na fronteira, pudessem penetrar na Tailândia. A nação Karen se prestava como *buffer-zone* e, por dominar a região, constituía uma proteção. Tenha-se presente que o povo Karen era militarmente muito forte. Depois que o Tatmadaw conquistou praticamente todos os territórios de fronteira, a situação mudou e agora os novos vizinhos da Tailândia são os birmaneses fieis ao governo (ESP. A, 2018).

A Tailândia, como a maioria dos países do sudeste asiático, não é signatária da *Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, nem do subsequente protocolo de 1967 e, portanto, não é signatária de elementos vinculantes internacionais que impelem o país a acolher refugiados. Desde 1979, a nação passou a ser membro do Comitê Executivo (EXCOM) do *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)*, sobretudo assumindo a responsabilidade de não praticar a repatriação forçada.

Para compreender melhor a definição tailandesa do termo refugiado, se faz necessária uma breve nota sobre a terminologia utilizada pela nação. Nos termos da legislação nacional, os requerentes de asilo na Tailândia são tecnicamente *imigrantes ilegais*. Em termos estritamente formais, a proteção legal de refugiados, e até mesmo a terminologia de *refugiado*, não existe. Desde o final da década de 1990, o jargão oficial da política tailandesa tem sido expresso em termos de *peças deslocadas fugindo de conflitos* (e não refugiados), *abrigos temporários* (em vez de campos de refugiados). No entanto, na prática, os birmaneses são reconhecidos como *refugiados de facto* e, portanto, suas reivindicações de asilo nos campos fronteiriços são reconhecidas como legítimas. A abordagem política geral do Governo tem sido aceitar e assistir as pessoas deslocadas em uma base humanitária. A política prevê abrigo temporário e a Tailândia não vai afastar os requerentes de asilo até que as condições o permitam (LANG, 2001; ENT. A, 2018). Os parágrafos seguintes trazem este tema com uma profundidade maior.

Lang, Sivilai, Vungsiriphisal e outros sublinham que, segundo eles, o Governo tailandês nunca irá assinar os acordos e protocolos internacionais, justificando a opinião no fato que assim fazendo tem mais liberdade e na prática pode fazer muito mais que muitos países que os assinaram. A assinatura desses documentos requer adesão aos pressupostos internacionais que acarretam muitas obrigações a quem os assina. Mesmo sublinhando que esses pressupostos na prática nem sempre são seguidos pelas nações que assinaram tais documentos, tem-se em mente a posição pragmática do governo tailandês de se manter desobrigados e com a liberdade de ação segundo as próprias capacidades. Além disso, se menciona as implicações de ordem financeira se se devessem seguir os critérios estabelecidos para os refugiados no regime internacional. (LANG, 2002; SIVILAI, 2001; VUNGSIRIPHISAL et al, 2011, ESP.A e C, 2018).

Embora a Tailândia não use o termo *refugiado*, e sim *peças deslocadas* que necessitam de refúgio seguro por causa de guerras e ou perseguições de qualquer gênero que colocam em risco suas vidas, esse estudo considera que as pessoas deslocadas na Tailândia correspondem aos modelos colocados pela ONU para o termo refugiado. Consequentemente, existem de fato políticas para refugiados, muito embora não sejam listadas como tais pelo governo tailandês. Como se verá em seguida, não existem documentos escritos, a parte alguns Memorandos de Entendimento e poucos itens nas leis de imigração. Contudo, *de facto* a Tailândia se ocupa das pessoas deslocadas tratando-as como refugiados.

A nação tem uma longa história de acolhida de pessoas oriundas dos países vizinhos, vítimas de conflitos bélicos no Camboja, Laos, Vietnam, Birmânia e inclusive, em menor

escala, da Malásia. Existem registros de vietnamitas escapando de perseguições religiosas e, em seguida, da colonização francesa desde o ano de 1700. Posteriormente, o final das guerras Indochinesas, em meados de 1970 sinalizou um aumento considerável de pessoas em fuga e com isso a atenção do mundo se voltou para a região e com essa, pela primeira vez uma resposta massiva em termos de ajudas humanitárias. Exemplo disso é o fato de que entre os anos 1975 e 1993 cerca de um milhão de pessoas deslocadas oriundas dos estados da Indochina passaram pelo país (LANG, 2001; HYND, 2002).

A partir do ano de 1989, a ACNUR começou a atuar como facilitadora, uma vez que foi introduzido o Plano de Ação Abrangente (*Comprehensive Plan of Action, CPA*)⁵⁷ voltado aos refugiados indochineses, sendo os refugiados vietnamitas o foco principal, sobretudo pela repatriação forçada e a expulsão dos ‘boat people’ das águas territoriais de outros países (expulsões conhecidas como *pushbacks*). Após esse compromisso assinado pelas nações, tais episódios não foram mais relatados. Aproximadamente 80% do número total de refugiados da Indochina na Tailândia, foram reassentados, repatriados ou realocados para outros países (HYND, 2002; LANG, 2002).

Desde o período sucessivo a Segunda Guerra Mundial, período que coincide com a independência da Birmânia e início da ditadura militar, birmaneses de várias etnias fugiam para a Tailândia e se instalavam em áreas florestais ou em vilarejos tailandeses. O Pastor Robert Htwe, entrevistado em um desses vilarejos conta que, desde 1975 pequenos grupos (200-300 pessoas) iam e vinham da Birmânia em alguns períodos do ano, quando as lutas entre o Tatmadaw e os rebeldes se intensificavam. Naquelas ocasiões, as pessoas eram acolhidas de forma solidária pelos habitantes dos vilarejos fronteiriços e retornavam para a Birmânia quando a situação permitia (HTWE, 2018).

Esses números aumentaram drasticamente a partir dos anos 1980 e 1990 por causa da intensificação de ofensivas do governo birmanês contra as minorias étnicas ao longo da fronteira, mas também como resultado de repressões urbanas, como aquelas voltadas aos estudantes universitários e aos membros dos partidos pró-democracia nos anos de 1987 e 1988.

Segundo um doutor em economia entrevistado em Chiang Mai, norte da Tailândia, a acolhida dada pelo país sempre teve a intenção de ser a oferta de um santuário humanitário temporário. Nesse sentido, o papel mais importante desempenhado pela Tailândia tem sido o

⁵⁷ Programa adotado em Genebra em 1989, para enfrentar a questão do fluxo de refugiados indochineses, os chamados “boat people”, e para enfrentar a relutância dos países em acolhê-los.

de uma nação receptora e primeiro refúgio seguro para muitas pessoas em fuga de conflitos armados violentos (ESP. C, 2018).

A Tailândia não tem uma lei específica para refugiados e a imigração é gerida pela Lei de Imigração BE 2527. Tal Lei não reconhece o *status* de refugiados nem de pessoa requerente asilo e, para a legislação só existem dois tipos de imigrantes: aqueles que cruzam as fronteiras devidamente regularizados, (munidos de todos os documentos exigidos pela lei), e que são denominados imigrantes legais e os outros, que se encontram desprovidos de tais requisitos e são denominados imigrantes ilegais (IMMIGRATION ACT, 1979).

No entanto, no intuito de acomodar e regularizar a entrada e permanência de eventuais pessoas requerentes asilo foi introduzido um item na lei de 1979,

Seção 17: Em alguns casos especiais, o Ministro, com aprovação do Gabinete, pode permitir que qualquer estrangeiro ou grupo de estrangeiros permaneçam no Reino da Tailândia sob certas condições, ou pode considera-los isentos de estar em conformidade com esta Lei (IMMIGRATION ACT, 1979, p.6).

Por isso, qualquer indivíduo que tem o reconhecimento internacional de refugiado ou requerente asilo, na Tailândia é considerado *pessoa deslocada*. Os cidadãos da Birmânia na Tailândia são classificados em três categorias, Pessoas Temporariamente Deslocadas, Estudantes e Dissidentes Políticos e Migrantes.

Somente as pessoas que se encaixam na primeira categoria podem receber asilo e permanecer temporariamente no país. Os Estudantes e Dissidentes Políticos, devidamente reconhecidos, podem receber apoio logístico enquanto aguardam reassentamento em outros países. Os Migrantes devem ter documentos válidos e preencher os requisitos exigidos pela Lei, inclusive o pagamento regular de taxas de imigração, tendo assim a própria situação regularizada (CAOINETTE e PACK, 2002).

De acordo com a Lei de Imigração os imigrantes ilegais devem ser detidos e enfrentar um processo judicial. Poderão ser libertados através de pagamento de fiança e retornarem ao seu país de origem, ou serem diretamente deportados pelas autoridades judiciais e policiais. Estes processos podem durar meses e até anos.

Não obstante, na prática o Governo da Tailândia, tem assim mantido uma política na qual aceita temporariamente pessoas que fogem de situações de combate em países vizinhos e lhes permite receber ajuda humanitária até que possam ser repatriados ou que se encontrem soluções seguras e/ou duráveis para a sua situação (CHANTAVANICH, 2010).

Para lidar com a situação, O Governo Tailandês criou uma instituição interagencial chamada Subcomitê de Pessoas Deslocadas, composta pelos seguintes ministérios e

departamentos: o Ministério do Interior (MOI), o Ministério das Relações Exteriores (MOFA), o Ministério da Defesa (MOD) e o Conselho Nacional de Segurança (NSC). Esse subcomitê é o responsável pelo processo de elaboração de políticas para os deslocados birmaneses. O MOI delega a implementação dessas políticas aos Governadores de Distrito com seus membros adjuntos, que atuam diretamente nos abrigos temporários na execução das mesmas. Essas políticas se constituem basicamente de três abordagens principais: os abrigos temporários, a partilha de responsabilidades e a busca de soluções duradouras (VUNGSIRIPHISAL et al, 2011).

Esses três elementos constituem o ponto focal das políticas públicas para os refugiados e estabelecem os direitos e deveres dos refugiados. Em relação aos abrigos temporários, o governo cede o terreno para sua construção e se ocupa da segurança, através de destacamentos especiais das forças armadas. Além disso a garantia de *non refoulement* (“não-devolução”) também faz parte desse elemento da política. A partilha de responsabilidades significa que o governo delega e autoriza a ONU e as organizações envolvidas a se ocuparem de todos os aspectos necessários à sobrevivência dos refugiados, estabelecendo diretivas anuais e aprovando os programas propostos pelas organizações. A busca de soluções duradouras, significa que a Tailândia considera a situação dos refugiados como provisória e temporária, não contemplando a possibilidade de regularizar a presença deles de forma definitiva. No entanto, a política garante a permanência dessas pessoas até que a situação na Birmânia seja favorável e segura para o retorno definitivo.

Em 1988, o Governo Thai convidou oficialmente o ACNUR a atuar como observador do processo de seleção e registro das pessoas nos abrigos temporários. A permanência das pessoas e respectiva proteção ficavam condicionadas a três requisitos,

As pessoas deslocadas da Birmânia têm permissão para permanecer temporariamente em solo tailandês, com direito a assistência e segurança. Essa permissão é dada em base aos princípios de ajuda humanitária. 2. As áreas de acolhida são restritas e reconhecidas como abrigos temporários, não como campos de refugiados, e as pessoas deslocadas podem e devem permanecer nessas áreas e, 3. Quando, eventualmente cessarem as hostilidades e a paz seja reestabelecida, as pessoas deslocadas devem regressar à Birmânia. Em tal caso, o Reino da Tailândia facilitaria e ajudaria o regresso ao seu país de origem com segurança e dignidade. (SIVILAI, 2001, p.98)

Uma vez admitidas nos campos, as pessoas têm seus direitos limitados, não podem exercer atividades remunerativas, a locomoção é permitida somente em situações específicas como tratamentos de saúde, participação a programas educativos de ensino médio em casos

onde o abrigo não tenha escola secundária, ou participação em algumas atividades de capacitação como formação profissional organizada por ONGs e com autorização previamente adquirida do comandante do campo (SHELTER ADMINISTRATION, 2010)⁵⁸.

No que diz respeito à partilha de responsabilidades, o Governo se ocupa da segurança e permite que a comunidade internacional e os doadores ajudem a pagar os custos e a prestar toda assistência necessária para garantir as necessidades básicas de abrigo, alimentação, cuidados básicos de saúde e educação. O ACNUR tem poder limitado na Tailândia (pelo fato desta nação não ter assinado os acordos sobre refugiados) e, por isso, trabalha em colaboração e parceria apoiando financeiramente as ONGs que praticamente se ocupam de todos os aspectos concretos relativos à gestão da vida dos refugiados. O ACNUR é responsável por registrar e documentar os refugiados, além de monitorar a situação em geral.

Além do ACNUR, outras ONGs, a maioria delas de origem e inspiração religiosa além de outras Agências Internacionais, atuam nos campos. Existe um Comitê de Coordenação das ações humanitárias formado por representantes das entidades o Comitê de Coordenação de Serviços para Pessoas Deslocadas na Tailândia (na sigla em inglês CCSDPT). Em 2018, com a redução dos financiamentos e conseqüentemente das atividades nos campos em vista de eventual repatriação, restaram treze ONGs pertencentes ao CCSDPT, das quais somente uma tailandesa, O Escritório Católico para Ajudas de Emergência e Refugiados (na sigla em inglês COERR). Os serviços prestados pelas ONGs e Agências Internacionais são baseados nas especializações de cada uma delas. Assim, por exemplo, o Comitê Internacional de Resgate (IRC) se ocupa da saúde, o Consórcio da Fronteira (na sigla em inglês TBC) se ocupa da alimentação, COERR, por ser a única ONG tailandesa, tem uma gama maior de atividades, incluindo serviço de acompanhamento e monitoramento das pessoas mais vulneráveis (órfãos, idosos, viúvas, pessoas portadoras de deficiências), treinamento e capacitação em agricultura familiar, entre outras atividades (BROWN, 2005; ENT. A e D, 2018).

O quadro seguinte mostra como é organizado o CCSDPT

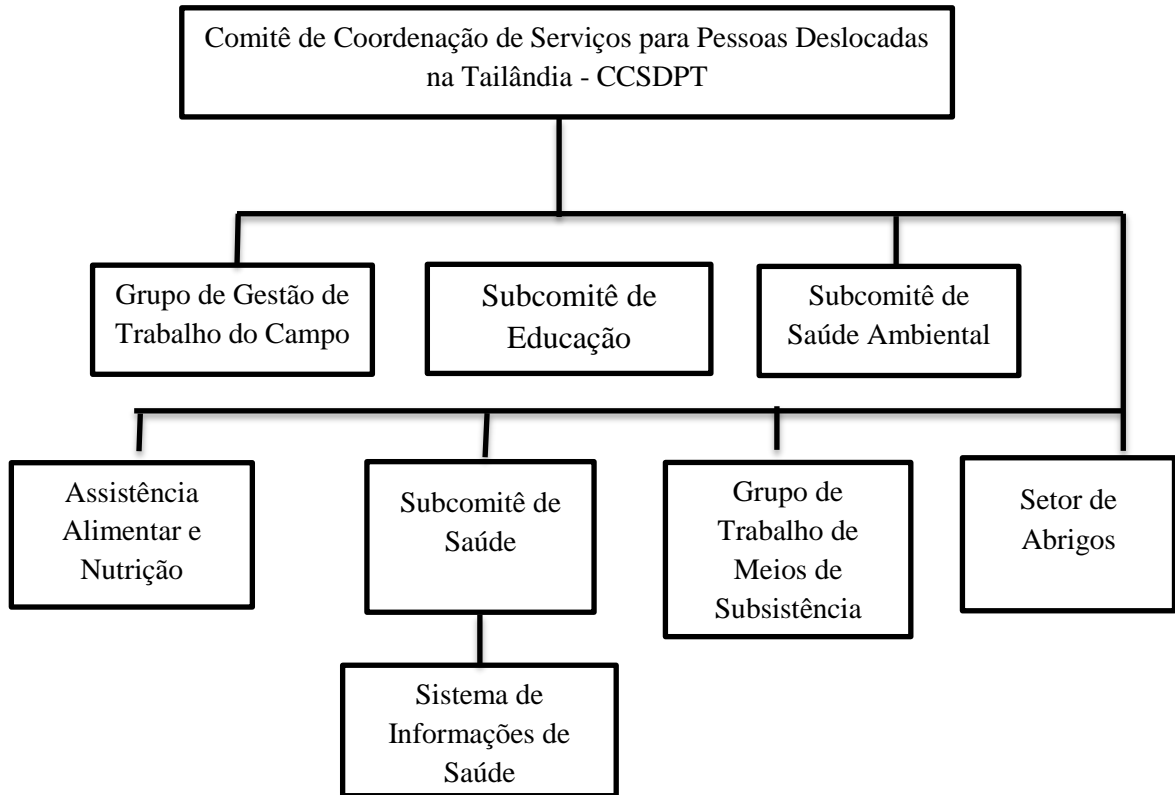
Esses comitês, subcomitês e grupos de trabalho são compostos por pessoas dos abrigos, membros das ONG presentes e também representantes locais do governo tailandês.

Todos esses elementos mencionados até aqui fazem parte integral das políticas públicas tailandesas para os refugiados, mesmo se não são acompanhadas por leis específicas que as sancionem. Os direitos e deveres dos refugiados encontram-se distribuídos

⁵⁸ International Organization for Migration (IOM) e ACNUR

principalmente nos programas apresentados pelos responsáveis dos abrigos temporários e aprovados pelo MOI.

Quadro 4. Comitês, Subcomitês e Estrutura dos Grupos de Trabalho do CCSDPT⁵⁹



Fonte: CCSDPT, tradução própria.

⁵⁹ Disponível em: www.ccsdpt.org. Acesso em: 28/05/2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, as políticas públicas tailandesas de acolhida apresentam elementos fora da curva. Em primeiro lugar, quando se fala com especialistas em ciências políticas na Tailândia, todos dizem que do ponto de vista oficial não existem políticas públicas. Do ponto de vista prático é outra coisa, existe uma política de facto. As autoridades traçam linhas gerais, permitindo os abrigos temporários, a partilha de responsabilidades e a busca de soluções duradouras. Esses pontos são geridos por um item na lei de imigração. Esse item se torna de facto um regulamento que pode ser interpretado quando de sua implementação que é feita pelas autoridades locais. Essas autoridades podem assim ter a liberdade de *ignorar* alguns aspectos das diretivas que recebem do MOI de Bangkok que, segundo eles não seriam convenientes para os refugiados. Do ponto de vista legal, os atores locais ficam acobertados por dito item da lei de imigração.

Exemplos concretos dessa liberdade de interpretação quando da implementação das diretivas podem ser observados em uma maior liberdade de movimento dos refugiados, quando as diretivas falam explicitamente que devem estar confinados nos abrigos temporários; na facilitação para os estudantes frequentarem escolas tailandesas fora dos abrigos, na inserção de outras línguas no currículo das escolas nos abrigos; na implementação e posterior aprovação de programas vocacionais (agricultura, criação de animais para consumo, dentre outros) cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida nos abrigos e também um investimento no futuro, quando essas pessoas poderão retornar ao seu país de origem.

Outros aspectos legais mais complexos são regulados através de memorandos de entendimento, como por exemplo, aqueles entre o MOI e a ACNUR.

Em resumo, as políticas públicas oficiais para os refugiados na Tailândia são regulamentadas pelo item 37 da lei de Imigração de 1979. Os órgãos do governo que se ocupam dessa questão são o Ministério do Interior (MOI), o Ministério das Relações Exteriores (MOFA), o Ministério da Defesa (MOD) e o Conselho Nacional de Segurança (NSC).

O MOI estabelece algumas diretivas gerais, por exemplo, no que concerne à administração e gestão dos refúgios, nos afares de segurança e na delega de responsabilidades. Todos os detalhes da implementação dessas políticas são resumidos nos programas das organizações e dos comitês dos abrigos apresentados anualmente. A aprovação desses programas em geral é feita com o carimbo do MOI e a assinatura do responsável na própria proposta apresentada. Normalmente todos os programas são aprovados. Às vezes podem ocorrer exceções, como por exemplo, a não aprovação de determinados itens, considerados não

apropriados pelo MOI. Mesmo assim, as autoridades locais amiúde permitem que as atividades sejam realizadas assumindo a responsabilidade, e em seguida, pressionam as instâncias superiores para que aprovem os programas de melhoria da qualidade de vida, inserindo-os nos planos anuais, que constituem *de facto* as políticas públicas.

Sendo assim, se verificou que as pessoas mais próximas aos refugiados sejam elas autoridades locais, funcionários vindos de outras províncias e também habitantes dos vilarejos ao entorno dos abrigos temporários se tornam mais sensíveis à situação. O resultado desse estudo demonstra que esses sentimentos podem ser considerados como solidariedade, empatia, sentido humanitário. E podem ser identificados com os conceitos apresentados no primeiro capítulo.

Como consequência dessa empatia e solidariedade, autoridades locais se tornam advogados pela causa dos refugiados, aprovando melhorias na política nos abrigos e também pressionando o MOI de Bangkok, influenciando assim a aprovação de novas políticas. Nesse sentido, temos evidências e testemunhos de fatos ocorridos durante as reuniões oficiais, quando essas pessoas mencionadas falam a favor e defendem os programas e atividades propostas. Em seguida o MOI aprova tais mudanças e por vezes, aproveita das experiências positivas, transportando-as fora dos abrigos, como é o caso do programa de gestão de resíduos no abrigo temporário de Mae La, na província de Tak, norte da Tailândia.

Quando um novo oficial é transferido e assume a função, no início se nota relutância e por vezes rigidez. Com o passar do tempo se notam mudanças de atitude e aproximação com a situação das pessoas nos abrigos. Tudo isso teve e tem consequências nas políticas. Note-se que muitas desses fatos aqui mencionados, acontecem paralelamente ao discurso oficial de *não ter políticas para refugiados*. Essa discrepância entre a palavra e a ação, o papel (lei) e a realidade, constitui uma peculiaridade da política de acolhida da Tailândia.

Desse modo, concluiu-se que os dados coletados nas entrevistas, quando triangulados com dados das outras fontes (bibliografia, documentos e afirmações do Governo, dentre outros) confirmam as intuições iniciais a respeito da solidariedade como um dos motores principais da acolhida dos refugiados pela população tailandesa assim como também o fato dessa solidariedade ter se difundido para as políticas públicas.

Outra opinião compartilhada por entrevistados e autores pesquisados, é que a Tailândia provavelmente não irá assinar os tratados internacionais sobre refugiados. Principalmente porque não lhe convém. A assinatura comportaria compromissos que devem ser cumpridos e recursos econômicos substantivos para os gastos adicionais que tal cumprimento requereria.

Enquanto que, a posição não oficial, informal, deixa a liberdade de ação permitindo assim que muito mais seja realizado, sem a formalidade da lei e das obrigações que os tratados com a comunidade internacional demandariam.

Em encontros e conversas com as pessoas refugiadas nos abrigos temporários, teve-se a oportunidade de compartilhar o caminho delas, escutar suas histórias de vida com seus anseios, esperanças e sonhos para o futuro. São simplesmente pessoas como as outras, todas partes da humanidade, membros da mesma família. Os mais idosos, lembram com nostalgia a pátria que ficou para trás, e almejam um dia a ela retornar. Os mais jovens, nascidos na Tailândia, têm outras aspirações e nem todos gostariam de deixar o país. São situações complexas, reflexos de uma trama, que, na maioria das vezes acontece independente de suas vontades. Mesmo diante da complexidade que aquela realidade representa, uma ideia se torna mais forte: seria tudo bem mais simples se todos compartilhassem o sentimento de pertença à mesma humanidade.

Nessa dissertação a solidariedade foi utilizada como um instrumento para analisar a política pública tailandesa de acolhida dos refugiados birmaneses. Isso poderia abrir novas pistas para estudos futuros. Poder-se-ia considerar a solidariedade como um critério de análise para estudar fenômenos semelhantes, como também essa poderia ser utilizada como instrumento analítico para a criação, implementação e avaliação de políticas públicas. Muitas vezes, os *fazedores de política* baseiam-se nos próprios interesses, ou nos interesses de membros do governo, de instituições oficiais, como também interesses econômicos e assim por diante. No nosso país, é comum observar como os programas de governo são baseados em uma curta visão temporal, ligada aos intervalos de tempos entre uma eleição e outra e poucas vezes esses programas são pensados a partir da necessidade da população. Utilizar o princípio da solidariedade como medida para a criação de políticas públicas, poderia inverter essa tendência. Nesse caso os princípios apresentados na revisão teórica sobre a solidariedade poderiam estar na base da formulação das políticas públicas.

Por questões de limite temporal do mestrado, não foi possível aprofundar ulteriormente esses conceitos, coisa que poderá ser feita em futuros estudos.

Solidariedade, empatia e uma dose de altruísmo poderiam assim fazer a diferença em muitas situações de pessoas que perdem a própria pátria. O mundo poderia se tornar a pátria de todos e, isso não seria difícil, como cantava John Lennon: *Imagine o mundo sem países, onde não existam motivos pelos quais matar ou morrer.*

Ao introduzir essa dissertação, citou-se um trecho da canção Asa Branca, retrato das migrações de nordestinos em busca de uma vida melhor. Refletindo sobre o fenômeno do

refúgio, onde as pessoas são forçadas a partir e tendo presente os sonhos de retorno ao lar dessas pessoas, outra canção do rei do baião fez-se espaço na memória: *Já faz três noites que pro norte relampeia, a asa branca ouvindo o ronco do trovão, já bateu asas e voltou pro meu sertão, ai, ai eu vou embora vou cuidar da prantação*⁶⁰.

⁶⁰ Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1947

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. *Teologia da solidariedade: uma abordagem da obra de Gustavo Gutiérrez*. (e-book). São Paulo: Loyola, 2005.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Breve histórico do ACNUR* (© ACNUR 2001 – 2016). Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>>. Acesso em: 10/10/2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Convenção e protocolo relativo ao estatuto dos refugiados, publicação comemorativa dos 60 anos do ACNUR*, 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf>>. Acesso em: 16/11/2017

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Dados Sobre Refugiados*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-mundo/>>. Acesso em 11/11/2018

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*.

BARRETO, L. P. T. (Org.). Brasília: 2010, 1. ed., Disponível em: <www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/.../2010/Refugio_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

ANDRADE, J. H. F.; MARCOLINI, A. *A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características*. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.45 no.1 Brasília Jan./Jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008>. Acesso em 07/01/2017.

ANTHONY D. SMITH. *The Ethnic Sources of Nationalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1993. In: LANG, Hazel, J. *Fear and Sanctuary: Burmese Refugees in Thailand*. New York: Cornell Southeast Asia Program Publications, 2002.

APHORNSUVAN, Thanet. *Buddhist Cosmology and the Genesis of Thai Political Discourse*. Apud YUSUF, I. e ATILGAN C. Religion and Democracy in Thailand. Bangkok: Konrad Adenauer Stiftung e. V., 2008. cap 1, p.14-34.

AYE, Khin Khin e SERCOMBE, Peter. *Language, Education and Nation-building in Myanmar*, p. 148-164. In Language, Education and Nation-building: Assimilation and Shift in Southeast Asia. In: Sercombe Peter, Tupas Ruanni. Hampshire (UK): Palgrave Macmillan, 2014.

BAKER, Chris e PHONGPAICHIT Pasuk. *A History of Thailand*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BAKER, Chris e PHONGPAICHIT Pasuk. *A History of Thailand*. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BARCELLOS, A. *Definindo o Status de Refugiado*. Relações Internacionais, 24 setembro 2015. Disponível em: <<https://relacoesinternacionais.com.br/o-refugiado-e-evolucao-de-seus-direitos/>>. Acesso em: 01/06/2016.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. *Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado*. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:objGpxn506kJ:https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/2997/2486+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 28/10/2017

BARRON, Sandy (Ed.). *Nine Thousand Nights. Refugees from Burma: A People's Scrapbook*. Bangkok: Thailand Border Consortium, 2010.

BICCHIERI, M. *Hunters and gatherers today*. New York-London, 1972.

BBC NEWS. *Thailand's constitution: New era, new uncertainties*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-39499485>>. Acesso em: 06/05/2018.

BBC NEWS. *Thailand profile–timeline*. Disponível em < <http://www.bbc.com/news/world-asia-15641745> >. Acesso em: 06/05/2018

BBC NEWS. Myanmar profile. Timeline: A chronology of key events. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12992883>>. Acesso em: 20/09/2016.

BICCHIERI, M. *Hunters and gatherers today*. New York-London, 1972.

BIGO, Didier. *Foreigners, Refugees or Minorities? Rethinking People in the Context of Border Controls and Visas*. Edited by Sergio Carrera. Routledge, 2013.

BOFF, L. *A força da ternura. Pensamentos para um mundo igualitário, solidário, pleno e amoroso*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BORIHARNWANAKET, Sujin. *A Survey of Paramatha Dhammas*. Bangkok: Dhamma Study and Support Foundation, 2005.

BRESSAN, L. *A Meeting of Worlds: The Interaction of Christian Missionaries and Thai Culture*. Ed. James Gallagher. Assumption University Press, Bangkok. 2000

BROWN, Kimberly. *Humanitarian Assistance and Empowerment of Karen Women in a Refugee Camp in Thailand*. A Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for

the Degree of Master of Arts Program in International Development Studies. Faculty of Political Science. Bangkok: Chulalongkorn University, 2005.

CAOQUETTE, Therese and M. PACK, Mary, E. *Pushing past the definitions: Migration from Burma to Thailand*. Bangkok: Refugees International and Open society Institute, 2002. Disponível em: < www.ibiblio.org/obl/docs/Caouette&Pack.htm >. Acesso em: 10/07/2016.

CARTE BIRMANIE. Estados e Departamentos do Myanmar. Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/76068681186470791/?lp=true> >. Acesso em: 25/06/2018

CATALANO, R. *Spiritualità di comunione e dialogo interreligioso*. Roma: Città Nuova, 2010.

CHARNEY, Michael, W. *A History of Modern Burma*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COTTERELL, A.. *A History of Southeast Asia*. Singapura: Marshall Cavendish International Asia Pte Ltd, 2014.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (tradução Luciana de Oliveira da Rocha). - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA. *Refugees in Thailand*. ECHO Factsheet. May 2017. Disponível em < http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/refugees_thailand_en.pdf >. Acesso em 12/10/2017.

DELANG, Claudio. *Living at the Edge of Thai Society: The Karen in the Highlands of Northern Thailand*. London: Routledge Curzon, 2003.

DOGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF, L. *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Editora Gradiva, 2003.

DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 15th Edition. USA: Pearson, Florida State University. 2017.

ECKEL, M.D. *Capire il Buddhismo*. Milão: Feltrinelli, 2007.

EMBAIXADA DA TAILÂNDIA NO BRASIL. *Tailândia Década 2010*. Disponível em: < <http://thaiembassybrazil.com/pdf/thailand/TailandiaDecada2010-v2-Versao-Atualizada.pdf> >. Acesso em 29/05/2018

ENTREVISTA A. Anônimo funcionário de uma ONG que se ocupa de refugiados. Tailândia [07 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA B. Anônimo membro do KNPP. Tailândia [27 fev. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA C. Anônimo membro do KNRC e KNU. Tailândia [27 fev. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA D. Anônimo funcionária de uma ONG que se ocupa de refugiados. Tailândia [26 fev. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA E. Anônimo líder Karen. Tailândia [03 fev. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA ESPECIALISTA A. Anônimo Dr. em Sociologia. Tailândia [03 fev. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA ESPECIALISTA B. Anônimo Expert em Ciências Políticas. Tailândia [23 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA ESPECIALISTA C. Anônimo Dr. em Economia. Tailândia [10 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA PROFESSOR A. Anônimo Prof. de Direito. Tailândia [02 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA PROFESSOR B. Anônimo Prof. de Direito. Tailândia [02 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ENTREVISTA PROFESSOR C. Anônimo Prof. de Direito. Tailândia [02 mar. 2018]. Entrevista concedida para elaboração do texto: FARIAS, Nivaldo Inojosa de. REFUGIADOS DA BIRMÂNIA NA TAILÂNDIA: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas: Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

EUROPEAN COMMISSION. *Refugees in Thailand*. European Commission. Humanitarian Aid and Civil Protection, 2006. Disponível em: <http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/refugees_thailand_en.pdf>. Acesso em: 12/12/2016.

FARIA, E. M. B.; ZENAIDE, M. N. T (Org.). *Fraternidade em foco um ponto de vista político*. João Pessoa: Ideia, 2014.

FILIPPANI-ROCONI P.(Org.). *La via per la saggezza*. Roma: Newton Compton , II ed. 2003.

FILORAMO,G. Et al. *Manuale di storia delle religioni*. Bari: Laterza. Bari, 1999.

FLICK,U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANKL, E. V. *Uno psicologo nel lager*. Milão: Ares, 1982.

FRANKL, E. V. *Logoterapia e análise existencial: Textos de seis décadas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012-14.

FRANKL, E. V. *Um Sentido para a Vida. Psicoterapia e Humanismo*. Campinas (SP): Ideias e Letras, 2004-2010.

FREY, K. *Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira*. Cadernos de Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, n.o18. Florianópolis. UFSC, 1999, p. 11. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Klaus_Frey/publication/267241518_ANALISE_DE_PO_LITICAS_PUBLICAS_ALGUMAS_REFLEXOES_CONCEITUAIS_E_SUAS_IMPLICACOES_PARA_A_SITUACAO_BRASILEIRA/links/544ea93f0cf29473161be6aa/ANALISE-DE-POLITICAS-PUBLICAS-ALGUMAS-REFLEXOES-CONCEITUAIS-E-SUAS-IMPLICACOES-PARA-A-SITUACAO-BRASILEIRA.pdf Acesso em: 27/11/2017.

GARY L. Wamsley, MAYER N. Zald. JOURNAL ARTICLE. The Political Economy of Public Organizations. *Public Administration Review*. Vol. 33, No. 1 (Jan. - Feb. 1973), pp.

62-73. In UDOMWISAWAKUL, 2005. *The Agenda Setting and Public Policy Formulation: A Case Study of Agricultural Commodities and Food Standards Policy in Thailand*. Bangkok: Chulalongkorn University Press. 2005

GOERTZ, Gary. *Social Sciences Concepts: a user's Guide*. Princeton University Press, USA, 2006.

GOODALL, C. *New Issues in Refugee Research*. Research Paper No. 275, 38 p. UNHCR, 2015. Disponível em: < <http://www.unhcr.org/554764b49.pdf> >. Acesso em: 20/09/2016

GOODWIN-GILL, G. S. *The Mediterranean Papers: Athens, Naples, and Istanbul*. *International Journal of Refugee Law*, Vol. 28, No. 2, p. 276–309. 2016. Disponível em: < <https://academic.oup.com/ijrl/article/28/2/276/2223310> >. Acesso em: 13/12/ 2016.

HALL, D.G.E. *A history of South-East Asia*. New York: St Martin's Press, 1964.

HERMANN, C. F. *Changing course: when governments choose to redirect foreign policy*. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HERMANN, M.; HAGAN, J. D. *How decision units shape foreign policy behavior*. In: HERMANN, Charles F.; KEGLEY JR., Charles W.; ROSENAU, James N. (Ed.). *New directions in the study of foreign policy*. Boston: Allen & Unwin, p. 306-336, 1987.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). HUGUET, J. W; PUNPUING, S. *International Migration in Thailand*. Bangkok. International Rescue Committee Thailand, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). *Assessing potential changes in the migration patterns of Myanmar migrants and their impact on Thailand*. Bangkok: The Asian Research Center for Migration, 2013.

JOHNSON, G. A. *Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização*. Apud FAISTING, A. L.; FARIAS, M. de F. L. *Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados: Ed. da UFGD, 2011. p.179-203.

JORY, P. *The Vessantara Jataka, Barami and the Boddhisatta-Kings: The Origin and Spread of a Thai Concept of Power*. Hertfort (NC): Crossroads Press, 2002.

JUBILUT, L. L. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Editora Método, 2007.

KARENNI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Karenni Provisional Government: Karenni Manifesto and Karenni History*. Mae Hong Son: Publicação Própria, 1992.

KEYES, C.F., KEYES, E. J. e HAFNER A. *Thailand*. Enciclopædia Britannica. 2005. Disponível em: < <https://www.britannica.com/place/Thailand>>. Acesso em: 06/05/2018.

KEYES, C.F. *Buddhist Kingdom as Modern Nation-State*. Bangkok: Editions Duang Kamol, 1989.

KINGDOM J. W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Second Edition. Edinburgh, Pearson Education Limited, 2014.

KYI, A.S.S. *Liberi dalla paura*. Itália: Sperling Paperback, V edição. 2005.

LANG, Hazel. *Fear and Sanctuary: Burmese refugees in Thailand*. New York: Southeast Asian Program Publications Cornell University, 2002.

LANG, Hazel. *The repatriation predicament of Burmese refugees in Thailand: a preliminary analysis*. Camberra: Australian National University, 2001.

MACLEAN, D. *Livelihoods and Empowerment: A Case Study of Burmese Refugees in Thailand*. Global Education Magazine, 2010. Disponível em : <<http://www.globaleducationmagazine.com/livelihoods-empowerment-case-study-burmese-refugees-thailand/>>. Acesso em: 04/06/2016.

MACKINNON, Ian . *Court rules Thai prime minister must resign over cookery show*. The guardian International Edition. Tue 9 Sep 2008. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2008/sep/09/thailand1>>. Acesso em 01/05/2018.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOREIRA, J.B. *Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local*. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana de Brasília (REMHU). Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf> Acesso em 25/08/2016 >. Acesso em: 20/11/2017.

MONROE, K. R. *The Heart of Altruism: Perceptions of a common humanity*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

OLIVEIRA, O. M., DAL RI, Júnior A.(Org.). *Relações internacionais: interdependência e sociedade global*. Brasil: Editora Unijuí, 2003.

ONGSAKUL, Sarassawadee. *History of Lanna*. Chiang Mai: Silkworm Books, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Conheça a história da organização*. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/> Acesso em: 15/11/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *A Organização Internacional para as Migrações (OIM)*, 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>>. Acesso em: 25/03/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Genebra sobre Estatuto dos refugiados. Genebra: ACNUR, 1951. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>>. Acesso em: 18/09/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. Genebra: ACNUR, 1967. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>>. Acesso em: 18 de set. 2015.

PACÍFICO, Andréa Pacheco. *Os Refugiados como Sujeitos de Direito Internacional*. Revista do Centro Universitário de Ciências Jurídicas do CESMAC. Maceió: CCJUR, V. 1, n. 4, fev./jul. 2005. P. 30-38.

PAISITH, Putthapanasub. *Process of Family Planning Policy Setting in Thailand*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculty of Political Sciences, Chulalongkorn University. Bangkok, 103 pp. 1995. ISBN 974-632-748-8

PEREIRA, P. A. P. *Estado, regulação social e controle democrático*. Apud: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A.P. *Política Social e Democracia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/10055/8796>>. Acesso em: 24/04/2017

PIERSON, P. *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. New Jersey (EUA) Princeton University Press, 2004.

PONGSAWAT, P. *Border Partial Citizenship. Border Towns, and Thai-Myanmar Cross-Border Development: Case Studies at the Thai Burmese Border Towns*. PhD thesis, City and Regional Planning University of California Berkeley, 2007.

RENARD, Ronald, D. *The Delineation of the Kayah States Frontiers with Thailand: 1809–1894*. The National University of Singapore. *Journal of Southeast Asian Studies*, Volume 18, Issue 1, March 1987, pp. 81-92. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-southeast-asian-studies/article/delineation-of-the-kayah-states-frontiers-with-thailand-18091894/4AB2479F3361271EF0AF54BCE8BB5FFA>>. Acesso em: 25/04/2018.

ROCHA, R. R.; MOREIRA, B. J. *Regime Internacional para Refugiados. Mudanças e desafios*. Dossiê “Relações Internacionais: novos cenários e agendas”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, Nº 37: 17-30. Curitiba, 2010.

ROGERS, Benedict. *Burma a Nation at the Crossroads*. London: Rider, 2012.

ROYAL THAI GOVERNMENT. *National Statistical Office*. Disponível em <<http://web.nso.go.th/>>. Acesso em: 20/09/2017

RYERSON, C.; AMITAV, A. *Human Security Research: Progress, Limitations and New Directions*. Report of a Conference Organised by the Centre for Governance and International Affairs. Department of Politics, University of Bristol, 2008. 29 p. Disponível em: <<http://www.bris.ac.uk/media-library/sites/spais/migrated/documents/christiearcharya1108.pdf>>. Acesso em: 15/05/2017.

RUA, M. das G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Apud: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTA SÉ VATICANO. *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis do Sumo Pontífice João Paulo II pelo vigésimo aniversário da encíclica Populorum Progressio*. 30/12/1987. 95 p. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.pdf>. Acesso em: 15/09/2017

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERCOMBE, Peter e TUPAS, Ruanni (Ed.). *Language, Education and Nation- Building: Assimilation and Shift in Southeast Asia*. Palgrave Studies in Minority Languages and Communities. Basingstoke, Hampshire, U.K.: Palgrave Macmillan. 2014.

SIVILAI, N. *Thailand and Displaced Persons from Fighting in Myanmar: A case study of Tak Province*. Masters's Thesis, Faculty of Political Science. Bangkok: Ramkamahaeng University, 2001.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 17/07/2017 Acesso em 09/07/2017 >. Acesso em: 16/07/2017

SOUTH, Ashley and JOLLIFFE, Kim. *Forced Migration and the Myanmar Peace Process*. New Issues in Refugee Research. Research Paper No. 274, UNHCR, 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/research/working/54f588cb9/forced-migration-myanmar-peace-process-ashley-south-kim-jolliffe.html>>. Acesso em 20/09/2016.

STEWART, J. H. *Theory of culture change*. USA: University of Illinois Press, 1972.

STUART-FOX, M. *Buddhism and Politics in Laos, Cambodia, Myanmar and Thailand*. Paper presented at the Cambodian, Laos, Myanmar and Thailand Summer School, Asia Pacific Week, 2006.

SUBIRATS, J. *Definición del problema. relevância pública y formación de la agenda de los poderes públicos*. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), (Org). SARAVIA H.;

FERRAREZI, E. *Políticas públicas; coletânea – v. 1*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

SUKSAMRAN, Somboon. *Buddhism and Political Legitimacy*. Bangkok: Chulalongkorn University Printing, 1993.

SUKSAMRAN, Somboon. *Political Buddhism in Southeast Asia, The Role of the Sangha in the Modernization of Thailand*. London: C. Hurst & Company, 1977.

TAPIA, M. N. *Educazione e solidarietà: la pedagogia dell'apprendimento-servizio*. Roma: Città Nuova, 2006.

TAMBIAH, S. J. *World Conqueror and World Renouncer: A Study of Buddhism and Polity in Thailand Against a Historical Background*. London. Cambridge University Press. 1977

THAILAND. *Constitution Of the Kingdom Of Thailand B.E. 2550*. Bureau of Technical and International Cooperation. Bangkok: Secretariat General of the Administrative Court. 2007.

THAILAND. *Thailand Law Forum. Immigration Act In the name of his Majesty King Bhumibol*. Enacted on the 24Th of February B.E. 2522. Disponível em: <www.thailawforum.com/database1/immigration-law-mejesty-010.html>. Acesso em: 13/12/2016.

THAILAND BORDER CONSORTIUM. *Refugee Camp Population: April 2018*. Disponível em: <<http://www.theborderconsortium.org/media/106211/2018-04-apr-map-tbc-unhcr.pdf>>. Acesso em 25/05/2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMITTEE FOR REFUGEES. *Update on Regional Developments in Asia and Oceania*. 19 August 1996. Disponível em <www.unhcr.org/3ae68cf94.pdf>. Acesso em: 27/05/2016.

UNITED NATIONS HIGH COMMITTEE FOR REFUGEES. *Fundraising Publications, 2017*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/publications/fundraising/5874f9d57/unhcr-global-appeal-%202017-update-asia-pacific-regional-summary.html?query=refugees%20in%20thailand%20%202017>>. Acesso em: 15/04/2018

VIOTTI, P. R.; KAUPPI, M.V. - *International Relations Theory: realism, pluralism, globalism*. Needham Heights (USA): Book Press, 1993.

VUNGSIRIPHISAL, P., et al. *Sustainable Solutions to the Displaced Persons Situation on the Thai-Myanmar Border: Analysis of Royal Thai Government Policy towards Displaced Persons from Myanmar*. Bangkok: Asian Research Center for Migration, Chulalongkorn University, 2011.

WORLD ATLAS. *Largest Ethnic Groups In Thailand*. Disponível em:
<<http://www.worldatlas.com/articles/largest-ethnic-groups-in-thailand.html>>. Acesso em:
08/11/2017

WORLD ATLAS. Thailand Map. Disponível em:
<<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/lgcolor/thcolor.htm>>. Acesso em:
21/12/2017.

YUSUF, I e ATILGAN C. *Religion and Democracy in Thailand*. Bangkok: Konrad Adenauer Stiftung e. V., 2008.

ZAGO, M. *Buddhismo e Cristianesimo in Dialogo, Situazioni, Rapporti, Convergenze*. Roma: Città Nuova, 1985.

ZAMPERINI, A. *Psicologia dell'inerzia e della solidarietà*. Torino (Itália): Giulio Einaudi, 2001.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE I

*Protocolo de entrevistas*⁶¹:

1. Apresentação pessoal do entrevistador e do entrevistado, procurando criar um ambiente relaxante e cordial*;
2. Apresentação de credenciais da Universidade, devidamente acompanhada por certificado ou declaração do Consulado brasileiro em Bangkok;
3. Exposição dos motivos da entrevista, com os detalhes sobre o tema, principais questões de pesquisa e objetivos da dissertação;
4. Explicação da necessidade de consenso para publicação ou não, de que modo (anônimo ou não) e termo de consenso com a necessidade de assinatura, caso o entrevistado concorde;
5. Início da entrevista propriamente dita, na forma de diálogo com perguntas preparadas;
6. Interrupções ocasionais, se conveniente, para destacar ou esclarecer alguns pontos;
7. Acrescentar, se necessário, novas perguntas relevantes;
8. Conclusão com agradecimentos e convite para vir visitar o Brasil e a Universidade (UFPB).

*Para as entrevistas com especialistas - mas poderá servir também para as outras - tentar estabelecer uma relação mais cordial possível, lembrar os anos vividos na Tailândia, as atividades realizadas na Embaixada do Brasil, nas Organizações Não Governamentais em parceria com as Nações Unidas e outras organizações nacionais e internacionais; elogiar a Nação, recordar com carinho e reverência o falecido rei, mencionando o bem que ele fazia e o quanto era amado por todos. Depois disso, começar a entrevista propriamente dita.

A intenção, além de criar um ambiente relaxado e propício é também tentar entender a personalidade da pessoa entrevistada para, se necessário, redirecionar as perguntas, adaptando-as à pessoa.

⁶¹ CRESWELL, 2007, p. 193-194.

Nota 1: Uma vez identificadas as pessoas a serem entrevistadas, fazer contato com antecipo, dando-lhes tempo para decidir o quando e onde encontrá-los, deixando-os à vontade para escolher e decidir. Ter opções de pessoas (em reserva) caso alguns não possam ou não queiram ser entrevistados.

Nota 2: preparar material para gravação (ao menos dois aparelhos) e certificar-se se necessitam de baterias adicionais, carregadores, etc. Levar bloco de notas com o roteiro das entrevistas e canetas para eventuais anotações;

Nota 3: o tratamento usado dependerá da pessoa a ser entrevistada (você, tu, o Senhor, Vossa Excelência, Reverendo, etc.)

**Protocolo observacional⁶²:*

- 1) *Notas descritivas*: descrição dos participantes, reconstrução do diálogo, descrição do cenário físico, relato de determinados eventos ou atividades;
- 2) *Notas reflexivas*: considerações pessoais do pesquisador, como “especulação, sentimentos, problemas, ideias, pressentimentos, impressões e preconceitos” (Bogdan e Biklen, 1992, p. 121).
- 3) *Informações descritivas* sobre tempo, local e data do cenário de campo no qual a observação ocorre (no caso as entrevistas).

*Preparar um bloco de notas, com espaço reservado para cada item.

⁶² Idem

APÊNDICE II

Roteiro para entrevistas semiestruturadas episódicas:⁶³

Introdução, agradecimento por ter permitido conceder a entrevista, etc. Você pode falar livremente, deixando livre a memória e relatando tudo àquilo que você considerar relevante. Sobretudo deixe falar também o seu coração!

Primeira pergunta: vou pedir para você relatar alguns fatos relativos ao período da chegada dos primeiros birmaneses, que tiveram que atravessar a floresta e se instalar em solo tailandês. Estou me referindo especificamente aos anos 1984 em diante.

Gostaria que você relembresse como foi a chegada deles, em que condições estavam e como foram recebidos pela população local? Quem os recebeu, como e onde foram instalados?

Você lembra se além dos habitantes locais, mais alguém se interessou por aquelas pessoas? Quem e como?

E quanto às autoridades tailandesas, como foi que reagiram? Que papel tiveram no processo de acolhida?

Depois, se não me engano, o número de birmaneses foi aumentando... O que aconteceu então?

Tem mais algum detalhe que você recorda e gostaria de me contar?

E hoje, como você vê a situação dos birmaneses que ainda se encontram na Tailândia? Qual é a percepção dos habitantes locais?

O que você acha que deveria ou poderia ser feito por eles?

Muito obrigado mesmo! Fiquei feliz em ter tido essa oportunidade de conversar e, sobretudo de conhecer uma pessoa tão especial como você. Você foi muito gentil em me dedicar esse tempo e o seu modo de contar foi muito esclarecedor e tocou meu coração. Se um dia tiver a oportunidade, voltarei a lhe fazer uma visita.

Guide for an interview with experts

⁶³ FLICK, 2009, p. 172-173.

Roteiro para entrevistas com especialistas

- 1) Introduction
- 2) Presentation of the dissertation (team, objectives, time line)
- 3) Questions :
 - 3.1) How would you describe the policy making process in Thailand?
 - 3.2) Who are the main actors in the process? How do they participate?
 - 3.3) Are there other factors/people/circumstances that would influence it? How?
(Elaborate if necessary)
 - 3.4) Can you talk a little about the written laws and the implementation of policies?
How this occurs? Why people implementing some policies have liberty to act according to circumstances?
 - 3.4) Are you acquainted with the Thai Immigration Policy? And regarding the displaced persons/ refugees?
 - 3.5) We know Thailand has a very long history for welcoming people from neighbouring countries, even though the nation never signed the international treaties. The current literature together with experts in the area talk about « humanitarian reasons » as an explanation for this. Do you agree? Do you think that are there other reasons for this welcoming?
 - 3.6) To be more specific, can we talk about the Karen Refugees along the border? It is evident they have a special treatment. According to you, why is that so? What explanation do you offer for this?
 - 3.7) Do you think that the closeness family relation among the Karen along the border could have influenced this special attention the Thai authorities have with them, especially while implementing the regulations in and out of the temporary shelters?
How ?

APÊNDICE III

INFORMED CONSENT DOCUMENT

You are being invited as a volunteer to take part in the survey: Myanmar Refugees in Thailand: from welcoming solidarity to the creation of Public Policies.

BACKGROUND, OBJECTIVES AND PROCEDURES: At present, there is a significant gap in the Brazilian Academic Community of studies dealing with Southeast Asia, especially on the issue of Myanmar refugees in Thailand.

The objective of this project is to analyze the agenda of Thai Public Policies regarding the reception of refugees so to understand how the public policies for refugees have been formed in Thailand. It will be done by studying the procedures for the reception of refugees, taking into consideration the solidarity on the part of Thai population as well as the national and international organizations.

Data collection: the data will be collected through a bibliographic study and semi-structured episodic interviews along with interviews with specialists. Such interviews will be conducted through one-on-one encounters with chosen people who are willing to do so.

GUARANTEE OF CLARIFICATION, FREEDOM OF REFUSAL AND GUARANTEE OF SECURITY:

You will be clarified about the research in any aspect you wish. You are free to refuse to participate, withdraw your consent, or discontinue participation at any time. Your participation is voluntary and refusal to participate will not incur any penalty. The researcher will treat your identity with professional stealth standards. The transcript of the interview will be sent to you so that you can correct any errors or add further details. It will remain confidential. Your name or material indicating your participation will not be released without your permission. You will not be identified in any publication that may result from this study, unless you so desire and express this desire explicitly. A copy of this informed consent will be filed in the Public Management and International Cooperation Course of the Federal University of Paraíba, João Pessoa campus, Brazil and another will be provided to you.

COSTS OF PARTICIPATION, REIMBURSEMENT AND INDEMNIFICATION FOR ANY DAMAGES: Participation in the study will not incur costs for you and no financial compensation will be available.

In case of doubts you can call the professor Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira at the phone +55 83 996113355, the teacher Anna Carletti on the phone +55 55 91520307 or the Coordination of the Graduate Program in Public Management and International Cooperation of the Federal University of Paraíba, at the following address : Cidade Universitária, s/n – Castelo Branco III, João Pessoa – PB, 58051-085, Brazil, Email pgpci@ccsa.ufpb.br – Phone +55 83 32167728.

I declare that I agree to participate in this study. I received a copy of this free and informed consent form and was given the opportunity to read and clarify my doubts.

Name	Signature of Participant	Date
Name	Researcher Signature	Date
Name	Signature of Witness	Date

APÊNDICE IV

Entrevistas com consentimento de publicação

Prof. Dr. Kirti Bunchua - Fellow of Royal Academy of Thailand, President Emeritus ACRP/WCRP International, Dean Ph.D. Philosophy & Ethics Suan Sunandha Rajabhat University. Bangkok.

Sra. Prateep Ungsongtham-Hata – Ex-Senadora da Tailândia, Presidente da Duang Prateep Foundation. Bangkok.

Prof. Dr. Chainarong Monthienvichienchai - President of Saint John's University, Bangkok

Pastor Robert Htwe, Minister of a Christian Church, Mae Sot. Um dos primeiros tailandeses a acolher refugiados em seu vilarejo de fronteira.

Dr. Tip Ruchaitrakul, Representante tailandês da Unidade de Investigação de Malária Shoklo, e professor adjunto da Universidade Mahidol (Bangkok).

Entrevistas com consentimento de publicação de modo anônimo

Especialistas:

- A. Em Sociologia
- B. Em Ciências Políticas
- C. Em Economia

Professores:

- A. Direito
- B. Direito
- C. Direito

Entrevistados:

- A. Membro de equipe de uma ONG
- B. Militante do Partido Progressivo Nacional Karenni
- C. Militante da União Nacional Karen
- D. Membro de equipe de uma ONG
- E. Habitante de um vilarejo na fronteira, de etnia Karen

APÊNDICE V

TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA A

Membro de uma ONG

Introdução, agradecimento por ter permitido conceder a entrevista.

Você pode falar livremente, deixando livre a memória e relatando tudo àquilo que você considerar relevante.

Vou fazer algumas perguntas, por favor, responda livremente como tínhamos combinado. Pode falar o que você quiser, o quanto quiser com o coração aberto. Vou pedir para você relatar alguns fatos relativos ao período da chegada dos primeiros birmaneses que tiveram que atravessar a floresta e se instalar em solo tailandês. Por favor, me conte também a história dos Campos refugiados na fronteira entre a Tailândia e a Birmânia. Quando as primeiras pessoas chegaram quem as acolheu e como foram acolhidas? Onde ficaram quem se interessou por elas?

Resposta: vou falar sobretudo da região entre as províncias de Kanchanaburi e de Ratchaburi. No ano de 1997, o exército birmanês lançou violentas ofensivas contra as bases controladas pelos soldados da etnia Karen causando grandes casualidades e conquistando os territórios ao longo da fronteira. A população civil ficou encurralada entre dois fogos o que causou um êxodo em massa, cruzando a fronteira e procurando abrigo na Tailândia. A intenção do governo birmanês era exatamente ocupar os territórios dos rebeldes e expelir os habitantes dos vilarejos, desestabilizando assim a, coalisão Karen, enfraquecendo a resistência e, também no intuito de repovoar a região com pessoas de outras etnias. A Tailândia não assinou os tratados internacionais sobre refugiados e por isso do ponto de vista legal não tem nenhuma obrigação em acolher refugiados. Mas mesmo assim, por motivos humanitários a nação acolhe pessoas que procuram asilo. No início, quando os Karen começaram a cruzar a fronteira, não existia nenhuma estrutura de acolhida. Eles se distribuía ao longo da fronteira apoiando-se aos vilarejos tailandeses e contando com a ajuda da população local. Por vezes montavam acampamentos improvisados espalhados pelo território. 100, 200 pessoas num vilarejo, 400, 500 em outro e assim por diante. Essa logística dificultava seja a eventual ajuda por parte das autoridades e das agências de auxílio, seja a questão de segurança deles e da população local, no caso de eventuais incursões dos militares birmaneses. Assim o governo Thai decidiu ceder

e preparar alguns terrenos para que se pudessem construir abrigos temporários de acolhida para essas pessoas que estavam fugindo dos conflitos armados entre as facções. Em geral em outros lugares se usam as denominações "refugiados, campos de refugiados", etc. que são os termos oficiais. A Tailândia utiliza os termos "pessoas deslocadas em fuga da violência" e "abrigos temporários".

É comum ouvir palavras de agradecimento das pessoas acolhidas em direção ao governo Thai e à instituição monárquica, principalmente ao rei tailandês pela acolhida e garantia da permanência deles na Tailândia.

Nivaldo: nós sabemos que os Karen habitam os dois lados da fronteira e que no passado o território era a nação Karen. Portanto se pode pensar que muitos fazem parte da mesma família, com parentes distribuídos em ambos os lados da fronteira. Sabemos que a Tailândia não tem uma política oficial para acolher refugiados e que a única lei que rege esse processo é expressa em um item da lei de imigração que permite haver exceções e regulariza assim a acolhida. As políticas governamentais têm alguma coisa a ver com o fato das autoridades civis e governamentais dos vilarejos aceitarem e praticarem o processo de acolhida?

Resposta: penso que tenha uma parte importante sim. O fato da aproximação geográfica e étnica sempre permitiu que as pessoas atravessassem a fronteira por vários motivos, comércio, visitas familiares e até mesmo quando passavam por dificuldades, como por exemplo em momentos de pouca lavoura, falta de chuvas, etc. eles simplesmente ficavam nas casas de parentes e amigos. Isso acontecia em ambas as direções, o movimento sempre foi fluido, favorecido pelo fato de pertencerem a mesma etnia. Na verdade, todo esse tempo de luta entre os birmaneses e os Karen causou um grande fluxo de deslocados, muito mais do que apresentam os números oficiais. Muitas pessoas nunca entraram nos abrigos temporários, e esses números nunca foram contados. Essas pessoas simplesmente ficavam e ainda ficam nos vilarejos tailandeses, sendo acolhidos por parentes e/ou conhecidos. Aqueles que não têm parentes se registram nos abrigos temporários. Essa é a realidade da fronteira, o que de fato ocorre desde sempre. Como já disse, a Tailândia não é signatária dos tratados sobre refugiados. Quando as pessoas se registram e entram nos abrigos temporários, segundo as normas do país não podem sair, não têm o direito de ir e vir. Mas existem muitos casos onde essas normas não são observadas ao pé da letra pelas autoridades locais. Por exemplo, no início as crianças não tinham o direito de frequentar as escolas tailandesas, depois de um certo tempo as autoridades locais permitiram, de modo extra-oficial, que elas fossem estudar, sobretudo nas escolas do exército que controla as fronteiras. O resultado disso é que vários conseguiram terminar até o ensino médio e receber o certificado. Podemos ver que o governo Thai especialmente aquele

representado pelos militares de fronteira abriram ocasião para todas as crianças estudarem, mesmo se no começo o Ministério do Interior (na capital) não dava permissão para tal. Mas as autoridades locais olharam mais para a realidade, para a necessidade daquelas crianças e para a importância que isso teria na vida delas.

Nivaldo: isso é interessante. Eu observei que as pessoas que estão mais próximas, como os comandantes dos campos, militares ou representantes diretos do MOI conseguem abrir exceções às regras e interpretar as leis não ao pé da letra.

Resposta: É verdade. Conversando com algumas dessas pessoas, por exemplo, o comandante de um destacamento do exército de fronteira (nós trabalhamos com a proteção das crianças) quando vimos que algumas crianças saíam do campo para estudar fora nos preocupávamos do bem estar delas, o que iriam comer e onde, dos eventuais perigos que elas poderiam enfrentar... Então vimos que elas ficavam nos dormitórios das escolas e que os professores e funcionários cuidavam bem delas, garantindo o necessário. Isso especialmente nas escolas administradas pelos militares. Além disso, o currículo compreendia também alguns treinamentos especiais, tipo criação de animais, cuidados com hortas, noções de agricultura, etc. coisas importantes para o futuro das crianças. E os professores me disseram também que membros da administração municipal os questionaram, porque vocês aceitam essas crianças que vêm dos campos, que não têm documentos? A Answer foi que as escolas mencionadas fazem parte de projetos acompanhados pela princesa e que tem como política prover a educação para todos sem distinção, pois todas as crianças a Tailândia têm o mesmo direito à educação independentemente das condições, se são refugiados, laosianos ou tailandeses todos têm o mesmo direito de estudar. Esse é o motivo pelo qual aquelas escolas mencionadas agiram como explicado.

Nivaldo: sabendo que a Tailândia tem políticas específicas, mesmo se não oficiais, para refugiados, segundo o que você falou, os motivos da acolhida poderiam ser assim definidos: por motivos de boa vontade acolhendo e ajudando quem se encontra em situação difícil...

Resposta: por motivos humanitários...

Nivaldo: a familiaridade (parentesco) entre as pessoas dos dois lados da fronteira e a instituição monárquica que tem uma grande influência na vida do país.

Resposta: esses são de fato os três motivos principais da acolhida às pessoas que buscam refúgio no país. Quanto às responsabilidades, existe uma distribuição clara: o governo Thai se ocupa principalmente em permitir a estadia providenciando o local para os abrigos e garantindo a segurança necessária. As outras necessidades são atendidas pelas organizações nacionais e

internacionais que atuam no campo, seguindo cada uma a sua especificidade, saúde, educação, logística, etc.

Nivaldo: muito bem! Outra coisa, como vc vê o presente e o futuro, visto que a Birmânia ainda não está pronta para receber de volta os seus cidadãos, pelos motivos, que conhecemos que fazem com que as pessoas não possam confiar na política... Como você vê o futuro?

Resposta: Eu penso que no futuro a situação tenderá a melhorar sempre mais. Se olharmos o presente, vários grupos étnicos inclusive algumas facções dos Karen já assinaram ou estão assinando acordos de cessar fogo e de paz com a Birmânia. Além disso, o governo Thai anunciou que os Karen não são mais considerados rebeldes. Por esses motivos creio que a situação vai melhorar. Também vemos já hoje um retorno espontâneo de muitos. Outro fato que já aconteceu, autoridades birmanesas vieram entrevistar pessoas nos campos e distribuíram documentos a vários. Além disso, o governo Thai há dois ou três anos está estimulando o retorno, mas essa política ainda não teve sucesso porque os refugiados ainda não confiam plenamente no governo birmanês. Mesmo se a situação esteja melhorando... Os refugiados criaram um comitê com um programa "go and see", onde as pessoas vão fazer levantamento da situação do outro lado da fronteira e estudar as possibilidades de retorno. Esse comitê se chama CRR (comitê de refugiados para o retorno), que é composto por membros do KRC, Comitê de Campo e de KNU que estão do outro lado da fronteira, do lado birmanês. Esse CRR está preparando o terreno para o retorno dos refugiados. Acho que a possibilidade de retorno é alta. A minha organização também tem um programa de repatriação para ajudar o retorno. Estamos ajudando a fazer levantamentos de possíveis locais onde as pessoas possam se estabelecer. Já fomos a vários vilarejos, construímos escolas, postos de saúde e estamos ajudando a preparar os terrenos para construir as casas. Muitas pessoas já retornaram. Portanto a minha visão do futuro é bastante positiva, acredito que a situação vai sim melhorar sempre mais.

Nivaldo: se entendi bem, mesmo tendo o governo central thai encorajado o retorno há alguns anos, os responsáveis locais pela implementação dessa política, percebendo que o momento ainda não era propício para esse retorno, permitiram a permanência dos refugiados, não é assim?

Resposta: Isso. Lembro que alguns membros do exército, representantes do governo, foram conversar com os refugiados e disseram: na realidade a situação do outro lado melhorou, portanto quem quiser retornar sinta-se livre, mas quem ainda não se sente seguro não será forçado. Disseram ainda: aqueles que decidirem retornar, não precisam ir muito longe da fronteira pois caso se apresentem dificuldades podem retornar facilmente. (exclamações alegres por parte, de nós dois... isso nos agrada, essa atitude...)

Outra coisa que as autoridades estão encorajando é que as pessoas procurem se documentar depois do retorno, para poder obter documentos regulares e poder retornar à Tailândia no futuro com a possibilidade de encontrar um trabalho regulamentado. Muitas pessoas já trabalham por aqui, mas sem documentos, e são por isso desfrutados, recebendo salários injustos.

Agradecimentos mais uma vez assegurando a privacidade da pesquisa e a garantia de anonimato.

ENTREVISTA B

KNPP: KARENNI NATIONAL PROGRESSIVE PARTY

Nivaldo: Depois de termos feito a introdução e termos concordado sobre como vamos proceder, vamos começar. Como nós tínhamos combinado eu vou pedir para o Senhor falar livremente deixando fluir a memória e sem preocupações de tempo. A primeira coisa que eu gostaria de saber é a história de como aconteceu a acolhida dos birmanos desde que chegaram ao território tailandês pela primeira vez, como era a condição deles, antes dos campos. No início como foi essa acolhida, quem os recebeu, onde ficaram...

Resposta: No começo dos anos 80 ainda não existiam campos de refugiados, as primeiras pessoas começaram a chegar e foram se instalando nos vilarejos tailandeses ao longo da fronteira. Em 1990 teve outro grande fluxo de pessoas atravessando a fronteira e em 1992 outro ainda, mas naquele momento a Tailândia ainda não os acolheu oficialmente e os convidava a voltarem para o Myanmar. As pessoas então iam e vinham em um contínuo movimento. Em certo momento representantes do governo Karen KNPP (KARENNI NATIONAL PROGRESSIVE PARTY) foram nos Estados Unidos pedir a intervenção para que fosse constituído um estado independente, o estado Karen. Os Estados Unidos responderam que estavam tratando diretamente com o governo do Myanmar, e que os líderes do KNPP deveriam negociar diretamente com o governo do Myanmar. Naquela ocasião o International Rescue Committee, IRC começou a prover assistência sanitária e educação aos Karennis que se encontravam no território tailandês. Naquele momento existiam também algumas organizações religiosas que davam assistência a essas pessoas. Depois foi constituído o TBC, Thailand Border Consortium que até hoje presta assistência as pessoas nos campos de refugiados (na

Tailândia chamados de Abrigos Temporários). A partir do ano de 1992, o alto comissariado para os refugiados das Nações Unidas começou a atuar na Tailândia.

Em 1995 as nações unidas começaram a fazer o registro das pessoas nos campos. A partir do momento em que as nações unidas se envolveram no processo, a Tailândia nunca mais mandou as pessoas de volta para o Myanmar. Existiam cinco campos de refugiados Karenni na fronteira entre os dois países. Em 1995 foi assinado um acordo de cessar-fogo entre o governo birmanês e o grupo karenni. Então várias pessoas voltaram para as próprias casas no outro lado da fronteira, mas essa paz durou apenas alguns meses. Com o reinício das hostilidades, as pessoas tiveram que fugir novamente para a Tailândia. No início dos anos 2000 iniciou-se um processo de repatriação onde muitas pessoas começaram a voltar para a Birmânia, enquanto que outros conseguiram ir para outros países através do programa das Nações Unidas.

Com a partida de algumas pessoas tornou-se necessário unir alguns Campos que de cinco passaram a dois. Esse processo de repatriação assim como a estadia dessas pessoas nos campos só foi possível por causa das muitas ONGs, que se ocupam das várias necessidades, tais quais escolas para as crianças, água para o consumo, material de construção para as casas e assim por diante.

Pergunta: Como o senhor vê a atuação do governo tailandês em todo esse processo, desde o início dessa situação até agora?

Resposta: No passado sempre existiu uma grande colaboração entre os governos tailandeses e os governos dos karennis, que colaboravam em vários aspectos, por exemplo, no controle das fronteiras e no combate às drogas. Na realidade, a acolhida da Tailândia aos refugiados é feita em base a ajuda humanitária e em função dos direitos humanos, e, portanto, é uma atitude não oficializada desde que a Tailândia nunca assinou nenhum acordo internacional. Por esse motivo as pessoas acolhidas não são chamadas de refugiados, mas sim de pessoas deslocadas e os campos de refugiados são denominados abrigos temporários.

Pergunta: E como acontece a coordenação entre os vários órgãos presentes na atividade de acolhida nos abrigos temporários, por exemplo o Ministério do interior, as ONGs, os comandantes dos Campos, as nações Unidas?

Resposta: Antes de 1995 as coisas aconteciam de modo informal o contato era feito através do Governo dos Karenis o KNPP. Quando as nações unidas começaram a se envolver no processo foi criado um comitê especial para coordenar as atividades nos abrigos temporários. Desde então esse comitê é o responsável pela coordenação entre todos os órgãos atuantes nos respectivos abrigos. Esse comitê chamado KNRC (Karen Refugees Committee) ficou responsável por coordenar todas as atividades, promover reuniões regulares entre as organizações, e assim

por diante. A partir de então as visitas dos representantes locais do ministério do interior se tornaram menos frequentes, pois a responsabilidade passou para o comitê. As visitas do ministério do interior se transformaram então em visitas para o controle da população dos abrigos temporários, mas a responsabilidade do registro das pessoas passou para as Nações Unidas. A coordenação feita pelo KNCR melhorou a qualidade dos serviços prestados pelas ONGs. Ao mesmo tempo algumas ONGs começaram a entrar nos abrigos temporários e trabalhar sem passar por essa coordenação e isso causou algumas vezes inconveniente na prestação de serviços e na cooperação entre as organizações. Pode ser que os limites impostos pelo orçamento de algumas ONGs seja a causa por essa falta aparente de coordenação. Pode ser que às vezes o KNRC não atue com velocidade suficiente para atender aos pedidos dos ONGs. Outras vezes as ONGs fazem relatórios posteriores às atividades já realizadas. Existe já há algum tempo um comitê que se chama CCSDPT (comitê de coordenação de serviços para as pessoas deslocadas na Tailândia), que se encontra regularmente uma vez por mês em Bangkok para coordenar todas as atividades das ONGs. Isso tem ajudado a eficiência da prestação de serviços, assim como a organização desses serviços nos abrigos temporários. Essa coordenação ajuda seja na distribuição dos serviços como também evita que alguns serviços sejam prestados duplamente desse modo se torna tudo mais eficaz.

Pergunta: Como falamos anteriormente, um dos motivos pelo qual a Tailândia acolhe deslocados parece ser movido em base aos princípios de ajuda humanitária e do respeito aos direitos humanos. Outro motivo, como também já mencionado é a questão do controle das drogas, visto que os Karennis ajudam a evitar a distribuição dessas drogas na fronteira. Em sua opinião existem outros motivos?

Resposta: No passado, muitos anos atrás, os dois povos fizeram um acordo de amizade recíproca. Segundo a tradição, a seguinte afirmação foi feita entre os dois povos “enquanto a água do rio Salaween correr, a amizade entre os nossos povos permanecerá fiel, faremos de tudo para permanecer unidos e nos ajudarmos nos momentos difíceis”. Esse acordo se encontra gravado em inscrições da época e parece ser verdadeiro, não é só uma lenda. Inclusive para garantir que a amizade entre os dois povos permanecesse, uma pessoa da família real tailandesa casou com uma princesa da etnia Karen. Essa princesa se casou com uma pessoa da dinastia do reino Lanna de Chiang Mai. Era uma princesa da etnia Karen e se casou com um príncipe da etnia Thai do reino Lanna. Isso para garantir a amizade entre os dois povos, amizade e aliança. Isso faz parte da história e explica porque até hoje os tailandeses ainda mantêm esse vínculo de amizade com a etnia Karen. Graças a esse vínculo há muito existe uma troca comercial, um fluxo de ida e vinda através da fronteira de Karens como também dos tailandeses.

Pergunta: Atualmente existe a esperança de retorno dessas pessoas para a Birmânia ou ainda não chegou o momento? Qual é a sua opinião sobre isso? O que pode acontecer no futuro? Quando Aung San foi libertada e assumiu um papel político no governo, muitos pensavam que a situação iria ser revertida e as pessoas poderiam voltar para a Birmânia. Como o senhor vê a situação agora?

Resposta: Em 2010 povos de etnias diversas foram conversar com o governo da Birmânia esperando encontrar soluções para os próprios problemas. Muitos gostariam de estabelecer estados Independentes dentro da nação. O fato de que esses grupos não se uniram e foram se encontrar separadamente com as autoridades o que fez com que aumentasse a desunião entre todos e isso não favoreceu o diálogo que seria necessário para a união nacional. Depois dessa experiência negativa existem agora conversações entre os diversos grupos na tentativa de se chegar a opiniões comuns, acreditando que este seria o caminho para que se possa chegar a acordos que sejam aceitos por todos os envolvidos. Acordos de cessar-fogo a nível nacional estão sendo discutidos. O acordo anterior tinha sido assinado separadamente pelos vários grupos de oposição ao governo central, mas sem antes ter existido um acordo preliminar entre eles. Esse é o motivo pelo qual aquele acordo não funcionou e não foi respeitado. Isso no ano de 2015. Em 2016 oito grupos assinaram o acordo de cessar-fogo com o governo birmanês. Enquanto que os outros seis grupos não concordaram ainda em assinar nenhum acordo de cessar-fogo. O KNPP é um dos grupos que não assinou o acordo. Em fevereiro desse ano mais dois grupos assinaram o acordo de cessar-fogo, o NDU e... (não se entendeu o outro. ndr).

O fato de que ainda existe uma grande influência de poder dos militares no governo atual da Birmânia não ajuda o diálogo. Muitas Etnias não confiam no governo pela sua composição militar. Espera-se que quando este for composto na sua maioria por civis se possa proceder com um diálogo mais frutífero e promissor. As próprias eleições passadas não contaram com a participação de muitas etnias. Esse fato torna o governo não de tudo legítimo. Estima-se que mais ou menos 50% da população participou das eleições. Quando Aung Sun Su Kyi foi eleita, ela não participou do processo de assinatura do acordo nacional de cessar-fogo. Várias etnias ficaram com a impressão negativa de que ela estava do lado dos militares e não apoiava a causa das outras etnias. Ficando assim grande desconfiança nela. Antes das eleições Aun San Su Kyi tinha feito várias promessas, por exemplo, assinar acordo de cessar-fogo, valorizar todas as etnias e promover a unidade nacional, mas logo após as eleições parece que ela está do lado e apoiando os militares. Sendo assim, nada mudou e isso gera desconfiança da parte dos outros. Atualmente existem conversações em curso, alguns grupos étnicos estão tentando chegar a um acordo que seja bom para todos. A intenção é que, quando chegar o

momento de outros encontros oficiais com o governo da Birmânia ou entre os vários grupos étnicos e o governo Central essas propostas sejam apresentadas, na esperança de se poder chegar a acordos que sejam mais justos e eficientes e possam gerar unidade nacional.

Nivaldo: este lobby, essas conversas entre grupos e pessoas nos corredores, em geral acontecem na preparação de acordos que depois são apresentados oficialmente quando a ocasião se apresenta.

Resposta: isso mesmo. Nas reuniões da assembleia nacional ainda hoje 25% dos participantes é militar e isso gera desconfiança, as pessoas não se sentem livres de expressar as próprias opiniões. Além disso, as decisões não conseguem ser satisfatórias para muitos. De qualquer maneira, conversações e tratativas estão sendo feitas em vários níveis numa tentativa também de fazer com que se crie um consenso sobre o que se propor quando chegar o momento. Na realidade ainda existem muitas proibições por parte do governo, o que impede e dificulta a participação da população nas decisões nos acordos e também gera essa desconfiança da parte das etnias em relação ao governo. No fundo existe uma grande divergência entre o que o governo diz e o que o governo faz. A mesma coisa se pode dizer de Aun San Suu Kyi, a diferença entre o que ela prometeu e o que ela está fazendo fez com que acontecesse uma grande desilusão nas pessoas que acreditavam nela. Todos nós gostaríamos de ter essa democracia verdadeira que tinha sido prometida, mas que não foi cumprida e que ainda parece muito longe de ser uma realidade. O desejo e a aspiração dos grupos de minoria étnica é que se possa realizar uma democracia verdadeira onde todos possam participar da vida e das decisões da nação, coisa que ainda não é realidade e que está muito longe de ser realizada.

Agradecimentos e conclusão... depois continuamos a conversa e daí ele disse o seguinte:

Gostaríamos que o mundo conhecesse a verdadeira situação dos nossos povos e etnias. Gostaríamos que a nossa voz chegasse a todos, que todos soubessem dos nossos desejos de paz, de harmonia e de união. As mídias falam somente do Mianmar, nunca falam das minorias étnicas, o que torna a nossa situação desconhecida, somos invisíveis aos olhos do mundo. A nossa esperança é que o mundo nos conheça e saiba que nós queremos a unidade, a união entre nós no nosso país, na nossa nação. Infelizmente as mídias falam somente das desuniões que existem e dos conflitos violentos, e é por isso que gostaríamos que a nossa voz fosse conhecida: os nossos povos querem a paz, lutam pela paz. Aspiramos uma democracia verdadeira e a harmonia entre nós. Também a nossa situação, muitos não temos documentos, não temos passaporte, não podemos nos locomover é como se não tivéssemos uma Pátria. Por isso

Gostaríamos que as pessoas de fora soubessem também da nossa situação para um apoio, uma ajuda. Somos muitas vezes limitados por essas condições. Não podemos nos locomover para procurar ajuda de outros países de outras pessoas.

Nivaldo: Por aquilo que depende de mim eu vou fazer a minha parte para que ao menos no ambiente onde eu vivo, na universidade, entre os meus colegas, isso que você me pediu seja conhecido. Também eu tenho vários professores que se interessam muito pela situação do país tem alguns que gostam muito da Birmânia e faremos o que pudermos para levar a voz de vocês até outras pessoas.

Ele: Hoje fiquei muito feliz em ter essa ocasião de fazer essa entrevista com esse estudante do Brasil, pela possibilidade que tive de falar de conversar e me abrir e por isso eu estou muito agradecido e fiquei muito feliz em recebê-lo.

ENTREVISTA C

KNRC: KARENNY REFUGEE COMMITTEE CAMP E REPRESENTANTE DO KNU

Introdução apresentação dos objetivos da pesquisa.

Nivaldo: Vou fazer algumas perguntas e peço para você responder livremente deixando fluir a memória não temos limite de tempo o importante é que você possa se expressar livremente. Gostaria que o senhor falasse tudo que acha que é importante e o que é concernente o assunto dessa pesquisa. Primeira coisa eu gostaria de saber a história da chegada dos Karen na Tailândia, como foi a acolhida. Antes de ter conflitos étnicos como era o relacionamento entre as etnias? Gostaria que me falasse da situação antes dos campos de refugiados.

Resposta: Gostaria antes de tudo dizer que não vou falar nada que diz respeito a políticas! Para a questão sobre políticas gostaria que você fosse procurar alguém que se interessa diretamente por esses assuntos e que possa dizer mais claramente as coisas que acontecem no campo das políticas.

Nivaldo: Eu concordo plenamente com isso e peço para o senhor ficar tranquilo. No que diz respeito a essa parte política eu estou fazendo pesquisas e já fiz algumas entrevistas com outras pessoas. O que eu gostaria que falássemos era a situação das pessoas que atravessam a fronteira como foram acolhidas no início e por quem.

(seguiu-se um longo silêncio... ele não estava se sentindo livre e denotava certa falta de confiança)

Resposta: eu não nasci no estado Karen, mas me lembro de que as hostilidades entre os Karenni e os birmaneses começaram se não me engano no ano 1995.

Pergunta: Quando os Karenni atravessaram a fronteira quem foi que os acolheu no início?

Resposta: No que concerne a política não vou falar... Entre os anos 95 e 96 aumentaram as hostilidades entre as forças do governo e os Karenni do outro lado do rio (...) as pessoas então começaram a cruzar a fronteira e nos anos seguintes se estabeleceram nos abrigos temporários. No começo essas pessoas estavam em várias localidades aí então o governo tailandês decidiu colocá-los todos em localidades pré-estabelecidas. Foram construídos então os abrigos temporários (outra pausa silenciosa...)

Pergunta: Qual seria o seu sentimento a respeito dessa acolhida nesse país em que nos encontramos?

Resposta: O nosso sentimento é de gratidão ao país, a essa nação que nos acolheu e nos permitiu ficar em um lugar seguro e também permitiu as outras organizações de nos acompanharem e cuidarem de nossa manutenção.

Nivaldo: A Tailândia não assinou os acordos internacionais para refugiados...

Resposta: É verdade, a Tailândia não assinou os acordos, mas nos acolheu em base a ajuda humanitária. E por não ter assinado esses acordos então não nos considera refugiados, mas sim pessoas deslocadas e usa a nomenclatura de abrigos temporários para os campos que nos acolhem.

Nivaldo: E além dessa questão humanitária desses motivos, o senhor acha que tem algum outro motivo pelos quais a Tailândia acolhe as pessoas deslocadas?

Resposta: (... silêncio) A Tailândia deve ter os seus motivos, eu não sei quais são... Às vezes eu penso que esta acolhida causa alguns transtornos à Tailândia... O fato que os deslocados às vezes destroem as florestas, podem usar os recursos naturais, e tantas outras coisas que podem acontecer que fazem com que a Tailândia seja incomodada pela presença nossa. Mas ao mesmo tempo não sei dizer porque eles nos acolhem e nos aturam (risadas)... (outra pausa...)

Nivaldo: Os Karen e Karenni que se encontram dos dois lados da fronteira são a mesma etnia, muitos fazem parte da mesma família não é verdade?

Resposta: (depois de uma pequena pausa reflexiva) na realidade no passado não existiam fronteiras, ninguém falava nessa divisão entre quem está de um lado do rio e quem está do outro lado. No tempo dos reinos Pré-Bangkok e mesmo depois da centralização do reino governado pela dinastia de Bangkok, esses Reis cuidavam dos próprios súditos, independente

das etnias e não existiam essas divisões. Não existia essa conversa que aqui desse lado é Birmânia, daquele outro lado é a Tailândia. Aqueles que eram do reino de Chiang Mai e os que eram do reino da Birmânia se consideravam famílias, eram irmãos, eram parentes. Atravessavam frequentemente o rio para encontrar uns aos outros de um lado e do outro... Na realidade a história diz que éramos irmãos na paz pertencentes à mesma família. Antes que esses conflitos iniciassem nós estávamos bem não tinha todos esses problemas entre nós; atravessar livremente a fronteira de um lado para o outro, era fato comum. Ainda não existiam todas essas estruturas políticas que controlam, que dificultam às vezes a vida das pessoas. Éramos livres de ir e vir. Na realidade os problemas dessa natureza começaram quando se criaram as fronteiras, se desenharam os mapas e os países foram separados através desses tratados, acordos ou imposições vindas de fora.

Pergunta: Gostaria que o senhor me falasse um pouquinho sobre a cultura e tradições do Povo Karenni.

Tradutora: ele não é Karenni... é Karen Branco (**Nota minha:** corrigir desde o começo quando tínhamos confundido essa questão.) Depois de pedir desculpas pela gafe, abriu-se então uma discussão sobre os vários grupos das etnias Karen. Existem vários grupos dentro da mesma etnia, alguns são denominados Karen vermelhos outros Karen brancos, outros ainda Karen pretos, dependendo da cor da pele, mas também dos grupos aos quais eles pertencem. Foi uma ocasião para discutirmos todas essas divergências e nos proporcionou também o motivo para começar a entender um pouco melhor as divisões que existem atualmente entre as várias etnias, aos vários grupos. Perguntei então quantas etnias no fundo existem e ele respondeu como segue:

Resposta: Na realidade originariamente só existiam duas etnias. Essa divisão entre vários grupos é recente e é também um fruto de uma imposição feita pelos birmaneses que comandam criando assim divisões entre as próprias etnias. Essas divisões são fruto de interpretações vindas de fora, além de divisões entre os próprios grupos. Essas divisões geraram essas diferenças e distinções exageradas.

(mais uma pausa em silêncio...) Pergunta: Para concluirmos qual é o sentimento daqueles que moram nos abrigos temporários sobre a possibilidade de retornarem para a Birmânia?

Resposta: Se a situação na Birmânia melhorar todos querem voltar. Mas ainda tem uma parte dessas pessoas que não querem voltar porque muitos deles nasceram aqui na Tailândia, cresceram aqui na Tailândia e se sentem pertencentes a esse povo daqui. Além disso, a situação aqui na Tailândia é bem melhor do que a situação do outro lado, na Birmânia. Outro fato é que

o lado de cá, isto é, na margem tailandesa do rio Salaween, não é ocupado pelos militares da Birmânia. Por aqui ainda vivem alguns grupos Karen que não têm documentos de identidade, mas que fazem comércio com os tailandeses, fazem trocas, escambos. (**Correção:** A intérprete estava usando o verbo no presente, mas o entrevistado estava falando de situações do passado, quando o comércio era livre quando as pessoas podiam se locomover livremente de um lado para outro, quando não existiam fronteiras e o comércio e a comunicação eram livres.)

O entrevistado continuou: a situação agora é diferente porque os birmaneses invadiram aquela área e a maioria da população Karen teve que se transferir para a Tailândia. Aqueles vilarejos eram confinados uns com os outros. De fato, existiam vários vilarejos dos dois lados do rio, e no passado eles atravessavam livremente, viviam em um estado de vida estilo nômade, isto é, passavam uma parte do ano de um lado do rio e outra parte do outro lado, o que era característica comum naquela época. Algumas dessas pessoas com o passar do tempo adquiriram documentos tailandeses e se tornaram cidadãos tailandeses. O que acontecia é que eles estavam de um lado e quando havia necessidade atravessavam para o outro lado. Quando as coisas melhoravam, retornavam para o local de onde vinham. Isso era normal acontecer. O que aconteceu depois foi que os birmanos⁶⁴ foram ocupando os territórios deixados por essas populações quando elas se moviam, e agora ocuparam (os birmanos) uma boa parte do território, por isso, nós não temos mais para onde voltar, a nossa etnia ficou sem terra. Ainda me lembro que as terras do outro lado do rio eram muito férteis, eram cheias de animais, podíamos comer muitas frutas e viver do trabalho da terra, da colheita e da caça. Antes existiam elefantes e vários outros animais, mas agora não tem mais nada. Existem alguns animais, mas são poucos.

Pergunta: O que o senhor falou me fez lembrar da canção de John Lennon: *Imagine o mundo sem fronteiras, esse seria o melhor dos mundos (...) se nós pudéssemos esquecer a nacionalidade... imagine o mundo sem fronteiras, sem raça e sem religião...* Enquanto o senhor me falava eu me lembrava do passado sem essas fronteiras, sem essas divisões. Depois chegaram os colonizadores, sentaram-se em uma mesa e dividiram, desenharam os mapas, promovendo essas divisões entre as pessoas. Acho que essa é a razão, não é? A fonte histórica do que acontece hoje.

O entrevistado volta à pergunta anterior sobre a possibilidade de voltar para a Birmânia: É claro que se a situação mudar, se as coisas melhorarem, muitos decidirão voltar. Ao mesmo tempo, para aqueles que nasceram aqui na Tailândia, que conheceram uma vida diferente com

⁶⁴ Aqui ele se referiu diretamente à etnia birmana que governa o país e não aos birmaneses em geral (nda)

possibilidades melhores, seria difícil para eles voltarem sem que a Birmânia oferecesse condições para que eles pudessem viver uma vida digna.

Se aqueles que nasceram na Tailândia, tivessem a possibilidade de adquirirem identidade tailandesa, provavelmente ficariam aqui na Tailândia. Na minha família nós somos seis pessoas, eu a minha esposa e mais quatro filhos. Três dos meus filhos se transferiram para um terceiro país através do programa de reassentamento. Esses três talvez um dia voltarão para a Birmânia, mas nem tão cedo. Já a minha esposa disse que se a Birmânia se tornasse um país democrático, se as condições econômicas melhorassem, permitindo uma vida digna, certamente gostaria de voltar para lá. Minha outra filha que ainda mora conosco ouvindo a minha esposa falando assim, ela diz a mesma coisa, isto é, não gostaria de voltar. Tendo nascido na Tailândia ela se sente tailandesa, não se sente birmanesa.

Nivaldo: Esse seu exemplo mostra de forma muito clara a fotografia da situação dos Karen.

Entrevistado: O governo tailandês junto com as nações unidas, abriu o escritório de repatriação voluntária. Quem quiser pode ir se inscrever e esperar a oportunidade para voltar para a Birmânia. Mas vendo a situação atual muitos não querem se inscrever.

Pergunta: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

Resposta: Se eu tivesse que voltar para a Birmânia seria muito difícil, encontraríamos muitos obstáculos a vida não seria fácil. Não precisa pensar muito longe, por exemplo, bastaria pensar na situação da Educação. As escolas dos abrigos temporários são muito melhores do que as escolas estaduais da Birmânia. No que concerne à saúde também é um problema, idem no que concerne à habitação, falta toda infraestrutura. Se o governo da Birmânia nos devolvesse o território do Estado Karen, aí seria uma boa oportunidade para todos.

Nivaldo: Obrigado por nos ter dado a oportunidade de vir passar esse momento tão agradável, nessa conversa tão amigável que me deu muitas ideias e me ajudou a conhecer melhor a situação dos Karen aqui.

Nota: Depois que o microfone foi desligado continuamos a conversar, e aí surgiu também a história da princesa Karen que se casou com um príncipe tailandês e gerou uma filha que depois se tornou a consorte do Rei Chulalongkorn da dinastia Chakri (o rei Rama V). Ele falou também da existência de um livro que conta a história dos Karen e a história dessa amizade entre os dois povos tailandês e Karen⁶⁵. Registrei também outro fato importante: no dia anterior tinha acontecido um incidente em um dos abrigos temporários. Alguns adolescentes lutaram

⁶⁵ O representante do KNPP entrevistado logo em seguida nos deu de presente o opúsculo mencionado!

entre eles e um deles morreu. Esse fato esclareceu o motivo da tensão que existia quando chegamos aqui e da impressão de desconfiança inicial. O senhor entrevistado tinha acabado de voltar de uma reunião com as autoridades tailandesas juntamente com autoridades Karen no abrigo temporário. Ele estava provavelmente assustado, e, não me conhecendo não podia confiar plenamente. Eu poderia ser um agente disfarçado, ou um espião. Talvez por isso, por receio, estava titubeante em falar sobre política sobretudo sobre as autoridades tailandesas. Com o passar do tempo, uma relação de confiança foi se instalando e a conversa fluiu com maior liberdade.

ENTREVISTA D

Membro de uma ONG

Introdução e agradecimentos por ter permitido conceder a entrevista.

Você pode falar livremente, deixando livre a memória e relatando tudo àquilo que considerar relevante.

Vou fazer algumas perguntas, por favor, responda livremente como tínhamos combinado. Pode falar o que você quiser, o quanto quiser com o coração aberto. Vou pedir para você relatar alguns fatos relativos ao período da chegada dos primeiros birmaneses que tiveram que atravessar a floresta e se instalar em solo tailandês. Por favor, me conte também a história dos Campos refugiados na fronteira entre a Tailândia e a Birmânia. Quando as primeiras pessoas chegaram quem as acolheu e como foram acolhidas? Onde ficaram quem se interessou por elas?

Resposta: Mais de 30 anos atrás as primeiras pessoas chegavam aleatoriamente e iam se instalando nos vilarejos tailandeses na fronteira. No começo eram pequenos grupos de famílias. Os soldados tailandeses do batalhão de proteção das Fronteiras, desde o começo cuidaram da segurança dessas pessoas. Os soldados tinham também a função de cuidar da segurança da fronteira. Depois chegaram as primeiras organizações não governamentais, como por exemplo a Thailand Border Consortium (TBC). TBC foi uma das ONGs que começou a distribuir alimentos, no início principalmente arroz. A partir daí, não lembro bem o ano, as pessoas foram aumentando e tornou-se necessário juntá-los em aglomerados. Então foram se constituindo os primeiros abrigos temporários. Um dos motivos era a questão da segurança, o outro era para facilitar a ajuda a esses grupos. Enquanto estavam espalhados pelo território era muito difícil

promover a manutenção, alimentação, à saúde etc. Se não me engano isso era no ano 1984 quando foram se constituindo os campos de acolhida que aqui na Tailândia se chamam abrigos temporários.

Pergunta: e antes dos Campos onde é que eles ficavam? Como era a acolhida?

Resposta: eles eram acolhidos pelas pessoas tailandesas nos vilarejos das fronteiras. Boa parte desses vilarejos é composta por pessoas de etnia Karen e Karenni, além de outras etnias, que são as mesmas etnias presentes do outro lado da fronteira. Muitos deles são parentes e conhecidos. Foram essas pessoas dos vilarejos tailandeses os primeiros a acolherem essas pessoas que vinham da Birmânia. E essas famílias tailandesas ajudavam naquilo que podiam, seja com alimentação que com o lugar onde eles podiam ficar, muitas vezes acolhendo-os na própria casa.

Pergunta: E por que você acha que esses tailandeses os acolhiam? Era porque os conheciam, eram familiares?

Resposta: na minha opinião, não penso que o motivo era por serem família, mesmo se alguns o eram na realidade. Penso que o motivo principal era pelo sentimento de piedade, de misericórdia e de caridade, que são elementos que fazem parte da cultura do povo tailandês, que aprenderam desde sempre ajudar, a prestar ajuda aos necessitados. Faz parte de nossa cultura, aprendemos que temos que prestar ajuda a quem precisa, quando alguém se encontra em situação de dificuldade, independente da nacionalidade ou de quem seja o importante é que se alguém bate na nossa porta nos sentimos na obrigação de ajudar. Isso é presente desde há muito tempo na nossa cultura, é algo enraizado.

Pergunta: qual a sua opinião, isso depende da influência da religião ou é somente um fator cultural, ou os dois?

Resposta: acredito que faz parte das duas coisas, essas duas realidades religiosa e cultural caminham juntas. No passado a educação da Tailândia era feita nos templos budistas, sendo que os monges eram responsáveis por educar a população, por alfabetizar. De fato, era comum se falar de casa-escola-templo como uma tríade que caminhavam juntas. Portanto uma das bases da educação nos templos eram os princípios éticos e morais da religião e isso foi também ficando dentro da memória e do modo de viver das pessoas. Por isso, segundo o meu entendimento os ensinamentos que aprendemos desde pequenos são muito ligados à religião e também ao modo de viver que faz parte de uma cultura do povo. Talvez esse fator religioso veio antes e depois penetrou na cultura e se tornou também o modo cultural. No passado os tailandeses viviam muito próximos dos templos e dos monges. Por isso creio que era difícil separar os ensinamentos da religião da cultura e de outras coisas.

Pergunta: com o aumento então de pessoas cruzando a fronteira, construíram os abrigos temporários ou campos de refugiados. Fale um pouco da organização dos campos, quem é responsável e como são distribuídas essas responsabilidades entre todos os atores envolvidos?

Resposta: Vamos começar com o governo tailandês. A principal responsabilidade do governo tailandês é garantir a segurança interna e externa nos campos de refugiados. Existem alguns destacamentos militares que se ocupam dessa parte da segurança. Então a primeira coisa é a segurança. Uma parte desses militares tem pequeno destacamento dentro dos abrigos temporários. As questões de polícia e de vigilância são feitas por um departamento de Polícia Militar que fica fora do Campo. Além disso, existem os voluntários do Ministério do interior, que são grupos chamados voluntários, mas que fazem parte do quadro do governo, que também ajudam nessa parte da segurança e dos controles internos e externos. Resumindo são três partes: a primeira é o destacamento do exército, a segunda a Polícia Militar e a terceira os voluntários do Ministério do interior. É responsabilidade também do Ministério do interior o controle das entradas e saídas nos abrigos temporários, o controle dos registros, enquanto que o destacamento do exército se ocupa da segurança externa para evitar ataques de rebeldes ou de outras forças exteriores. Outra organização importante é o comitê de coordenação e de gestão dos abrigos temporários que é um comitê formado por refugiados, por pessoas que moram no campo e esses comitês são escolhidos por um período de tempo através de indicação e também de votação e preferência popular. Esse comitê se chama Karen Refugee Center (KNRC). Esse grupo é eleito através de votação e é responsável por mais de um campo, é um comitê que comanda em geral todas as atividades, tudo aquilo que acontece nos campos. Além desse grupo existe o que é chamado comitê local de campo. Cada campo tem o seu comitê que também é eleito através de votação popular. Esse comitê é composto por vários membros, diretor, gestor, coordenador, secretários, etc. que se ocupam das várias atividades que acontecem nos campos. Depois disso existem as ONGs, cada uma das quais se ocupa de alguns aspectos ou atividades diferentes, tais como saúde, educação, mobilidade, distribuição de alimentos, e assim por diante e trabalham em estreita colaboração com os comitês dos campos, sobretudo no que concerne cooperação e coordenação. Esses comitês locais se chamam Committee Base Organization (CBO). O supervisor de tudo se chama comandante do campo e é um funcionário do Ministério do interior. Em geral se trata de um funcionário da prefeitura local do município ou do vilarejo mais próximo, que recebe a função e cargo diretamente do Ministério do interior para exercer a função de comandante do Campo.

Pergunta: e como é a coordenação entre esses vários atores? Se consegue trabalhar bem?

Resposta: Atualmente isso depende de campo a campo. Aqui na nossa região existe um bom entendimento entre todos e não temos muitas dificuldades em exercer as nossas atividades, cada um respeitando a própria função e a função dos outros. Como somos uma organização local tailandesa temos certas vantagens, por exemplo, a língua, conhecemos bem os aspectos culturais, e isso facilita. Posso dizer que não temos dificuldades neste sentido.

Uma vez por ano cada organização deve apresentar ao MOI o programa anual de todas as atividades que realizará. Esse programa é aprovado ou não pelo (em geral é aprovado, às vezes com alguma ressalva) e cada um segue aquelas propostas feitas e aprovadas. Além das atividades programadas, apresentamos anualmente, mas às vezes até mais de uma vez por ano, a lista de todas as pessoas que visitarão o campo e recebemos um *Camp Pass*, que é a autorização para que possamos entrar nos campos, para aqueles que trabalhamos regularmente e que visitamos os campos regularmente esse *Camp Pass* tem validade anual. Além disso, existem as permissões temporárias. Toda vez que alguém novo deve visitar o campo precisamos informar e pedir autorização ao MOI. Outra curiosidade é que algumas coisas dependem muito do comandante do campo que é o funcionário local do Ministério do interior. Alguns são mais exigentes e querem cumprir à letra todas as determinações do ministério, já outros são mais flexíveis e se permitem interpretar as leis e as diretivas. Por exemplo, não é permitido para os refugiados sair dos campos, mas alguns comandantes fecham os olhos e facilitam o vai e vem de pessoas, ou às vezes permitindo que a alimentação seja distribuída a mais gente do que as pessoas oficialmente registradas. Já alguns comandantes são mais rígidos, e exigem, por exemplo, uma visita mensal do responsável da ONG no escritório deles, inclusive para renovar a permissão de entrada e saída do Campo dos funcionários e agentes da ONG mesmo o *Camp Pass* tendo validade anual.

Pergunta: me fale um pouquinho daqueles programas aprovados pelo ministério, me refiro aqueles programas que no início não eram permitidos, como por exemplo, formação profissional, aqueles programas de agricultura lembram, que quando começamos não eram permitidos? Recordo que no início somente alguns comandantes aprovaram o programa, mesmo esse não sendo ainda aprovado oficialmente pelo MOI. O que você acha, porque alguns têm essa atitude?

Resposta: Um dos motivos segundo a minha opinião pode ter sido a percepção das autoridades locais sobre a situação do refugiado. Quero dizer, o que parecia uma situação temporária se tornou uma situação quase permanente. Todos conhecem a situação da Birmânia, e então perceberam que a situação dos refugiados se estenderia por longo tempo e que se tornaria sempre mais difícil sustentar todas essas pessoas somente com ajuda externa. Então

alguns comandantes de alguns campos abriram a possibilidade para esses programas de auto ajuda, tipo treinamento em agricultura, atividades de criação de animais de pequeno porte para consumo e até mesmo outras pequenas profissões, como carpintaria, etc. Nos últimos cinco anos essas atividades se divulgaram em quase todos os campos e terminaram sendo aprovadas pelo MOI. Acho que atrás dessa mudança de atitude das autoridades existe também o pensamento de que um dia essas pessoas devem voltar para o país delas e vão precisar de capacidades mínimas para sobrevivência. Essa formação profissional e treinamentos ajudam nesse sentido. Isso também garante maior possibilidade de sustentabilidade quando voltarem para a Birmânia, para que não aconteça que precisem de novo voltar para Tailândia. Penso que é uma visão a longo prazo do governo tailandês.

Pergunta: gostaria de saber também se além disso, podem existir outros motivos? Por exemplo será que as autoridades vendo a necessidade das pessoas não tem também um sentimento de piedade para com eles?

Resposta: pode até ser, mas eu acho que é mais o sentido da visão a longo prazo, porque se se pensa que um dia eles têm que voltar para a Birmânia, é interessante para os tailandeses que eles possam ficar lá, que tenham capacidades e saibam fazer alguma coisa que tenham começado aqui, uma profissão que lá podem continuar, de modo que a permanência seja estável, e que não tenham que voltar de novo para cá, assim eu entendo. Na minha opinião essa posição das autoridades é mais pragmática.

Pergunta: vamos falar um pouco mais sobre o relacionamento existente entre as pessoas nos dois lados da fronteira. Essa ligação efetiva e familiar como você já disse esse modo de viver e ajudar as pessoas em necessidade é também efetivamente a base da ajuda humanitária. Sentir-se parte da mesma família humana e cuidar dos outros. Você acha que isso tenha também influenciado as autoridades tailandesas no processo de acolhida em geral?

Resposta: no que tange às pessoas dos vilarejos, aquelas que vêm de perto a situação de necessidade das pessoas que atravessam a fronteira é mais evidente o fato da acolhida solidária, porque são mais próximos. O mesmo se pode dizer dos funcionários do ministério a nível local. É mais fácil ter sentimentos solidários apreendidos através da religião e da cultura. Para aqueles que estão longe e falo dos funcionários do governo, das autoridades de Bangkok, por exemplo, esse sentimento acho que é menor. Existe pouco, mesmo em si tratando de um fator cultural religioso. Portanto, acho que para eles é mais uma questão de política, uma questão de aparência também em relação ao mundo externo, da necessidade de mostrar que o país é legal é bacana, uma questão de salvar a face diante da comunidade internacional. Essa é a minha opinião no que diz respeito à posição das oficial do governo tailandês. Mesmo alguns tailandeses que

moram aqui nos vilarejos perto dos campos, que veem a necessidade, às vezes escutamos expressões como: por que não ajudam também os tailandeses necessitados que moram por perto? Por que temos que ajudar quem vem de fora? E são pessoas que têm a mesma cultura e religião de todos os outros, isso pra dizer que existem aqueles diferentes que não são 100% os que são solidários. Mas a maioria das pessoas aqui da fronteira pensa assim, quando existe a necessidade vamos ajudar, vamos fazer tudo que é possível. Neste sentido a política vem depois. Talvez para aquelas agências governamentais a política venha antes e depois a ajuda. Isso vemos claramente observando os funcionários locais do ministério do interior, olhando o modo de trabalhar deles em comparação com o modo de trabalhar do ministério do interior na capital. Os locais entendem melhor a situação porque estão mais próximos e muitas vezes influenciam as decisões também que vêm do alto, advogando e tomando as partes dos refugiados, às vezes inclusive, fechando um olho para algumas diretivas. Por exemplo existe a lei de não sair do campo. Alguns dizem, “ok saiam durante o dia mais voltem a noite”. Às vezes vemos também que quando chega um funcionário novo da capital no começo é muito rígido, mas com o passar do tempo vai ficando mais flexível vai sendo influenciado pela situação e pelo modo de agir das pessoas locais. Outro exemplo é a proibição das ONGs de entrar nos campos aos sábados e domingos. Algumas ONGs trabalham com crianças e adolescentes e promovem muitas atividades nos fins de semana. Muitos comandantes dos campos permitem que o façamos de modo não oficial. Inclusive às vezes nos pedem para escrever uma carta e nos dão a permissão. Essa flexibilidade ajuda também a manter um ambiente mais sereno nos campos, diminuindo algumas tensões. Imagine se esses oficiais quisessem seguir a lei ao pé da letra! Essas pessoas já não têm muito que fazer, se a lei for observada de modo “*stricto sensu*” pode causar mais tensões daquelas já existentes, inclusive aumentar a violência.

Pergunta: como você vê o futuro? O mundo todo tinha muita esperança nas eleições da Birmânia, mas existe uma grande desilusão. Como você vê então o futuro desses refugiados?

Resposta: existem muitas perguntas e poucas respostas. Muitos dos refugiados não se sentem mais à vontade aqui nos campos, porque são muitos anos que estão fora do país e se sentem incomodados, gostariam de ir embora. Existem também alguns movimentos de visitas mais frequentes dos militares, o que coloca pontos de interrogação na cabeça das pessoas e muitos começam a pensar que chegou a hora, está chegando a hora de voltar. Oficialmente foi criado um comitê com alguns representantes dos refugiados e algumas outras pessoas, com um programa que se chama “go and see” vá e veja. Eles vão do outro lado da fronteira observar a situação e ver como estão os vilarejos, se existe a possibilidade de retorno, se existe a possibilidade de trabalho, se existe terra para construir as casas e assim por diante. Do ponto de

vista espontâneo existe um grande movimento de vaivém das pessoas. Muitos vão e retornam aos campos. Algumas pessoas que já têm condição financeira melhor, que prepararam um pé de meia, já estão se preparando para retornar. A grande questão são aquelas pessoas mais frágeis com menos condições, como vão fazer para sobreviver? O problema maior então são aquelas pessoas que vieram desde o começo, que já não têm mais terra do outro lado. Para esses é difícil e constituem nossa preocupação real.

Pergunta: a última pergunta. Lembro-me que no começo tínhamos alguns problemas com os tailandeses das cidades no entorno dos vilarejos, perto dos campos de refugiados. Muitos reclamavam que os refugiados tinham mais privilégios, que recebiam ajuda enquanto que em tailandeses pobres não recebiam. Como é a situação agora, passados todos esses anos?

Resposta: a situação agora é diferente porque muitos programas foram feitos para atender às suas necessidades, seja da parte do governo tailandês seja da parte das organizações internacionais. Outra coisa é que com o passar do tempo esses refugiados foram se integrando também na força trabalhadora local. Então existe um benefício recíproco. Alguns agricultores e/ou empresários locais contratam refugiados para trabalhar pra eles pagando menos do que pagariam um trabalhador tailandês. Isso ajuda a diminuir as tensões. Ainda existem alguns probleminhas, mas são pequenas coisas tipo diferenças culturais que às vezes se chocam. Por exemplo, os adolescentes refugiados possuem muitas motocicletas. Nos campos não existem semáforos nem leis de trânsito e às vezes quando eles saem não param no sinal, atravessam a rua de modo errado causando algumas tensões, mas no fundo são coisas pequenas.

Agradecimentos... e um bom café!

ENTREVISTA COM TIP RUCHAITRAKUL

Representante tailandês da Unidade de Investigação de Malária Shoklo, e professor adjunto da Universidade Mahidol (Bangkok).

Introdução, agradecimento por ter permitido conceder a entrevista.

Você pode falar livremente, deixando livre a memória e relatando tudo àquilo que você considerar relevante. Vou fazer algumas perguntas, por favor, responda livremente como tínhamos combinado. Pode falar o que você quiser, o quanto quiser com o coração aberto. Vou pedir para você relatar alguns fatos relativos ao período da chegada dos primeiros birmaneses, que tiveram que atravessar a floresta e se instalar em solo tailandês. Por favor, me conte também

a história dos Campos refugiados na fronteira entre a Tailândia e a Birmânia. Quando as primeiras pessoas chegaram quem as acolheu e como foram acolhidas? Onde ficaram quem se interessou por elas?

Vamos começar com a chegada dos primeiros birmaneses na Tailândia, onde eles ficaram, quem os recebeu...

Tip: A primeira coisa importante a ser dita é que a etnia Karen, como todas as outras etnias presentes ao longo da fronteira, é composta por pessoas que se encontram nos dois países, Birmânia e Tailândia. São comunidades que um tempo pertenciam a um mesmo povo e constituíam um reino, composto por diferentes “tribos”. Mesmo existindo atualmente muitas diferenças do ponto de vista político, visto que ao longo dos anos eles diferentes partidos foram se formando, na realidade essas pessoas são ligadas por vínculos de sangue ou de amizade, ou mesmo somente pelo fato de pertencerem à mesma etnia. Por esse motivo, quando existe algum problema de um lado da fronteira eles atravessam para o outro lado. A cultura entre eles é comum, com algumas diferenças ligadas a história e também a religião, alguns são budistas e outros cristãos de várias denominações. Lembro-me bem quando eu era criança que cruzávamos a fronteira algumas vezes durante festividades religiosas, por exemplo, ou outras ocasiões e era comum essa troca de visitas. No passado mais remoto, quando não existiam fronteiras dividindo o território se atravessava livremente de um lado a outro. Não existia controle de polícia, etc. Recentemente estive na América do Sul, na fronteira entre o Brasil e outros países e pude constatar que a situação é muito parecida com a nossa aqui, você pode cruzar de um lado para outro livremente. Ainda hoje em algumas partes da fronteira existe essa liberdade (são mais de mil quilômetros de fronteira e em muitas partes não existe controle). Isso para ilustrar o fato de que quando ocorrem problemas de qualquer gênero de um lado, as pessoas atravessam para o outro em busca de ajuda e para fugir do problema. E do outro lado encontram pessoas dispostas a acolher e ajudar no que é necessário.

Pergunta: E isso acontece também quando existem lutas armadas e as pessoas se encontram em perigo...

Tip: Sim. Vou falar mais especificamente da província de Tak, que é onde moro. Eu me lembro de que quando era pequeno fui educado pelos missionários evangélicos cristãos. Naquela época, no começo nos anos 80 não se usavam palavras tipo refugiados ou deslocados, mas a gente sabia que as pessoas tinham problemas por causa das lutas internas do outro lado entre as forças armadas dos Karen (Karen National Union KNU) e o exército birmanês. Naquele tempo não existiam ainda as organizações que nos ajudavam. Existia um comitê tailandês, que atuava em nível nacional e se chamava Comitê Tailandês para o

Desenvolvimento e que deveria em teoria cuidar das partes mais pobres, inclusive dos vilarejos de fronteira. Mas naquele momento a Tailândia estava mais preocupada com as fronteiras entre o Camboja e o Laos. Era o momento de guerras naqueles dois países e muitos refugados se encontravam em campos ao longo daquelas fronteiras. Portanto, a situação aqui nossa província ainda não era conhecida.

Uma organização chamada Thailand Border Consortium, TBC começou a atuar aqui juntamente com o Catholic Office for Emergency relief and Refugees. Essas foram as primeiras organizações a prestar ajuda para essas pessoas que cruzavam a fronteira e nós, pessoas do local, começamos também a colaborar nessa ajuda. Não lembro exatamente quando começamos a organizar os campos de acolhida, os abrigos temporários, mas me lembro de que quando se intensificaram as hostilidades do outro lado muita gente começou a chegar. Uma data que recordo bem foi no ano de 1988, quando os estudantes de Rangon tentaram fazer uma revolução estudantil. Fizeram grandes protestos contra o governo militar birmanês e houve aquela grande chacina com consequente fuga de muitos estudantes e ativistas para a Tailândia. Naquele momento o exército birmanês começou a atacar mais frequentemente as posições dos rebeldes ao longo da fronteira. Ao mesmo tempo também se fechavam os campos de refugiados na fronteira com Laos e o Camboja e então muitas ONGs começaram a se envolver com a situação dos Karen.

Pergunta: Como você já mencionou, sempre existiu uma relação familiar dos dois lados da Fronteira, com a população local acolhendo essas pessoas que vinham do outro lado. Depois chegaram também as ONGs que começaram a ajudar, e sucessivamente as nações unidas com a UNHCR provavelmente a partir do ano de 1991. Como reagiram então as autoridades tailandesas e como eles começaram a se envolver com essa situação?

Tip: Eu penso que as autoridades tailandesas naquele momento não se envolveram muito. Na minha opinião para o governo tailandês central e local, a situação de refugiados não constituía uma novidade para eles, pela tradição de acolhida e pela recente experiência com os refugiados do Camboja e do Laos. Portanto a minha leitura é de que no início a situação não era considerada uma grande coisa para as autoridades. À medida que a situação foi se agravando, com o aumento das hostilidades entre os militares birmaneses e os “rebeldes” Karen e de outras etnias, houve um aumento crescente de pessoas necessitadas de abrigo. Depois começaram também as lutas internas entre pessoas das mesmas etnias, o que complicava mais ainda a situação. Foram então construídos vários campos ou abrigos temporários para acomodar as pessoas que fugiam da violência. Com o passar do tempo e a diminuição dos conflitos, esses campos foram concentrados em três localidades. Isso aqui na minha região.

Pergunta: você tinha mencionado o interesse dos tailandeses em proteger os Karen, como também sobre o temor dos tailandeses com o comunismo, quando os comunistas se concentravam na fronteira e que a nação Karen poderia servir como *buffer-zone* ou travesseiro, visto que os Karen também não aceitavam esses comunistas... você poderia elaborar mais?

Tip: Eu penso o governo e as lideranças Karen não seguiram a ideologia comunista, seja por motivos culturais que religiosos, e que eles preferem o capitalismo, assim como os tailandeses. Ambos os povos têm como lema a nação, a religião e a monarquia. Esses três conceitos são os pilares, ou seja, constituem os pilares que sustentam as duas Nações. Estes conceitos contribuem para a relação amigável existente entre os tailandeses e os Karen. Na Birmânia existia uma facção comunista que tentava se afirmar e que era sustentada pelos chineses, inclusive do ponto de vista militar. Muitos aderentes a esse movimento também viviam na fronteira entre Tailândia e Birmânia. Portanto para a Tailândia sempre foi conveniente manter boa relação com a nação Karen, que serve como travesseiro entre os dois países. Nos tempos em que a Tailândia passou por dificuldades no combate contra o comunismo, pode contar com o apoio e proteção das fronteiras feito pelos Karen, que sempre tiveram um exército bem armado. Por isso a Tailândia nunca precisou patrulhar as fronteiras onde existem soldados Karen. Assim eu penso que um dos motivos por essa amizade, seja esses comuns interesses que ligam os dois povos.

Pergunta: A Tailândia não assinou os acordos internacionais sobre refugiados. Sabemos também que na Lei da Imigração tailandesa existe somente um item sobre pessoas imigrantes em situações especiais, constituindo assim uma exceção para as pessoas nas fronteiras e abrindo a possibilidade ao país de acolher pessoas que fogem de situações que põem em risco a vida delas. Sabemos também que não existem políticas públicas tailandesas oficiais para os refugiados, **mesmo se de fato existem políticas de acolhida**, que não estão no papel, mas que funcionam na prática. Qual é a sua opinião sobre isso?

Tip: Pessoalmente, e isso é a minha opinião que não é baseada em estudos acadêmicos, mas em convicções próprias, profundamente na cultura tailandesa em geral nós gostamos de aparecer como pessoas boas, de fazer a bela figura. Portanto na minha experiência do ponto de vista de conferências internacionais, etc. acho que a Tailândia gostaria de manter os padrões sobre os direitos humanos, mesmo não assinando os acordos internacionais: Na prática os tailandeses amam manter uma boa aparência diante das outras Nações. Por isso, quando se trata de acolher pessoas refugiadas, que fogem de situações perigosas, e, sobretudo quando essas situações são visíveis do ponto de vista internacional, a Tailândia age como vemos. A situação Karen se for comparada com a situação indochinesa, é relativamente pequena, e no

fundo não envolve tantos recursos, sobretudo para o estado tailandês. Portanto dois são os motivos que levam a Tailândia a agir praticamente primeiro para garantir os direitos humanos básicos e segundo para manter uma boa imagem diante da Comunidade Internacional.

Pergunta: Você pensa que essas coisas dependem do fato de que o país é budista? Você acha que isso tem relação com a religião?

Tip: Acho que não, creio que a questão cultural é mais forte que o fator religioso. Sabemos, por exemplo, que o Budismo é contra matar seres vivos. Mas na prática vemos como isso acontece em países budistas como na Tailândia, na Birmânia, no Sri Lanka, por exemplo e, às vezes, até de modo mais violento que em outras partes do mundo. Por isso creio que em se tratando de políticas não vejo uma grande influência da religião, a não ser quando a religião é o Islamismo. Portanto as relações amigáveis, familiares das quais estamos falando dependem muito mais de fatores culturais que são profundamente enraizados nestes povos. Vou fazer um exemplo para ilustrar, o meu sobrinho é chefe de uma comunidade. Um dia as autoridades locais tailandesas pediram para ele sugerir que os deslocados Karen voltassem para a Birmânia. Ele me telefonou pedindo conselho. Eu disse para ele dizer para as autoridades que eles mesmos mandassem as pessoas de volta para a Birmânia, por que sabemos que quando a situação do outro lado da Fronteira se torna estável as pessoas voltam voluntariamente. No final, os tailandeses não fizeram nada. É assim que as coisas funcionam por aqui na prática. Os comitês dos vilarejos atuam em colaboração com as autoridades tailandesas locais, que por sua vez transmitem essas realidades às autoridades do governo central. Nos vilarejos as atitudes de uns influenciam as dos outros, porque somos todos como uma família, ligados por vínculos antigos.

Nivaldo: isso que você contou ilustra muito bem a diferença que existe entre as políticas oficiais e a prática das políticas públicas como são atuadas localmente.

Tip: Às vezes acontecem alguns atritos quando oficiais tailandeses se mudam. Logo no início, quando chega alguém de outras partes da Tailândia, que não está acostumado ou que não conhece os modos e costumes locais, pode estranhar um pouco no começo, mas logo eles veem como as coisas funcionam e se adaptam ao modo de atuar das comunidades locais.

Pergunta: Como você vê a situação atual? Como é o processo de repatriação, a que ponto está?

Tip: Eu penso que não é simples. A situação é complicada no momento. Do ponto de vista econômico do sudeste asiático, o número de refugiados nos campos é mínimo se comparado aos números de pessoas que estão ilegalmente, em situação não regular na região. Estima-se em mais de um milhão de “migrant workers” somente na

Tailândia. Atualmente existem pouco mais de 100 mil pessoas nos abrigos temporários. Muitos já voltaram espontaneamente para a Birmânia. Outros aguardam que a situação se estabilize para voltar. As despesas efetivas com essas 100000 pessoas, representam pouco para a economia tailandesa. Além disso a estimativa de pessoas que vivem de modo ilegal, isto é, sem documentos ao longo das Fronteiras, é muito alta, superando de muito o número de pessoas nos abrigos temporários. Já foram constituídos comitês para as pessoas que querem retornar e muitos já retornaram por iniciativa própria. Existem aqueles outros que por motivos de direitos humanos, ou por medo, ou por outros motivos, ainda não querem voltar e esperam o momento propício para fazê-lo. Portanto não existe uniformidade. Em minha opinião essa questão se tornou irrelevante neste momento atual. Existem outras questões na pauta, mais importantes neste momento. Ao mesmo tempo atualmente a situação interna da Birmânia está evoluindo. Em minha opinião existe em geral mais otimismo.

Conclusão e agradecimentos.

Em seguida fomos almoçar em um restaurante com comidas típicas locais e, para nossa surpresa, encontramos o gerente regional de uma ONG que se ocupa dos refugiados. Durante a refeição, o gerente nos forneceu informações relevantes com indicações de fontes bibliográficas, entre outras coisas. Essa conversação (logicamente) não foi gravada.

ENTREVISTA COM O PASTOR ROBERT HTWE

Minister of a Christian Church, Mae Sot. Um dos primeiros tailandeses a acolher refugiados em seu vilarejo de fronteira. O Pastor tem 75 anos de idade.

Introdução e explicação dos motivos da entrevista objetivo da pesquisa, agradecimento pela entrevista. Você pode falar livremente, deixando livre a memória e relatando tudo àquilo que você considerar relevante. Vou fazer algumas perguntas, por favor, responda livremente como tínhamos combinado. Pode falar o que você quiser, o quanto quiser com o coração aberto. Vou pedir para você relatar alguns fatos relativos ao período da chegada dos primeiros birmaneses, que tiveram que atravessar a floresta e se instalar em solo tailandês. Por favor, me conte também a história dos Campos refugiados na fronteira entre a Tailândia e a Birmânia. Quando as primeiras pessoas chegaram quem as acolheu e como foram acolhidas? Onde ficaram quem se interessou por elas?

Pastor Robert: Desde 1975 as pessoas do outro lado da Fronteira vinham para esse lado quando tinham necessidade, seja por motivos de violências ou por motivos de necessidades econômicas, em períodos de seca, etc. Entre 1975 e 1983, constantemente um pequeno fluxo de pessoas iam e vinham. Naquele momento nós os acolhíamos nos vilarejos tailandeses. Alguns ficavam hospedados em nossas casas e compartilhávamos tudo o que tínhamos com eles. Outros eram acolhidos em igrejas cristãs e templos budistas e eram cuidados por membros das comunidades. Em alguns momentos, quando o número de pessoas era grande e não conseguíamos atender a todas as necessidades delas, pedíamos ajuda a algumas organizações, como por exemplo a ONG católica COERR (Catholic Office for Emergency Relief and Refugees), ou a outras organizações de cunho religioso, como a World Vision. Mas o número de pessoas quase nunca superava trezentas pessoas.

Em meados de 1984, os militares birmaneses aumentaram as ofensivas contra as populações na fronteira. Antigamente os ataques se intensificavam durante as estações secas, pois até aquele momento o Tatmadaw não possuía recursos adequados para prosseguir as ofensivas durante todo o ano. Com o passar do tempo, eles foram ficando mais fortes, sobretudo com as ajudas militares recebidas dos aliados, como a China, por exemplo. Com isso conseguiram conquistar mais territórios e se instalar de maneira mais permanente, o que começou a impedir as pessoas de retornarem.

Nós começamos a nos organizar melhor nos vilarejos como também pedindo auxílio e colaborando com as autoridades locais tailandesas, no intuito de melhor acolher as pessoas, pois era importante encontrar locais para começar a construir abrigos, visto que a quantidade de necessitados aumentava sempre mais e não bastava somente a boa vontade da população local. Naquele momento ainda não tinha muitas organizações envolvidas, somente algumas como aquelas já mencionadas. Ao passar do tempo as pessoas aumentaram e foram construídos muitos abrigos temporários. O número de pessoas chegou a atingir 150 mil! Com a chegada das Nações Unidas, se começou o processo de registros nos abrigos temporários. O governo tailandês convidou as nações unidas, que a partir da hora que chegaram se ocuparam primordialmente dos registros nos campos, juntamente com o MOI (Ministry of Interior). Começou também o programa de reassentamento para outros países.

Pergunta: como foi reação dos habitantes dos vilarejos tailandeses com a chegada dessas pessoas?

Pastor Robert: Uma boa parte das pessoas na fronteira é de origem Karen. Então foi assim, contatamos os chefes dos vilarejos, as autoridades locais, assim como os habitantes, solicitando a colaboração de todos no processo de acolhida. Muitos se envolveram

no processo, leigos e religiosos. Os templos budistas e as igrejas cristãs abriram as portas para acolher. As casas de nossos vizinhos também deixavam as portas abertas. Quando os locais de acolhida não eram suficientes, se construíam abrigos provisórios, tendas e assim por diante com a ajuda de todos.

As autoridades, tailandesas desde o princípio se ocuparam da segurança, na garantia de segurança para as pessoas que chegavam. No começo as organizações nos ajudavam sobretudo com arroz e alguns itens de sobrevivência básica. Com o passar do tempo outras necessidades foram surgindo e assim também outras organizações que começaram a prover o necessário às pessoas, como educação saúde etc.

Nota: Neste momento tocou o telefone tivemos uma pequena interrupção.

Retomando a entrevista: sabemos que a Tailândia não é signatária dos tratados internacionais. Qual é a sua opinião então sobre os motivos pelos quais a Tailândia acolhe os refugiados?

Pastor Robert: Desde o começo nós procuramos trabalhar em colaboração com as autoridades e tudo isso acontecia de modo informal, baseado nos princípios de ajuda humanitária.

Nivaldo: Existe uma grande diferença entre o modo de acolher pessoas em vários países. Em geral as nações se baseiam em leis no papel, primeiro criam uma lei e depois a implementam (ou não). Aqui na Tailândia vemos o contrário, parece que primeiro se atua, se age concretamente, e depois, se possível, cria-se uma lei *ad hoc* para tal.

Pastor Robert: É assim mesmo, primeiro nós começamos a acolher as pessoas com a boa vontade da população local. Depois chegaram as organizações nacionais e internacionais que nos ajudaram concretamente, se envolvendo no processo e cuidando dos vários aspectos concretos necessários à sobrevivência das pessoas. Depois tivemos a colaboração das autoridades locais, as autoridades dos vilarejos, em seguida o Ministério do e, finalmente as Nações Unidas. Para nós sempre foi muito importante estabelecer relacionamentos solidários e de cooperação entre todas as pessoas envolvidas no processo de acolhida. Penso que a situação dos Karen aqui na Tailândia seja muito particular. Não conheço outro lugar no mundo onde as coisas são organizadas desse modo. Por exemplo, nos abrigos temporários, a coordenação e a organização são feitas por representantes dos refugiados. Cada campo (ou abrigo temporário) possui um comitê que organiza a vida no campo. Os professores são refugiados, quem distribui a alimentação, são os refugiados, e assim por diante. Não são as autoridades tailandesas que fazem esses serviços. Isso faz parte da nossa cultura, não queremos que outros se responsabilizem pela nossa vida, preferimos ter uma atitude ativa.

Pergunta: o senhor, juntamente com os outros tailandeses não recebiam nada em troca de ajuda oferecida... o que os impelia a fazê-lo?

Pastor Robert: nós precisávamos fazê-lo... era nossa responsabilidade. Qualquer pessoa no nosso lugar teria feito o mesmo!

Pergunta: sobre o programa de repatriação, muitos já voltaram para o Myanmar... Atualmente o número de pessoas registradas é metade do número efetivo de pessoas nos campos...

Pastor Robert: O que acontece é o seguinte: muitos gostariam de voltar para a Birmânia, mas a situação lá ainda não é segura, não existe uma garantia de que essas pessoas possam sobreviver, ou mesmo de ter uma vida decente. A situação ainda não é estável, não podemos ainda confiar se existe a segurança. Muitos não podem voltar ao próprio Vilarajo, outros não têm mais a propriedade da terra onde construir a própria casa. Sobretudo não podemos confiar no governo da Birmânia neste momento. Então o que acontece é que muitos voltam para a Birmânia para observar como se encontra o país para ver se podem ficar ou não. Tem um grande vai e vem. Outra coisa é que não todos voltam através dos meios oficiais. Muitos não se registraram para a repatriação, e isso torna difícil estabelecer os números exatos de quem fica e de quem vai. Temos muitos relatos dos que voltaram e que não se sentem seguros. Faltando segurança eles retornam para a Tailândia. Tendo em vista essa realidade, nós dos comitês resolvemos criar um programa alternativo chamado “go and see”. Atravessamos a fronteira e vamos ver como está a situação do outro lado. Temos que nos certificar se a terra ainda existe, a nossa terra, se está disponível, se é segura. Precisamos nos certificar que teremos onde construir nossas casas, mas também que teremos terra suficiente para cultivar. Além disso, precisamos coordenar com as autoridades dos dois lados da fronteira... precisamos conhecer os planos do governo birmanês para esses refugiados. Como você vê é complexa a decisão de voltar ou não. Existem muitos fatores e variáveis envolvidas nesse processo. Portanto, não se trata somente da vontade de retornar ou não é necessário que se estabeleçam as condições para que isso aconteça.

Agradecimentos finais e... um bom chá!

ENTREVISTA COM ESPECIALISTA A

PHD in Social Sciences

(...) We had already started talking in an informal and friendly way, when I've realized he was sharing important information. At this point we started recording:

Answer: For more information about the battle at the hills between the Thai Army and the Wa Army, look at the web site of the seventh infantry division. They have information concerning the area. We cannot find information. It's difficult because of the law on information technology that forbids publications considered sensitive information. They are afraid of people having knowledge.

We don't have camps for the Shan, only for the Karen. Since the conflicts with Khun Sá, the heroin war lord, he lives in the jungle. Khun Sá is a rich business man, owner of many hotels in Yangon, but the Burmese wanted to have the control of everything, so they expelled him to the jungle. This is probably one reason why the Thais don't allow camps for the Shan, they are not happy with them supporting the drugs trafficking.

But any way we have been supporting many displaced people no matter what ethnic group they belong to. Even the military base for the Shan State Army (SSA). We know that all the groups support one or other armed groups, that they belong to factions and many are family, related to the armies, spouses, children, etc. So that's why we help all who are in need regardless of who they are or to what faction they belong to. Thailand Border Consortium has been supporting dispersed people on the border, in and outside the camps. We know that they are related to soldiers of various groups, KNPP, KNU, and so on. We know that no guns are allowed inside the camps, but people are followers of KNU or KNPP.

Question: let's talk about the difference in the treatment that the Thais have with the Karen, it seems that it is special...

Answer: Yes, because the Karen control a large portion of the border from Mae Sariang down to Ranong, which means thousand kilometres, and if we look at the map of the ethnic Karen the majority lives along the border. But this is not by accident, somebody put them there and they live in both sides for hundred years already. Thailand have been fighting the Burmese for ages, the Karen having been used by both countries as a buffer zone.

Question: the fact that these people are related, they are probably family, some staying at one side, others at the other side, it also helps the peace process at the border, at least among them... so, this is one of the reasons why the Thais accept the camps, right?

Answer: Yes!

Question: Ok, now let's talk about the reasons Thailand is not a signatory of the conventions for refugees...

Answer: If you look at the text in the convention, Thailand cannot do it. There are so many things to follow... In ASEAN only two countries have signed, Cambodia and Philippines. In Canada many people go in claiming to be refugees, some will even destroy the passport at the arrival. They will have a support from the government for one year. After that if they are not able to support themselves, or if they cannot prove they are refugees, they can appeal and stay for another year. You see, it costs a lot of money! I think Thailand will never sign, for it is not convenient.

Question: but even though τ do not sign, looking at the history, sometimes they do more than many countries that have signed...

Answer: Yes, if you look back Thailand has been very good in helping people from Laos, Vietnam, Cambodia, etc. Millions have used Thailand as an entry point for going to other countries. Just look at the Cambodians, Laotians... but not only in modern times. During the time of Rama I, two hundred years ago, a large group of (...) were accepted and lived in Pakret, Pathumthani and so on. Even a king from Vietnam escaped from there and came to stay in Thailand at that same time. It's is part of Thai culture, the hospitality, helping other people who "flee from the heat seeking the cold".

Question: Also, the Karen culture is similar. According to Prayut, to whom I was talking yesterday, it does not depend on religion but is more a part of the culture. Do you agree with that?

Answer: Yes, it's a way of living. And if we talk of religions, every religion teaches the same thing. But in practice people don't follow it all the time. Let's look at this from other perspective: it is very convenient for τ to keep these people in the camps and not to send them back. If they go back and don't have a place to stay, food to eat... they could easily cause much trouble. Just think at the guns they have... 10 thousand guns... they could easily cross the border and raid the Thai villages, rob them. Can you imagine the troubles it could cause? So let them stay, let them have a place, just don't let them become too strong. In the Thai mind they don't want any group to be too strong, if too strong is difficult to control. At the same time, as it is the case of the Karen in the border, if they are too weak it is not good either. They will have problems in the border again, do you know? There's a lot of problems going on at the border...

Question: Another thing, just a long shot... I was wondering if we could name some reasons for Thailand receiving refugees besides of the culture, this issue of hospitality, humanitarian aid or whatever... another issue is that concerning security for the border. Then also the buffer zone which is important and must be kept that way, but when it comes to the implementation of this help provided, the politics of asylum... do you think all these could be influenced by this kind of relationship that these people have on both sides of the borders between Thailand and Myanmar... do you think that also the government takes in consideration the fact that they are related, being one ethnic group?

Answer: Absolutely. I mean if you look on how the Thai government allowed the US to conduct a survey on the tribes at the border with the intention of counting the people and mapping their territories in the past. In 1964 they build a tribal research centre in Chiang Mai, under the ministry of human security. Now it does not exist anymore, but at that time they wanted to study more clearly about the cultures of the different groups, the Thais receiving support from the Americans. The Americans had been fighting in the Vietnam so that they needed to know the cultures of these ethnic groups present along all Thai's borders. What were the strengths and the weaknesses of each cultural group... and they also made a survey on how many Karen, how many mon, etc were living in Thailand. They had a clear vision of the boundaries of the villages, its locations and so on. They wanted to be very aware of the situation in order to avoid in Thailand what have happened in the other neighbouring countries. Don't forget there are over half a million Karen living in Thailand, in Mae Hong Son province alone more than half of the population is Karen. Could easily happen that this group would become an insurgent group, and a very strong one within Thailand, and what if they wanted to separate from Thailand and create their own nation? Even if it is not happening at the moment, but who knows if these people would join hands with all Karen in the other side of the border... Going back to thirty-forty years ago along the border there were no Thai villages, because the Thai and the British made agreements and they just drawn a line on the mountain range separated by the Moey river. There were a lot of Karen people living on both sides of the river, in Mae Sot, Pop Phra. Thailand used the same tactics that the Chinese used in Tibet, they sent more Thai people to live in the territory to mix the population and increase the Thai citizen density in the area. They did send also people from different ethnic groups, like the Mon, for example. In the past the Mon were living mostly on the border with China, in Chiang Mai and Chiang Rai... It's politics that the Thais know well, how they call it, to lower the density of each of the groups along the border. So, as I was saying back in the past there were no Thai villages in the area.

Maybe only in Mae Sot there were some, because it is a trade route. Also, when the communist party of Thailand surrendered, they sent them mostly along the border.

Question: I read somewhere that Thailand has never had problems with the communist on the border between Thailand and Myanmar, also because the Karen were never friendly with the communists, while in other bordering provinces there were actually serious troubles... So, it is and was good for the Thais to keep this friendly relation with the Karen.

Answer: the Thai security policy makers people know very well the difficulties to maintain peace along the borders, and they are aware also of the economic implications of armed conflicts, expenses with people (soldiers, army), equipment, logistics and so on. So, it is cheaper to be allied with a strong and well-armed people like the Karen, which by the way, are excellent fighters. Now there are no treats from the Thai-Laos, and Thai-Malaysian borders. The Thais don't go quite long with the Cambodians... it's a historical matter, because of fighting for territories and other matters. There are a lot of issues regarding border demarcation between these two countries like the claiming of the Hinduist temple called Phra Wihan. So, Thailand put a lot of soldiers on that area. To reduce military expenses, you have to make sure you have peaceful borders... But also, Burma is very smart. Do you remember the Wa people? In the past they used to live only at the Myanmar-China border, but Myanmar invited them to come to stay along the border close to Chiang Rai, to kick out the Shan's military bases. Then Thailand had a big fight with the Wa back in Taksin era. The Wa are fierce fighters. They went to stay just across the border in a hill, in a region controlled by the Thai army battalion known as the black fighters, the patrol that controls the borders. These Wa crossed the border and made a camp. The Thai soldiers went there but did not engage with them, they just outnumbered them and had a talk: « this is Thai territory, don't come in, get out ». They didn't get out. So, the Thai military called back the Thai soldiers and bombed the area. They did not want to use force, but in this case, they needed to teach them a lesson. They have shooted artillery from different parts, aiming at the hill, about two hundred grounds of artillery... all dead, they killed all the intruders. The message was clear: don't mess with us. When it comes to that, the Thai government do not trust them at all, don't trust Burmese, don't trust the Wa. It might happen again, since the border is not remarked.

Question: one big question should be these artificial drawing of the border, right? with the British dividing it on the paper. Now, about the practical things with the refugees... The MOI is the one in charge of the refugees on the border, right?

Answer: yes, but under the guidance of the National Security Council of Thailand (NSC), which is the one that acts.

Question: in the past, the Thai authorities would not allow the NGOs to conduct training programs in the camps, either vocational training, agricultural trainings and so on. Then there was a progress, because someone started thinking that when the time arrives for those people to go back to the other side of the border they will need skills, they will need to be prepared for making a live so that they won't be coming back. So, the MOI approved those new training programs to be applied in the camps. Talking with some representatives of NGOs, they told me that some of these programs were so successful that the Thai authorities in the villages around have come to get the knowhow. It was the case, for example of the waste management in Mae La camp, which became quite famous. How are the agreements between MOI and NGOs? Is there any writing agreement or they are made mostly by talks? Must the programs be presented to the MOI for approval in an early basis? And these approvals are by writing, right? Are there any MOU or whatever?

Answer: each NGO must present its proposal to the MOI stating what they are going to do the following year. The MOI then will send a letter saying which programs are approved. So far there are only few projects that were not approved, like for example once someone presented a project to build cement houses, do you know, with those blocks, which the MOI don't want, for fear it would be a permanent residence. But most projects are approved. So, there are written documents from and to each NGO. Every year we have to submit proposals... I think that they just approve stamping on the original document and sending it with an attached cover letter.

Question: and what do you think about the Thai's policy implementation? It seems that are very few written things, but things happen...

Answer: MOI have the regulations, which they will give to the NGOs. It does not change much, it's almost the same every year, with very few exceptions, like for example the vocational training we were speaking about. And they will distribute these regulations every year to everybody. And this constitutes their policies. It is not under the acts in the constitution... they form a bunch of, how do we say, informal policies, more like regulation not formal law...

Question: this is the answer I was looking for. I was always curious how do they manage to carry on such a complex issue, like it is this refugee's situation, with the number of actors involved, and so on, without a formal official politic designed purposely for that matter.

Answer: on the other hand, the authorities know that people don't follow even the regulations to the letter. For example, one of the regulations regards the prohibition to leave the camps. People are not allowed to go out, but the local authorities just turn a blind eye, and people go out and work nearby all the time, going back to the camps at night. They know it. I

was talking once to somebody and he said: we cannot be too much strict, otherwise people could explode and even turn to violence. Especially at this moment when the services in the camps are reduced, food is reduced, if you keep them like in a bird cage, they would create more problems. So, they just ignore some rules and let the people have some freedom, some flexibility. All of these are not in the written form. People in the camps are not allowed to work, because they don't have the refugee status as we have already mentioned. They are supposed to stay all the time in the temporary shelters. They don't call it camps right? Just temporary shelters (laugh...) More than thirty "temporary" years (more laugh).

Question: it is quite interesting.

Answer: yes, many things are not in the regulations, and the authorities still ignore some of the written things... I think if they would be really following the regulations to the letter, we would see many riots and violence going on in the camps. If they don't allow people to go out, if they made wired fences, that won't work. We are talking about controlling hundred thousand peoples, not twenty or one thousand... And it is not in the interest of Thailand do not force them too much, so let them have some flexibility. Thailand had bad experiences in the past with the Laotian camps, which were wired and closed. A lot of violence and the refugees burned one camp down. I think that if the military would take control and oversee the camps, they would probably try to close them and send the people back to Burma... But with the MOI I think it will not happen, the camps will stay for a while.

Question: Someone was telling me in Mae Sot that I should focus my research in the camps of Kanchanaburi, Mae Sot and Mae Hong Son only, because these three locations have different characteristics. All these three are all Karen?

Answer: No, the two camps in the northern part of Mae Hong Son are Karenni. But camp there is Karen from Kaya State, but they don't belong to the KNU faction, they are under the KNPP, but they are all Karen... While in Kanchanaburi and Ratchaburi they are all Karen, but the context and the environment are different. Opposite Tham Him camp they are mainly KNU, there is no DKBA, while opposite Kanchanaburi at the northern part like Ban Don Yan camp, they are KNU, DKBA, KNLA and other affiliations as well.

Question: The difference than is the ethnic group that are controlling the area.

Answer: Even opposite Mae Sot, at Po Phra, they are also KNU, DKBA, (Karen National Union (KNU), and its armed wing Karen National Liberation Army (KNLA), (DKBA) Democratic Karen Buddhist Army) KUPC (peace council) ... so many different Karen group controlling the area opposite Mae Sot. But opposite Tam Hin, Ratchaburi, there is only one group so when they make a deal with Burmese government it is faster, better. But when you

have four or five different groups, even among the Karen they don't agree and have difficult time talking with each other. So, don't mention about talking with the Burmese if even among themselves they cannot talk. They were killing each other back in how many years ago, ten years ago, the KBA soldiers came cross to Mae Sot and kill the KNU leader in Mae Sot... they try to kill each other... Karen kill Karen...

Question: how about now, is it peaceful or the situation is still tense?

Answer: it is changing... not fully peaceful but... I mean if you compare to 1995 when the Karen split, the KNU and DKBA split, in Maneploey they divided into two main groups... it was mainly because of the Burmese influence, the propaganda... the Burmese put into their heads the idea that they are Buddhists and are not being treated well by the Christians... look at the ranking of the army, the important people, the high ranking, are all Christians, the Buddhists are inferior, doing only the hard work, never being promoted, and so on and so forth... the Burmese used this tactic and it worked well. With the split of the army the Burmese were able to conquer Maneploey and destroy the Karen strong hold in the area. Only about four five years ago, the DKBA was transformed into the BGF (Border Guard Force), with the commander being a Burmese army official. It caused the DKBA to split again into two groups, those who accepted to stay under the Burmese army and those who preferred not. In 2007 the KNU also split into two groups, one called KNU Peace Council. So now we have at least four different groups, mostly opposite Mae Sot area. And they don't get along ... After the cease fire in 2012, there are not much fighting, they seem to be getting along better, not fully getting along, but...

Question: this is the old way, already used by the romans as a strategy: « divide and conquer ».

Answer: yah, yah, old tactic and it still works.

Question: it's more difficult to control one group, it is easier to control many.

Answer: yah, dividing... each group don't trust the others among the Karen... they used to be one group, right? Before 1995... Same thing the KNPP... now they also split, and a new group was formed. They call themselves the Red Star group KNPLF, People Liberation Front... same thing, they split. The Burmese keep using the same tactic used by the romans, and it still works...

Question: I took already much of your time... but... So, it seems this situation will go on for still quite a while...

Answer: I would say so.

Question: Because they cannot trust each other, the Thai government, don't trust the Burmese, the Karen don't trust the Burmese, don't trust each other and so on. But what do you think about Aung Sun Suu Kyi... do you think that she could do better? Or she has no power?

Answer: so far no... she doesn't talk. Even the Rohingya case, she says nothing... Silence in this case is not good, it doesn't help much... it makes people say that « you don't decide anything, you do nothing ». The KNU are not happy. They are saying that they used to have a better relationship with the Burmese in the past than now with Aun Sun Suu Kyi. They are even saying that the relationship with the Burmese army was better than with her... So, I don't know what will happen with the next elections...

Question: when there will be next elections?

Answer: Should be in two more years, for she has been in for about two years already. Besides of this, bad enough the Karen had five parties running in the last election and they got zero! Not even one seat was won. All seats were won by Aung Sun Suu Kyi party. Now in the Karen state those five parties have merged into one, so they may have a better change for next election. In the last election Aung Sun won most seats, including in Karen State.

Question: it is understandable, people were hoping very much... they were putting their hope in her, the Noble Price...

Answer: let's see what will happen next election, things may change... but nobody knows. But it seems now people are already sick of her. But in reality, she can't do much under the constitution... (a moment of silence... of reflection... thoughts of the future? who knows what will happen... will things really change and when?)

We kept talking about the studies, the short time we have for the master's degree, the quantity of interesting things to be studied and so on. He gave me good advices on how to proceed, telling me to focus in the objectives of my dissertation leaving all the other things to future researches. We have then talked about the time we have worked together, and other general topics. He told me also about his doctorate, the problems he had with his articles not being published and the way he has been controlled since than by the Thai authorities. He also gave me some advices on books and authors that I could look for.

We've talked also about the structures of Thai policies for refugees, as follows:

(Specialist): The MOI in Bangkok is under the Immigration Foreign Division of the Ministry of Foreign Affairs. In that division they have people working with migration, with people fleeing fighting. They look at the implementation of the policies, but they are not the ones making the policies. It is made by and under the guide of the National Security Council,

they are the ones who have the responsibility to oversee all the camps, but the camps are run by the local commander Palat⁶⁶ in Thai.

Question: the way the policy is made in Thailand is the kind of « top-down » right?

Answer: yes, all the time.

Question: no matter who is in the government, either military, civil, pretended democratic... According to you are there any other actors that could influence these policies besides of the politicians in power at any given moment?

Answer: These regulations for the refugees have been on for many years already. The new government don't have much time to think about it, they worry about other agendas... Refugees are not their priority. Even the Prime Minister knows that the refugees are there, and they are going to stay for a while because they (and the situation) are not yet ready to leave, so we are not going to force them to go home... The prime minister knows well. The people of NSC, MOI and military they consult each other about this issue, they meet regularly, they call it the « security people » and discuss issues on how to... but many changes come from the *Palat* himself. Like for example, at the present there has been reduction on the services provided in the camps, less food... and for this we have to provide alternatives, which we do in agreement with the palat... according to the regulations they cannot work, but the palat (camp commander) just close an eye and even facilitate their coming out to work. We know also that according to the official registration process, there should be a number of people in the camps, but actually they are almost double, and they need to eat... so the food is distributed according to the real number of people and not to the official...

Question: the policy making is top-down but in the implementation side they look for the reality and act accordingly, they have some freedom. And even the top (policy makers) know it is like this...

Answer: it is like this because we are talking about regulations, not the law, if for the laws the implementation would be stricter. But the policies for the refugees are under a regulation of the MOI, so being a regulation if you don't follow hundred percent it is ok, you can explain. If you have to act under the law and you don't follow it, you will be subject to punishment. Back ten years ago, during a meeting with MOI, there were a lot of fighting between the camp commander and the MOI in Bangkok, they were fighting each other not fighting the NGO. The camp commander was arguing that they could not follow the regulation to the letter, (they were advocating for the refugees), « if we don't allow people to go out of the

⁶⁶ Village's Chief They are the Camp Commanders.

camps, and if they don't have enough to eat, what can I do? Arrest them? And if they burn out the camp, what are we going to do? » Basically, according to the regulation, the services must be provided only for the people who are registered by MOI as people escaping from fighting. When the TBC send the food (for example) to the camp they need to get the permission from the camp commander. Let's say there are ten people registered but actually there are thirteen people living in the camp. They then talk to the commander and they agree on giving food to all. This to explain that they are acting through a regulation, not a law, so that's why they have space for adjusting things according to the needs, with some flexibility and room for the camp commander to exercise his power.

Question: This explains also why they don't sign the international agreements, because if they sign they will be tight up, there would be no room for this kind of freedom at the implementation side.

Answer: I think Thailand will never sign. In my feeling... I don't know in the next twenty years they may change, but at this moment it is not in the interest of Thailand to sign the treaties, the UNHCR. But look at the Child Right Convention, Thailand has signed it and they must follow. Any child born in Thailand even if they have no citizenship they must issue the birth certificate, all children have to go to school... they allow it. I could say that there are hundred thousand children under these conditions (without citizenship) studying in Thailand for free... It costs a lot of money. Some time ago I was visiting a school at the border and the principal told me that about eighty percent of the students just came across the border to study. They don't have legal papers... and the authorities know it, but they must allow, they are obliged to it, to the Child Right Convention. So, Thailand knows well, if they sign a convention they will have to follow it, and it costs a lot... UNHCR wants the Thai government to sign the convention for refugees, and they keep asking but Thailand does not want.

Nivaldo: in a way it's better, more freedom of action.

Thank you very much. You have Enlightened me in so many aspects. If you happen to go to Brazil please come to visit me. I have a room there for you at any time.

ENTREVISTA COM ESPECIALISTA B

Funcionário de uma Embaixada Estrangeira, especialista em Ciências Políticas

Introdução...

A primeira pergunta: poderia descrever o processo de formação das políticas públicas na Tailândia?

Não é fácil definir o processo de formação das políticas públicas na Tailândia. A questão política em geral na Tailândia é muito complexa. A política aqui seria em teoria uma política que vem dos governos assim definidos democráticos, mas o próprio termo democrático na Tailândia assume uma característica especial. De fato, preparando as eleições que acontecerão em fevereiro do ano próximo (se é que essas eleições vão acontecer) nos debates atualmente se fala muito em uma democracia estilo tailandês. O que significa na realidade essa democracia tailandesa ninguém até agora definiu, mas seguindo esses últimos 70 anos de história da democracia na Tailândia, de fato essa democracia nunca existiu, porque na realidade todas as tentativas de democracia na Tailândia foram interrompidas por golpes militares que ocorrem regularmente quando as elites tailandesas decidem que o governo não está cumprindo as obrigações estabelecidas, quando não seguem o estilo de política tailandês definido pelas elites. Os próprios partidos que competem nas eleições em geral são partidos nominais, isto é, eles representam em geral uma pessoa que é o chefe do partido, seguem o líder mais do que uma ideologia. O único partido que se considera democrático, se crê democrático mas que na nossa opinião nunca foi democrático, porque foi fundado de uma ordem direta de um rei da época - o rei que é considerado o pai da constituição (mas a história verdadeira é uma outra) o rei Rama 7 - o líder desse partido assim chamado democrático pertence à nobreza, Seri Pramot. Isso *per se* já diz tudo. De fato, na história que se seguiu, esse partido sempre se comportou como um partido Monárquico. Por isso infelizmente o assim chamado partido democrático foi desqualificado, porque sempre esteve do lado da elite e nunca do povo.

Os outros partidos têm como líder pessoas que em geral se podem permitir financiar certas coisas, por exemplo o partido Chart Thai, que um tempo já foi um grande partido, financiado e apoiado pela elite militar sobretudo, a um dado momento se fracionou. Uma das facções derivadas é o partido Chart Pattana, que tem como líder um milionário de Suphanburi de nome Banam. Esse partido de fato é conhecido como o partido de Banam. Quase todos os partidos terminaram assim, isto é, um personagem financeiramente potente e estável assume a sua liderança, junto com outras pessoas influentes. Todos fazem propaganda que são apoiados

pelo povo, mas na realidade o povo significa a elite. Quando a elite não apoia mais, o partido se acaba. E essa história se repete. A cada golpe militar um partido é criado. Sempre com um viés pro-militar e, sucessivamente vence as eleições. Mas esses partidos duram somente uma estação, uma temporada. Passada a temporada tudo acaba. Por isso te digo que a idealidade que talvez encontramos em outras partes do mundo para criar um partido que eventualmente possa formar um governo, nunca vi aqui na Tailândia. E depois temos um fator que não pode ser ignorado que é a família real. Praticamente essa é a agulha da balança. Não importa qual ideologia ou corrente de pensamento esteja por trás de um partido, no final deve fazer as contas com a elite, que está sempre apoiando a monarquia.

Portanto três são os fatores principais que comandam a política tailandesa: antes de tudo a monarquia, depois o exército que apoia e é apoiado pela monarquia e os outros. Os outros seriam primeiro os grandes grupos comerciais, que veem como vantagem uma política estável, e esta política estável, segundo eles, é garantida pela monarquia e pela elite ao entorno apoiados pelo exército e vice-versa. Essas grandes elites detêm efetivamente o poder, o povo deve somente seguir e se não segue é obrigado a seguir. Isso é tudo.

Portanto todas as outras políticas, como aquelas de desenvolvimento, públicas, etc. devem sempre fazer as contas com estes três fatores: a monarquia, o exército e os grandes detentores do poder comercial (empresarial).

Pergunta: portanto todos os processos de formação das leis e das políticas passam através desses três principais atores.

Resposta: certamente! Existem, porém, claramente muitas vantagens positivas para o país. Em suma, o povo recebe benefícios, porém está sempre do lado que recebe. Uma coisa que fez o famoso Taksin durante o seu primeiro governo, porque no segundo se estragou, foi dar o poder ao povo. É claro que ele procurava realizar o seu interesse, mas tentou fazer o povo entender que ele, o povo, é o protagonista da política e que tudo aquilo que é dado ao povo não são concessões especiais, mas são direitos deles e, portanto, todos devem procurar os próprios direitos. Essa foi a base da popularidade de Taksin. Isso não foi apreciado pelos outros que não podiam suportar a ideia de que o povo fosse promovido dessa forma, reivindicando os próprios direitos. Por isso todas as acusações feitas, a lama jogada para desacreditar Taksin com enganos, tentativas de estragar a sua imagem porque eles não podiam aceitar tamanha reviravolta.

Um típico exemplo da política de Taksin foi uma lei de alguns anos atrás e que continua vigente até hoje como uma política pública da saúde, foi uma previdência social popular que permite a todos os cidadãos assistência médica em todas as instituições e hospitais públicos

pagando uma taxa simbólica de 30 Baht (correspondentes a três reais, ndt). Dizia justamente que o governo investe muitíssimo no sistema de sanidade, mas uma sanidade privilegiada, então porque não entender os privilégios também a quem não tem condições? Lembro muito bem que quando essa política foi lançada, os primeiros que se opuseram foram os democráticos. Depois tiveram que ceder à pressão porque a população exigia, mas ainda hoje de vez em quando se escutam comentários da parte de alguns ex-membros do Partido Democrático contra esse "privilégio", mesmo não se tratando de privilégio, mas, de direitos. Existem três esquemas de assistência sanitária na Tailândia: uma é para o povo em geral que é este explicado antes, outro que deriva da contribuição mensal depositada pelos operários e empregados em geral, que contribuem com 3% dos seus salários, mais 3% do empregador, mais a contribuição do governo, o que corresponderia mais ou menos ao sistema previdenciário italiano (em italiano *cassa mutua*, ndr) e finalmente aquele dos burocratas. A contribuição dada pelo governo para os burocratas é 3 vezes mais daquilo que paga para os outros e a essa contribuição ninguém toca, mas aquela outra do povo querem tirar. Portanto a política em geral na Tailândia, ao menos como eu vejo nesses anos nunca foi direcionada ao benefício do povo, mas somente para sustentar o equilíbrio da elite.

Pergunta: pode-dizer então que segundo os conceitos da ciência política a política tailandesa seguiria o modelo *top down*.

Resposta: Absolutamente. No momento em que aparece alguém que quer fazer uma política diferente é imediatamente removido e desacreditado.

Nivaldo: isso é perfeito, responde aos meus questionamentos e interesses. Outra pergunta, agora sobre a implementação das leis e das políticas públicas tailandesas. Vimos que é uma política que vem de cima pra baixo em geral e depois é implementada nas várias instituições inferiores, por assim dizer. Existe alguma liberdade dos atores que implementam as políticas em âmbito local? Quero dizer liberdade de interpretação na hora de colocar em prática, por exemplo, os responsáveis das províncias tem alguma liberdade em interpretar e/ou adaptar às políticas que chegam do alto?

Resposta: Em minha opinião, a estrutura burocrática tailandesa é bem organizada: parte dos vilarejos em ordem crescente, a municipalidade depois passa para província, depois da província chega ao governo central e assim por diante. Acho que essa parte é bem construída, mas a história é a mesma, isto é, não obstante essas organizações locais, por exemplo existem organizações políticas nos pequenos grupos habitacionais, nos vilarejos, nos pequenos centros urbanos, depois na cidade sede da municipalidade e assim por diante, esses representantes políticos são eleitos através de votação mas no final das contas todos têm que estar dentro de

um esquema, do mesmo esquema burocrática. Então na província quem é o principal detentor do poder? Não é a assembleia provincial, que é semi-eleita pelo povo, mas sim o governador que é nominado pelo ministério do interior devendo, portanto, responder diretamente ao ministério. Portanto eles têm a mínima autonomia local, mas no fundo dependem sempre de regulamentos e leis que vem de cima. De fato, o partido político mais forte da Tailândia é a burocracia. Então quando chegam essas diretrizes de cima pra baixo, não obstante essas assembleias dos vilarejos, das municipalidades, no fundo essas organizações, falando em termos globais que refletem na verdade a realidade são somente consultivas, por isso mesmo quando recebem uma certa autonomia é uma autonomia limitada. Depois disso existe todo o processo das eleições locais, quando se fazem as eleições para os chefes dos vilarejos, ou dos municípios, etc., acontece como no resto do mundo, isto é, os amigos dos amigos, a esfera das influências. A organização existe bastaria fazê-la funcionar, mas repito como existe esse grande esquema da burocracia normalmente tudo fica bloqueado, portanto esses organismos locais podem fazer só até certo ponto, são limitados.

Pergunta: pode-se dizer, portanto que é mínima a influência que essas organizações a nível popular podem exercer na elaboração das políticas...

Resposta: Sim, mínima. Isto é a política em geral... vamos falar da política do governo atual que é militar e já fez uma nova constituição adaptada às próprias necessidades, aspirações e esquemas. Não só, fez também um programa para 20 anos para os próximos 20 anos, um programa de desenvolvimento para o país. O general atual que é o chefe da junta já decretou que o próximo governo eleito democraticamente deverá ater-se às disposições dadas pela nova constituição. Estamos falando dos próximos 20 anos o que significa que quem chegar ao governo deverá seguir estas diretrizes, o que significa que não obstante a boa vontade de quem estará no governo vai ter que seguir o que os militares determinaram na constituição. Uma notícia de ontem que saiu hoje nos jornais é que o governo pediu que todos os partidos já inscritos para as próximas eleições devem fazer uma reunião com a junta militar para poder definir a data das próximas eleições, esta é a desculpa que usaram para convocar essa reunião. Na realidade a pauta estabelecida é que cada partido deve dizer o próprio programa, o que é que espera e pretende fazer para o país como programa político. E todos os partidos foram convidados. Se forem a essa reunião bem, se não a junta militar vai decidir quando serão as eleições e os termos da eleição, isto é logicamente democraticamente né? Alguns partidos disseram, espera um pouco as eleições devem ser definidas pelo governo e pela comissão eleitoral, os partidos não têm nada ver com isso. Isso já derrubou o primeiro ponto. Segundo ponto, porque querem saber a política dos partidos? Os partidos têm obrigação de apresentar o

próprio programa eleitoral e de governo à população e não ao governo. O que estão querendo censurar? Esse fato já explica a mentalidade. Se eles querem saber desde agora o que os partidos vão propor eles já vão ter elementos para bloquear esse partido e impedir a sua participação nas eleições. O partido democrático, aquele no qual falamos anteriormente, já disse sim, se os militares mandarem uma carta oficial de convite, talvez vamos participar da reunião. Aquele outro partido, o Chart Thai que ainda é candidato as eleições, se não vier demolido antes, já disse: porque temos que participar dessa reunião? Não é o nosso dever explicar a um ditador qual é o nosso programa político, portanto não iremos. Esse foi o único partido que bateu de frente, que se pronunciou claramente. Todos os outros até agora estão calados. A outra coisa que é marginal mais que talvez tenha sua importância é a seguinte: um professor da universidade Thammasat, que faz parte também da elite mais que já causou polêmica e desconforto aos militares, disse: estejamos atentos a esses partidos e “partidozinhos” que estão sendo formados para sustentar um primeiro-ministro que não é eleito por voto popular, em 1992 já tivemos uma experiência parecida com essa e não funcionou, foi um desastre, vamos querer repetir? No fundo o que ele disse é que segundo a constituição o primeiro-ministro tem que ser eleito, mas segundo as conversações, as vozes que giram, os militares já estão considerando um primeiro-ministro que não seja eleito, mas que seja apontado o escolhido, então, que sentido tem fazer reuniões para decidir coisas já definidas? O general teria respondido essa pergunta da seguinte forma: por que pensar nisso agora? Falta muito tempo ainda para aquele momento, vamos falar da situação atual. Tudo isso para explicar que o povo tem uma voz muito limitada nas tomadas de decisões do país nas definições das políticas, mesmo quando existem governos democráticos eleitos quem comanda a política são sempre as elites mencionadas anteriormente, a democracia como é definida e entendida no ocidente aqui ainda não desembarcou.

Pergunta: vamos falar um pouco sobre os refugiados, justo para concluirmos. Sabemos que a Tailândia não assinou os tratados internacionais relativos a refugiados. Estou interessado na acolhida que a Tailândia faz e fez repetidas vezes na história. De modo especial gostaria de falar sobre os Karen e Karenni. Parece que a Tailândia os trata de maneira particular em relação a outros grupos... O que me diz a respeito?

Resposta: No que concerne a etnia Karen, acho que é porque eles são o grupo étnico mais forte... Mas falando em geral, seja dos birmaneses que de outros grupos, cambojanos, etc. devemos dar um crédito à Tailândia por tê-los acolhido, pois fugiam de situações de violência, de perseguição, enfim de situações que colocavam suas vidas em risco. Que a Tailândia tenha aproveitado para atender aos próprios interesses, sejam esses comerciais ou políticos, é outro discurso. Não sei explicar a preferência pelos Karen... Sabemos que eles constituem o grupo

mais forte, mesmo numericamente são superiores aos outros, e os tailandeses devem levar isso em consideração. Outro fato é que a etnia Karen se encontra dos dois lados da fronteira, como também várias outras etnias, e, como sabemos, historicamente as fronteiras não existiam. Os Mon, os Karen, os Shan, não definem o próprio território geograficamente, alguns deles nem possuem moradia fixa, se deslocam continuamente em busca de melhores territórios, são nômades. Por isso é muito difícil definir quem é quem, quem está de um lado ou de outro da fronteira... Fronteira que de fato não existe. Isso a meu ver constitui um problema para as autoridades e poderia ser um dos motivos dessa acolhida. Então podemos dizer que convém a Tailândia acolher essas pessoas.

Um dos grandes problemas atuais é o da identificação. Existem muitíssimas pessoas que habitam ao longo das fronteiras que não possuem documentos, mesmo tendo nascido aqui, os pais e avós também, mas não possuem documentos de identidade. Então como definir se essa pessoa tem nacionalidade tailandesa ou não, mesmo porque repito para essas pessoas das diferentes etnias não existe identificação, as características deles são aquelas físicas, culturais e tradicionais. Documentos e burocracia pertencem a outro tipo de mentalidade. Os tailandeses concordam com a estadia dessas pessoas. Falando assim terra a terra é conveniente porque agem como filtro como travesseiro. Evitam, por exemplo, que os militares birmaneses atravessem a fronteira. Além de que existe também o problema das drogas, que de qualquer maneira consegue atravessar a fronteira de um lado para o outro. Mas isso também depende do fato que existe ajuda, existe apoio desse outro lado da Fronteira. Existem interesses econômicos de grandes pessoas, personagens ricas e influentes. Então repito esse podia ser o motivo porque quando existem conflitos do outro lado da Fronteira essas etnias agem como travesseiros entre as duas Nações evitando que esse conflito atravesse a fronteira e essa poderia ser uma razão para evitar conflitos armados diretos entre Tailândia e Myanmar, também poderia ser uma motivação, uma situação de conveniência. Mesmo os campos de refugiados que existem nas fronteiras, alguns estão aqui por 30 anos 40 anos e de vez em quando aparece aquela ideia vamos mandar eles de volta, repatria-los. Aí nasce a pergunta mandar para onde? Esse povo não tem mais Pátria, não tem mais para onde ir. Muitos deles nunca moraram no outro lado da Fronteira e então mandá-los para onde? Faz-me lembrar o êxodo dos hebreus, os 40 anos no deserto. Nenhum daqueles que saiu do Egito entrou na terra prometida, somente aqueles que nasceram no deserto a conheceram, os outros morreram no caminho. Assim podemos fazer uma comparação com os atuais habitantes desses Campos na Tailândia. A sua grande maioria não conhece a Birmânia e provavelmente não querem ir para lá porque não sabem para onde ir. Então quando se fala em repatriação de que Pátria se fala?

Outra motivação para a acolhida pode ser também a do aproveitamento da presença dos refugiados para obter ajuda econômica do exterior, aparecendo assim como a nação generosa (a Tailândia digo). Mas eu me pergunto que generosidade é essa? À parte ceder território para que essas pessoas permaneçam. Isso, repito, é louvável, é digno de louvor, mas a parte disso o que mais a Tailândia dá a essas pessoas? Nada! Tudo aquilo que essas pessoas recebem chega através de outras fontes. Alguns anos atrás eu morava no sul da Tailândia, quando chegavam aqueles famosos “boat people” (pessoas das barcas) que atravessavam o rio na fronteira laosiana. Para ir encontra-los, tínhamos que passar sempre os bloqueios militares e muitas vezes nós que levávamos ajuda, caminhões cheios de material para ajudar as pessoas, éramos interrogados: porque ajudar essas pessoas? E os tailandeses, porque não os ajudam também? Lembro que um membro de uma ONG francesa disse por que o governo tailandês não ajuda os próprios nacionais? Lamentável que não tinha as estradas, mas quem que tinha de construir as estradas, as ONGs? Lembro que tinha uma empresa australiana que constrói estradas que um certo momento queria construir uma estrada ligando a estrada principal até chegar aos acampamentos das pessoas refugiadas e o governo local não permitiu, não queria por que alegava que se construímos a estrada essa situação podia se tornar permanente. Isso só para ilustrar a mentalidade. Por isso eu digo que a Tailândia possa tirar vantagem dessa situação. Repito, são louváveis pela atitude de que permite as pessoas ficarem no território, mas a parte disso não dão nada. Por isso quando se fala de refugiados, a parte o fato que não se usa essa palavra na Tailândia, se usa pessoas deslocadas, e, portanto, como pessoas deslocadas não têm nenhum direito, e isso ajudam também a lavar a consciência, a ficar em paz com a própria consciência. Além disso, existe muita exploração dessas pessoas. Quando os Thais precisam de força trabalhadora a baixo custo vão lá nos campos e recrutam. Além de contrabando e comércio e outras coisas que acontecem, né porque como essas pessoas não têm direitos, tudo é possível. Os abusos da polícia que podem prender as pessoas em qualquer momento com qualquer desculpa. Quando é conveniente os prendem, colocam na cadeia. Repito é muito louvável a atitude de acolhida da Tailândia, mas ao mesmo tempo existem muitos aspectos negativos, sobretudo o fato dessas pessoas não terem nenhum direito. Outra pergunta por que depois que a situação se estabilizou essas pessoas não voltam? Primeiro não voltam porque não sabem para onde voltar, segundo porque não existe nenhuma asseguração que essa paz exista realmente, porque ainda assim continua né com essas violências praticadas pelo exército birmanês etc. Então essas pessoas se sentem inseguras e não querem voltar. Falando honestamente é também verdade que essas pessoas se habituaram ao estilo de vida cômodo e é muito difícil que eles consigam ter o mesmo estilo de vida do outro lado da fronteira, mas isso

porque por mais de 30 anos viveram passivamente nos campos de refugiados recebendo ajuda e sendo sustentados. Ao invés quando retornarem para o outro lado da fronteira devem se tornar ativos, devem aprender a se sustentar. Lembro quando os cambojanos retornaram a maior dificuldade era ambientar-se novamente. Os Karen retornando do outro lado seguramente vão encontrar outras pessoas da mesma etnia. Mas essas pessoas terão características completamente diferentes e estilos de vida completamente diferente da deles, daquela vida que eles conhecem. Por isso será muito difícil adaptar-se. Isso é aquilo que sei aquilo que eu não sei não te digo.

Agradecimentos e conclusão: obrigado pela ocasião e tudo isso que você me falou é muito valioso e vai ser muito útil para minha dissertação.

ENTREVISTA COM ESPECIALISTA C

Conversa telefônica com um doutorando em Economia.

Introdução e apresentação da dissertação.

Nivaldo: Gostaria que o senhor me falasse sobre as políticas tailandesas de acolhida de refugiados, sabendo que ela se baseia em um item na lei da imigração, mesmo assim a Tailândia tem uma longa história de acolhida de refugiados. O meu interesse principal é na etnia Karen, como chegaram aqui...

Resposta: OK! Não sei muito bem sobre as políticas públicas pois não sou especialista nessa área. O que sei é que todo o processo de acolhida da Tailândia aos refugiados se baseia simplesmente na ajuda humanitária, na defesa dos direitos humanos e na acolhida de pessoas perseguidas por motivos que colocam a vida delas em risco. Sabemos que a Tailândia não assinou os tratados para refugiados, e, portanto, a definição dessas pessoas aqui é “pessoas deslocadas” e os campos de refugiados se chamam “abrigos temporários”. Por isso todas as pessoas que se encontram na Tailândia e que seriam em outros lugares considerados refugiados, aqui não recebem esse status. Então são classificados como pessoas deslocadas e são acolhidas em condição temporária. Resumindo então todo processo de acolhida, que constitui na prática essas políticas de acolhida tailandesas para os refugiados são realizadas por razões humanitárias, basicamente por razões humanitárias.

Nivaldo: esses abrigos temporários na fronteira são constituídos pela maior parte por pessoas da etnia Karen, não é assim?

Resposta: Sim, sobretudo no passado a grande maioria das pessoas era Karen mas mais ou menos 10 anos atrás outros grupos étnicos Também foram acolhidos nos abrigos temporários e algumas dessas pessoas, para poder ficar nos abrigos se declararam Karen, mesmo pertencendo a outras etnias. Daí a grande variedade de sub etnias que atualmente existe, com respectivas definições, em geral seguindo a cor da pele: alguns são chamados Karen vermelhos, outros Karen brancos, outros Karen pretos segundo a variação de cor da própria pele. Algumas dessas pessoas que entraram recentemente nos últimos dez anos nos abrigos temporários, na realidade eram imigrantes ilegais. Estavam na Tailândia trabalhando ilegalmente sem documentos, sem visto de permanência nem documento de trabalho regular e aí tiveram que sair de Bangkok, muitos deles foram se instalar nos campos de refugiados, nos abrigos temporários. Alguns deles tinham alguma profissão, ou tinham aprendido alguns trabalhos em Bangkok. Chegando aos abrigos temporários alguns iniciaram atividades comerciais, outros se dedicaram a pequenos trabalhos como oficina mecânica, marcenaria e outros pequenos trabalhos praticamente montando atividades lucrativas, inclusive alguns trabalhos de refinaria de joias, de pedras preciosas, etc.

Nivaldo: qual é a sua opinião sobre o tratamento especial que a Tailândia dá aos Karen?

Resposta: Essa é uma longa história, muito antiga. A política dos governos tailandeses na história não foi sempre igual, acompanhando os tipos de governo de cada época. Quando a democracia foi estabelecida na Tailândia depois do golpe militar de 1932, a região de fronteira entre a Tailândia e a Birmânia onde habitam os Karen, adquiriu uma grande importância e foi considerada como travesseiro ou filtro, porque naquele período a Tailândia e a Birmânia estavam aliados a diferentes blocos hegemônicos e se temia a possibilidade de ataques militares por parte da Birmânia. Esse foi um dos motivos do fortalecimento da aliança com os Karens. A Tailândia usou muitas vezes os soldados do exército Karen para combater as infiltrações do exército birmanês ao longo da fronteira.

Nivaldo: se diz também que existia na fronteira o problema das drogas, do tráfico de drogas e que os soldados Karen eram também utilizados pelas forças militares tailandesas para proteger a fronteira da entrada e do tráfico de drogas...

Resposta: Sim, é verdade. É preciso entender também que existem vários grupos de Karen, de forças militares dentro da etnia Karen, e em vários momentos na história, por exemplo quando se tratava de impedir a entrada dos comunistas da Birmânia, o KNU era usado convenientemente como proteção e prevenção contra essa entrada. Assim ao longo dos anos a região de fronteira habitada pelos Karen foi sempre uma região travesseiro (buffer zone). Desde o período anterior à centralização do poder em Bangkok, era comum que o monarca distribuísse

cargos na administração, do tipo gestores de território, prefeitos e vereadores a personalidades Karen.

Nivaldo: é verdade também que muitos Karen são parentes entre eles, existindo vínculos familiares dos dois lados da fronteira...

Resposta: sim, são parentes. O rio que divide as duas nações na realidade para esse povo étnico nunca foi fronteira. O rio foi sempre um lugar de encontro, de escambo, de meio de transporte, etc. Foram os ingleses que dividiram e desenharam a fronteira, estabelecendo que de um lado era a Birmânia e do outro a Tailândia, dividindo assim o povo e a nação Karen. Antigamente não existiam estradas e nem carros. O meio de transporte era o rio. Atravessar o rio de lado para o outro a qualquer momento era natural e corriqueiro. Durante o período da colonização inglesa em alguns momentos a situação na Birmânia era melhor do que na Tailândia. Muita gente então atravessava o rio para morar do outro lado. Quando tinham dificuldades ou problemas atravessavam de volta para a Tailândia.

Nivaldo: você acha que o fato de muitos serem parentes influenciou o processo de acolhida na Tailândia, especialmente a partir dos anos 80 em diante? Isso além do fato da região ser sempre considerada travesseiro ou buffer zone...

Resposta: Acredito que dependa do governo, de quem está governando a Tailândia naquele momento histórico. Por exemplo, alguns governos como o governo de Taksin, do partido democrático. Naquele momento acho que eles não se interessavam muito com a situação dos refugiados nas fronteiras. Era como se não existisse o problema porque a atenção deles estava completamente voltada para o capitalismo, o capital sobretudo norte-americano ocidental. A principal preocupação do governo naquele momento estava voltada aquilo que se diz “desenvolvimento econômico”.

Nivaldo: fale-me sobre a importância da monarquia, da família real especialmente do rei no processo de acolhida de refugiados...

Resposta: a monarquia especialmente na figura do rei sempre teve importância fundamental nesse processo de acolhida, desde a história antiga dos reinos anteriores, como o reino de Lanna, ou o reino de Ayuthaya. Existia sempre uma ligação muito forte entre esses dois povos, o povo Thai e os povos Karen. Existia também sempre uma identificação entre os dois povos sobretudo no que diz respeito a esse bom relacionamento entre eles, o que constitui um fato histórico um processo histórico reconhecido.

Nivaldo: eu ouvi dizer que durante o reino dos três reis em Chiang Mai, acordos de cooperação e solidariedade foram estabelecidos entre os dois povos inclusive selados com matrimônios...

Resposta: Isso mesmo. Em Chiang Mai, um membro da família real tailandesa se casou com uma princesa Karen de Mae Hong Son, isso antes ainda da centralização do reino, estabelecendo-se assim relacionamentos estreitos entre os dois povos. Você sabia que Chaodararasami, a consorte real do rei Rama V, era neta daquela que se casou com o membro da família real de Chiang Mai?

A partir desse ponto continuamos a conversar sobre os interesses do entrevistado, seus estudos, o doutorado que está concluindo, e assim por diante. Foi uma ótima ocasião para estabelecer laços. Depois prossegui com os agradecimentos e saudações finais.

ENTREVISTA COM O PROF. DR. CHAINARONG MONTHIENVICHICHAI

President of Saint John's University, Bangkok

Nivaldo: before anything else, thank you very much for accepting my invitation for an interview. According to you are there any links between the Christian (Catholic Church) and the Buddhist structure in Thailand? I find similarities between the catholic structure and this pyramidal Buddhist structure in Thailand with the Supreme Patriarch... and all that. Do you think is there any copying from the part of the reformers?

Chainarong: I think that there are some similarities and some differences. Similarities yes, for instance they have the Supreme Patriarch as the head of the church in the country. The whole country is like a Diocese. The difference is the appointment. It's made by the king; the Supreme Patriarch is appointed by the king. The king will appoint the patriarch from a list of names, a short list of names of the most senior monks. Similarity when we will have a new Bishop he will be appointed after a list of names as well that is presented among the resources. This list will be presented by the Bishops, the priest and religious and also by some lay people as well. This is done by sending this suggestion through the Apostolic Nuncio. And so certain names will come out and be forwarded to Rome. Similarities again. But I believe that in term of control and monitoring we are clearer in this regard, especially when we look at the dioceses the Bishops are more independent and are the heads of the dioceses and so we have a kind of clear line of command. Whereas for the Buddhists the top is more like ceremonial, for top ceremonies and celebrations. Otherwise I'm not sure that they can have the control and

monitoring as effective as the catholic church. But the structure is there. I know that they can do something especially when there are some scandals, they can remove the abbots or the monks, for instance. That can be done. But the *Mahathera*, the council of the elders as it is called, at least from our point of view that is a kind of supreme body to help the supreme patriarch and not too bad their roles and their work. They have influence, that are quite ok, but it's up and down. Sometimes they are very active and effective, sometimes they are very quiet. We don't hear much from this body at all. Maybe because we are not Buddhists, I'm not sure. But for the public in general, I don't hear much about this body although this is the supreme body. I think if you ask for the link structure, yes. But authority wise we are much better, clearer. More in control... (missing something...)

Nivaldo: that is what I have thought, my feelings looking from the outside. There is no other structure like this one in Thailand in other Buddhist countries. They must have looked somewhere in order to design it. Another thing which is more in your line, I'm also interested. I notice that the catholic schools, the catholic universities are important in Thailand and I think it has been for a long time already...

Chainarong: there are too periods in the catholic education. One from the Ayuthaya period⁶⁷. At that time, we had the General College, mainly for educating the priests. It was the first seminary for this region. The medium for the instruction was in Latin. So, we had seminarians from this region. In effect it was the very first international school in Siam. And according to the letters and documents, the French visitors were surprised to hear the students during school breaks, daily breaks. They played and did everything in Latin. Some of them got scholarships to go and study in France and they did very well. So the standard quality was good from the very beginning. That is the first part. The second part was during Bangkok period. After the fall of Ayuthaya there was a kind of gap, a quiet period and we resurrected again with the Assumption School. That was about over a hundred years ago, during King Rama IV who was a very god friend with the French bishop at that time. And so, the King gave money to support education. He sent his children and the children of the people of the palace to school. In a way it helped people to see the importance of education. I find that kind of relationship very useful for education in general and the catholic education in particular. Since then, we emphasize on two thing Answer one is the formation of students as a whole, a kind of holistic

⁶⁷ Ayuthaya was one of the ancient Siam Kingdom's capitals

approach in formation, and the emphasis on the foreign languages. Students in our catholic schools during that period were encouraged to learn French and English. And so, they were very good in languages. And we try to keep this until now. Now of course the country has grown very much, more than at that time. We have a lot more students and a lot more Catholic's schools. We have more than three hundred Catholic schools at the moment, about three hundred thirty schools from kindergarten to university, with more than three hundred thousand students under our care. With more than ninety percent being non-Christians, they are mainly Buddhists. But when we talk to parents, they look at the catholic education as the leading in standard education.

Nivaldo: that was also my feeling looking at it, also because there are quite a number of important people that have passed through catholic education, in high positions in the country as well.

Chainarong: yes, prime ministers, ministers, members of parliament, senators. Yes, many of them one time have studied in our catholic schools or universities.

Nivaldo: another topic. All official religions in Thailand are under the patronage of the King. So according to the constitution, everybody has the same rights. Is there any discrimination in general or in particular for the non-Buddhists?

Chainarong: it varies from period to period. It is supposed to be the same, or similar, but we find a kind of up and down. There are times when even catholic schools were suffering when the minister of education tried to force us to some changing. For instance, our morning prayers. They said since most of the students are Buddhists, why don't you use Buddhist prayers? We said, well this is a catholic school, we pray our own way. At Saint John⁶⁸, for example, they've threatened to close the school if we don't follow their instruction. I said: go ahead if it is what you want. They didn't. We know that they cannot (just for this reason they cannot). But I think that it is more like a personal initiative from a single person rather than the rules of the government. There are some government officials, probably members of the Buddhist fundamentalists, and so they find Christianity as a threat, according to the so called "national security". Privately threatening Buddhism in the country. But otherwise, yes generally we enjoy the freedom of religious practice. Generally, we find no problem in teaching religion, or having religious practicing, Christian, catholic practice in the school, no problem

⁶⁸ Saint John University, one of the Catholic Universities in Bangkok. Prof. Chainarong is the President

about that. In the Constitution yes, the King is the upholder of all religions. In practice we find that the Government give a subsidize, by giving special budget to promote Buddhism.

This is not the same for other religions in the country. But I don't think that the Catholic Church in Thailand expect any help, as long as they do not embargo, as long as they do not limit our religious freedom.

Nivaldo: talking about this feeling of being Buddhist, which comes from a long way back this slogan "state, religion and King", the three pillars of being a Thai and Thailand. How do the Catholics and people from other religions feel about this?

Chainarong: I think we are born with this, like the Catholics born in Indonesia for instance, we can live with it and we understand because the majority in the country are Buddhists, so we can take it. As long as, when we say the King, Nation and Religion it's not necessary Buddhism. It's religion, the people must have religion, ok? This is what we mean. And so, what we do is that, in Catholic schools we promote students to be devout in their religion. We allow them in special occasions, like the Buddhist lent, or Visaka Bucha, to have a kind of ceremony even in the schools. We allow in certain occasions that a Buddhist monk can come, as long as it is linked to those occasions, as long as we can also introduce our own way of introducing Christianity, so that students coming to the catholic schools will know about Christmas, Easter and so on, otherwise how do will they even know about Christianity? So as long as we have freedom, we also will be tolerant. It's the same for Muslim students. Even now we are ready to provide a prayer room for the Islamic students so that they can practice their own rituals. In Saint John we respect all the believes.

Nivaldo: which is very updated, let me say, because also in other countries, usually traditional Christian countries now there are so many people that belong to other faiths that they do have to do something. Like in Italy they have so many Muslims, even Buddhists now and the catholic schools have to provide space for them.

Chainarong: lately we are promoting what we call peaceful harmony of coexistence, of living together. This is a kind of recent promotion and we see more and more the importance of this, because of the violence and terrorism, we see the necessity of promoting the peace values, of peaceful coexistence and living in harmony with each other. So whatever we can do to show our respect and tolerance in living with them we will not be hesitant to do that.

Nivaldo. It's like promoting values which are Christian values, and because they are Christian values they are universal. I'd like to change and talk about politics. Since 2006 I've been following the political situation in Thailand, the takeover of the airport, and the political turnover with Taksin and others, etc. Just some of your opinion about the current political

situation in the country, what are your feelings about it... I feel that there is something more than the eye can see... What's your opinion and how do you live with this political instability?

Chainarong: in my opinion it all boils down to power, to interest. I believe that the political scenario changed under the leadership of Taksin, who found that money can buy him power. So, most of the MPs in parliament won the election under these ... financial means. There are lots of accusation but seeing how things were investigated we know that there is some truth in that. In other words, if you have money and you want to assure a seat in the parliament, money can buy. Especially outside Bangkok. In other words, I think it started when Taksin thought that in order to run the country effectively you need a good majority in Parliament. Now to have a good majority you need to win the election with a big margin. So, he started with the so-called populism policy. Now once you are in the government you are in control of the government; the new drastic change is that in the name of economy, in the name of country progress, you have a lot of make-up projects involving a lot of money. And you can do it in a very clever way. I give you an example: the new airport. It's a huge budget... Put it this way: you ask the architect to design the best possible airport, and so he come out with the blue print and let's say it costs one thousand million. You make it known it will be the best airport, it will cost one thousand million. Now, once that's out you call the architect and say: I want you to redraw the master plan, redo it. Make it three hundred thousand. You may have to reduce the material, the toilets, whatever. But when you send the pro forma invoice, the invoice, make it six hundred. In other words, I get three hundred. In fact, it is much more than that, you have to add many zeros. When you told the nation I save you four hundred million... you know what I mean? We save the country three four hundred million, but I gain three hundred, you know what I mean? It's a lot more than that. And so, when the new airport opens it has so many flaws, because they had to cut a lot, so many things. The same with other make up projects. You gain a lot of money once you are in the government. And so Taksin government is the only government that comes up with so many make up projects involving huge budgets. It started to feel that they can do anything. Changing law etc., just to accumulate wealth. So, you were more than certain that you won the next election with a landslide majority, because you have a lot more... than the last time. You gave a lot. At the time, it was a kind of new scenery for Thailand. But this did not go unobserved by a certain group of people who saw this kind of improper management running of the country, and so they became the yellow shirt group who cannot allow the country to be run like this. So even during the Taksin period there was a kind of demonstration and so on, they could not allow him. Then he started doing amendments in the law system just to allow himself to buy and sell land. He had the

amendment done one day and next day he was out doing the transactions... In other words, he taught he could do anything. If the problem is with the law, we change it. And for this reason, it was not possible to allow him to do like that. Him and his cabinet. In the meantime, a lot of people like him, like the way he run the country, like the way he uses the money for the poor in up country and so on. So, you had this kind of situation in the country. I believe there are still a lot of people that like him. No doubt about this. Now we have reached the point of no return. We cannot go back to where we were. We cannot allow the way Taksin run the country to come back again. What's the best way, we have still to find out.

Nivaldo: there's a coincidence, before this land was called Suwannabhummi, which comprised Laos, Cambodia, Myanmar... when I saw this new airport called Suwannabhummi made by Taksin I just taught wow, what a coincidence. The man started to build an economic empire with investments in the whole area, and see what name he chooses for the new airport? What is it he wanted, to be the new Suwannabhummi most powerful leader?

Chainarong: right, I think he... I don't want to say it's because of his carelessness but I think he was over confident that he could do anything and that is what brought him down. With too much power people can think that they can do anything.

Nivaldo: one more question. You said that the future is to be seen. How do you see the future of Thai politics? A changing in the vote buying attitude takes a long time... but we know that this way of making politics is well rooted in the Thai culture, especially among the less educated people

Chainarong: Yes, it will take a long time. I think Thai people need to learn the lesson and many of them has already learned, many has still not learned. I believe that as time goes by, with each incident we learn, and we grow. But we cannot say that we have grown up, that we are now mature. I don't think we have reached that stage, but we are learning and we grow up quite a bite. I think what is good about the current constitution is the transparency. I think this is the strongest point. And those in power, or those who are hungry for power do not like this system, but I think that we have reached the point that we should be able to keep this.

Nivaldo: one last question. The King has gone, and he have played a very important role in the unity of the country. And what will be next? Is there any charismatic person that could replace him and play this role?

Chainarong: there is a lot for this succession. At the moment the crown Prince had become King. That has been done according to the law of succession: first comes the Crown Prince and unfortunately, he is not popular among the Thai people. At least he has not proved that he is interested to follow the steps of the former king, his father. Unlike the Crown Princess,

she is almost in everything a replica of the King. She devotes herself, time and everything to do what is supposed to be a good leader of the country. I believe that we are living a kind of uneasy period. It could be an upheaval, it could be... if worse comes to the worse, the end of the Monarchy period. It depends on who runs the country at that time too. If it is people like Taksin the country could become a Republic and no more a Monarchy. If it's run by people like the yellow shirts the monarchy could still be there but anyway it will not be easy as when the King was still around. Not easy. It will be a kind of trial period for the entire country. It will be interesting to see when the time comes how the main religions in the country will help to pull the country all together. I don't see any other force, I don't see any other institution that can hold the country together if that kind of period comes, and it has already come.

Yes, Religion will come back to be the point of unity for the people. Unity and peaceful coexistence. Because when the religions choose to remain silence, people have no other choice than stand by their own feet. But when religious leaders join hands and come with their wisdom, people still listen. I'm not sure if people will listen to government leaders but I'm pretty sure they listen to the religious leaders.

ENTREVISTA COM A SRA. PRATEEP UNGSONGTHAM-HATA⁶⁹

Ex-Senadora, atual Presidente da Fundação Duang Prateep, Bangkok

Nivaldo: thank you very much for having speared some of your precious time. Please tell me something about your experience as a lay Buddhist, a woman, a poor girl in the slum...

Prateep: in fact, I was born in Klongtoey slum in Bangkok. My parents were a good example for me and have taught me the principles of Buddhism. My mother used to bring me to pray the Buddhist sutras. As a small girl I could not understand the meaning of the prayers, so I asked her...She said to me "if we pray Lord Buddha will help us to be good persons and if we practice the good we will be safe. I believed her. When poor people would come to our house to ask for food she would give them. I would ask her: why you give them food since we

⁶⁹ **Prateep Ungsongtham Hata** born 9 August 1952 is a Thai activist noted for her work with slum dwellers in the Khlong Toey district of Bangkok, Thailand. A former Senator for Bangkok, she was awarded the 1978 Ramon Magsaysay Award for Public Service. She is President of the Duang Prateep Foundation. The web site of the Foundation iAnswer <http://www.dpf.or.th/eng/index.html>

are poor as well, maybe it will not be enough for us to eat. Mother would say: we are all human beings, it's important to help each other. They are poorer than ourselves so it's our duty to help. This was the basis of our formation, of our desire to help people.

Second, I saw the differences in the society, the gap between the rich and the poor. When I was 11 years, I was studying grade 6 and at the same time I was working in a factory. In the factory there was plenty of children working and they could not go to study. I asked myself why these poor children didn't have the chance to study?

The third thing: I saw the difference between the people in the slum and the people outside, life was very different they have electricity, running water and all commodities while we have to go far always to collect water, we didn't have electricity, etc. The children in the slum suffered from skin diseases because there was not enough water to use. All these questions were inside me. Why we were not the same as the other humans?

One day a friend worker fell from the ceiling of the factory and crushed to the ground. Again, I asked myself how to come the poor people lives have no value? Then I decided to become a teacher so that I could teach the others, specially the human rights. That was my thoughts, I wanted to become a teacher. Together with my sister we opened a small school and we decided that if we had the occasion we wanted to give a chance to poor children to study.

One problem we faced at the beginning was that many children were not registered, didn't have birth certificates, so they could not attend school. And what will happen when they grow up? They will not be citizens, won't have any rights? As we went ahead with our activities we faced many problems. One time they wanted to close our school because they said it was illegal. I fought back asking them: these kids are against the law? What is their fault? Is it against the law to be born? They are human beings, is that their fault? In this case who is wrong? They need to study but the system does not provide the means for them to do so. So, the system is wrong. In my life I had to fight all the time against injustices.

Then in the year 1978 I received the Ramon Magsaysay Award⁷⁰ and I used every penny to create the Duang Prateep Foundation.

Nivaldo: and then from social activities you have entered politics. How did it happen?

⁷⁰ The **Ramon Magsaysay Award** is an award designed to perpetuate his example of integrity in government, courageous service to the people, and pragmatic idealism within a democratic society. The Ramon Magsaysay Award is often considered Asia's Nobel Prize. The prize was established in April 1957 by the trustees of the Rockefeller Brothers Fund (RBF) based in New York City with the concurrence of the Philippine government

Prateep: at the beginning, like all ordinary people, I was made to believe that politics is a dirty business and all politicians are very bad, even Democracy is not a good thing. Don't ever mess with politics. See, when someone comes to promote candidates, just ask them money for they are all the same, all are bad. This was what we've heard as a child. But I had another experience: when I was born I didn't have a birth certificate. At that time in Thailand we had intermittent periods of military dictatorships and democracy with elections. My mother was able to work during election time. I noticed that during democracy people could ask and obtain their rights, such as being able to register the children, to have pipe water, electricity, etc. So, I said democracy must be a good thing, at least some things could be achieved for the poor. On the contrary, during the coup d'états period there was nothing for the poor. So, little by little we understood another face of politics. We understood that democracy is a good thing, that we can mobilize the efforts of the people to change things in the society and in politics.

Even now, with the latest happenings in Thailand, i.e., Taksin was ousted by again another coup d'état, we have understood that there is an elite group that do not want democracy in this country. They want the poor to be stupid, they don't need people that can think, that are educated. Maybe if the poor will be always the least in society the elite can better enjoy their richness and their democracy. It's like everybody is equal but somebody is more equal.

Nivaldo: like Orwell's Animal Farm, right? Talking about all these coup d'état, there are rumors people at the back are the so-called Thai elite and the army. What's your opinion?

Prateep: yes, it's like this. For example, the press denounced a meeting of big shots in the house of a former Prime Minister Prem Tinsulanond (at that time Privy Council President) just before the latest coup d'état. They were Prem, the Army Commanders, three judges of the Supreme Court, Court of Appeals, and Constitutional Court and others. They met to prepare plans for the coup. It was in May 2006. An item in the agenda was about eliminating the Prime Minister Taksin Shinawatra. In fact, there was a tentative attack on the Prime Minister, but the bomb did not explode. So, the coup d'état became the principal agenda.

One of the man present at the meeting denounced it to the press. This is an example of how these things happen in Thailand. Can you imagine? They met in order to destroy a government democratically elected. The man who open the news, Mr. Pallop is a very courageous man. He had the audacity to denounce these very powerful people. Mr. Prem and the others of course denied the accusations and said that the agenda of the meeting was about Mr. Taksin plans to overthrow the monarchy, which was another make up story.

All these facts can be verified for it's the truth. All I say is the truth and for this reason it can be published. Before the last *coup d'état*, the Thai people was experiencing a true

democracy or the first time. Economy was good, there was plenty of rice for all, the sanitation was improved, and many other positive things were happening in the country. Suddenly everything crumbled to the ground, and the people is very upset and perplexed. It's like going back to the dark periods of Thai history.

Nivaldo: all of this could be a sign of the time Answer the world is passing through a new phase and people everywhere have different political aspirations. There is a need of better political systems. I don't mean that other countries are in a better shape than Thailand...

Prateep: it's true, the world is changing, people are using better technologies, the internet links the whole world. Now it's not possible to hide the truth. People feel the need to have a better system guiding the society. Authoritarian systems are out of dating and are no more accepted.

Nivaldo: can you tell me in short, the positive aspects of Taksin's government?

Prateep: I have seen many governments, military dictatorship and democracy with different Political Parties at the head of government. I don't belong to Taksin's Party. He never helped my foundation or any of my social projects. But I have seen what he has done for the country and I believe it is just fair to give him credit for that. He has done really very much for the poor. Much more than whoever in the past governments. He was able to fight effectively the drug trafficking and the mafia; he created a new and good quality health program which is accessible to all. His policy changed the government attitude towards the poor. Many programs were created in this regard. Even the Thai politicians bossy attitude were changing to a new understanding of politics as service. All of this has changed again, and we have returned to the old system. Within a democratic system, poor people have their dignity recognized. They can feel that they are real persons with non-alienable rights.

What I have said so far, are the positive things about the Taksin's Government, things that could have been clearly seen. I don't mean that everything was good. Taksin had his weak points as well. My point is that we must be just and recognize the good when we see it. A negative aspect of Taksin's Government was the corruption. His economic transactions were not transparent enough. And corruption became the main accusation against him, the excuse for having him banned from politics. Actually, Thailand do have the Counter Corruption Court. Those corruption charges should have gone through the right procedure instead of through illegal means such as a coup d'état. These latest political controversies and its mingle with the Courts have created in the people a sense of despair and non- confidence in the power system in place in our country now.

Nivaldo: let's talk a little about religion...

Prateep: I'm not very familiar with religion for I have not studied it enough. Anyway, Thai people believe in many sacred things. Some have animist beliefs for instance about the sacredness of trees, of divinities in the water, sacred spirits of the mountain and so on. Ordinary Thai people have all these kinds of beliefs. I grew up in this environment and have always been exposed to these beliefs. Orthodox Buddhism instead does not preach the cult of sacred creatures. It emphasizes the virtues and the moral principles such as practicing the good, respecting and being grateful to our parents, etc.

For myself, I do believe in practicing good for the wellbeing of our human fellows. I have a great respect for all religions for I think that all religions teach people to be good, honest and to promote justice in the society.

In my daily life I follow the four Buddhist virtues of Metta, Karuna, Ubeka, Mutita. Metta means to have compassion of the fellow humans, Karuna means to help those who suffer, Mutita means to rejoice with the success of others, Ubeka means to be patient; after doing the best we can to know how to be detached and not to pretend any result from our actions. Besides I practice the five Buddhist precepts which are: no killing, no stealing, no committing adultery, no telling lies and no consuming alcohol or any other toxic substances.

Buddhism is a religion that urges people to be generous and free, and this goes very much with traditional Thai way of life. We Thais love freedom, love living without constraints of any kind. If we want, we help other people.

Nivaldo: last thing. About the lives of the Buddhist Monks...

Prateep: I feel that there is an actual need of reforms, of adjustments, because society is changing at a very steady pace. Nowadays it's very difficult to find man willing to be monk for the whole life. We see old men becoming monks for the rest of their life or very young boys that do to the monasteries. Thailand has still lots of poor families and sometimes they send their children to the monasteries (to become aspirants) so that they can study. In this regard Buddhism provides an occasion for poor boys to be educated. We can see many, really many monks that are studying their Doctorates. Anyway, Thai people still have plenty of respect for those who become monks, and (the people) give much support for the monk's studies.

There are some developments in the Thai Buddhism as well. Actually, there are many currents within the Thai monasticism: there are those who choose to study, those who choose to practice Vipassana Meditation, those who get involved in social activities, those who choose to be preachers, etc. To conclude we can say that Buddhist religion still plays a very important role in organizing our society.

ENTREVISTA COM O PROF. DR. KIRTI BUNCHUA⁷¹

Fellow of the Royal Academy of Thailand

President Emeritus ACRP/WCRP International

Dean Ph.D. Philosophy & Ethics Suan Sunandha Rajabhat University Bangkok

Nivaldo: Prima di tutto un grazie di cuore per aver accolto il mio invito. Mi può parlare del legame tra la religione e la politica in Thailandia?

Kirti: La religione e la politica camminano insieme da sempre. In Thailandia chi ha il potere è il re e questo legame tra religione e potere è la colonna su cui poggia l'unità della nazione. Queste due realtà sono come le due ali che portano avanti la nazione. Durante il regno di Rama VII la Thailandia ha avuto la prima costituzione. In quel momento la forma di Stato è cambiata da monarchia assoluta a monarchia costituzionale. Il re diventa quindi il patrono della nazione, un'autorità più morale che reale. Il governo e la religione sono sotto la protezione del re. Anche se il re non ha autorità, la gente lo rispetta e quindi il governo deve ascoltare i suoi consigli. Fino a oggi il sistema è così, il governo e la religione sono sotto il patronato reale. Ora abbiamo il primo ministro, il consiglio dei ministri e il parlamento eletto dal popolo. Le leggi vengono varate e portate al re per l'approvazione, cosa che avviene regolarmente. Ci si può domandare se il re abbia il potere di rigettare una proposta del parlamento o del primo ministro. Teoricamente sì, ma questo in Thailandia non è mai avvenuto. Il re può dare il suo parere, che viene naturalmente accolto dal governo, ma comunque lui (il re) alla fine sottoscrive le cose proposte dal governo. Lui deve approvare perché al di sopra di tutti, anche del re, c'è la costituzione che tutti, compreso lui stesso devono seguire. Lo stesso succede per la religione. Il governo ha il ministero dell'educazione che comprende anche il gabinetto per la religione. Dunque, le leggi e direttive proposte dal consiglio dei monaci devono avere l'approvazione del ministro dell'educazione, che lo porta al re per la controfirma.

Nivaldo: Questo sistema di governo è simile al modello inglese?

Kirti: non sono sicuro perché non conosco bene il sistema inglese, ma penso di sì, che siano due forme di governo molto simili, perché anche in Inghilterra la regina è la patrona della nazione. La differenza è che in Inghilterra lei è patrona soltanto della chiesa anglicana, mentre secondo la costituzione thailandese tutte le religioni presenti nel regno della Thailandia sono sotto il patronato del re.

⁷¹ O Professor Kirti é considerado o pai da Filosofia tailandesa

Nivaldo: è vero allora che in Thailandia il re è il patrono di tutte le religioni?

Kirti: non di tutte le religioni, ma di quelle che sono registrate nel dipartimento della religione del Ministero dell'Educazione e che hanno avuto l'approvazione reale per operare in Thailandia.

Nivaldo: allora nella costituzione tutte le religioni ufficialmente presenti nel regno della Thailandia hanno secondo la legge gli stessi diritti?

Kirti: sì, quelle che sono state riconosciute come tali dal ministero dell'educazione. Ci si può domandare: e quelle che non sono state riconosciute, possono presentare domanda di riconoscimento? Sì, devono fare la domanda. Devono specificare che cosa hanno da offrire, in che cosa consiste il loro contributo alla società. Ci sono delle condizioni richieste dal governo, se un gruppo riesce a soddisfare queste condizioni, viene approvato.

Nivaldo: ci possono essere discriminazioni religiose? Per esempio, se uno va a cercare lavoro, la sua religione può essere di ostacolo?

Kirti: nel presente non ci sono problemi di questo genere. Supponiamo che uno va a cercare lavoro e si trova discriminato per causa della sua religione, può presentare denuncia. La giustizia è tenuta ad intervenire perché secondo la costituzione tutti hanno gli stessi diritti. Che io sappia, non ci sono stati ancora dei casi così. Un caso specifico è quello dei macelli. Oltre le esigenze di igiene, di certificazione sanitaria, ecc., esiste una legge che proibisce ai buddhisti di esercitare la professione di macellaio. È una legge che c'è da sempre e che tutti considerano normale, non c'è mai stato chi non l'accetta. Perché tutti capiscono.

Nivaldo: infatti questa è una legge che protegge i buddhisti dal commettere un peccato, vero? Uno dei comandamenti del Buddha è proprio "non uccidere alcun essere vivente." È molto interessante. Questo è anche un bell'esempio di come la politica e la religione camminano insieme in Thailandia.

Kirti: sì, è così.

Nivaldo: nel gruppo di Sarit Tanarat, quelli che hanno scritto una costituzione...

Kirti: Sarit ha scritto una costituzione ma non era la prima della storia. In Thailandia abbiamo avuto moltissime costituzioni. La prima è stata scritta se non mi sbaglio da Pridi, quando è avvenuto il cambio da monarchia assoluta a monarchia costituzionale.

Nivaldo: Pridi e gli altri riformatori avevano studiato in Francia? Erano un gruppo di intellettuali influenzati dall'occidente, vero?

Kirti: sì, dal pensiero occidentale permeato dall'illuminismo. Nel momento in cui quel gruppo di studenti thailandesi era in Francia, l'occidente era dominato dall'illuminismo. Questi studenti non credevano in nessuna religione, nemmeno nel buddhismo e hanno deciso di

“usare” la parola “illuminismo”, ma adattando l’idea ai loro progetti ossia loro volevano dire al mondo che nessuno, nemmeno il Buddha aveva avuto la giusta illuminazione, loro stessi erano i primi ad essere illuminati (anche il Buddha secondo loro non era stato illuminato). Questo non è stato un bene perché hanno usato la religione per sostenere le loro aspirazioni politiche e la loro idea di sviluppo, con conseguente impoverimento della religione. Adesso le cose stanno cambiando. Col sistema post moderno si cerca di rivalutare la religione, si pensa che la religione abbia un ruolo importante nello sviluppo delle nazioni. Mentre l’illuminismo condannava ogni forma di religione, ora si capisce che in tutte le religioni ci sia del bene e che questo bene aiuti le persone e le società.

Nivaldo: allora, l’uso che i riformatori hanno fatto della religione era soltanto per i propri interessi e non per gli interessi della religione?

Kirti: sì, questo è l’uso che hanno fatto dell’illuminismo e chi pensava diversamente da loro doveva essere escluso, allontanato. Hanno usato la religione come un strumento per diffondere la loro idea di politica. Questo è il senso dei programmi che hanno affidato ai “monaci ambasciatori”, che non erano altro che inviati speciali del governo per *catechizzare* i posti più lontani dalla capitale diffondendo i programmi di sviluppo del governo. Ora tutti pensiamo che questo deve cambiare. La politica non deve più usare la religione come strumento proprio, e allo stesso tempo la religione non può usare la politica. Queste due realtà devono camminare l’una accanto all’altra in sintonia, ma distintamente.

Nivaldo: riguardo i monaci: In occidente molti si interessano alla situazione della Birmania. Quando i monaci sono usciti in piazza per contrastare il governo, tanti si chiedevano come mai, che cosa gli ha spinti a far ciò. Mentre in Thailandia questo non si vede, è molto raro che i monaci si coinvolgano personalmente in modo così esposto. Quale è la differenza? Sappiamo che i monaci sono persone consacrate alla religione, ma allo stesso tempo si interessano al bene del popolo.

Kirti: dobbiamo capire prima di tutto la differenza che esiste fra i monaci buddhisti birmani e quelli thailandesi. In Myanmar generalmente quando uno diventa monaco lo fa per tutta la vita. Se poi uno lascia la vita monastica, perde il rispetto delle persone, non lo guardano più come una persona, per così dire, santa. Ancora, se lasciano la vita monastica non possono ridiventare monaci. In Thailandia le cose non stanno così. Uno può entrare e uscire dalla comunità monastica quando vuole e quante volte vuole. Pertanto, se un monaco vuole partecipare a delle dimostrazioni politiche o di qualsiasi altro genere, prima lascia l’abito e poi può fare ciò che vuole poiché ritorna ad essere laico. Poi se dopo vuole riprendere la sua vita da monaco lo può fare senza problemi. Lo stesso vale per il servizio militare. Se un monaco

vuole diventare soldato lo può fare, ma dopo aver lasciato l'abito. Poi se vuole riprendere l'abito lo può fare, dopo aver smesso di essere soldato.

Nivaldo: vuol dire che la società thailandese non accetta che i monaci abbiano una partecipazione attiva nella vita politica o civile...

Kirti: è così. I monaci non devono nemmeno coinvolgersi in discorsi considerati politici. Se lo fanno, vanno contro le regole monastiche del buddhismo thailandese. Quando fanno la predica devono attenersi ad argomenti puramente religiosi.

Nivaldo: queste regole allora valgono soltanto per i monaci buddhisti thailandesi...

Kirti: sì, ci sono due tipi di regole per i monaci buddhisti. Il primo gruppo di regole è scritto nel canone buddhista e queste sono universali, per tutti i buddhisti di tutti gli ordini o Nikay. Esse sono 227. Esiste un'altra legge che è stata creata dal governo thailandese. E queste sono scritte nei vari SANGHA ACTS.

Nivaldo: arriviamo al presente. Le ultime realtà della vita politica in Thailandia, dal governo Taksin fino all'ultimo colpo di stato e alle presenti divisioni tra i seguaci di Taksin e gli altri. Come si può leggere questa situazione?

Kirti: Taksin vuole il potere e non bada ai mezzi per arrivarci. Per lui qualsiasi mezzo è valido. È disposto a spendere tutti i soldi necessari, e di soldi ne ha tantissimi. Lui sta cercando in tutti i modi di destabilizzare la vita civile e politica e non si accontenterà se non avrà raggiunto i suoi obiettivi. Ma sembra che a lui non basti essere soltanto il primo ministro. È come se volesse volare ancora più in alto...

Tutti sono coscienti di questa sua ambizione. Gli unici che non si accorgono sono i contadini ai quali continua a distribuire soldi. Noi pensiamo che la sua ambizione non si fermi soltanto alla Thailandia, sta espandendo il suo impero economico ad altre nazioni della Asia: Cambogia, Laos, anche a Singapore ha già investito moltissimo.

Nivaldo: secondo l'opinione di alcuni giornalisti, per esempio quelli dell'Economic Review, la situazione attuale della Thailandia è diversa da quella di altri periodi, come ad esempio il 1992 quando la lotta sembrava essere tra due partiti. In quella occasione il re è intervenuto ed ha aiutato a sistemare la questione. Ora sembra che la lotta sia nel popolo, diviso tra pro e contro Taksin...

Kirti: Si può rispondere così: supponiamo che in un dato paese dell'occidente, gli USA p.e., un milionario riesca a comperare i voti di più della metà della popolazione e possa così vincere le elezioni. Tutti però sono coscienti che questa persona sia un dittatore e che una volta avuto il potere non lo mollerà mai più. È possibile pensare che la minoranza perdente possa accettare una cosa del genere? Penso che le persone per bene si ribellerebbero e farebbero di

tutto per impedire a quel milionario di avere il potere. Forse in una popolazione totalmente poco istruita...

Nivaldo: se guardiamo la situazione e lo sviluppo attuale dell'umanità, si può pensare, secondo lei, a dei cambiamenti nel sistema politico della Thailandia? Questo a prescindere da Taksin, Aphisit etc.

Kirti: penso che si debba cambiare, ma non solo in Thailandia. La democrazia in tutto il mondo attualmente non è quella che dovrebbe essere. La democrazia è un bene ma non si vede in questo momento un posto dove essa sia giusta. Dobbiamo capire qual è quella vera. Io insegno che la vera democrazia è nata in Francia, quella teorica, quella delle dichiarazioni, logicamente non il fatto di ammazzare i monarchi, o il popolo. Il popolo non voleva cambiare perché non aveva avuto il tempo di assimilare i concetti giusti, ci vuole del tempo. Nella giusta democrazia *vox populi, vox Dei*. La voce del popolo deve essere però la voce del popolo veramente, la voce del popolo libero senza lavaggio del cervello. Quella libertà che è un bisogno presente nella natura umana, nella natura umana senza condizionamenti, in ciò che essa capisce, che viene anche dalla conoscenza, dalla ragione, dal capire ciò che è l'uomo, ciò di cui lui ha bisogno, che è cosciente dei diritti che ha la persona umana. Solo persone così possono esprimere la voce di Dio, e bisogna ascoltarli.

APÊNDICE VI

Fotografias de um vilarejo tailandês





Fonte: Própria

ANEXO(S)

ANEXO I

Fotografias dos abrigos temporários

Ban Mai Nai Soi



Ban Mae Surin



Mae La Oon



Mae Ra Ma Luang



Mae La

Umpiem Mai



Nu Po



Ban Don Yang



Tham Hin











Border Consortium⁷²








Fonte: The

⁷² Disponíveis em: < <http://www.theborderconsortium.org/where-we-work/> > Acesso em: 29/06/2018

ANEXO II

Estados, Regiões e União Territorial da Birmânia

Bandeira	Nome	Capital	Região	População (2014)	Área (km ²)	Tipo
	Ayeyarwady Region	Patheingyi	Terras baixas	6,184,829	35,031.8	Região
	Bago Region	Bago	Terras baixas	4,867,373	39,402.3	Região
	Chin State	Hakha	Oeste	478,801	36,018.8	Estado
	Kachin State	Myittha	Norte	1,689,441 ¹	89,041.8	Estado
	Kayah State	Loikaw	Leste	286,627	11,731.5	Estado
	Kayin State	Pa-an	Sul	1,574,079	30,383	Estado
	Magway Region	Magway	Centro	3,917,055	44,820.6	Região
	Mandalay Region	Mandalay	Centro	6,165,723	37,945.6	Região

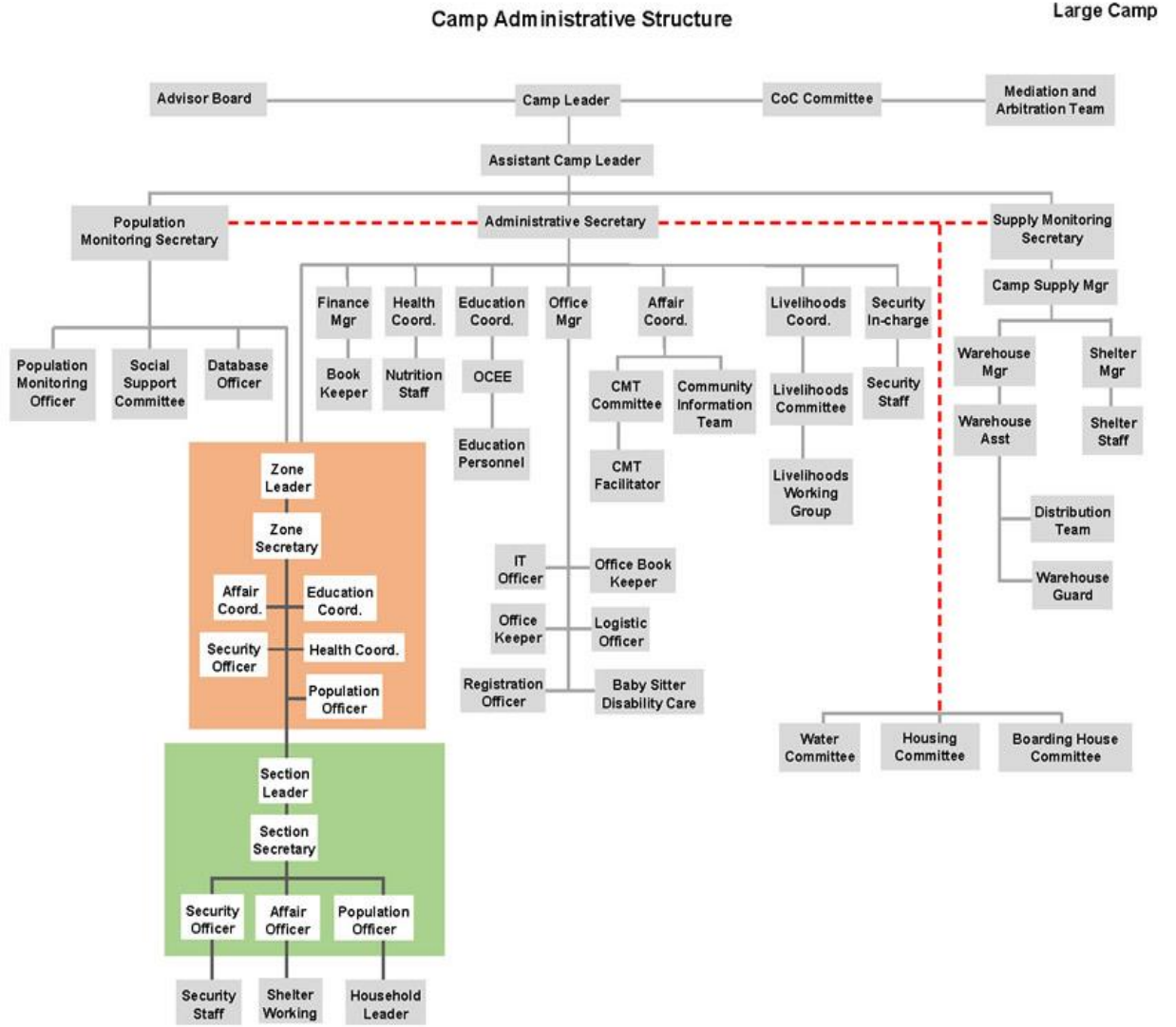
Bandeira	Nome	Capital	Região	População (2014)	Área (km ²)	Tipo
	Mon State	Mawlamyain g	Sul	2,054,393	12,296.6	Estado
	Rakhine State	Sittwe	Oeste	3,188,807	36,778.0	Estado
	Shan State	Taunggyi	Leste	5,824,432	155,801.3	Estado
	Sagaing Region	Sagaing	Norte	5,325,347	93,704.8	Região
	Tanintharyi Region	Dawei	Sul	1,408,401	44,344.9	Região
	Yangon Region	Yangon	Terras baixas	7,360,703	10,276.7	Região
	Naypyidaw Union Territory	Naypyidaw	Central	1,160,242	7,054	União Territorial

Fonte: Government of Myanmar. Adaptação própria⁷³

⁷³ Disponível em: <http://www.gad.gov.mm/en/content/data>. Acesso em 10/07/2018

ANEXO III

Estrutura Administrativa dos Abrigos Temporários



Fonte: The Border Consortium